

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUZIA GOMES LIRA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS
QUATRO MARCOS-MT – BRASIL

CÁCERES-MT
2022

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUZIA GOMES LIRA

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS
QUATRO MARCOS-MT – BRASIL

Dissertação apresentada à
Universidade do Estado de Mato Grosso
como parte das exigências do Programa
de Pós-Graduação em Geografia para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aumeri Carlos
Bampi.

CÁCERES-MT
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

L768d	<p>LIRA, Luzia Gomes Lira. Desenvolvimento Territorial do Município de São José dos Quatro Marcos-MT-Brasil / Luzia Gomes Lira Lira - Cáceres, 2023. 303 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023. Orientador: Aumeri Carlos Bampi</p> <p>1. Território. 2. Região. 3. Políticas Públicas. 4. Desenvolvimento Territorial. 5. São José dos Quatro Marcos. I. Luzia Gomes Lira Lira. II. Desenvolvimento Territorial do Município de São José dos Quatro Marcos-MT-Brasil: . CDU 913</p>
-------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Deus por me conceder a benção de realizar um sonho e nunca me desamparar.
Ao meu esposo Paulo de Siqueira Lira pelo apoio e compreensão.
Aos meus filhos Brenda Gomes Lira e Paulo de Siqueira Lira Júnior por entenderem
a minha falta em vários momentos de suas vidas. Que o futuro de vocês seja
resultado dos esforços do presente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Ao meu esposo Paulo de Siqueira Lira, companheiro de todas as horas e momentos e com quem compartilhei minhas vitórias e minhas dores nesta trajetória; a paciência que teve em meio as minhas crises e falta de tempo para com ele. É exemplo de esposo e pai.

Aos meus filhos Brenda Gomes Lira e Paulo de Siqueira Lira Júnior. Vocês são as bênçãos de Deus em minha vida e a razão do meu lutar por um futuro melhor. Amor eterno por vocês.

À minha mãe Francisca Hermínia Gomes da Silva (in memória) que me gerou em seu ventre doando seu corpo e amor para que eu pudesse vir a este mundo. Um dia nos veremos e nos abraçaremos.

Ao meu pai José Gomes da Silva que com a bênção de nosso Deus criador doou sua juventude e vitalidade para manter sua família. É exemplo de pai.

À mãe que tive, Benedita Pinheiro Longati (in memória), que me aceitou como sua filha legítima me dando amor e educação. Exemplo de amor genuíno.

À minha irmã Rozária Longati que com certeza abdicou de seus sonhos em prol de cuidar de mim, me tendo como filha, terminando de me criar e me educar. Gratidão eterna.

Ao meu cunhado João Bordin (in memória) que juntamente com minha irmã Rozária não me deixou faltar nada e me incentivou nos estudos. Honradez te define.

Aos meus irmãos e irmãs que com certeza sempre estão na torcida e em oração por mim e toda a minha família. Que Deus os abençoe.

Aos meus amigos e irmãos de fé Maria Aparecida, Fabiana Elisa, Márcia Aparecida, Aziel, e todos os demais da Igreja Adventista do Sétimo Dia do município de São José dos Quatro Marcos.

Ao meu orientador, prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi, que me conduziu neste processo, bem como, me entendeu e apoiou em todos os momentos. Suas críticas construtivas, discussões e reflexões foram fundamentais ao longo de todo o percurso. Avante!

Aos colegas professores e funcionários da Escola Estadual Deputado Bertoldo Freire, o incentivo e a torcida. Tenho orgulho de fazer parte de uma equipe formidável como esta. Meus sinceros agradecimentos a todos.

À professora Irlei de Oliveira Andrade, companheira de trabalho a quem muito admiro por sua inteligência e disponibilidade de sempre incentivar a todos à sua volta a crescer em conhecimento e aprendizagem. Eterna gratidão por me incentivar a lutar por este sonho que concretizo.

Às professoras e colegas de trabalho com as quais convivi mais de perto: Dulcilene Andrade das Graças, Rosemeire Igreja Galvão, Marcela Mandanês o apoio, torcida e compreensão. As conquistas só valem a pena se temos com quem compartilhar.

À Janete Turazzi que me acolheu em sua casa logo no início do mestrado. Que você continue a realizar seus sonhos.

À Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT que possibilitou, não somente a mim, mas a tantas pessoas um crescimento intelectual e humano.

Ao coordenador da PPGGEO Evaldo e a todos os professores que não pouparam seus esforços para nossa aprendizagem e para manterem o curso.

Aos colegas de turma com os quais dividimos aflições, alegrias e aprendizagens. Que o sucesso continue a acompanhar cada um de vocês e que a felicidade seja uma companheira assídua.

Enfim, a todos que de maneira direta ou indireta me ajudaram neste processo e que torceram por mim. Minha gratidão! Avante!

RESUMO

Compreender sobre as principais concepções de território, a partir da perspectiva da geografia, mostra-se essencial não só para verificar como se dá o desenvolvimento de determinado local e/ou região como também para identificar os fatores que podem estar mitigando e impedindo as melhorias de um determinado território ou, até mesmo, para analisar as melhorias conquistadas socioeconomicamente. Diante disso, esta dissertação analisou a situação do desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos, localizado no oeste do estado de Mato Grosso. Para isso, foram delineados os seguintes momentos: apresentar a sistematização do processo de desenvolvimento socioeconômico no município de São José dos Quatro Marcos; identificar os principais problemas (entraves) que podem dificultar esse processo e abordar sobre as perspectivas de desenvolvimento territorial, partindo da percepção da comunidade e da representação política municipal. Como caminho metodológico para atingir esses objetivos, diante da natureza da geografia como ciência social e em constante processo de mudanças, foi escolhida a pesquisa bibliográfica, elaboração e aplicação de entrevistas semiestruturadas, investigação teórica, e a pesquisa empírica, buscando identificar os possíveis problemas e a percepção da comunidade local quanto ao desenvolvimento territorial do município. Os resultados indicaram, que, moradores e políticos percebem o desenvolvimento territorial apenas sob o aspecto econômico e populacional, deixando de lado questões atinentes à saúde, educação, lazer, saneamento, entre outras dimensões da vida coletiva que tiveram substanciais melhorias quanto aos indicadores. É fato, entretanto, que há necessidade de que as políticas públicas implementadas no município sejam integrativas quanto às diversas dimensões sociais, econômicas e ambientais, de modo a satisfazer as necessidades coletivas. Outra questão essencial é observar que as políticas públicas também podem ser construídas e emanadas do poder público local, tendo capacidade de interferências nas questões do desenvolvimento municipal e da cidade, somadas às políticas públicas regionais e nacionais.

Palavras-chave: território; região; políticas públicas; desenvolvimento territorial; São José dos Quatro Marcos.

ABSTRACT

Understanding the main conceptions of territory, from the perspective of geography, proves to be essential not only to verify how the development of a certain place and/or region takes place, but also to identify the factors that may be mitigating and preventing improvements in a certain territory or even to analyze the socioeconomic improvements achieved. Therefore, this dissertation analyzed the situation of territorial development in the municipality of São José dos Quatro Marcos, located in the west of the state of Mato Grosso. For this, the following moments were outlined: to present the systematization of the socioeconomic development process in the municipality of São José dos Quatro Marcos; identify the main problems (obstacles) that can hinder this process and address the perspectives of territorial development, starting from the perception of the community and the municipal political representation. As a methodological path to achieve these objectives, given the nature of geography as a social science and in a constant process of change, bibliographical research, preparation and application of semi-structured interviews, theoretical investigation, and empirical research were chosen, seeking to identify possible problems and the perception of the local community regarding the territorial development of the municipality. The results indicated that residents and politicians perceive territorial development only under the economic and population aspect, leaving aside issues related to health, education, leisure, sanitation, among other dimensions of collective life that had substantial improvements in terms of indicators. It is a fact, however, that there is a need for public policies implemented in the municipality to be integrative in terms of the various social, economic and environmental dimensions, in order to satisfy collective needs. Another essential issue is to observe that public policies can also be constructed and emanate from the local government, having the capacity to interfere in issues of municipal and city development, in addition to regional and national public policies.

Keywords: territory; region; public policy; territorial development; San Jose dos Quatro Marcos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de São José dos Quatro Marcos em Mato Grosso	19
Figura 2 – Região de Planejamento de VII – Sudoeste de Mato Grosso	35
Figura 3 – Região de Planejamento de Cáceres-MT	76
Figura 4 – Localização do Município na Microrregião Jauru	82
Figura 5 – Imagem aérea de São José dos Quatro Marcos	83
Figura 6 – Carreata em comemoração à emancipação do município em 1979	85
Figura 7 – Mapa município em 1989 - área de vegetação natural e pastagens	86
Figura 8 – Mapa município em 1999 - área de vegetação natural e pastagens	88
Figura 9 – Mapa município 2009 - área de vegetação natural e pastagens	90
Figura 10 – Mapa do município 2019 - área de vegetação natural e pastagens	92
Figura 11 – Lavoura de café como principal agricultura na época no período de 1970	95
Figura 12 – Plantio de algodão em 1992 no município	96
Figura 13 – Trabalhadores na plataforma de desembarque da algodoeira 4 M.1992	97
Figura 14 – Máquina de pluma de algodão da algodoeira Teka	97
Figura 15 – Fardos de algodão (1991)	98
Figura 16 – Indústria frigorífica JBS fechada em 2015 no município	105
Figura 17 – Frente do Frigorífico	105
Figura 18 – Olaria Comunidade Areia Branca	106
Figura 19 – Cerâmica Vale do Cabaçal	107
Figura 20 – Serraria Pazete	107
Figura 21 – Córrego Corgão	109
Figura 22 – Gráfico do Efetivo Rebanho bovino 2004 a 2020	110
Figura 23 – Gráfico produção leiteira em São José dos Quatro Marcos em 2005 e 2011	111
Figura 24 – Gado leiteiro criado de forma extensiva	112
Figura 25 – Gado leiteiro criado de forma intensiva	112
Figura 26 – Indústria de laticínios Vencedor	113
Figura 27 – Horta do Assentamento Florestan Fernandes	114
Figura 28 – Feira do produtor rural	114
Figura 29 – Plantio de madeira Teca no município	115
Figura 30 – Praça Bandeirantes e Igreja Católica Central	131
Figura 31 – Avenida São Paulo 1960	133
Figura 32 – Avenida São Paulo atualmente	133
Figura 33 – Empresa de ônibus Transjaó 1969	134
Figura 34 – Banco Financeiro	135
Figura 35 – Inauguração do cinema no ano de 1970	136
Figura 36 – Inauguração asfalto avenida São Paulo	137
Figura 37 – Ruas entorno da praça dos Bandeirantes	137
Figura 38 – PIB per capita 2010 a 2018 de São José dos Quatro Marcos	152

Figura 39 – Municípios com programas do café clonal	180
Figura 40 – Identificação das variáveis no ambiente interno que influenciam positivamente e negativamente no município de São José dos Quatro Marcos	187
Figura 41 – Identificação das variáveis no ambiente que influenciam positivamente e negativamente no município de São José dos Quatro Marcos	188
Figura 42 – Mapa estratégico	189
Figura 43 – Córrego Manoel Paulino na atualidade	203
Figura 44 – Evolução do desmatamento na sub-bacia do córrego Corgão entre 1984 e 2018	204
Figura 45 – Companhia do Barreirão no início do giro em 2017	242
Figura 46 – Festa da colheita 1974	243
Figura 47 – Festa do Padroeiro/ Festa do Padre em 1977	244
Figura 48 – Última Festa do Padroeiro/Festa do Padre no ano de 2019	244
Figura 49 - Apresentação do espetáculo "As Doze Princesas Bailarinas" do Centro de Dança Ballet Quatro Marcos em 2014	246
Figura 50 – Festival de Música e Show Nacional no ano de 2018	247
Figura 51 - Festividades de final de ano na praça Bandeirantes com destaque para a árvore de natal gigante, 2019	247
Figura 52 – Parque Wilson de Souza Rézio 2022	265

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Posição e IDHM de Quatro Marcos dentro do Estado de Mato Grosso	20
Tabela 2 – Série histórica IDH-M de São José dos Quatro Marcos - posição dentro do Estado de MT	21
Tabela 3 – Densidade demográfica do município de São José dos Quatro Marcos nos anos de 2000 e 2010	21
Tabela 4 – População total em Mato Grosso e S.J.Q. Marcos em 1980,1991, 2000, 2010 e 2012 e estimativa 2021	22
Tabela 5 – Imóveis Rurais São José dos Quatro Marcos - 2022	23
Tabela 6 – Significado de Cáceres para a região na opinião dos representantes governamentais dos municípios	80
Tabela 7 – Dados tabulados mapa 1989	87
Tabela 8 – Dados tabulados mapa 1999	89
Tabela 9 – Dados tabulados mapa 2009	91
Tabela 10 – Dados tabulados do mapa 2019	93
Tabela 11 – Números de indústrias e comércios em S. J. D. Quatro Marcos em 1979	101
Tabela 12 – Empresas em São José dos Quatro Marcos/MT por Segmento (CNAE - Atividade Econômica) - 2022	103
Tabela 13 – Origem e significados das palavras: cidade-urbano e campo-rural	118
Tabela 14 – Evolução da População do Município (1980 a 2014)	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Desenvolvimento territorial do município na atualidade	140
Quadro 2 – Trabalho voltado para o desenvolvimento territorial no município	144
Quadro 3 – Entraves e perspectivas de superação relacionadas ao desenvolvimento territorial	147
Quadro 4 – Importância da agricultura para o desenvolvimento territorial	154
Quadro 5 – Investimentos socioeconômicos e análise da mobilidade populacional	165
Quadro 6 – Planos, programas e atividades voltados para o desenvolvimento territorial e agentes responsáveis	172
Quadro 7 – Importância dos aspectos geográficos para o desenvolvimento territorial	191
Quadro 8 – Perspectivas de construção de futuro	199
Quadro 9 – Desenvolvimento Territorial do município na atualidade	207
Quadro 10 – Trabalho voltado para o desenvolvimento territorial no município	210
Quadro 11 – Entraves e perspectivas de superação relacionadas ao desenvolvimento territorial	213
Quadro 12 – Importância da agricultura para o desenvolvimento territorial	223
Quadro 13 – Investimentos socioeconômicos e análise da mobilidade populacional	233
Quadro 14 – Planos, programas e atividades voltados para o desenvolvimento territorial e agentes responsáveis	249
Quadro 15 – Importância dos aspectos geográficos para o desenvolvimento territorial	256
Quadro 16 – Perspectivas de construção de futuro	267

LISTA DE ABREVIATURAS

BA	Bahia
CDL	Câmara de Diretores Lojistas
CE	Ceará
CNAE	Confederação Nacional Classificação de Atividades Econômicas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
DIC	Departamento de Terras e Colonização
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DTC	Departamento de Terras e Colonização
EPC	Econômicos, políticos e culturais que são abordados diferentemente
ES	Espírito Santo
FAPAN	Faculdade do Pantanal
FETHAB	Fundo Estadual de Transporte e Habitação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FILFOK	Festival Internacional de Folclore de Mato Grosso
FIA	Fundação Instituto de Administração
FIP	Festival Internacional de Pesca
FJP	Fundação João Pinheiro
FLV	Frutas, legumes e verduras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços
IDM-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IED	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JBS	João Batista Sobrinho
JICA	Japan International Cooperation Agency
MG	Minas Gerais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDI	Programa de Desenvolvimento Integrado

PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PSBM	Plano de Saneamento Básico
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar Nacional
SEAF	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM	Secretaria de Comunicação Social do Governo de Mato Grosso
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SP	São Paulo
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
TCE	Tribunal de Contas do Estado
ZSEE	Zoneamento socioeconômico e ecológico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO	24
2.1 O TERRITÓRIO E A REGIÃO NA GEOGRAFIA: DIVERSAS INTELIGIBILIDADES DOS CONCEITOS	24
2.2 TERRITÓRIO E REGIÃO NA EXPANSÃO CAPITALISTA	37
2.3 A REGIÃO CENTRO-OESTE E AMAZÔNICA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITALISMO SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO	39
2.4 A INTERIORIZAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E O SURGIMENTO DE MUNICÍPIOS E CIDADES	45
2.5 A FRONTEIRA AGRÍCOLA: ATRAÇÃO E RETRAÇÃO NA OFERTA DE EMPREGO E RENDA	52
2.6 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	58
3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO OESTE DE MATO GROSSO	63
3.1 O CAMPESINATO EM MOVIMENTO: EM BUSCA DE TERRA, TRABALHO E RENDA	63
3.2 A FORMAÇÃO GEO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO/CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS NO CONTEXTO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO: AS FASES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO	72
3.3 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE	99
3.4 A QUESTÃO DAS PEQUENAS CIDADES E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO	122
4 O DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS	132
4.1 O PENSAMENTO POLÍTICO LOCAL	132
4.2 O PENSAMENTO E AS PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE LOCAL.	206
4.4 REFLEXÕES E ANÁLISE DA SITUAÇÃO ENCONTRADA	270
REFERÊNCIAS	279
APÊNDICE	309

1 INTRODUÇÃO

A curiosidade do homem foi e continua sendo um importante elemento para a constituição das sociedades e da Geografia. As necessidades básicas impõem atividades diversas e para satisfazê-las, o homem deixa suas marcas e impressões na superfície terrestre.

De acordo com Dantas e Medeiros (2011, p. 10), “o saber geográfico enquanto conhecimento acerca do mundo está presente em todos os tempos e em todas as civilizações”. Portanto, pode-se dizer que a Geografia surge com a humanidade quando esta descobre novos lugares, cultiva, constrói e substitui o meio natural por um meio modificado/ cultural.

O ser humano jamais se contentou em apenas observar a Terra. Por meio de uma constante interação com o meio, ele tem deixado suas marcas: tira da terra os elementos essenciais à sua vida. Com esta intervenção, as sociedades humanas “desnaturam” a superfície da Terra, o que implica sua transformação (DANTAS; MEDEIROS, 2011, p. 11).

Neste sentido, vale ressaltar que desde os primórdios o ser humano buscou sua sobrevivência. A princípio, de acordo com relatos históricos (FELDENS, 2018), o homem sendo nômade buscou sobreviver por meio da caça, pesca, coleta de alimentos e se abrigando em cavernas. Com o passar do tempo, o ser humano passou a ocupar novos territórios e descobrir novas maneiras de habitar.

Assim, juntamente com a evolução da espécie humana, surgiram as primeiras cidades. Palen (1975) destaca que as primeiras cidades eram geralmente pequenas (não chegando nem a 25 mil habitantes), porém sua importância não era dada por seu tamanho, mas sim pela maneira com que se organizavam socialmente.

Para Carlos (2013, p. 25), “hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista”.

Neste contexto, o papel dos territórios emerge na ciência geográfica. Ferreira e Pessoa (2012) apontam que o conceito de território, que é umas das categorias de estudo da Geografia, vai além de uma simples base física, pois engloba aspectos complexos que vão muito além do contexto natural.

Assim, “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades, que desempenham um papel muito importante no desenvolvimento econômico” (FERREIRA; PESSOA, 2012, p. 22).

O conceito/categoria de território vem sendo estudado e discutido por ciências e pensadores, mas é na Geografia que assume várias concepções. Neste trabalho apresentamos alguns dos conceitos de território na visão de estudiosos e pensadores da ciência geográfica. Tal fato é extremamente relevante, já que a pesquisa realizada tem por objetivo analisar a situação do desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos, localizado no estado de Mato Grosso.

Destacam-se como objetivos específicos da pesquisa: a sistematização do processo de desenvolvimento socioeconômico no município de São José dos Quatro Marcos; a identificação dos principais problemas (entraves) e perspectivas de desenvolvimento territorial a partir da percepção da comunidade e da representação política municipal.

Para atingir tais objetivos, sabendo que a Geografia é uma ciência social e, portanto, passível de mudanças, a pesquisa bibliográfica foi realizada durante todo o processo da pesquisa, sendo utilizadas fontes tais como livros, periódicos, revistas, internet, dissertações e teses, com o intuito de aprofundar o conhecimento referente aos conceitos abordados. Também à luz de referenciais teóricos, foi realizada uma análise sobre o processo de expansão do capitalismo no Centro-Oeste e Amazônia, dentro daquilo que se denomina de Marcha para o Oeste, processo a partir do qual ocorre a formação de São José dos Quatro Marcos.

Para a sistematização do processo de desenvolvimento socioeconômico no município foi efetuado um levantamento histórico-geográfico sobre sua origem, seu processo de constituição e sua formação socioeconômica por meio de estudo documental, buscas junto ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura Municipal e dados governamentais estaduais e federais.

A fim de identificar possíveis problemas (entraves) e perspectivas que estão intrínsecas ao desenvolvimento territorial, foram elaboradas e aplicadas, aos representantes políticos (prefeito, vereadores, secretários de departamentos municipais) e representantes da comunidade local (presidente da CDL, representantes sindicais, professores, lideranças de bairro), 20 questões, semiestruturadas, tendo por objetivo a coleta de informações para análise da situação

do município desde sua formação até os dias atuais, bem como identificar políticas públicas (programas, projetos, ações sistemáticas ou ocasionais-pontuais) voltadas para o desenvolvimento territorial do município.

As entrevistas foram realizadas seguindo a metodologia da entrevista compreensiva de Kaufmann (2013), que consiste em uma entrevista criada pelo sociólogo francês Jean Claude Kaufman, a qual se fundamenta numa análise compreensiva da fala. Neste sentido, a Entrevista Compreensiva adota uma postura de não apenas subsidiar elementos para análise, mas também de compreender os fenômenos durante todo o processo, o que requer o reconhecimento de interações que emergem no percurso de construção do conhecimento.

Sendo assim, com a finalidade de propiciar um maior conhecimento referente ao tema pesquisado, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: Introdução, contendo o objetivo geral, os objetivos específicos, e a justificativa da pesquisa; três capítulos: Território e desenvolvimento; O processo de ocupação do Oeste de Mato Grosso e o campesinato em movimento: em busca de terra, trabalho e renda; e Desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos: Problemas e perspectivas.

O capítulo “Território e desenvolvimento” dispõe do referencial teórico e se divide em seis subitens que abordam os seguintes tópicos: O território e a região na geografia: diversas inteligibilidades dos conceitos; O território e região na expansão capitalista; A região Centro-Oeste e Amazônica no contexto da expansão geográfica do capitalismo sobre o território brasileiro; A interiorização do modelo de desenvolvimento brasileiro e o surgimento de municípios e cidades; A fronteira agrícola: atração e retração na oferta de emprego e renda; A questão do desenvolvimento territorial.

O capítulo intitulado “O processo de ocupação do Oeste de Mato Grosso e o campesinato em movimento: em busca de terra, trabalho e renda” divide-se em três subitens que abordam os temas: A formação geo-histórica do município/cidade de São José dos Quatro Marcos no contexto da região Oeste do estado de Mato Grosso: As fases econômicas e políticas de sua formação territorial; As atividades econômicas em São José dos Quatro Marcos e a relação campo/cidade; A questão das pequenas cidades e o desenvolvimento.

A análise da pesquisa é apresentada no último capítulo, “O desenvolvimento territorial de São José dos Quatros Marcos: Problemas e perspectivas”. Neste capítulo são verificados o pensamento local, as perspectivas de desenvolvimento do município, as políticas públicas que interferem em seu desenvolvimento territorial, as reflexões e análise da situação encontrada, e por fim, apresenta-se as considerações finais e as referências utilizadas.

Saber qual a situação e perspectivas de desenvolvimento territorial são apresentadas à população do município/cidade de São José dos Quatro Marcos e como são percebidas pela comunidade local e pela representação política são fatores instigantes que moveram a realização desta pesquisa.

Abramovay (2002, p. 1) expõe que:

Em todo o mundo, o processo de planejamento adquire dimensão territorial cada vez mais pronunciada. Isso supõe, entretanto, a construção e o reconhecimento de atores e organizações capazes de incorporar as iniciativas, as ambições e os potenciais das diferentes regiões de que se compõem os países.

Neste tocante, na pesquisa abordamos a questão do desenvolvimento territorial que, segundo Corrêa (2009), tem se configurado como uma maneira de Estado e cidadãos locais de determinado território buscarem a promoção de políticas que visem o combate à pobreza no Brasil, tendo por intuito direcionar recursos e programas provenientes de diferentes ministérios para os territórios escolhidos como primordiais para receber apoio.

Entretanto, Ferreira e Pessoa (2012) afirmam que ao se falar em desenvolvimento territorial é importante desvincular-se da visão de um desenvolvimento setorial, buscando articular as várias capacidades locais para o crescimento do todo. Assim, a dimensão do desenvolvimento territorial vem despertando cada vez mais interesse dos cientistas sociais e principalmente da Geografia.

Isto posto, a pesquisa aqui apresentada se justifica não somente como forma de descobrir e apontar os possíveis entraves relacionados ao desenvolvimento territorial do referido município, mas por oportunizar às autoridades municipais e à sociedade local uma reflexão sobre a temática abordada.

O município/cidade de São José dos Quatro Marcos, localizado a 308 km da capital do Estado de Mato Grosso-Cuiabá, tem seu surgimento e desenvolvimento

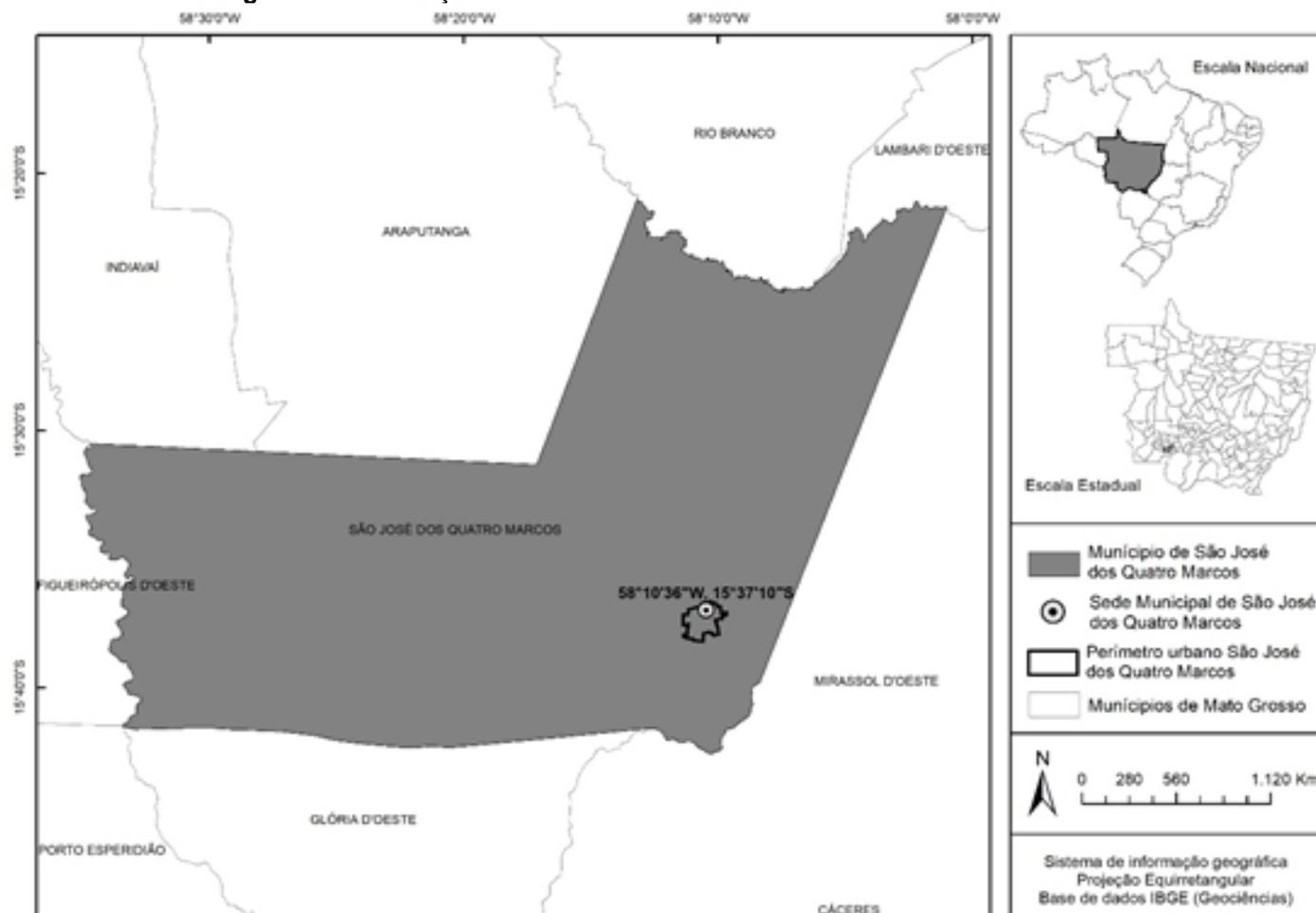
territorial ligado ao contexto do período denominado de Marcha para Oeste (BORDIN, 2018, p. 21). Durante este período, com o objetivo de promover o desenvolvimento populacional e a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, o projeto promoveu a criação de pequenos núcleos de colonização e foi assim que o município em questão foi se formando e se desenvolvendo territorialmente.

Portanto, esta pesquisa busca promover um estudo de caso de São José dos Quatro Marcos e responder questões referentes ao desenvolvimento territorial que para Favareto (2010, p. 308) é resultante de determinadas formas de arranjo, capazes de unir os benefícios privados e sociais para garantir que os resultados do desenvolvimento sejam repartidos de maneira mais equânime.

O município/cidade em tela encontra-se situado na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, no bioma Amazônico, na latitude Sul 15°38'00" e longitude Oeste 58°10'14", a sua altitude média está em torno de 230 metros.

O município ocupa uma área de 1.282,763 km² (IBGE, 2017), apresenta dois distritos, Aparecida Bela e Santa Fé D' Oeste, e se delimita com os municípios de Mirassol D'Oeste, Araputanga, Rio Branco, Glória D'Oeste, Lambari D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste e Indiavaí (Figura 1).

Figura 1 – Localização de São José dos Quatro Marcos em Mato Grosso



Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima.

Com relação ao IDH-M, de acordo com dados do IBGE (2010), o município ocupa a 21ª posição dentro do Estado de Mato Grosso, com 0,719 de IDH-M (Tabela 1). A nível de Brasil, o município ocupa a 1331ª posição.

Tabela 1 – Posição e IDHM de Quatro Marcos dentro do Estado de Mato Grosso

Posição	Cidade	IDH-M
1º	Cuiabá	0,785
2º	Lucas do Rio Verde	0,768
3º	Nova Mutum	0,758
4º	Rondonópolis	0,755
5º	Sinop	0,754
19º	Ipiranga do Norte	0,727
20º	Araputanga	0,725
21º	São José dos Quatro Marcos	0,719
22º	Conquista do Oeste	0,718
22º	Diamantino	0,718
137º	Cotriguaçu	0,601
138º	Barão de Melgaço	0,600
139º	Porto Estrela	0,599
140º	Nova Nazaré	0,595
141º	Campinápolis	0,538

Fonte: IBGE (2010).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP),

com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, o IDH-M do município em questão tem apresentado mudanças como se pode verificar na tabela abaixo.

Tabela 2 – Série histórica IDH-M de São José dos Quatro Marcos - posição dentro do Estado de MT

IDH-M Longevidade	1991 67º	2000 60º	2010 73º
IDHM-M Renda	76º	100º	35º
IDH-M Educação	0,171º	0,415	0,643

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

No que se refere à população do município, de acordo com o último censo realizado em 2010, estava estimada em 18.998 habitantes (estimativa em 2021: 18.788 hab.) A densidade demográfica do município de acordo com este mesmo censo era de 14,75 hab./km². Na área urbana do município se concentravam 76,4% (14.507) da população, e na área rural 23,6% (4.491). É importante considerar que no ano de 1980 no Brasil e no Estado de Mato Grosso houve um aumento de habitantes na zona urbana. Entretanto, em São José dos Quatro Marcos, a maioria se concentrava na área rural, todavia, em 1991 houve uma inversão deste processo no município, pois, a população passou a residir mais na zona urbana, o que é evidenciado até os dias atuais (PMSB, 2014, p. 25).

Embora a população urbana de São José dos Quatro Marcos tenha superado a da população rural entre o censo de 1980 e 1991, é possível verificar uma estagnação da população urbana, o que não ocorre dentro do estado de Mato Grosso. O estado obteve, entre os anos de 2000 e 2010 (Tabela 3), um aumento de densidade populacional, enquanto o município de São José dos Quatro Marcos diminuiu, o que comprova sua perda populacional durante este período (PMSB, 2014, p. 28).

Tabela 3 – Densidade demográfica do município de São José dos Quatro Marcos nos anos de 2000 e 2010

Discriminação	Mato Grosso		São José Dos Quatros Marcos	
	2000	2010	2000	2010
População	2.505.245	3.035.122	1 9.693	1 8.998
Área km ²	903.329,70	903.329,70	1.289,10	1.289,10

Densidade demográfica hab/km ²	2,77	3,36	15,28	14,74
---	------	------	-------	-------

Fonte: IBGE (2000; 2010) e PMSB (2014).

A seguir podemos observar as nuances populacionais de São José dos Quatro Marcos desde o ano de 1980 a 2021 (Tabela 4). Os números indicam que não ocorreu uma variação considerável neste período, entretanto, a partir do ano de 2000 o número populacional começou a ter um decréscimo em seu contingente, diminuindo de 19.693(2000) para 18.998 (2010). Considerando o censo de 1980 e a estimativa de 2021, o município cresceu em número de habitantes apenas 3,2%, enquanto o Estado Mato de Grosso cresceu 213%. Dentre os fatores para este baixo crescimento populacional está a falta de oportunidades de empregos, mas também a redução na taxa de natalidade e queda da fecundidade presente não somente no local em questão, bem como no Brasil e em outros países.

Tabela 4 – População total em Mato Grosso e S.J.Q. Marcos em 1980,1991, 2000, 2010 e 2012 e estimativa 2021

Discriminação	1980	1991	2000	2010	2012	2021
Mato Grosso	1.138.918	2.027.231	2.505.245	3.035.122	3.115.336	3.567.234
São José dos Quatro Marcos	18.202	22.011	19.693	18.998	18.894	18.788

Fonte: IBGE (2010) e PMSB (2014).

Corroborando com este apontamento, Paiva e Wajnman (2005, p. 319) apresentam que assegurar o acesso à educação, saúde, ou seja, a implementação de políticas públicas para todos os segmentos da população que estão ou vão ingressar no mercado de trabalho, assim como assegurar a atuação das mulheres como agentes de mudanças, é um passo importante para promover o desenvolvimento. Portanto, o conhecimento sobre distribuição demográfica é essencial, todavia mudanças estruturais são determinantes para que isto ocorra.

No que tange à estrutura fundiária de São José dos Quatros Marcos, de acordo com SNCR-2022 (Sistema Nacional de Cadastro Rural), existem um total de 2.831 estabelecimentos agropecuários entre chácaras, fazendas e estâncias (Tabela 5),

sendo a grande maioria pertencente a proprietários do município e, destes proprietários, a grande maioria são do sexo masculino.

Sobre o grau de escolarização dos proprietários, grande parte possui o ensino fundamental ou primeiro grau; com relação à média de idade da maioria dos produtores, está varia entre os 45 e 65 anos de idade, com uma minoria de produtores com idade menor aos 25 anos, o que demonstra uma saída da população jovem do campo. Quanto à utilização das terras, em algumas propriedades familiares são cultivadas hortaliças e legumes destinados ao mercado urbano, o solo também é destinado em sua grande parte para o cultivo de lavouras temporárias e para pastagens (IBGE, 2017).

Tabela 5 – Imóveis Rurais São José dos Quatro Marcos - 2022

Município	Fazendas	Estâncias	Sítios	Chácaras
São José dos Quatro Marcos	350	553	1610	318

Fonte: SNCR (2022).

Assim como no estado de Mato de Grosso, no município a produção pecuária é de bovinos com destaque para a produção de gado leiteiro. Todavia, percebe-se uma diminuição praticamente em todas as atividades agropecuárias. No entanto, a pecuária leiteira não teve diminuição, pelo contrário, o número de vacas ordenhadas no período da realização do censo agropecuário indicava um consistente crescimento.

É substancial destacar que os estabelecimentos agropecuários em São José dos Quatro Marcos passaram por transformações, desde propensão à concentração e diferenciação, onde propriedades de agricultores familiares se tornavam fazendas até serem realizadas intervenções pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que resultaram na origem de assentamentos voltados para a agricultura familiar (PMSB, 2014, p. 52-53).

Diante do exposto, pode-se constatar que o surgimento do município se encontra vinculado à estrutura agrária realizada por colonizadoras de terras no passado.

2 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

2.1 O TERRITÓRIO E A REGIÃO NA GEOGRAFIA: DIVERSAS INTELIGIBILIDADES DOS CONCEITOS

[...] a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. (SANTOS, 1999, p.07)

Durante o processo de surgimento e evolução da ciência geográfica muito se tem discutido sobre vários conceitos utilizados. Estes conceitos conferem à geografia sua identidade e sua autonomia no ramo das ciências sociais:

Como ciência a geografia tem como objetivo de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (CORRÊA 2000, p. 16).

Sendo caracterizado como um conceito e uma categoria da Geografia, o “Território” vem sendo abordado e discutido por vários pensadores ao longo do tempo. Segundo Crespo (2010, p. 18), “etimologicamente a palavra território vem do latim territorium, que significa pedaço de terra apropriado”. De acordo com o dicionário Bechara (2011, p. 1089), território é “a porção da superfície terrestre pertencente a um país, Estado, município, distrito, região sob a jurisdição de uma autoridade”.

Pode-se dizer que o significado de território varia de acordo com a ciência que o utiliza. Andrade (2004) discorre sobre a concepção de território do ponto de vista das ciências naturais e das ciências sociais. Para o pesquisador, em ciências naturais o território assume a ideia “de predomínio de uma determinada espécie animal, que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies” (ANDRADE, 2004, p. 19).

Em ciências sociais, Andrade (2004, p. 19) aponta que o conceito de território se relaciona com a ideia de poder, seja público, estatal ou de grandes empresas privadas que acabam por dominar territórios extensos, perpassando fronteiras políticas e a soberania dos estados.

Atentando-se para estas duas concepções, verifica-se que elas estão interligadas no que se refere ao poder de determinados interagentes sobre o território. Tal fato pode ser averiguado sob o ponto de vista do alemão Friedrich Ratzel que, segundo Andrade (2004), teria sido o primeiro geógrafo a utilizar o conceito de território.

Ratzel via o ser humano a partir do ponto de vista biológico, sendo influenciado pelo meio que o cercava. Para Ratzel, o ser humano seria produto do meio em que vive e as condições naturais determinam a vida em sociedade. Influenciado por Charles Darwin, Ratzel “defendia o postulado de que a evolução se basearia na luta entre as diferentes espécies, de forma que aquelas que possuíssem as características de melhor adaptação ao meio sobreviveriam” (BRASIL ESCOLA, 2020)

Tal pensamento Ratzeliano ocorreu no período da unificação alemã em 1871 e, posteriormente, passou a ser utilizado por povos europeus e por Hitler com sua teoria de uma raça pura.

Tais ideais basearam e justificaram teoricamente a dominação dos povos europeus, que se colocaram como uma civilização mais evoluída e desenvolvida, com a missão de dominar os povos inferiores e impor sua cultura e modo de vida. Suas ideias também influenciaram aquilo que mais tarde veio a ser denominado por Nazismo (BRASIL ESCOLA, 2020)

Pode-se dizer que para Ratzel, um Estado forte que almejasse viver em paz, e que propiciasse boas condições de vida ao seu povo, deveria obter uma grande extensão territorial. Para este geógrafo, o solo é essencial para atender às necessidades de sobrevivência de uma nação, “sendo o território condição de trabalho e existência de uma sociedade, a perda deste conduz à decadência de uma sociedade” (RODRIGUES *et al.*, 2015, p. 89).

O território para o geógrafo Ratzel tinha como referencial o Estado-Nação e consistia:

Em uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, que teria uma necessidade imperativa de um território com recursos naturais suficientes para seu povoamento, os quais seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes (LIMA; SILVA; FORNO, 2015, p. 2).

Do exposto, percebe-se que o território surge na geografia tradicional como um espaço concreto em si, que é apropriado e ocupado por um grupo social. Nesta linha

de raciocínio, o geógrafo norte-americano Gottmann (2012) afirma que “território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo”.

Gottmann (2012, p. 523) ainda relata que:

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos. Na teoria política, o território parece ter sido um termo utilizado nas línguas europeias desde o século XIV para definir primeiramente a jurisdição ou até mesmo a órbita econômica de unidades governamentais, tais como cidades livres, feudos ou reinos.

Embora Gottman considere que o território abranja a parte física, material e natural do espaço geográfico, infere que é a ação antrópica representada por uma parcela específica com objetivos próprios que determina seu uso por meio de processo político. Ele ainda aponta que o conceito de território tem se alterado na Geografia ao longo dos séculos: “esse conceito está passando por uma modificação substancial que deve expressar alterações mais profundas que vêm ocorrendo nas questões da política” (2012, p. 524). Neste sentido, pode-se considerar território como um elo ideal entre espaço e política, “que durante os séculos XV ao século XX, a importância do território com base na égide política emerge nos mapas-múndi no qual é visível as ideias políticas das soberanias nacionais e autônomas da época” (*Ibidem*, p. 528).

Acompanhando o pensamento geográfico com relação ao conceito/categoria território, evidenciam-se diferentes tipos de abordagem e reflexões. Neste tocante, o conceito de território se refere não somente à questão de delimitação de terra – o que é notório em ideias de outros geógrafos, como Raffestin (1993) que alerta:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela apresentação), o ator ‘territorializa’ o espaço (p. 143).

Para Raffestin (1993, p. 50), território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Entende-se que na visão deste pesquisador a construção do território é influenciada por atividades humanas, como as práticas agrícolas e políticas, pelas transformações das cidades e mudanças dos hábitos de consumo.

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

Para Haesbaert (2009), o conceito/categoria território não apenas se define, mas se compreende à luz dos processos históricos e socioespaciais. Desta forma, o autor expõe que o conceito de território surge com dupla conotação, material e simbólica.

De qualquer forma, duvidosa ou não, é interessante salientar esta analogia, pois, muito do que se propagou depois sobre território, inclusive a nível acadêmico, geralmente perpassou direta ou indiretamente estes dois sentidos: um predominante, que diz respeito à terra e, portanto, ao território como materialidade; outro minoritário, que se refere aos sentimentos que o “território” inspira (por exemplo, de medo para aqueles que são excluídos dele, de satisfação para aqueles que usufruem ou que se identificam com ele) (HAESBAERT, 2009, p. 43-44).

De acordo com Medeiros (2009, p. 217 apud HAESBAERT, 1997, p. 41), “o território deve ser visto na perspectiva não apenas de um domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica”. Nesta perspectiva, entende-se que o território imprime um caráter de materialidade, de algo concreto, referente à terra para alguns; e para outros imprime a questão de pertencimento ou exclusão, ambos interligados por uma concepção de poder.

Bordo *et al.* (apud SAQUET, 2003) deixam claro que o território abrange um processo de forças e relações dos aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico,

centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (BORDO *et al.* apud SAQUET, 2003, p. 28).

Neste sentido, o processo de produção e apropriação do território tem sua origem nos fatores determinados por Saquet (2003) de EPC (econômicos, políticos e culturais que são abordados diferentemente), “por teóricos que de forma direta ou indireta tomam posições que contemplam as relações entre essas dimensões” (VALE *et al.*, 2005). Cada teórico abordaria em suas produções científicas sobre território uma ou mais dessas dimensões, que variam. Compreende-se que para o geógrafo Saquet, o conceito de território envolve produção histórica mediada pelas relações sociais.

Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico política, compreende-se o território como um espaço delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica. As dimensões da EPC são frutos das relações sociais, que se manifestam através do tempo, conceito fundamental para se compreender a constituição do território e da territorialidade, especialmente, as desigualdades e diferenças (VALE *et al.*, 2005, p. 13-14).

É notório que diferentes perspectivas e dimensões do conceito/categoria território continuam sendo apresentadas ao longo do tempo. Teóricos “positivistas, materialistas, estruturalistas e até mesmo correntes mais voltadas à subjetividade lançam seus olhares sobre o território” (JÚNIOR; SANTOS, 2018, p. 8).

Um ponto inerente à concepção de território é a questão do poder que, para Andrade (2004), se manifesta não necessariamente no poder do Estado, fato que segundo ele pode ser visto no atual mundo globalizado, no qual a importância das fronteiras políticas e a soberania dos estados diminuiu em decorrência do controle de áreas do globo terrestre ser detido por grandes empresas.

Andrade (2004) afirma que a ideia de poder está atrelada ao conceito de território, “quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder de grandes empresas que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais ignorando as fronteiras políticas” (p. 19).

Em um mundo globalizado, a tecnologia passa cada vez mais a fazer parte da vida e das necessidades dos seres humanos. Dentro deste processo, a Geografia continua a se transformar e apresentar diferentes paradigmas.

Na história do pensamento geográfico que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX aos dias atuais, as mudanças de paradigmas foram numerosas, sobretudo nos últimos 60 anos, revelando o dinamismo da geografia e sua inserção no debate no âmbito da ciência em geral [...] (CORREA, 2011, p. 60).

As dicotomias apresentadas na contemporaneidade na ciência geográfica permitem que ela se torne cada vez mais necessária, no sentido de promover questionamentos sobre o mundo real, “afinal são as diferenças que alimentam o avanço e não o pensamento único, que se repete, tornando-se incapaz” (CORRÊA, 2011, p. 61). Assim, os conceitos podem ser ressignificados e novas inteligibilidades apresentadas — é o que ocorre com o conceito de Território na concepção de Santos (1999), um dos grandes nomes responsáveis pela renovação da geografia.

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 1999, p. 7).

Mediante o processo de globalização e os processos que atuam no mundo acentuando e aprofundando desigualdades socioespaciais, Santos (1999) retoma o conceito de território ao de território usado, remetente ao sentimento de identidade, pertencimento ao lugar no qual o ser humano reside e estabelece um vínculo. Assim, o território usado seria não somente um local de trocas materiais, mas também de trocas espirituais e vivências. Explicitamente, Santos (1999, p. 8) afirma sobre o conceito de território:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de

análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: 'primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem'. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe.

Do exposto, pode-se dizer que existem várias concepções sobre o conceito/categoria território abordado por diferentes teóricos e elas são muito utilizadas, tendo em vista que tais definições se relacionam aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. Todavia, a conceituação mais comumente adotada o relaciona ao espaço apropriado e delimitado a partir de uma relação de poder, nesta mesma perspectiva também ocorre uns dos entendimentos sobre o conceito de região.

Região é um dos “conceitos mais importantes da Geografia e foi desenvolvido como uma forma de entender o espaço geográfico a partir de sua fragmentação em particularidades detentoras de características relativamente homogêneas e/ou identificáveis” (BOSCARIOL, 2017, p. 186).

Segundo Moreira (1993), o conceito de região é hermético, sendo na maioria das vezes definido pelas relações sociais e econômicas que a envolvem, ou seja, as relações de poder. A relação de poder se torna ainda mais presente no mundo globalizado, que por sua vez traz consigo conceitos velhos numa nova roupagem e conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos — é o que se verifica no entendimento de Moreira (2007, p. 56):

Neste início de século uma realidade nova, apoiada não mais nas formas antigas de relações do homem com o espaço e a natureza, mas nas que exprimem os conteúdos novos do mundo globalizado, traz consigo uma enorme renovação nas formas de organização geográfica da sociedade. Diante dessa nova realidade, conceitos velhos aparecem sob forma nova e conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos.

Nesta perspectiva, Moreira (2007, p. 61) indica que o conceito de região continua a existir. Todavia, (agora) neste novo mundo globalizado assume um papel de contiguidade, de forma que a região acaba por ser um lugar de ligação entre países num mercado globalizado em que impera a competição.

De acordo com Gomes (2000), é importante fazer uma análise profunda sobre o termo região em sua plenitude. Para tanto, o autor salienta que o termo pode ser utilizado tanto pelo senso comum quanto por outras ciências. Para ele, é importante

estabelecer as "significações" do conceito de acordo com os "diversos contextos nos quais essa noção serve como elemento-chave de um sistema explicativo, contextos políticos-institucionais, econômicos e culturais" (GOMES, 2000, p. 50).

No tocante à origem da palavra região, Gomes (2000, p. 50) afirma:

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que ainda, que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas em Roma.

Como a ciência geográfica passou por várias transformações desde seu surgimento e processo de sistematização, o conceito de região, assim como o de território, varia dentro das correntes de pensamento geográfico, tendo passado pelas seguintes classificações:

região natural (surge a partir da inspiração da geologia e entende-se que o ambiente tem certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade, configurando o determinismo geográfico); região geográfica ou região-paisagem (em que admite-se que a sociedade não é determinada pelo meio em que vive, mas dele dispõe como deseja, transformando-o segundo suas possibilidades); a região homogênea e a região funcional (tendo como pressupostos análises de âmbito econômico) e o conceito de região associado ao sentimento de pertencimento da população a uma parte do espaço (LISBOA, 2007, p. 28).

Na corrente determinista, o conceito região se fundamenta nos aspectos da natureza, como clima, relevo e vegetação, sendo estes elementos semelhantes. Dentro desta corrente o elemento humano é um produto do meio, ou seja, são os elementos naturais que determinam as condições humanas. Neste sentido, região é:

Uma parte da superfície da Terra, dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, e caracterizadas pela uniformidade resultante da combinação ou integração em áreas dos elementos da natureza: o clima, a vegetação, o relevo, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes. Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos acham-se integrados e são interagentes (CORRÊA, 2000, p. 24).

Dentro da abordagem feita pelo Possibilismo, a escola francesa de geografia, o homem não é um mero coadjuvante e a região não é mais relacionada à ordem natural, porque passa a ser região geográfica ou região paisagem, ou seja, "uma

região geográfica abrange uma paisagem e sua extensão territorial, onde se entrelaçam componentes humanos e da natureza” (CORRÊA, 2000, p.15).

No tocante à Nova Geografia ou Geografia teórica, Corrêa (2000) destaca que região é um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores se comparadas com outros lugares, assim cabe às técnicas da estatística definir o que é região.

As similaridades e diferenças são definidas através de técnicas estatísticas, como o desvio-padrão, o coeficiente de variação e a análise de agrupamento. Logo, é a estatística quem define as regiões, pressupondo uma objetividade máxima ao aplicar sempre as mesmas técnicas (CORRÊA, 2000, p. 17).

Sob o paradigma da geografia crítica, Corrêa (2000) afirma que o conceito de região deve ser visto a partir da caracterização do capitalismo como um sistema que promove o desenvolvimento desigual. A região é considerada uma entidade concreta, resultante das contradições materializadas no espaço.

Um conceito intelectualmente produzido. Partimos da realidade, claro, mas a submetemos à nossa elaboração crítica, na sequência, procurando ir além da sua apreensão em bases puramente sensoriais. Procuramos captar a gênese, a evolução e o significado do objeto, a região (CORRÊA, 2000, p. 22).

A Geografia humanística conceitua região como um espaço vivido. O autor supracitado assinala que esta acepção é considerada como base de identificação, sendo “definida como um conjunto específico e relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, e assim um elemento constituinte de sua identidade” (CORRÊA, 2011, p. 188).

Para a Geografia crítica é importante repensar o conceito de região observando que os espaços dentro do capitalismo são desiguais. Dentro desta ótica, Corrêa (2000, p. 45) destaca que os conceitos geográficos como território e região não se desvinculam de uma ação que é ao mesmo tempo social e espacial. Neste ponto, o conceito de região deve ser discutido a partir da caracterização do processo do capitalismo e de modo coerente com o marxismo, assim uma região pode ser vista como:

resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas [...] como uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos (CORRÊA, 2000, p. 45-46).

Nesta concepção, o conceito de região está diretamente relacionado à ação e controle presentes nas práticas políticas e econômicas de uma sociedade de classes, no qual as classes dominantes “utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subsequentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa” (CORRÊA, 2000, p. 25).

Em uma visão mais drástica, vale ponderar que embora nos discursos realizados exista uma valorização das particularidades regionais, na realidade a força do capital imprime práticas que por vezes chocam-se com a condição local, desconfigurando singularidades e redirecionando políticas sociais e econômicas (SOUZA, 2020, p. 25).

Isto posto, pode-se dizer que assim como o conceito de território apresenta dicotomias paradigmáticas, o conceito de região manifesta também um pluralismo de concepções. Por outro lado, segundo Ferreira (2017, p. 89), dentre as variadas concepções sobre região existe o consenso de que é impossível pensar em áreas heterogêneas, sem observar as características comuns de cada parte que forma o todo. Então, se torna determinante estudos sobre região e formas de se regionalizar, bem como sobre as problemáticas das divisões regionais para efeito de planejamento, administração e organização do território.

Para Gomes (2000, p. 52), o conceito de região envolve a discussão política sobre a dinâmica do Estado, a organização cultural, diversidade espacial, economia, noções de autonomia, soberania, direitos, bem como o sentido de unidade administrativa pelo qual ocorre uma hierarquia e um controle por parte dos Estados. Assim sendo, segundo o pesquisador, a Geografia é o campo privilegiado de discussões que envolve tais temas devido à região ser um dos conceitos-chaves desta ciência.

No conceito de região existe um encontro do homem com a cultura, natureza, sendo a região a materialidade desta inter-relação, desta maneira a região é capaz de

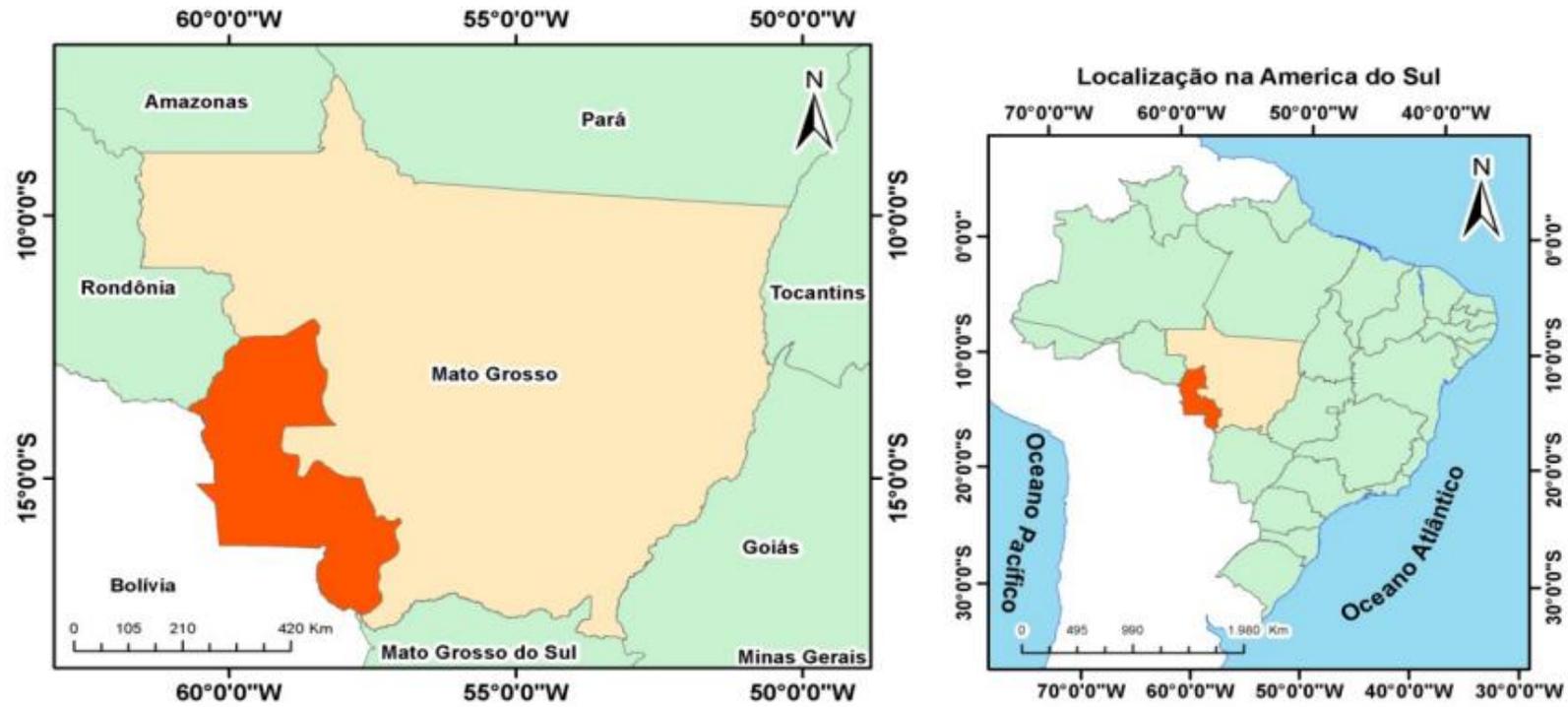
promover o encontro entre as ciências da natureza e as ciências humanas, o que seria uma verdadeira reflexão geográfica (GOMES, 2000, p. 62).

Concordando com esta ideia, Soares (2017, p. 07) escreve que a expressão região remete ao pensamento de um recorte do espaço, no qual acontece a materialização de um fato ou fenômeno, assim como a ideia de unidade administrativa onde o poder estatal estabelece estratégias políticas no sentido da gestão. Soares argumenta ainda que praticamente é impossível discutir sobre região enquanto categoria geográfica sem uma reflexão sobre o conceito de regionalização, devido ao fato de que a concepção de região surgiu mediante a necessidade de setorização do espaço para que neste ocorra ações de controle e intervenção. Neste contexto e diante do debate sobre o conceito de região ao longo do tempo dentro da ciência geográfica, este termo se relaciona ao plano de conceito de uma categoria que pensa no objeto e método da Geografia, enquanto a regionalização se refere à ação que envolve preceitos políticos, ideológicos e diferentes conteúdos teóricos-metodológicos (SOARES, 2017, p. 10).

Ainda segundo Soares (2017, p. 11), o Estado de Mato Grosso segue a ordem do que ocorre em todo território brasileiro no tocante aos projetos de regionalização, ou seja, o estado tem se baseado num ideário econômico com a finalidade de atender uma gestão em prol de um “desenvolvimento regional” que compartilha de uma lógica capitalista de transnacionais.

No tocante a tal questão e mediante o que foi apresentado neste texto sobre as concepções de território e de região, se faz necessário considerar sobre a Região de Planejamento do Estado de Mato Grosso, modelo de divisão territorial e regional adotado pelo governo do estado, tendo em vista que a pesquisa apresentada se refere ao desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos que se localiza em uma destas regiões de planejamento, a Região de Planejamento VII – Sudoeste.

Figura 2 – Região de Planejamento de VII – Sudoeste de Mato Grosso



Fonte: Soares e Moreira (2017).

A divisão do território mato-grossense em Regiões de Planejamento segue a lógica do capital, bem como a tática de intervenção e controle do Estado no espaço adotado para a regionalização do país, cujo objetivo principal seria o desenvolvimento (SOARES, 2014, p. 23).

O processo de dividir o território mato-grossense em Regiões de Planejamento corrobora com o pensamento de que cada região se compõe de paisagens diferentes e ao mesmo tempo unidas por aspectos socioeconômicos e ambientais. Estas Regiões de Planejamento foram elaboradas pela SEPLAN-MT com base no Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (ZSEE/MT) de Mato Grosso e com enfoque nos “[...] aspectos urbanos, com a delimitação das regiões de influência e hierarquização do espaço regional, e os aspectos rurais, com a delimitação das regiões homogêneas de produção” (MATO GROSSO, 2017, p. 09).

Ao analisar a Região de Planejamento VII - Sudoeste de MT, Soares (2014) disserta que:

essa porção geográfica apresenta algumas semelhanças, e aponta que: a regionalização enquanto recortes de áreas do território mato-grossense com vistas à intervenção e controle por parte do Estado não foge à regra das demais formas de recortamento regional vivenciado no restante do território brasileiro, haja vista que é sempre este, o Estado (Rei), o elemento idealizador e também mobilizador das estratégias de criação e controle dos chamados espaços regionais (SOARES, 2014, p. 23).

Em suma, as Regiões de Planejamento podem ser conceituadas como “um conjunto de Unidades Socioeconômico-Ecológicas, agregadas segundo a integração dos aspectos socioeconômicos e ecológicos com os elementos estruturadores das regiões de influência dos polos urbanos e tipologias funcionais” (MATO GROSSO, 2017, p. 09).

Por envolver vários pontos de vistas e propiciar discussões quanto à região tomando para si o processo de reflexão sistêmica sobre este conceito/categoria, finalmente nota-se que a Geografia se torna privilegiada. Em um mundo dito globalizado verifica-se uma discussão sobre o papel do Estado, pactos territoriais que modificaram o mundo, ressurgimento de questões regionais dentro das nações, bem como questões sobre nacionalismo e regionalismo fragmentados (GOMES, 2000, p. 52-53).

2.2 TERRITÓRIO E REGIÃO NA EXPANSÃO CAPITALISTA

O capitalismo, por si só, sempre dará em mais capitalismo (BRAZ, 2012, p. 469).

Desde seu surgimento, o sistema capitalista foi marcado pela divisão de classes sociais, fato que se configura no mundo dito globalizado, em que uma pequena parcela detém vantagens. São os chamados burgueses, os donos dos meios de produção, os empresários, os latifundiários, os empregadores, *versus* uma grande massa de trabalhadores. Contudo, os detentores dos meios de produção são os grandes responsáveis pelo sucesso do capitalismo porque detêm a força de trabalho (MONERAT, 2013).

Há de se concordar que é inevitável a expansão do sistema capitalista e as mudanças que ele ocasiona tanto no território quanto na região. Em uma sociedade capitalista, o lucro é primordial, e por isto o ser humano não mede esforços para acumular capital e segue transformando o meio natural através de técnicas e do trabalho, sempre alegando a busca pelo seu bem-estar e satisfação material. Entretanto, ao satisfazerem suas necessidades, outras surgirão (MONERAT, 2013).

Conforme Monerat (2013), o capital reproduz-se pelo processo de expansão, a partir da força de trabalho para produção de mercadorias, como valor de uso e troca, tendo em conta que a mercadoria produzida é o que fundamenta as riquezas capitalistas. Portanto, pode-se dizer que uma sociedade capitalista é mobilizada pela comercialização de mercadorias que contribuem para a formação de territórios e regiões.

O mundo das mercadorias criou novos territórios, não limitados por fronteiras estabelecidas pelos costumes tradicionais ou pelos antigos estados e seus aparelhos burocráticos e, sim, por uma multiplicidade de mercadorias que cruzavam oceanos, conquistaram novos mercados, destruíram antigas relações enquanto formavam novas (VOLL, 2017, p. 10).

Dentro de uma sociedade capitalista, a produção e comercialização de mercadorias é fundamental para a manutenção e expansão do sistema, que se reproduz por meio da força de trabalho. Neste seguimento, há uma série de atividades econômicas que se concretizam no território e, por conseguinte, na região.

O território é tido como um recurso para expansão e perpetuação do capital, onde constantemente “empreende-se um programa de infraestrutura para oferecer as

condições materiais necessárias ao processo de transformação do território nacional em um espaço de economia global” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 86).

Atualmente, em tempos de globalização e do capitalismo financeiro e informacional, em que a rapidez na comunicação e o avanço tecnológico se fazem presentes, encurtando distâncias e produzindo um mundo conhecido por “integrado”, os conceitos de território e região continuam em debate.

Para Corrêa (2000, p. 06-07), a inevitabilidade de conhecimento sintetizado sobre diferentes áreas da superfície da Terra, ou seja, de uma região, é uma preocupação remota, derivada da expansão mercantilista dos séculos XVI e XVII, resultado da demanda das grandes corporações e dos aparelhos de Estado. O pesquisador ainda aponta que depois da 2ª Guerra Mundial ocorreu uma expansão do capitalismo envolvendo progresso técnico, o que contribuiu para uma ampliação das grandes empresas já existentes. Mediante esta expansão capitalista, regiões que existiam antes da guerra são desfeitas e ao mesmo tempo, sob a ação humana movida pelo capital, se dá um processo de destruição e construção de novas formas espaciais, dando origem a uma nova configuração espacial, com mudança tanto no conteúdo quanto nos limites de região.

Em uma esfera onde o capitalismo é quem dita as regras da nova configuração socioespacial, “a região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas” (CORRÊA, 2000, p. 45).

Tal fato é evidenciado no Brasil, cuja expansão capitalista crescente, aliada às políticas de Estado, desde seu processo de formação tende a ocupar o território e regiões sem levar em consideração as consequências socioambientais.

2.3 A REGIÃO CENTRO-OESTE E AMAZÔNICA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITALISMO SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO

Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido (SANTOS, 2001, p. 16).

Observando o processo histórico de formação territorial do Brasil, nota-se que ele ocorreu sob a égide da expansão capitalista. Para Oliveira e Santos (2014, p. 82),

“a ocupação e formação territorial brasileira foram fundamentalmente pautadas pelos tratados territoriais e ciclos econômicos”.

Assim, o Tratado de Tordesilhas se configura como importantíssimo visto que estabeleceu que as terras localizadas até 370 léguas a oriente de Cabo Verde pertenciam a Portugal e as terras a oeste desta linha pertenciam à Espanha. O território brasileiro, naquele momento ainda não descoberto por portugueses ou espanhóis, já era de posse da coroa portuguesa (OLIVEIRA; SANTOS, 2014).

O Brasil teve a ocupação de suas terras intrinsecamente ligada à extração e comercialização do pau-brasil e com o reconhecimento e povoamento, inicialmente na parte litorânea do país, todo este processo de ocupação ocorreu concomitantemente com a exploração dos recursos naturais e com a exploração dos povos que já habitavam o território.

Assim, a ocupação do território pelos colonos portugueses se estabeleceu com a exploração agrícola das terras (extração do pau-brasil) e com os núcleos de ocupação e reconhecimento da faixa litorânea (divisão do território em quinze capitanias hereditárias), utilizando a mão de obra indígena para seu projeto colonial — indígenas que formavam uma população de cinco milhões de habitantes e que se tornaram atores essenciais no processo de formação brasileira (OLIVEIRA; SANTOS, 2014, p. 82).

Salienta-se que o processo de formação do território brasileiro é decorrente dos ciclos econômicos e que os povos tradicionais foram explorados, escravizados e, em grande parte, dizimados.

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país (PRADO, 2000, p. 20).

Um fator importante a se destacar neste processo de formação territorial brasileira é a ocorrência da União Ibérica que se estendeu de 1.580 a 1.640. Com o domínio da Espanha sobre Portugal, a União Ibérica teve como grande consequência os ataques promovidos pelos holandeses ao Nordeste do Brasil, bem como a

expansão das fronteiras de ocupação e exploração portuguesa além dos limites colocados pelo tratado de Tordesilhas (SILVA, 2020).

Neste sentido, a fronteira portuguesa avançou ao Oeste e, posteriormente, ao fim da União Ibérica foi estabelecido o Tratado de Madri, que reconhecia o direito *Uti possidetis*. Este marco (inclusive) está atualmente na praça em Cáceres. Deste modo, compreende-se que neste período colonial os portugueses já haviam estabelecido a fronteira que engloba a região oeste do Mato Grosso.

Sob a ótica do sistema capitalista monopolista, referente aos ciclos econômicos essenciais para formação territorial, Oliveira e Santos (2014) afirmam que:

Em meados dos séculos XVI e XVII passamos para o ciclo econômico do açúcar, baseado na economia escravista de agricultura tropical (escravos indígenas e africanos), com a finalidade de autofinanciamento da expansão territorial da coroa portuguesa. Com o processo de decadência da produção de açúcar, Portugal iniciou a exploração de metais preciosos, ciclo de mineração no planalto central, interiorizando a ocupação do território brasileiro, atraindo novos europeus para a colônia e modificando a configuração socioespacial, outro fator que merece destaque é o considerável aumento da produção pecuária do Sul do país, com a utilização de animais de carga para escoamento de alimentos e transporte para áreas geograficamente acidentadas (OLIVEIRA; SANTOS, 2014, p. 82).

No contexto dos ciclos econômicos e da expansão capitalista, em busca de novos territórios e regiões para serem exploradas, estão as regiões Centro-Oeste e Amazônica, estas já ocupadas por sociedades nativas preexistentes. Sendo uma das últimas regiões a ser explorada economicamente, o povoamento da Região Centro-Oeste, composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e Distrito Federal, se deu com a descoberta de minérios no seu subsolo pelos bandeirantes em meados do século XVII, “O extrativismo mineral ocorreu mais intensamente a partir do século XVIII, e foi de grande importância para a região, contribuindo para a formação de cidades importantes como Cuiabá, Cáceres, Corumbá dentre outras” (TEIXEIRA, HESPANHOL, 2006, p. 53)

Todavia, dentro do processo de expansão do capital, o extrativismo mineral entrou em decadência no final do século XVIII e duas novas atividades econômicas assumiram destaque no século XIX: a pecuária, com ênfase na produção de charque, e a extração de erva-mate nativa, encontrada em vastas extensões da região. A extração da erva-mate proporcionou grande leva de imigrantes para a região, no

entanto, ela ainda se encontrava pouco povoada (TEIXEIRA; HESPANHOL, 2006, p. 53).

É relevante ressaltar que a ocupação do Brasil “[...] sempre foi utilizada como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada [...]” (MENDES, 2012, p. 201). Sendo assim, a política de colonização brasileira foi pautada em uma ideologia geográfica de que os chamados vazios demográficos, que na verdade não o eram, devido à existência de povos e comunidades tradicionais, tinham que ser ocupados e incorporados ao mercado capitalista. Neste tocante, o governo utilizou a colonização para povoar e explorar economicamente terras com a finalidade de ocupar espaços que possuíam pouca ou nenhuma densidade demográfica, no interior do país (GALVÃO, 2013, p. 01).

A partir de 1930, com a política de ocupação de Getúlio Vargas, as regiões Centro-Oeste e Amazônica se inserem neste contexto. Por meio das chamadas “colônias nacionais” Vargas iniciou uma política colonizadora, cujo objetivo era fortalecer o domínio federal nas áreas de fronteiras, bem como expandir as pequenas propriedades como uma maneira de diversificar a produção do país, através de um desenvolvimento industrial nacional (MORENO, 1999, p. 75).

As colônias agrícolas nacionais faziam parte do programa criado por Getúlio Vargas denominado de Marcha para o Oeste, projeto governamental que buscou ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação. De acordo com Jesus e Souza (2018), somente com a chamada Marcha para Oeste o processo de povoamento da região Centro-Oeste teve efetiva consistência. A Marcha para o Oeste teve um papel importante na transformação do interior do país no que tange à produção de gêneros alimentícios e matéria-prima para abastecer os centros urbanos — e um grande aliado neste processo foram as campanhas publicitárias governamentais (JESUS; SOUZA, 2018).

Motivando volumosa campanha publicitária, a Marcha para o Oeste se materializou sobretudo nas viagens do presidente Getúlio Vargas, na construção de ferrovias e rodovias e na criação das oito colônias agrícolas nacionais pelo Decreto nº 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, sendo a de Goiás a primeira a ser implantada (JESUS; SOUZA, 2006 apud PESSOA, 1999, p. 47).

Na visão de Jesus e Souza (2018), outro ponto auge no processo de povoamento da região Centro-Oeste e dentro da expansão geográfica brasileira ocorreu em 1950, com a efetiva construção da nova capital, Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek. A construção da nova capital do país implicou em mudanças importantes para a dinâmica econômica e política tanto para o Brasil como para a região Centro-Oeste.

A construção de Brasília foi um projeto relevante para integrar o Centro-Oeste no circuito produtivo econômico nacional. Conforme Jesus e Souza (2018), é importante salientar que Brasília surge no contexto de um plano nacional do desenvolvimentismo e estrategicamente cumpriu a missão de consolidar o povoamento no interior do país, bem como a integração regional. Tal integração seguiu o viés econômico capitalista de absorção das regiões Centro-Oeste e Amazônica.

A partir do exposto é notório que, dada a preocupação com a integração do território brasileiro, a região Centro-Oeste emergiu como uma fonte de abastecimento de produtos agrícolas (JESUS; SOUZA, 2018). O Oeste brasileiro se encontrava nos planos governamentais com vistas ao desenvolvimento agrícola. Para tanto, a modernização do território instituiu a substituição da agricultura tradicional, pautada na base familiar, pelo modelo agrícola tecnificado, com vistas a atender ao capital.

Sob o arrimo da lógica capitalista, o processo de destruição das áreas de Cerrado, vegetação característica do Centro-Oeste, se deu com a implantação da monocultura para produção de grãos, principalmente da soja, que é resultante dos incentivos governamentais.

Jesus e Souza (2018) apontam que as mudanças socioespaciais transformaram radicalmente a paisagem do Cerrado na região Centro-Oeste, trazendo consequências negativas principalmente para o campesinato, que foi e é forçado a migrar para as cidades.

O Cerrado, a partir do momento em que entra no circuito da economia globalizada, se submeteu a atendimento das demandas do mercado externo e expansão do lucro dos capitalistas, o que resultou na aceleração do processo desagregador para os povos do campo, uma vez que camponeses, indígenas e quilombolas sofrem com as novas transformações impostas pelo padrão de produção moderna (JESUS; SOUZA, 2018, p. 27).

Corroborando com a fama de “celeiro do mundo”, o Brasil, com destaque para a região Centro-Oeste, por meio de projetos governamentais associados a outros países para atender às demandas do capital, se torna um território em potencial para “responder de imediato à reprodução do capital, isto é, o aumento de lucro de produtores capitalistas” (JESUS; SOUZA, 2018, p. 29).

Foram vários os projetos governamentais associados ao capital de empresas nacionais e estrangeiras que exerceram e exercem papel preponderante de territorialização do capital no Centro-Oeste brasileiro. Dentre estes, se destaca:

O PRODECER, um projeto de cooperação econômica bilateral entre Brasil e Japão e exerceu papel relevante no processo de territorialização do capital no Cerrado. Desse modo, o PRODECER marca nova etapa para uso da terra com a entrada do capital financeiro internacional, o que contribuiu significativamente para a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste a partir de um planejamento estratégico que abrangia grandes áreas dos Cerrados para a exploração agrícola (JESUS; SOUZA, 2018, p. 20).

Além do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER), segundo Jesus e Souza (2018), vários outros programas foram criados para promover o desenvolvimento regional do país, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL). Estes programas e órgãos tiveram papel determinante para o capital se apropriar do território brasileiro e das regiões Centro-Oeste e Amazônica. Outro ponto a ser destacado é que neste processo houve desenvolvimento econômico e estrutural para o território brasileiro e para a região Centro-Oeste, todavia, esta forma de desenvolvimento promoveu e promove concentração fundiária, fomentando injustiças sociais e “desarranjos socioespaciais decorrentes do avanço das atividades dos monocultivos” (JESUS; SOUZA, 2018, p. 4).

Neste contexto de expansão geográfica capitalista sobre o território brasileiro e a região Centro-Oeste, o processo de ocupação da região Amazônica compactua com a demanda por uma produção destinada ao mercado externo por meio de ações do Estado para promover sua integração ao restante do país. Deste modo, Nascimento, Bezerra e Guterres (2015, p. 477) apontam que:

A Amazônia é, dentre todas as regiões brasileiras, a que mais se encontra vulnerável frente a ações e omissões do Estado, em particular, as comunidades locais, os povos indígenas, os ribeirinhos, os povos da floresta, os garimpeiros, entre outros grupos minoritários.

Conforme Herrera, Moreira e Bezerra (2016), a região Amazônica passou a ser o centro de uma luta entre o campesinato e os capitalistas, como também um território de confrontos entre capitalistas, quando estes perceberam a natureza ali presente como mercadoria e a terra com especificidades frente às demais mercadorias.

Notadamente, a Amazônia sempre foi vista como espaço de expansão do capital, a exemplo disto, os acordos de exploração de seringa e abertura das rodovias. No entanto, o movimento capitalista mais recente, apoiado na lógica de natureza-mercadoria, tem se apropriado dos espaços por meio de conglomerados econômicos nacionais e internacionais (HERRERA; MOREIRA; BEZERRA, 2016, p. 210).

As copiosas formas de exploração que historicamente foram adotadas tanto na região Centro-Oeste como na Amazônica favorecem a expropriação dos camponeses e aguçam os conflitos entre eles e os capitalistas pela posse da terra. Para Herrera, Moreira e Bezerra (2016), estes conflitos são decorrentes de uma disputa subsidiada por duas lógicas diferentes:

O camponês tem a terra como sua à medida que faz produzir, ou seja, seu trabalho é que garante o direito de posse, já no caso dos capitalistas não existe a necessidade de produção para que lhe seja garantido o direito de posse, uma vez que tem a terra como mercadoria que imobiliza capital, sendo assim, mais uma forma especulativa do que produtiva do capital (p. 216).

Em face do exposto, vemos que as regiões Centro-Oeste e Amazônica passaram por intensas transformações territoriais e nova dinâmica econômica decorrentes da expansão de fronteira agrícola promovida pelos planos governamentais voltados para o capital, é nesta conjuntura que se insere a região sudoeste do estado de Mato Grosso, região em que se localiza o município aqui estudado. A região sudoeste mato-grossense apresenta uma relação entre a prática da pecuária extensiva, da atividade canavieira e da agricultura familiar, e as demandas destas atividades se ligam e se contrastam (CALIXTO; SOARES, 2016, p.10).

Especificamente na região Sudoeste de Mato Grosso, no final da década de 1980, ocorrem mudanças na forma de distribuição da terra e tamanho das propriedades. Entra em cena a pecuária extensiva e a monocultura da cana. Ocorre diminuição do número de propriedades e os grandes pecuaristas de

corde com o indústria do álcool tornam-se protagonistas (CALIXTO; SOARES, 2016, p. 10).

A região sudoeste do estado é típica de fronteira e vem se caracterizando como uma economia baseada principalmente na pecuária e agricultura extensiva.

2.4 A INTERIORIZAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E O SURGIMENTO DE MUNICÍPIOS E CIDADES

Migrantes chegando, desbravando o sertão
Através da foice, machado e facão. (Hino de São José dos Quatro Marcos,
de Valdecir Barbosa dos SOUZA e Kévin Lucas Oliveira BARBOSA).

Antes de adentrar em uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro e o surgimento de municípios e cidades no país, se faz necessário levantar o seguinte questionamento: desenvolvimento, modernização e crescimento econômico são sinônimos?

Segundo Berlinck e Cohen (1970, p. 45), desenvolvimento, modernização e crescimento econômico são distintos, embora do ponto de vista teórico muitas vezes estes sejam confundidos nas literaturas que tratam sobre o tema. De acordo com os pesquisadores, diversos estudiosos do assunto não apresentam uma diferenciação entre desenvolvimento e os outros dois conceitos já mencionados. Para estes, desenvolvimento significa aumento permanente da renda de uma economia; este aumento promoveria uma maior riqueza da população, que por sua vez mudaria suas condições de vida, hábitos, atitudes e valores, implicando desta maneira em uma modernização dos locais.

Entretanto, os pesquisadores acima citados são categóricos em afirmar que estes conceitos devem ser diferenciados e dissertam que crescimento econômico significa um aumento real de uma economia. Todavia, isto não significa que todos os segmentos populacionais são beneficiados. Portanto, não ocorria um desenvolvimento. Modernização é considerado pelos pesquisadores como um processo pelo qual em uma sociedade são inseridos produtos, materiais novos como tecnologia (bens, mercadorias), mas também mudanças sociais como hábitos, valores, formas características de comportamento, isto é, modos de pensar, sentir e agir sem que estes sejam resultantes diretamente de um processo de melhoria das condições de vida da população. Por fim, o desenvolvimento envolve uma

transformação qualitativa da estrutura econômica de um país, bem como social e cultural, resultando em melhoria de vida tanto para a população da área urbana quanto da rural (BERLINCK; COHEN, 1970, p. 46-47).

Face o exposto é considerável destacar que a palavra desenvolvimento reverbera entre todos os segmentos sociais e haja vista que esta é disseminada há tempos, o entendimento desta palavra está diretamente ligado à ideia de evolução, que emerge na biologia como sendo um processo de evolução dos seres vivos em direção à plenitude de suas potencialidades genéticas, que Charles Darwin relaciona ao pensamento de transformação, que por sua vez é entendido como movimento em direção a uma forma apropriada.

Desta maneira, surge o darwinismo social, princípio que passa para vida em sociedade, ou seja, a sociedade evolui, se transforma, se desenvolve para um estado superior e com conotação de caráter positivo. Assim sendo, a concepção de desenvolvimento se associa à noção de caminho percorrido que leva pessoas, grupos, nações a mudarem de uma condição ruim para melhor, do simples para o complexo, do inferior para o superior e assim por diante (LOURENÇO, 2013, p. 40).

Para Oliveira (2002, p. 38), o conceito de desenvolvimento para muitos autores está ligado ao crescimento econômico. Sendo assim, estes consideram somente o nível de renda como um condicionante para se atingir o desenvolvimento e não levam em consideração como esta renda será distribuída. O desenvolvimento é um processo de mudança estrutural da sociedade e não deve ser confundido por políticas macroeconômicas, estas políticas podem ajudar ou retardar transformações na economia no sentido positivo, todavia, não são o bastante para promover um desenvolvimento genuíno (PIRES, 2019, p. 58).

Borba (2000, p. 12) apresenta o conceito de desenvolvimento como um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores e atitude comparativa com respeito a tais valores, neste sentido os valores se apresentam como condições e/ou situações desejáveis pela sociedade. Tal definição pode ser aplicada com cunho avaliatório da condição humana tanto individual como coletivamente. Entretanto, o termo desenvolvimento isolado não indica todos os sentidos da evolução humana e da sociedade, pois, em determinados momentos tem-se a necessidade de se dar ênfase à questão econômica, em outro ao tecnológico, em outros ao cultural, político, ambiental, educacional. Deste modo, o desenvolvimento não deve ser

pautado em índices isolados como por exemplo a renda per capita, o PIB, porque o sentido do conceito deve abarcar toda a expressão do termo humanidade.

Na concepção de Sen (2000, p. 3-4), o desenvolvimento pode ser visto como um alargamento das liberdades reais que um indivíduo possui, pois, o desenvolvimento só terá valor e sentido se implicar melhores condições de liberdade, o que implica remover obstáculos como a fome, a falta de acesso à educação de qualidade, a dificuldade de acesso à saúde, ao saneamento básico, ao trabalho e moradia adequada, ou seja, na visão do autor o desenvolvimento deve propiciar qualidade de vida à população.

Mesmo que ocorra uma tendência de entender o conceito de desenvolvimento como um crescimento econômico, ambos são distintos visto que o conceito de desenvolvimento envolve um papel de sustentabilidade que satisfaça a geração atual, sem comprometer as gerações futuras, levando em consideração que os objetivos de desenvolvimento ultrapassam a multiplicação de riquezas materiais – não que o crescimento econômico não seja importante, este é um pré-requisito para o alcance de uma vida melhor (SANTOS, 2011, p. 24).

Corroborando com este pensamento de (Santos,2011) de que crescimento econômico e desenvolvimento são iguais, existem vários pesquisadores que enfocam o crescimento econômico e o investimento no setor industrial como sendo primordiais para que outros processos de desenvolvimento sejam atingidos. Todavia, não existe um reconhecimento conclusivo de tal visão, até mesmo porque o crescimento econômico refletido nas atividades industriais pode ocasionar um mau desenvolvimento que rompe este paradigma.

Um exemplo disto é o que acontece nos países com maiores economias mundiais, cujas dinâmicas econômicas se encontram pautadas no progresso tecnológico centralizado na industrialização, originando desta maneira a sua dependência em nações detentoras de recursos não renováveis.

Assim sendo, a concepção de que o crescimento econômico é o essencial para um desenvolvimento pleno se desfaz mediante as consequências dos efeitos de um processo industrial descontrolado que põe em risco o planeta Terra, bem como a existência humana, e os níveis de poluição com aumento de criminalidade mostram a amplitude de variáveis que devem ser consideradas nesta concepção assim a

imutabilidade deste tipo de crescimento e industrialização se mostra cada vez mais inviável para a promoção de um desenvolvimento amplo (BORBA, 2000, p. 13).

Também é comum a utilização do termo desenvolvimento para a justificativa de implantação de megaprojetos, investimentos altos em obras, empréstimos a grandes empresas por parte do governo, assim como a conquista de votos durante campanhas eleitorais. O desenvolvimento é tópico até mesmo de sermões proferidos por alguns pregadores que têm o intento de converter indivíduos que creem que a única possibilidade de salvação das desigualdades socioeconômicas na atual conjuntura seja por meio da prosperidade econômica. Como se pode perceber, por vezes, quem propaga a ideia do desenvolvimento usa palavras que alcançarão pessoas sedentas por soluções ilusionistas para os problemas atuais e utilizam-se da força desta palavra para mexerem com o imaginário da sociedade e proclamar ser necessário o sacrifício do presente para obtenção de um futuro melhor (SIVA, 2016, p. 170).

Cunha (2007, p. 165) destaca a ocorrência de um movimento vigoroso de rediscussão sobre desenvolvimento, em que novas concepções estão sendo propostas e entre estas a incorporação do desenvolvimento socioespacial, territorial e local. Tendo em vista as concepções sobre desenvolvimento, é viável considerar qual modelo o Brasil adotou em seu processo de interiorização.

O Brasil, desde seu processo de ocupação, teve seu desenvolvimento baseado na exploração de seus recursos naturais e num modelo agroexportador baseado no modelo de expansão capitalista. De acordo com Santos e Silveira (2008, p. 249), a conquista das terras brasileiras ocorreu por meio dos denominados ciclos econômicos, tal fato mostra a escolha de várias áreas de implantação de acordo com cada momento destes ciclos, de forma que algumas áreas dispõem de um prolongado passado histórico, no qual as heranças se fazem importantes por constituírem condições necessárias para a implantação de novas variáveis (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 250).

Para Bresser-Pereira (1974), este modelo de desenvolvimento voltado para o exterior foi decorrente do desenvolvimento do comércio internacional e da divisão internacional do trabalho, ocorridos principalmente a partir de meados do século XIX.

Na atualidade o conceito de desenvolvimento é utilizado nas ciências sociais e pretende procurar afastar um estigma derivado da imagem de desenvolvimento que predominou nos séculos XVIII e XIX, que, de acordo com Pires (2016, p. 40), “prometia

o progresso constante da humanidade, elevando-se em linha reta para um estado mais evoluído”.

Pires (2016, p. 40) também afirma que ao contrário deste ideal, desde o século XX o desenvolvimento deve ser visto como um processo de mudanças constantes, numa ou noutra direção. O autor destaca que a noção de desenvolvimento exige um exame para interpretar como as conquistas das necessidades sociais revelam relações incontornáveis entre a estratégia de desenvolvimento (durável e sustentável) e a organização normativa do território (econômica, social, política e ambiental).

Neste processo normativo, as motivações, finalidades, representações, realizações, sucessos e fracassos, constituem as expressões socioterritoriais expressivas das escolhas e dos resultados de um projeto de regulação territorial do desenvolvimento (nacional, regional e local). Nesse caso, o espaço terrestre organizado em territórios é Território, governança e desenvolvimento: questões fundamentais (PIRES, 2016, p. 40).

Histórica e geograficamente o modelo de desenvolvimento brasileiro acompanhou a ocupação de seu território. O Brasil, sendo um país de proporções continentais e com vasta diversidade, apresentou um processo de ocupação do território e de organização de formações sociais específicas (ROTTA, 2017, p. 30).

É visível que ocorre um desenvolvimento desigual no país e que este modelo de desenvolvimento se deu no interior do país através de políticas governamentais voltadas para ocupação. Montoro (1976) aponta que, para alguns, um entrave ao desenvolvimento nacional encontra-se na grande quantidade de municípios.

Etimologicamente, a palavra município “[...] é formada de munus ou munia, que significa muro, jurisdição cercada, ou ainda presente, encargo, ofício, mais o verbo capio, cujo sentido é tomar” (TAVARES, 1997, p. 169).

No que se refere à origem dos municípios, Ackel Filho (1992, p. 19) afirma que o município não tinha a configuração tal como conhecemos nos dias atuais. Entretanto, havia aglomerações como vilas, aldeias, burgos e condados que mais tarde se conheceu por municípios.

Ainda de acordo com Ackel Filho (1992, p. 19), Portugal e Espanha seguiram as concepções municipalistas de Roma — local onde teria surgido o conceito de município como unidade político-administrativa — e, por conseguinte, o Brasil seguiu a mesma influência, implantando desde o início de sua colonização os "Conselhos",

nome atribuído ao órgão local de governo português que posteriormente recebeu o nome de Municipium (Município), que depois se transformou nas Câmaras Municipais.

Segundo Fávero (2004, p. 24), é importante considerar que no Brasil o município antecedeu o próprio Estado e constitui o fundamento da nação até os dias de hoje. O autor ainda argumenta que este modelo já não existe em Portugal, conforme rege nossa atual Constituição, onde o município é reconhecido como ente federativo, reforçado em suas atribuições, prerrogativas e autonomia.

Montoro (1976) destaca que foi com a independência do Brasil que se iniciou a fase verdadeiramente brasileira de nossa história municipal. O autor assevera que a origem constitucional do município brasileiro está no artigo 167 da Carta Magna de 1824, pois, até então, tratava-se de mero enxerto do modelo português. Também aponta que, embora para alguns pensadores o surgimento e ampliação dos municípios influenciam de maneira negativa no desenvolvimento territorial, a presença de um governo próximo ao povo se torna um instrumento de progresso.

Um exame cuidadoso da realidade brasileira mostra que essa não é, de nenhuma forma, a política a ser adotada. A proximidade do governo local é necessária para o desenvolvimento de qualquer comunidade. Não é sem motivo que um dos primeiros movimentos que surgem espontaneamente com o desenvolvimento de uma região é a campanha por sua emancipação política. Isto ocorre porque sabem os moradores da região que a presença de um governo local próximo se constitui num eficiente instrumento de progresso (MONTORO, 1976, p. 27).

Corroborando com esta visão, Tavares (1997, p. 186-187) discorre que a ampliação do número de municípios concebe novas estruturas administrativas com encargos para seus cofres, mas ao mesmo tempo também cria enormes oportunidades de participação da sociedade que, mais próxima da administração, sabe o que quer e como quer.

Nesta perspectiva ocorre o desenvolvimento humano e territorial de um município, tendo em vista que o representante político, o prefeito, é capaz de saber onde se deve situar uma escola rural, um posto de saúde, uma ponte, entre outras ocupações do território (TAVARES, 1997, p. 186-187).

As relações que se estabelecem entre os elementos que formam um território são expressão visível que os seres humanos estabelecem entre si e com a natureza, produzindo meios de vida ao longo do processo histórico. Neste seguimento, para Carlos (2007):

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá através da realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver (p. 45).

O apontamento de Carlos (2007) revela que o surgimento das cidades foi um marco para o desenvolvimento territorial, considerando que historicamente as cidades teriam surgido em decorrência da revolução agrícola que resultou em excedentes, assim o ser humano começou a diversificar suas atividades, iniciando a divisão do trabalho.

Sposito (1996, p. 13) observa que a cidade é mais que o aglomerado humano que se formou historicamente num ponto do território, cuja razão de ser era o desenvolvimento da agricultura, e destaca que há dificuldades de se precisar o momento da origem das primeiras cidades. Contudo, ele aponta que o aparecimento das primeiras cidades teria ocorrido provavelmente perto de 3500 a.C. na Mesopotâmia (área compreendida pelos rios Tigre e Eufrates), tendo surgido posteriormente no vale do rio Nilo (3100 a.C.), no vale do rio Indo (2500 a.C.) e no rio Amarelo (1550 a.C.).

Destarte, a cidade se configura como um núcleo de evolução e desenvolvimento territorial, possui uma velocidade de transformação que determina a abertura de novos caminhos para a sociedade, com transformações da composição e das atividades da classe dominante, que influenciam sobre toda a sociedade.

Catão (2015, p. 105) discorre que é considerada uma cidade a sede do município, em uma adoção do critério político-administrativo, estando tal definição presente no Decreto Lei nº 311 de 1938, aprovado durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas.

Outro ponto a destacar é que no território brasileiro, nas cidades pequenas — sendo considerada nesta tipologia cidade pequena aquela com até 20 mil habitantes —, o urbano se distingue do rural, mas o rural permanece no urbano, isto é, é forte a relação entre o campo e a cidade, que se torna evidente na cidade média e se revela intrínseca na cidade pequena.

Deste modo, as cidades pequenas permitem condições básicas para melhor compreensão dos territórios urbanos e desenvolvimento territorial. É importante ressaltar que tanto a maior parte dos municípios brasileiros quanto as cidades e,

consequentemente, seu desenvolvimento territorial, são consequências do processo de exploração de recursos naturais e da expansão agrícola.

2.5 A FRONTEIRA AGRÍCOLA: ATRAÇÃO E RETRAÇÃO NA OFERTA DE EMPREGO E RENDA

A banana e o gado, o progresso chegando
O Comércio, a Indústria e a Educação. (SOUZA, Valdecir Barbosa dos;
BARBOSA, Kévin Lucas Oliveira) Hino de São José dos Quatro Marcos

De certa forma, é impossível falar de desenvolvimento territorial, em específico enfocando o objeto de estudo, sem nos voltarmos *a priori* para a questão das fronteiras agrícolas.

Com efeito, as análises relacionadas ao desenvolvimento territorial são corriqueiramente acompanhadas por questões que indicam um desenvolvimento desigual no território brasileiro (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 203). Tal fato é decorrente do processo de colonização e fronteiras agrícolas. Entende-se por fronteira agrícola “uma área mais ou menos definida de expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural” (PENA, 2020).

De acordo com Pena (2020), são nestas áreas que ocorrem maiores casos de desmatamento ilegal e conflitos decorrentes do uso e posse da terra. O autor aponta ainda que com o decorrer do tempo estas áreas foram se transformando durante o processo de ocupação do território brasileiro pelos portugueses e que especialmente no século XX as atividades agrícolas aumentaram de maneira intensa para o interior do território nacional, destacando-se sobremaneira como área de atração, a região Centro-Oeste brasileira.

Com relação à ocupação da região Centro-Oeste (já mencionada anteriormente), Jesus (2018, p. 19) aponta que é correto recordar que este processo tem origem ligada ao período do Governo de Getúlio Vargas, em que o programa denominado Marcha para o Oeste (já citado neste trabalho) incentivou, por meio de propagandas publicitárias, um grande contingente populacional a se direcionar para a área.

Mediante a Marcha para o Oeste, frentes migratórias de produtores advindos do Sul e do Sudeste do Brasil proporcionaram uma transformação em estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que passaram a ser verdadeiros celeiros,

produtores principalmente de grãos, com destaque para a soja voltada para a exportação.

O esforço seguinte vai concentrar-se no Centro-Oeste, mas envolve também o oeste da Bahia e o sul do Maranhão, lastreado nas novas tecnologias de produção de grãos, de soja em especial, que permitiam o aproveitamento econômico dos cerrados para a agricultura e para a pecuária. Aqui, os resultados vão ser muito expressivos em termos de expansão da área cultivada, da oferta de bens agrícolas e, vale realçar, da produtividade (LIMA; SICSÚ, 2000, p. 111).

Conforme Klever (2020, p. 43-44), a questão de povoamento do interior do país envolvia desafios físicos, climáticos e de miscigenação. Os povos indígenas foram resistentes neste processo de avanço da fronteira, mas aos poucos foram vencidos e apagados pelo colonizador. Embora tais desafios fossem consideráveis, a atração por riquezas naturais e pelas ditas terras livres trouxeram migrantes que fundaram fazendas no meio de condições primitivas no interior do país.

É importante salientar que este modelo de interiorização e povoamento do Brasil precisou e teve a colaboração do Departamento Nacional de Imigração que garantia passagens gratuitas ao trabalhador que já não havia se dado bem em terras distantes, este por sua vez recebia encaminhamento para trabalhar nas áreas rurais (KLEVER, 2020, p. 50).

A política de Vargas e seu programa Marcha para o Oeste não se construíram somente em ocupar o interior do país. Supostamente, de uma forma mais racional e equilibrada, este período também foi abundante em iniciativas voltadas para o território nacional, por meio de uma série de medidas de expansão do controle do Estado. Durante este tempo foram criados vários órgãos e agências federais com a finalidade de fornecer informações sobre o território brasileiro e possibilitar que este passasse por um redesenho (ALMEIDA, 2020).

Destarte, dispor de informações confiáveis e conhecer melhor o território nacional do ponto de vista geográfico eram pontos determinantes para pôr em prática o projeto modernizador de Vargas e promover o processo de interiorização brasileiro. Então, em 1934 foi criado o Instituto Nacional de Estatística, e em 1936 o Conselho Nacional de Estatística e estes órgãos tinham por objetivo coordenar as atividades estatísticas em todo o país. Em 1938, tanto o Instituto Nacional de Estatística quanto o Conselho Nacional de Estatística passaram a compor o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a princípio o IBGE funcionou subordinado à

presidência da República. Tal fato demonstra a importância que se atribuía neste momento à Geografia e à Estatística como braços para as ações governamentais. É somente em 1967 que o IBGE se transforma em fundação (FGV, 2022).

Durante o governo de Getúlio Vargas, a Marcha para o Oeste instigou o pensamento de uma segunda conquista do território, provocando uma nova onda expansionista impulsionada pelo ideal de modernização.

Tal programa político tem início em junho de 1943 com a Expedição Roncador-Xingu que, partindo de Uberlândia/MG, tinha o objetivo de atingir Manaus abrindo caminhos para posterior ocupação; ainda em setembro de 1943 a Roncador-Xingu foi declarada de interesse militar e foi incorporada dois meses depois à recém-criada Fundação Brasil Central, a — menina dos olhos da política getulista de integração nacional. A Fundação foi um órgão subordinado à Presidência da República e seus objetivos visavam ao — desbravamento e — colonização das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. (GALLO, 2009, p. 12).

Em 1950, já no mandato de Vargas, foi realizada uma conferência técnico administrativa com a finalidade de estudar e debater propostas relativas ao desenvolvimento da Amazônia. Como resultados desta conferência, em 1953 nasce a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Nove (09) unidades integravam a SPVEA, sendo os Territórios Federais à época o Acre, Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia) e os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Goiás. O objetivo da criação da SPVEA era destacar o domínio do Brasil no território Amazônico, a estabilidade social e econômica, o desenvolvimento econômico paralelo e complementar a economia do país (LEÓN *et al.*, 2015, p. 04).

Motivado pela SPVEA, em 1959 foi criada, no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, a SUDENE que tinha entre outros objetivos fortalecer as áreas de fronteiras e integrar o espaço amazônico ao território nacional. No dia 27 de outubro do ano de 1966, sob o governo do Presidente da República Castelo Branco, foi extinguida a SPVEA e criada em seguida a SUDAM. É preciso destacar que a criação da SUDAM se dá depois da criação da SUDENE e antecede a criação de outras superintendências de desenvolvimento regionais, a SUDESUL e a SUDECO em 1967 (LEÓN *et al.*, 2015, p. 05).

É plausível dizer que a política para a ocupação da fronteira agrícola e desenvolvimento da região Amazônica e Centro-Oeste verdadeiramente teve início durante o governo de Getúlio Vargas, mas o principal projeto de Vargas, que teve sua

conclusão no governo de Juscelino Kubitschek no ano de 1960, e que contribuiu para a ocupação e desenvolvimento deste território foi a construção das rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho-Manaus e Brasília-Cuiabá-Santarém, estas tornaram-se fundamentais e estratégicas para tal processo (PIRIANTE; SILVA, 2007, p. 03).

Neste avanço sobre as fronteiras agrícolas brasileiras, os financiamentos subsidiados pela SUDAM possibilitaram a expansão da agricultura e das atividades extrativistas. Deste modo, ocorreu também um estímulo à mobilidade de pessoas para o interior do país. Segundo Lima e Sicsú (2000, p. 114), a facilidade de terras, recursos minerais e florestais em locais com potencial lucrativo propiciou que camponeses, trabalhadores rurais e urbanos juntamente com capitalistas saíssem de locais mais aglomerados para as áreas de fronteira, com objetivos variáveis como sobrevivência, ascensão social ou valorização de capitais.

É interessante verificar que neste processo de expansão da fronteira agrícola brasileira ocorreram fases de atração, retração de empregos, geração de renda, bem como de territorialização, desterritorialização e desenvolvimento territorial. Neste percurso, a lógica capitalista de exploração destas fronteiras agrícolas no interior do país se deu por meio de desmatamento, apropriação ilegal de terras públicas e expropriação de minorias invisíveis extrativistas, pequenos agricultores, pescadores e quilombolas. Este modo de agir não se difere da atualidade, onde há uma atualização e aprimoramento de táticas aplicadas antes de usurpação com resultados amplamente desfavoráveis aos excluídos deste processo. Para Mesquita (2018, p. 1.084), esta lógica capitalista não transfere somente riqueza para o exterior, mas também transfere para as gerações futuras destas áreas uma herança de destruição e pobreza.

Durante este período, ao mesmo tempo em que comunidades tradicionais são submetidas à exploração e expropriação, ocorre uma intensificação da vinda de imigrantes para estas áreas de fronteiras agrícolas com destaque para a região Centro-Oeste. Tal fato se deu pela formação das agrovilas que posteriormente se tornaram os primeiros municípios na região, ainda que a população não tivesse nenhuma infraestrutura básica (GALLO, 2009, p. 14).

A este contexto acrescenta-se o fato de que são nestas condições que as políticas voltadas para as fronteiras agrícolas, ainda não definitivamente fixadas, conduzem parte excedente da força de trabalho. Este acontecimento pode ser definido

por vários motivos diferentes como uma ação deliberada dos poderes públicos ou grupos privados, como de movimento mais ou menos natural da população. É neste cenário que o setor agrícola, durante as fases de expansão, atrai uma quantidade crescente de população. Outrossim, é coerente dizer que o grau de complexidade e diversificação da economia é que designará a direção que deverá tomar a força de trabalho, bem como são as particularidades da economia que definirão se esta população continuará no setor rural ou se destinará ao setor urbano (PADIS, 1973, p. 87).

Para Sawyer (1984, p. 04), a fronteira agrícola não caracteriza os limites de um país, mas sim de sua ocupação demográfica e econômica, em que a dispersão da fronteira acontece de forma desigual no espaço, sendo marcada por atividades do setor primário e atividades secundárias e terciárias ligadas à produção do setor primário.

Desta forma, vários tipos de atividades podem estar correlacionados à ocupação, aos fluxos migratórios, à atração e retração na geração de emprego, às fronteiras agrícolas, tais como atividades de subsistência, fins comerciais, infraestrutura e atividades destinadas a fins especulativos. Vale destacar que à medida em que a exploração da fronteira agrícola aumenta, a produção de alimentos e matérias-primas voltadas para as indústrias, com intenção de geração de capital para importações do país, além de propiciar a ocupação de novas áreas e o aumento e tamanho do mercado consumidor, também propicia investimentos no campo para novos investimentos. Sendo assim, quanto maior a disponibilidade de terras, recursos florestais e minerais, maior oferta de emprego e atratividade da fronteira (SICSÚ; LIMA, 2000).

Em suma, mediante o exposto pode-se constatar que no território brasileiro a expansão do capital proveniente da exploração de fronteiras agrícolas e de commodities é acentuada e paradoxal. Ao mesmo tempo em que gera atração populacional e de capital também ocasiona retração no contexto de renda e emprego, fatores relevantes para o desenvolvimento territorial.

2.6 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O paradigma da modernidade trouxe a concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento e constante aumento de produtividade, onde a

busca e a prosperidade material se configuraram como meta hegemônica (FLORES, 2011, p. 23).

Ao se falar em desenvolvimento territorial é preciso atentar para o fato de seu conceito ser bastante amplo. Pode ocorrer um equívoco de pensamento ao se associar tal conceito apenas à expansão do território físico e econômico.

A noção de desenvolvimento territorial apresenta dicotomias, por exemplo, entre o Brasil e países da Europa Ocidental. É importante considerar estas diferenças, tendo em vista que as formulações teóricas pioneiras sobre esta temática têm como representação empírica países cujos indicadores de desenvolvimento são bastante expressivos, como é o caso da França, onde as condições socioeconômicas são positivas, com a existência de uma parcela pequena da população economicamente ativa desempregada, sobrevivendo com baixos rendimentos. No Brasil, todavia, existem carências básicas no que concerne à alimentação, moradia, abastecimento de água, saúde e educação das populações com menor poder aquisitivo ou nenhum poder aquisitivo (CARRIÉRE; CAZELLA, 2006, p. 24).

Em uma era de globalização amplia-se a diferença entre regiões consideradas mais ricas e as mais pobres, entre as bem inseridas na economia global e aquelas esquecidas. Assim, o desenvolvimento territorial surge como uma questão a ser aprofundada não apenas para países com boas condições de desenvolvimento, mas também para os países em via de desenvolvimento (CARRIÉRE; CAZELLA, 2006, p. 38).

Neste contexto de globalização, soluções ligadas apenas às questões econômicas não são suficientes para elaborações inovadoras que condizem com as necessidades de um desenvolvimento territorial. “O desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 13).

Isto posto, entende-se que na perspectiva do desenvolvimento territorial, o território deixa de ser concebido somente como uma estrutura física de atividades e processos econômicos e passa a ser percebido como um agente de transformação social. Do mesmo modo, a sociedade local deixa de ser um agente inerte e torna-se um agente que promove transformação a partir de particularidades territoriais,

passando (dessa maneira) a se integrar não somente a planos econômicos, mas também no âmbito político social e cultural (RODRIGUES; SANTOS, 2018, p. 122).

Continuando com Rodrigues e Santos (2018, p. 122), para eles é perceptível que a descentralização política se torne determinante para a efetividade do desenvolvimento territorial devido ao fato de facilitar a criação de espaços de negociação estratégica. Nesta circunstância, no âmbito municipal, o Estado desempenha papel determinante, entretanto, ele não é o único ou principal agente responsável e promotor de desenvolvimento, se configurando como mais um dos ativos locais. Na verdade, a base para um desenvolvimento territorial é a sociedade organizada e a capacidade de se construir parcerias entre atores do Estado e do mercado no intuito de se criar estratégias hábeis para o desenvolvimento territorial.

Reafirmando este pensamento, Carrière e Cazella (2006, p. 37) apontam que o desenvolvimento territorial se torna um processo tributário de descentralização política-administrativa, no qual haverá êxito dependendo da qualidade de iniciativas locais, ou seja, o papel do Estado deve ser somente o de apoiar estas iniciativas locais. Isto quer dizer que não haverá desenvolvimento local se não existir uma real iniciativa dos atores locais. Enfim, o desenvolvimento territorial depende de um processo de educação e de formação que requalifica o saber e o local, usufruindo de novas tecnologias, bem como a inclusão de programas de informação, formação e educação.

O Fórum das Cidades destaca que o desenvolvimento territorial tem uma relevância qualitativa, na qual se requer uma coerência substancial relacionada às políticas públicas. Tal caráter resulta do fato de não se visar somente o crescimento econômico, mas também a questão social, ambiental e cultural.

Para Ferreira e Pessoa (2012, p. 24), o termo desenvolvimento territorial se dá nas esferas estadual, regional, municipal, distrital e local, designando um agrupamento diverso de políticas e ações. Por isto é crucial considerar múltiplos aspectos nos estudos e modos de planejamento e gerência do território e do desenvolvimento, como os sociais, naturais, espirituais, históricos e relacionais.

[...] há, cada vez mais, necessidade de uma nova concepção de geografia, de desenvolvimento, de planejamento e de gestão do território, que seja histórica, crítica, relacional e multidimensional, ou seja, que considere os aspectos e processos econômicos, políticos, culturais e naturais-ambientais (E-P-C-N), para orientar diretamente processos participativos e democráticos de gestão e desenvolvimento local em favor da educação, da saúde, da

segurança, da preservação das identidades e dos ambientes, enfim, da qualidade de vida para todos (SAQUET, 2011, p. 6).

Corroborando com tal pensamento de desenvolvimento territorial, é relevante dizer que este desenvolvimento transcende a ideia de crescimento econômico, uma vez que engloba as liberdades, os direitos humanos, o valor à autonomia e o incentivo à emancipação e ao empoderamento (STURMER, 2017, p. 79).

Para Macke e Sarate (2015, p. 60), o crescimento econômico não gera necessariamente um desenvolvimento territorial. Para os autores, o desenvolvimento territorial e local envolve elementos sociais, culturais e políticos que não se ligam unicamente ao sistema de mercado. Assim posto, o crescimento econômico é um elemento importante ao desenvolvimento territorial, entretanto, não é o bastante já que pode ser considerado um processo orgânico e não padronizado por abranger comportamentos e valores locais.

Saquet (2011, p. 7) aponta que existem várias determinações sobre território e desenvolvimento que precisam ser levadas em consideração nos estudos e processos de planejamento e gestão de território, portanto, de desenvolvimento territorial. Para ele, se torna necessário estabelecer categorias adequadas para a compreensão dos fatores sociais, naturais, espirituais, históricos e relacionais que englobam o desenvolvimento do território.

Isso requer, evidentemente, categorias apropriadas para sua compreensão, explicação e para a atuação em projetos de planejamento e gestão territorial, tais como: a) processualidade: histórica e relacional, social e natural; b) totalidade: relações transescalares por meio de redes concretas e virtuais; c) interatividade: interações, conexões, contradições, simultaneidades, envolvendo as relações essência-aparência, mediato-imediato, forma-conteúdo, espaço-tempo, espaço-território e assim por diante (SAQUET, 2011, p. 7).

Compreender os diversos aspectos que estão intrínsecos na questão do conceito de desenvolvimento territorial se torna relevante para gestores e toda a comunidade. Para Ferreira e Pessoa (2012, p. 25, apud PAIVA, 2002, p. 24), “o desenvolvimento territorial fortalece os espaços locais, as micro-organizações e as diversas matrizes culturais, que aparecem como identidades coletivas ou subsistemas da ordem social estabelecida”.

Nesta perspectiva democrática, o desenvolvimento territorial se relaciona com a utilização das capacidades, competências e habilidades das comunidades e com

sua identidade social própria e delimitada territorialmente. Com efeito, isto só é viável por meio dos fatores potenciais que cada lugar oferece e pela gestão sustentável, bem como pela anexação de conhecimentos que podem sanar possíveis problemas ou atender necessidades locais (FERREIRA; PESSÔA, 2012, p. 25).

Ao nos referirmos ao desenvolvimento territorial, abrangendo não somente os aspectos econômicos, estamos falando em um desenvolvimento denominado de endógeno, ou seja, um desenvolvimento territorial que leva em consideração as particularidades e o envolvimento do povo de determinado local (PIENIZ, 2013, p. 27).

Deste modo, segundo Pieniz (2013, p. 27), um desenvolvimento endógeno precisa do envolvimento de organizações, instituições, Estado e sociedade civil para detectarem seus pontos fortes e suas fragilidades, tendo por objetivo possibilitar ações que gerem distribuição de renda e emprego em suas localidades, mesmo sabendo que o território não é isolado e depende das políticas econômicas e sociais do país.

O Desenvolvimento, gerado endogenamente, requer criatividade no plano político, e esta se manifesta quando à percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva (FURTADO, 2000, p. 3).

Para Saquet (2011, p. 11, apud RULLANI, 2005, p. 116), “o desenvolvimento é um processo dinâmico que se entrelaça ao fazer-se e desfazer-se do território”. Robustecendo esta afirmação, Ferreira e Pessoa (2012, p. 25) afirmam que o termo desenvolvimento territorial envolve a ideia de um processo de desenvolvimento vinculado aos diversos fatores existentes no território.

Neste sentido ocorre um desenvolvimento territorial que valoriza a dimensão local e suas características físicas e sociais (FERREIRA; PESSÔA, 2012, p. 25). É um desenvolvimento voltado para as capacidades e necessidades do local visando minimizar as desigualdades e utilizar políticas públicas para sua correção.

Partilhando deste pensamento, Ribeiro (2019, p. 76-77) discorre que o desenvolvimento territorial não deve estar centrado no Estado e nem no mercado, isto porque neste desenvolvimento deve-se dar importância e se pensar o local como um lugar efetivo de elaboração. Os planos de desenvolvimento territorial estariam focados em atender a uma política industrial, que em grande parte desconhece ou ignora as características locais e a organização social de uma região. Deste modo, fica clara a importância dos atores sociais em tomadas de decisões para a efetividade de um desenvolvimento territorial capaz de produzir solidariedade, participação social e

democrática, o que implica uma mudança qualitativa e uma melhoria de bem-estar populacional de um local ou região.

Estes exemplos demonstram que para que ocorra um desenvolvimento territorial é necessária uma descrição criteriosa dos recursos existentes no local, bem como planos criativos capazes de transformar aspectos negativos em novos projetos de desenvolvimento para este local. Trata-se de permitir que valores simbólicos acabem por se transformar em recursos socioeconômicos geradores de novas estratégias de desenvolvimento. (CARREIERE; CAZELLA, 2006, p. 33)

Em suma, pode-se verificar que não ocorre um desenvolvimento territorial sem a constituição ou o reforço de redes e de novas formas de cooperação, sem a intensificação de troca entre pesquisadores, associações civis, empresas privadas e órgãos públicos. Desse modo, o desenvolvimento territorial requer cooperação entre atores, cujos interesses não são similares, mas passíveis de encontrar pontos de convergência que podem resultar em projetos nos quais todos possam se beneficiar de iniciativas inusitadas (CARREIERE; CAZELLA, 2006, p. 37).

3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO OESTE DE MATO GROSSO

3.1 O CAMPESINATO EM MOVIMENTO: EM BUSCA DE TERRA, TRABALHO E RENDA

Solo fértil, o que se planta colhe / berço da agricultura familiar.
Com fervor, terra abençoada / lutaremos por ti, sem temor. (Hino de São José dos Quatro Marcos).

Desde o início o processo de ocupação do Brasil, a exploração econômica e organização do seu espaço objetivaram o acúmulo de capital, beneficiando a população detentora de capital (PASSOS, 1998, p. 47).

De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 14), “a história do território brasileiro é, a um só tempo, uma e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões”. Assim, é válido ressaltar a história de ocupação deste território, que tem seu início no processo de colonização e que se deu por etapas seguindo o movimento de Leste para Oeste. Tal peculiaridade, de acordo com Passos (1998, p. 58), foi movida pela produção de matérias-primas voltadas ao mercado externo — que também é uma das razões de sua fragilidade.

Piaia (1999, p. 13) aponta que a ocupação do Brasil ocorreu a partir das Capitâneas hereditárias no século XVI, cujo principal objetivo era garantir a Portugal o domínio da parte litorânea, evitando a entrada de estrangeiros. Segundo o autor, neste período constituíram-se bandeiras que tinham como objetivo aprisionar os povos indígenas para comercialização e trabalho escravo no Nordeste e posteriormente descobrir pedras preciosas no interior do país.

Desta forma, a ocupação do interior do território brasileiro se vinculou à mineração e criação de gado e exploração de diamantes e ouro, fatores que foram responsáveis pelo surgimento de núcleos urbanos no interior dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 33).

A ocupação do interior do estado de Mato Grosso não é diferente do contexto de exploração natural e humana instalada no país desde o seu descobrimento.

Assim, a primeira forma de ocupação sobre o espaço que hoje é conhecido como Mato Grosso foi iniciada por bandeirantes de São Paulo que caçavam e aprisionavam populações nativas (como os Coxiponé, os Beripoconé, os Bororo, os Paresi, os Caiapó, os Guicuru, Pocone, Pupone, Bobiare, os

Paiaguá entre outros), para utilizá-los como mão-de-obra escrava (ROSA *et al.*, 2016, p. 3).

Segundo Abreu (2001, p. 45), a região Centro-Oeste e o espaço mato-grossense se concretizam como um bom exemplo desta situação, já que por um longo período tais espaços foram imaginados como espaços vazios. De acordo com a autora, a atividade de mineração iniciaria o povoamento regular de Mato Grosso e do Oeste brasileiro.

Atualmente, o estado de Mato Grosso tem se destacado no que se refere à agropecuária, tal destaque é advindo das condições climáticas, da copiosidade de terras e dos incentivos em diferentes épocas para o uso e ocupação do território na região (ROSA *et al.*, 2016, p. 1).

Segundo Rosa *et al.* (2017, p. 02), a ocupação do território que hoje corresponde a este Estado pode ser entendida como resultado de um processo iniciado no período da colonização portuguesa na América e que se firmou através de um sistema de intensa exploração das riquezas naturais dentro do processo geral da colonização do território brasileiro. Corroborando com esta afirmação, Abutakka (2020) discorre que foi no século XVIII que se iniciou o processo de ocupação do Estado de Mato Grosso com incursões de bandeirantes na região. Assim como em outras áreas do país, estas incursões buscavam ouro, capturar e aprisionar indígenas, fato que contribuiu durante muito tempo para a economia da colônia de São Vicente que corresponde hoje a São Paulo.

De acordo com Piaia (1999, p. 14-17), o território que constitui Mato Grosso apresentava uma paisagem natural inalterável até o início do século XVIII, uma vez que este não oferecia a princípio produto de valor substancial que pudesse ser vendido na metrópole portuguesa. Entretanto, por volta de 1726 a pecuária foi introduzida na região, propiciando um crescimento lento, todavia progressivo, atraindo pouco a pouco migrantes para a região oeste do Estado, que foram povoando áreas, garantindo à coroa portuguesa o domínio da região.

Já no final do século XIX, Mato Grosso experimentou um novo povoamento. Tal processo ocorreu devido à extração da borracha, poaia e erva mate. Estas atividades impulsionaram significativamente uma nova fase econômica e de ocupação do território.

A poaia (*Ciephaeles Ipecaciranha*), planta de alto valor medicinal, teve seu momento de esplendor nos anos de 1878 e 1879. Era extraída das matas nativas da grande região dos Parecis, Cáceres, Barra dos Bugres, Vila Bela e Cuiabá e exportada via Cáceres, pelo rio Paraguai até Corumbá e daí para o exterior (PIAIA, 1999, p. 23).

Lobato *et al.* (2010) afirmam que no período republicano já se destacavam dentre as atividades econômicas a produção de borracha e a poaia na região norte do Estado, além da produção de açúcar na parte central do Estado, e na parte sul predominava a criação de gado bovino e o cultivo da erva-mate. É neste período que surge a ideia da divisão do Estado de Mato Grosso, tendo como alegação os seguintes fatores:

[...] a diversidade e extensão territorial que dificultava o desenvolvimento do Estado de forma igualitária e, também, o jogo político existente para uma proposta de divisão estadual, este segundo pôde ser observado durante a Revolta Constitucionalista que durou 90 dias e proporcionou à parte sul criar e instalar um governo próprio, e no fim da década de 1970 e início da década de 1980 o presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31 dividindo Mato Grosso e criando o Estado de Mato Grosso do Sul. A data virou marco de independência da Região Sul em relação à capital Cuiabá (LOBATO *et al.*, 2010, s/p).

Abutakka (2020) aponta que o processo de ocupação de Mato Grosso passou por seis fases — na atualidade se encontra na sétima fase. De acordo com o autor, a primeira fase teve início entre os séculos XVII e XVIII com a busca pelo ouro; a segunda fase ocorreu durante os séculos XIX e XX com a exportação da poaia e da borracha; a terceira fase de ocupação foi marcada pela “Marcha para o Oeste”, cujo fator principal foi a política de interiorização do Centro-Oeste brasileiro; a quarta fase de ocupação foi demarcada entre o final da década de 1950 e 1960, com a construção de Brasília; a quinta fase ocorreu entre o final da década de 1960 e 1970, com a implementação dos primeiros programas nacionais de desenvolvimento e grande fluxo migratório; a sexta fase abrangeu o período pós-1970, com vários programas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) e o Programa para o desenvolvimento da agropecuária (PRODEAGRO).

De acordo com Abutakka (2020), vivenciamos a sétima fase deste processo de ocupação, em que ocorre apropriação do espaço agrário, baseado numa variedade de produtos agrícolas, vegetais, pecuários etc., mas este processo ocasiona impactos socioeconômicos e ambientais de natureza e intensidade diversa.

O território que compreende o cerrado brasileiro passou por várias transformações desde seu processo de ocupação, vários “conflitos pelo uso dos solos e dos recursos naturais levaram a uma hegemonia dos mais fortes em detrimento das comunidades tradicionais, dos índios e ribeirinhos” (VILLELA, 2016, p. 39).

Neste tocante, pode-se constatar que a ação antrópica ocasionou não somente mudanças socioeconômicas, também promoveu impactos ambientais à medida que ocorria a retirada de vegetação nativa, que conseqüentemente promoverá alteração/destruição de habitats naturais, desta forma ocasionando desequilíbrio local e até mesmo mundial (VILLELA, 2016).

Dentre os principais impactos ambientais provenientes do processo de ocupação territorial em Mato Grosso, pode-se citar as queimadas, o excessivo uso de agrotóxicos que contaminam o solo chegando a atingir o lençol freático, e a contaminação de águas fluviais, e os desmatamentos que aumentam a cada ano (SCHWENK, 2013).

No que diz respeito aos impactos socioeconômicos, apresenta-se o desemprego, visto que antigos agricultores tradicionais deixaram de cultivar e produzir na terra e foram para a cidade sem qualificação de trabalho. Neste sentido, ocorre o detrimento da agricultura de subsistência e uma distribuição de terra que beneficia os latifundiários (SCHWENK, 2013, p.75).

É conhecido que os impactos socioeconômicos e ambientais estão imbricados no enredo da lógica capitalista, na qual a busca por um lucro maior é pautada na competitividade no mercado nacional e internacional. No tocante a isto, Schwenk (2013) discorre:

Os povos tradicionais se tornaram inadequados no meio rural moderno, sem condições de manter-se em suas atividades e seu modo de vida, seja como produtor de agricultura ou pecuária de subsistência seguindo métodos convencionais ou não mecanizados, seja na utilização da caça ou da pesca, entre outros. São, então, excluídos e empobrecem numa verdadeira violação dos direitos humanos ao meio ambiente, por trás de casos de violência organizada e crime pelos interesses econômicos ligados tanto ao cultivo da soja, quanto à pecuária e à construção de hidrelétricas (p. 75).

Outro problema socioeconômico interligado à questão ambiental e que é cada vez mais presente no território mato-grossense diz respeito ao trabalho escravo, no qual o trabalhador é massa de manobra do capital na realização do desmatamento e em grilagens (SCHWENK, 2013, p. 75-76).

Passos (1998, p. 58) declara que a colonização agrícola ocorrida principalmente no interior brasileiro é para os capitalistas a possibilidade de enriquecer por meio da obtenção de vastas extensões de terras, já para os mais pobres, o pequeno produtor, é um meio de sobrevivência.

Em suma, este modelo de ocupação ancorado na agricultura moderna presente no Estado de Mato Grosso continua pautado no modelo agroexportador que privilegia a agropecuária empresarial e os latifundiários.

Permeando este percurso de ocupação do território mato-grossense, se encontra o governo federal que, com uma política de integração econômica territorial, implementou leis e decretos, criando uma série de órgãos públicos que passaram a dirigir o funcionamento da economia. Neste tocante, o governo federal promoveu a ocupação do interior do país e do Mato Grosso, visando suas potencialidades, cujo “o objetivo era aproveitar as condições naturais para produzir cereais, carnes, minérios e madeira para o mercado internacional” (PIAIA, 1999, p. 64).

Na atual conjuntura, Mato Grosso tem se firmado como um Estado em que a economia é predominantemente baseada na pecuária extensiva de corte e de leite e na produção de milho, algodão e soja (ABUTAKKA, 2020).

Contribuindo para esta colocação do território tanto da região Centro-Oeste como do Estado mato-grossense na economia brasileira, está o plano de integração do governo federal. Destaca-se que o Centro-Oeste, por sua extensão territorial e situação fronteiriça, se torna parte do jogo geopolítico.

A fundação de Brasília, em 1960, e a criação de grandes eixos rodoviários ligando Belém a Brasília (norte-sul), Cuiabá a Porto Velho e Santarém (sul-norte-oeste e sul -norte) no quadro do Programa de Integração nacional deveriam impulsionar a ocupação demográfica e o desenvolvimento econômico espontâneo (PASSOS, 1998, p. 70).

Um ponto importante a se destacar é que no período de 1950 a 1960 a industrialização brasileira caminhava rapidamente, impulsionando pessoas para as cidades e acentuando o êxodo rural e as desigualdades regionais. Mediante este processo, o governo federal criou planos a fim de tentar amenizar estes problemas, assim investiu na melhoria de transporte, comunicação e abastecimento energético (PIAIA, 1999, p. 30).

Dentro deste contexto, o Centro-Oeste brasileiro passou a ser visto pelos poderes públicos como solução para a maior parte dos problemas do país. O território pouco povoado, a vasta quantidade de terras e a possibilidade de se avançar cada vez mais para o Oeste estimularam o avanço da fronteira agrícola (PASSOS, 1998, p. 70).

Assim, no Estado de Mato Grosso se acelerou a ocupação da fronteira agrícola com a política de colonização. Rosa *et al.* (2016, p. 19) relatam um fator caracterizante desta política de colonização: o fomento dado pelo governo por meio da doação de terras para colonização a empresas privadas, que por sua vez ofertavam terras a valores considerados baixos pelos pequenos proprietários, principalmente do Sul do país.

Piaia (1999, p. 30) discorre sobre como estas ações colonizadoras eram desorganizadas e não dispunham de nenhum planejamento que pudesse dar assistência à saúde, educação, transportes e vida social das famílias dos colonos. Mesmo com todos estes entraves as colônias atraíram grande número de imigrantes que se dirigiram à região Centro-Oeste e principalmente ao Estado de Mato Grosso com o intuito de melhorar suas vidas.

Passos (1998, p. 58) afirma que os brasileiros se deslocavam em direção a esta região e ao Mato Grosso motivados pelas perspectivas de se tornarem donos de terras, por outro lado o que ocorria era o aumento da pobreza e crescimento populacional calcado nos migrantes.

Entre 1970 e 1974, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA priorizou o assentamento de colonos pobres nos estados de Rondônia e Mato Grosso, conforme proposta do projeto POLONOROESTE, atendendo a três objetivos básicos: 1) objetivo econômico, ou seja, promover a agricultura como meta de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para a exportação; 2) objetivo demográfico, isto é, frear o êxodo rural e reorientar, para a Amazônia, o fluxo que se dirige para as grandes metrópoles do Sudeste; 3) objetivo social, diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no Sul do país (PASSOS, 1998, p. 70-71).

É evidente que neste processo de ocupação do Estado de Mato Grosso estão presentes os migrantes, que em grande maioria eram pequenos proprietários de terras em outras regiões — eram posseiros e sítiantes que vendiam suas terras e migravam em busca de melhores condições de vida, almejavam se tornarem proprietários de

terras na região e obterem boas finanças. Oliveira (2007, p. 135), a respeito dos posseiros, descreve:

Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera, e na outra contra os jagunços, 'gendarmes de plantão' dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus movimentos. Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade do campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitais e seus governos repressores.

Desta forma, adentramos na questão do campesinato brasileiro que sempre esteve em movimento e contribuiu para a ocupação de Mato Grosso. Wanderley (1996, p. 11) indica que um dos pontos mais significativos da luta camponesa brasileira está centrada na criação de um território familiar. Ou seja, um lugar no qual possam guardar e reproduzir a memória familiar para as futuras gerações. A autora ainda acrescenta que a busca por este objetivo promove a mobilidade do agricultor que se sujeita a extensos, contínuos e frequentes deslocamentos espaciais.

Não obstante, esta mobilidade do campesinato brasileiro é resultante de conflitos sociais decorrentes do processo histórico do país. Sob a égide do modo capitalista de produção e o regime de propriedade privada da terra e da produção de mercadorias na agricultura, a terra passa a ser uma mercadoria (OLIVEIRA, 2007, p. 62).

Por conseguinte, Fernandes (2008, p. 74) destaca que as relações do campesinato e capital são de conflitualidades, gerando processos de diferenciações, desigualdades, expulsões e expropriações. O autor afirma que no centro destas conflitualidades se encontra a disputa pelo território. Corroborando com esta análise, é possível considerar que a mobilidade do campesinato é resultante da pressão que grandes propriedades exercem. Diante deste quadro, o camponês necessita escapar da pressão dos grandes latifúndios, tendo como alternativa a migração para o interior do país (WANDERLEY, 1996, p. 10).

Neste ponto Oliveira (2007, p. 11) aponta que "o camponês deve ser visto como um trabalhador que mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna ainda que para isso tenha que migrar". Vinculando-se a este pensamento, Fernandes (2008, p. 76) especifica que por este motivo a história do campesinato sob o sistema do capital

é uma história de migrações, resistências e construção social e também uma busca por uma parte do território que é um elemento fundante para sua existência. Assim, é na busca por um território que a história do campesinato se vincula ao processo de ocupação do estado mato-grossense.

Segundo Girardi (2015, p. 7), até o século XX a ocupação de Mato Grosso esteve ligada à instalação de fortes e povoados com o propósito de garantir os limites territoriais brasileiro no Oeste. Para tanto, foram realizadas incursões em busca de ouro e pedras preciosas, bem como foi introduzida a pecuária, o extrativismo vegetal da erva mate, da poaia, da seringa e a produção de cana-de-açúcar ao longo do rio Cuiabá.

Todas estas atividades foram financiadas pelo desenvolvimento da agricultura camponesa, que fornecia os mantimentos às pessoas que se dedicavam aquelas atividades. Ainda no século XX, durante o período militar foram desenvolvidos vários programas e projetos agropecuários que tiveram forte impacto no estado.

Os principais programas que afetaram a ocupação do estado de Mato Grosso foram o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodeste), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa Especial de desenvolvimento do Pantanal (Prodepan) (GIRARDI, 2015, p. 8 apud MORENO, 2005, p.53).

É possível afirmar que todos estes programas e projetos governamentais voltados para a ocupação do Oeste brasileiro e do estado de Mato Grosso se relacionam com o fato de durante este período a região surgir como alternativa para a não realização da reforma agrária nas outras regiões do país, o que intensificou a mobilidade do campesinato em direção ao território mato-grossense. Com relação a isto, Girardi (2015, p. 8) destaca que:

Em Mato Grosso as ações do Estado se concentraram em torno do incentivo à criação de projetos agropecuários por empresas e da criação de projetos de colonização públicos (estaduais e federais) e privados. Os projetos de colonização privados surgiram para auxiliar o Estado na tarefa de alocar contingente populacional nas regiões a serem ocupadas, permitindo assim a abertura de novas áreas e a disponibilização de mão de obra para os objetivos do capital. Esses projetos de colonização eram baseados na propriedade familiar, capaz de atrair maior número de famílias.

Dentro deste processo de ocupação e mobilidade do campesinato no Estado de Mato Grosso é relevante considerar que seu trabalho foi utilizado para o estabelecimento da agropecuária tradicional no território, entretanto, grande parte das famílias não conseguiu permanecer em suas terras. Sob ameaças, foram expulsos e suas terras foram transformadas em grandes propriedades. Assim, parte desta população retornou aos seus lugares de origem ou avançou na fronteira agropecuária, se direcionando para a capital Cuiabá e cidades médias do interior (GIRARDI, 2015, p. 9).

Em resumo, o processo de ocupação do estado mato-grossense, assim como a questão do campesinato, faz parte de um processo de desenvolvimento adotado pelo governo, no qual os resultados contribuíram para um desenvolvimento territorial desigual. Neste seguimento, Girardi (2015, p. 13) afirma que “este modelo se manifesta no estado de Mato Grosso através de graves problemas regionais, urbanos, ambientais e de concentração de riqueza e poder político-econômico”.

3.2 A FORMAÇÃO GEO-HISTÓRICA DO MUNICÍPIO/CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS NO CONTEXTO DA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE MATO GROSSO: AS FASES ECONÔMICAS E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Desde os índios bororo cabaçais,
Que bravos homens do Mato Grosso,
Trabalhavam numa terra colosso,
Cultivando Campos colossais. (SILVA, 2021).

Observamos que o processo de ocupação do oeste de Mato Grosso se relaciona com o processo de colonização e de integração promovido pelo governo federal brasileiro.

Vários fatores possibilitaram a atração de migrantes do Sul, Nordeste e Sudeste para a região Centro-Oeste e para o Mato Grosso, entre estes, de acordo com Piaia (1999, p. 34), destacam-se:

- A estagnação econômica do Nordeste devido à diminuição produtiva da região, decorrente da exaustão dos solos e porque a maior quantidade de terras se concentrou nas mãos de latifundiários;

- Nas regiões Sul e Sudeste a ocorrência da modernização da agricultura, que valorizou a terra, restringindo seu acesso somente aos que detêm capital para pagá-la;
- A construção de Brasília, a abertura de rodovias e a constituição de empresas colonizadoras.

Por meio dos fatores elencados, Mato Grosso se transformou na fronteira que recebeu imigrantes que foram expulsos pela economia rural de outros estados; estes imigrantes eram agricultores que se instalaram no estado como posseiros ou pequenos proprietários de terra. Por conseguinte, é necessário destacar neste processo o Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970 pelo governo federal, que teve como objetivo abrir rodovias para promover a integração da região ao país. Sob a responsabilidade do INCRA, ele se configurou como um órgão importante para a implantação de muitos projetos de colonização no território mato-grossense (PIAIA, 1999, p. 35).

Heinst (2007, p. 1-2) conta que nas décadas de 1950 e 1960 as autoridades governamentais do Mato Grosso se dedicaram a divulgar imagens que despertassem interesse pelo estado. Para tanto, apresentaram o Estado como um lugar ideal para se viver, onde o clima era o melhor do mundo e as terras baratas, fáceis de se adquirir e extremamente férteis.

Neste tocante, é assertivo dizer que os projetos do governo para povoar Mato Grosso transitaram por programas de desbravamento, ocupação, colonização e por solicitações governamentais à população de outros estados para migrarem ao território mato-grossense — principalmente aos paulistas que detinham poder e interesse em explorar riquezas minerais e expandir-se pelas fronteiras agrícolas, dentre outros objetivos (SZUBRIS, 2014, p. 29-30).

No contexto de ocupação do Estado de Mato Grosso, é relevante enfocar o processo de ocupação da sua região sudoeste, onde se insere o município objeto desta pesquisa, que teve o início de seu processo de ocupação a partir das companhias colonizadoras. Segundo Passos (1998, p. 110), “o Potencial ecológico e a Exploração Biológica muito diferenciados entre o norte (Chapadas dos Parecis) e o sul (Vale do Guaporé-Jauru) atraíram frentes pioneiras distintas”.

Imigrantes mineiros, capixabas e nordestinos dirigiram-se para o Vale do Guaporé-Jauru devido à ocorrência dos solos férteis da região. A ocupação inicial

ocorreu de maneira mais espontânea e de forma mais agitada. Neste período, pequenos proprietários de terra, arrendatários e grandes proprietários de glebas uniram forças para retirar a vegetação natural para cultivarem arroz e feijão e preparar a terra para a pecuária, atividade que predomina na região até os dias atuais (PASSOS, 1998, p. 110).

Segundo Szubris (2014, p. 33), a partir de 1960 o estado de Mato Grosso passou por intensa movimentação de migrantes em direção às terras do sudoeste do estado, promovido por novas políticas de colonização de terras. Tal processo, segundo a autora, é caracterizado como “Marcha para o Sudoeste”, ou seja, foi um segundo momento da denominada Marcha para o Oeste.

Aos poucos a colonização da área que antes fora realizada por índios na fronteira com a Bolívia, por portugueses e escravos, começa a ser refeita pelos novos bandeirantes que redescobriram Mato Grosso. A construção da ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai e da ponte construída sobre o rio Cabaçal foi determinante para o movimento da ‘Marcha para o Sudoeste’ (SZUBRIS, 2014, p. 33-34).

É neste período que entra em cena a cidade de Cáceres, que tem sua fundação ligada à fertilidade de seus solos e rede hidrográfica e “a necessidade de defesa e incremento da fronteira sudoeste de Mato Grosso; comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá e, pelo Rio Paraguai, com São Paulo” (SZUBRIS, 2014, p. 14).

Sendo inegável sua importância para o surgimento dos demais municípios da mesorregião sudoeste, o município de Cáceres é hoje o quarto maior município em extensão territorial do Estado de Mato Grosso. Com relação a esse processo, é relevante destacar a construção da ponte Marechal Cândido Rondon sobre o rio Paraguai em 1961, a abertura e pavimentação da BR 174, a implementação de projetos de colonização na região resultantes do Departamento de Terras e Colonização (DTC), elaborado para regulamentar a venda de terras públicas e a concessão de títulos de propriedades, e da comissão de Planejamento da Produção (CPP), que tinha por objetivo atrair empresas colonizadoras para o estado a fim de proporcionar o povoamento e os desmembramentos municipais na direção sudoeste (FERREIRA, 2017, p. 226-228).

Deste modo, durante os anos de 1960 e 1970, o município de Cáceres se torna um local de copiosa migração e, por consequência, de desenvolvimento agrícola. É neste período que ocorreu a emancipação de novos núcleos socioeconômicos.

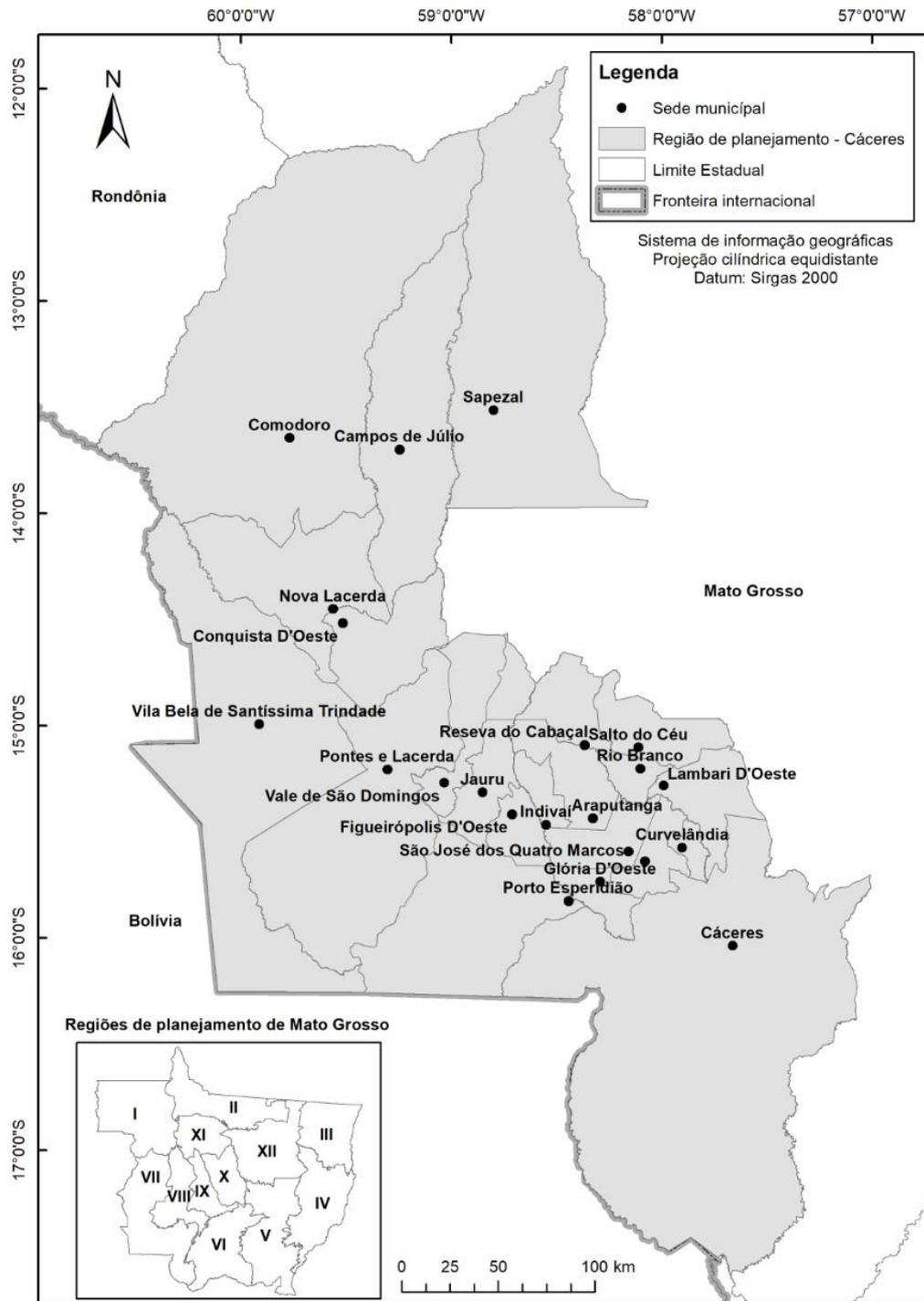
A chegada de uma nova leva migratória, causada pelo desenvolvimento agrícola que projetou polo de produção no Estado e no país, mudou o perfil de Cáceres, cuja ligação com a capital, Cuiabá, foi se intensificando à medida em que melhoravam as condições da estrada ligando as duas cidades. É nesse período que ocorre a emancipação dos novos núcleos socioeconômicos. Assim, emanciparam-se de Cáceres: o distrito de Mirassol d'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Jauru, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Reserva do Cabaçal, Figueirópolis, Porto Estrela, Glória d'Oeste, Lambari d'Oeste e Curvelândia que por sua vez foi desmembrada também de Mirassol d'Oeste e Lambari d'Oeste (BRASIL, 2010, p. 20).

Soares e Moreira (2017, p. 6) apontam que as cidades mencionadas acima surgiram com a instituição de programas oficiais nas décadas de 1960 e 1970, tendo suas origens ancoradas na produção agrícola de base familiar, e que com o tempo passaram para um estágio de estagnação com a abertura de outras fronteiras agrícolas e em decorrência do avanço de latifúndios para a prática da pecuária.

Soares e Moreira (2017, p. 6) também especificam que o surgimento dos núcleos urbanos, especialmente os da Região de Planejamento de Cáceres (apresentada na Figura 2), decorre de três períodos socioeconômicos diferentes e complementares: os surgidos no século XVII, em razão da consolidação da fronteira portuguesa frente os espanhóis, como é o caso de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres; os que apareceram entre os anos 1950 e 1970, quando ocorreu a ocupação de terras no sudoeste mato-grossense, sendo este o caso de Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Jauru, Figueirópolis, Indiavaí, entre outros; e, por fim, aqueles que o surgimento corresponde à ocupação do Chapadão dos Parecis, motivada pela abertura da fronteira agrícola no Cerrado e na Amazônia Legal.

A Região de Cáceres-MT, inserida na Região de Planejamento VII, instituída pela SEPLAN, localiza-se no sudoeste de Mato Grosso. Sobre o contexto geral da Região VII, esta é composta por 22 municípios, distribuída numa área de 117 mil Km², que corresponde a 13% do território estadual, alcançou em 2010, a densidade demográfica de 2,6 Hab./Km² que é inferior à do Estado (MATO GROSSO, 2013) (SOARES; MOREIRA, 2017, p. 7).

Figura 3 – Região de Planejamento de Cáceres-MT



Fonte: SEPLAN (2017).

Esta divisão do Estado de Mato Grosso em Regiões de Planejamento a priori tem como objetivo proporcionar uma melhor gestão territorial. Entretanto, Soares e Moreira (2017, p. 16) analisam que esta forma de regionalizar passa pela vontade do Estado de dividir o espaço para estruturar sua gestão, deste modo a formação da

Região de Planejamento VII-Sudoeste-Cáceres carrega interesses e estratégias políticas e econômicas. Na visão dos pesquisadores esta regionalização é apropriada para mascarar as diferenças e os conflitos econômicos, sociais e políticos, o que é apreensivo, visto que resulta em um enfraquecimento das reclamações da população e possíveis movimentos à procura de alternativas eficazes que promovam o desenvolvimento territorial.

Importa dizer que a regionalização do Estado de Mato Grosso em Regiões de Planejamento foi pautada de certa maneira na proposta elaborada por Vilarinho Neto (2002), que estabelece como áreas de influência as regiões formadas por Cuiabá, Tangará da Serra, Rondonópolis, Sinop, Barra do Garças e Cáceres, bem como as regiões de Juína, Alta Floresta, Vila Rica, Diamantino, Sorriso e Juara (SOARES, 2014, p. 31).

Vilarinho propôs uma nova hierarquização dos chamados centros polarizados de Mato Grosso levando em consideração a divisão político administrativa, a infraestrutura, o suporte econômico das cidades, as funções urbanas e a própria hierarquização. Na concepção do autor, a cidade de Cáceres se constitui como uma Capital Regional, motivo pelo qual a SEPLAN/MT denominou a Região de Planejamento Sudoeste- VII como Região da Grande Cáceres. Seguindo o pensamento de Vilarinho, uma Capital Regional seria uma cidade bem estruturada, sendo articulada por sistemas de transporte e de comunicação, desempenhando assim grande influência econômica e funcional na região onde se insere (FERREIRA, 2017, p. 88).

Desta maneira, a cidade de Cáceres tem representatividade e exerce centralidade dentro da Região de Planejamento Sudoeste VII-Grande Cáceres e principalmente para os municípios da Microrregião Jauru, do qual o município de São José dos Quatro Marcos faz parte devido a vários fatores, entre os quais pode-se citar sua posição geográfica que lhe permite um potencial para o turismo, uma vez que abriga parte do Pantanal mato-grossense e outras belezas naturais e relevância estratégica e militar por se localizar em área fronteiriça entre Brasil e Bolívia (SOUZA, 2020, p. 49).

Cáceres também destaca-se entre os municípios da Região de Planejamento Sudoeste-VII-Cáceres na questão cultural e lazer com shows regionais e nacionais, centro de diversões, festivais de cinema, Festival Internacional de Folclore de Mato

Grosso (FilFOLK-MT) e Festival Internacional da Pesca Esportiva (FIP). A cidade se constitui como polo educacional devido ao fato de ser sede e contar com o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), do Instituto Federal (IFMT) e de faculdades particulares presentes ali, principalmente a Faculdade do Pantanal (FAPAN). Na questão da saúde, Cáceres sobressai dentro da Região de Planejamento Sudoeste-VII-Cáceres, contando com o Hospital Regional Dr. Antônio Fontes desde 2001, hospital público com grande importância para o município pesquisado, onde seus habitantes em sua grande maioria são encaminhados para consultas, internações e cirurgias. Além do hospital Regional, a cidade de Cáceres possui especialistas em diferentes áreas da medicina e laboratórios em exames que não são disponíveis em outros municípios, bem como atendimentos odontológicos (FERREIRA, 2017). Relacionado ainda à importância de Cáceres para a região de Planejamento Sudoeste-VII-Cáceres (principalmente para as cidades que compõem a Microrregião Jauru), ela se dá porque a cidade é referência regional na questão da saúde, a mesma propicia que instituições de nível superior situadas ali ou circunjacentes oportunizam cursos na área das Ciências da Saúde, bem como favorece que vários discentes desta área realizem seus estágios e práticas no Hospital Regional (FERREIRA, 2016, p. 96). A cidade também é destaque no setor de turismo.

No tocante à Teoria de Polos, Silva (2004, p. 44) discorre que há muito tempo os geógrafos e outros estudiosos compreendem que algumas regiões apresentam peculiaridades especiais que lhes possibilitam um desenvolvimento maior em determinadas áreas em detrimento de outras. Tais áreas se desenvolvem, seja de maneira natural ou por via de planejamento, por disporem de uma geografia mais adequada ou por ter recursos naturais mais substanciais. Assim, Silva (2004, p. 45 apud PERROUX, 1967) aponta que o conceito de Polo se resume ao centro econômico e dinâmico de uma região, de um país ou continente, no qual seu crescimento atinge a região que o cerca, neste caso o desenvolvimento regional estará sempre ligado ao do seu polo.

De acordo com Cima e Amorim (2007, p. 80), a função fundamental de uma cidade-polo é atuar como centro de serviços à região próxima a ela, disponibilizando tanto serviços como bens ao seu entorno. Posto isto, Ferreira (2017, p. 99) disserta que a cidade de Cáceres acaba por exercer influência sobre os municípios mais próximos que se encontram conectados por meio das rodovias MT-170, MT-175, MT-

250 e BR-070/174 que alcançam os municípios de Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos. O pesquisador afirma que os demais municípios que se encontram mais longe de Cáceres acabam por serem influenciados mais diretamente por Pontes e Lacerda ou Tangará da Serra.

Segundo Ferreira (2017, p. 100), analisando as considerações feitas com relação a Cáceres e sua centralidade dentro da Região de Planejamento VII-Sudoeste-Grande Cáceres, e por conseguinte dentro da Microrregião Jauru, certifica-se que Cáceres assume a posição de polo regional em razão de seus vínculos, suas relações, bem como seus bens e serviços ofertados a outros municípios da região, sobressaindo como já visto neste texto a questão da saúde e educação como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 – Significado de Cáceres para a região na opinião dos representantes governamentais dos municípios

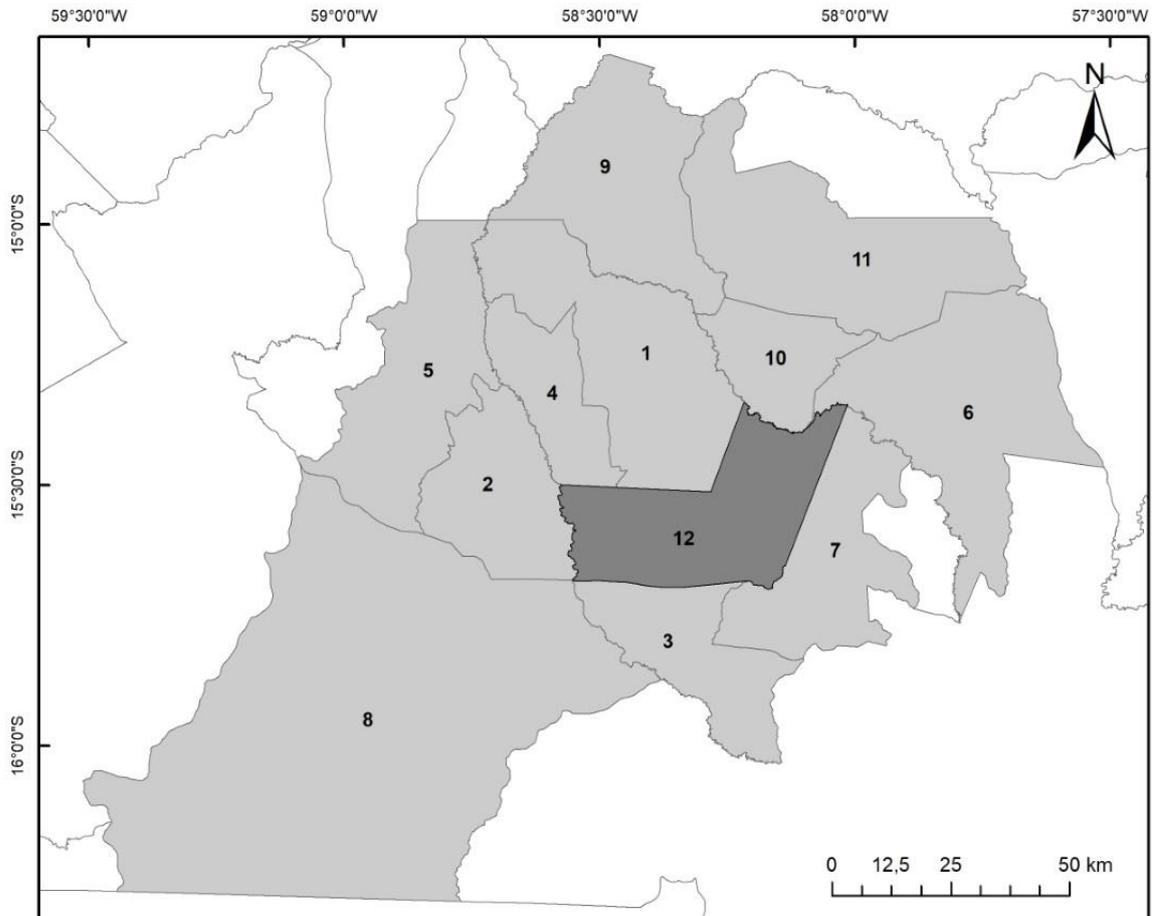
Araputanga: por se tratar da cidade com potencial para a saúde e a educação.
Barra do Bugres: nenhuma.
Campos de Júlio: cidade com bons recursos voltados para a saúde, mas está inflamada de gente e não evolui na infraestrutura. Cancelamento do FIP e atrapalha a imagem da cidade.
Comodoro: uma boa cidade, que fica em divisão com os demais municípios e a capital.
Conquista D'Oeste: importante porque é um polo de saúde, a mais próxima. É também a mais próxima em relação ao turismo e à Cultura.
Curvelândia: um polo central, onde as cidades circunvizinhas buscam apoio na saúde e na educação.
Denise: local de grande potencial turístico.
Figueirópolis D'Oeste: Cáceres é o polo principal da região, mas ultimamente não está representando isto.
Glória D'Oeste: importante por ser o município de maior porte e que pode trazer desenvolvimento para a região.
Indiavaí: foi por muito tempo a vitrine da região. Não que deixou de ser, porém, os problemas que enfrenta deram uma apagada na grandiosidade do município. Vamos ver se nesta nova administração é retomado o seu lugar no cenário das grandes cidades de Mato Grosso.
Jauru: o município referência da região, por ser o maior da região.
Lambari D'Oeste: É a nossa referência, porque se a mesma desenvolver, os outros municípios também desenvolverão.
Mirassol D'Oeste: por ser a cidade com bom grau de importância para a região.
Nova Lacerda: Cáceres representa ainda um polo na área da saúde.
Nova Olímpia: Potencial turístico, portal do Pantanal.
Pontes e Lacerda: Cidade histórica.
Porto Esperidião: foi o município que deu origem aos demais e ainda hoje tem os serviços que os outros não têm.
Porto Estrela: região pioneira no comércio, onde representa o escoamento de produção agrícola.
Reserva do Cabaçal: significado histórico por ser o município-mãe dos demais. É referência no atendimento à saúde (ainda que precário). É referência regional. Precisa valorizar mais o turismo, pois, acaba ajudando a região. Possui uma área enorme, com uma produção muito pequena. Não tem renda. É uma mãe pobre.
Rio Branco: Referência em saúde, educação e comércio.
São José dos Quatro Marcos: referência na área da saúde.
Sapezal: Se encontra distante e fora da rota utilizada pela população sapezalense.
Tangará da Serra: é a sede da UNEMAT.
Vale de São Domingos: significativa na questão da saúde, por ser considerada polo desta região.
Vila Bela da SS. Trindade: é um grande polo para as outras cidades.

Fonte: Evaldo Ferreira (2017).

Após estas considerações, é possível dizer que o município pesquisado é influenciado por este polo regional desde a sua fundação, assim como outros municípios que surgiram com o advento de programas oficiais nas décadas de 1960/1970 e que tiveram sua origem na produção de uma agricultura de base familiar; bem como, em seguida, entraram em um processo de estagnação a partir da abertura de outras fronteiras agrícolas, ao mesmo tempo em que a pequena propriedade cedeu lugar às grandes propriedades para a prática da pecuária (SOARES, 2017, p. 6).

É com este contexto que a formação geo-histórica do município de São José dos Quatro Marcos se relaciona. O município possui área de 1.282,763 km², apresentando os distritos de Aparecida Bela e Santa Fé D'Oeste; localiza-se na região sudoeste do estado de Mato Grosso, na microrregião Jauru (Figura 4), com um número populacional de 18.998 habitantes em 2010 (a estimativa em 2021 era de 18.778 habitantes) (IBGE, 2017).

Figura 4 – Localização do Município na Microrregião Jauru



Legenda

■ Microrregião do Jauru

1 - Araputanga

2 - Figueirópolis D'Oeste

3 - Glória D'Oeste

4 - Indiavaí

5 - Jauru

6 - Lambari D'Oeste

7 - Mirassol D'Oeste

8 - Porto Esperidião

9 - Reserva do Cabaçal

10 - Rio Branco

11 - Salto do Céu

12 - São José dos Quatro Marcos

Outras Legendas

■ Município foco da pesquisa

□ Municípios de Mato Grosso

Sistema de informação geográficas
 Projeção cilíndrica equidistante
 Datum: Sirgas 2000

Fonte: Thales Ernildo de Lima.

Figura 5 – Imagem aérea de São José dos Quatro Marcos



Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos.

Ao nos referirmos (Figura 4) a esta formação geo-histórica não podemos desconsiderar a negligência com os povos já existentes no território. De acordo com Bordin (2018, p. 19), por mais de cinco mil anos os povos indígenas denominados de Bororo ou Cabaçais eram os habitantes da região sudoeste de Mato Grosso, e do local que hoje corresponde ao município de São José dos Quatro Marcos, e dos municípios que compreendem a microrregião do Jauru. Estes povos indígenas, segundo o autor, foram denominados de Cabaçais pelos paulistas durante o processo de ocupação do território e foram perdendo suas terras aos poucos, muitos foram mortos, colonizados ou levados para outras localidades contra sua vontade.

A origem do município vem de projetos de colonização implantados por particulares que adquiriram terras junto ao Departamento de Terras e Colonização (DTC) a preços irrisórios, com o comprometimento de abrir estradas e efetuar infraestrutura para o desenvolvimento do núcleo urbano (FERREIRA, 2017, p. 228).

Como descrito por Bordin (2018, p. 21-22), o território de São José dos Quatro Marcos foi satélite do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do estado de Mato Grosso. Sua história se encontra vinculada ao processo de ocupação, colonização e urbanização do município limítrofe de Mirassol D'Oeste, no qual São José dos Quatro Marcos se tornou distrito através da Lei nº 3.934, de 4 de

outubro de 1977. Todavia, foi em 1962 que ocorreram os primeiros sinais de ocupação da terra, quando Zeferino José de Matos, o primeiro pioneiro, adquiriu terras da Imobiliária Mirassol, sediada no Estado de São Paulo (SOUZA; ZATTAR, 2014).

Com a chegada de Zeferino José de Mattos na região, sendo ele proprietário de duas áreas de terras delimitadas por dois dos quatro marcos, tomou impulso e emergiu, de fato, o sonho de se construir uma cidade no meio da mata. Zeferino e seu filho Nilze José de Mattos limpavam o primeiro lote e, retornando para casa, contou para a família que tinha vislumbrado uma grande cidade no local e que isso era a realização de um sonho (BORDIN, 2018, p. 30).

Com relação ao surgimento de São José dos Quatro Marcos, Bordin (2018, p. 31) aponta que até o ano de 2010 não havia nada registrado sobre sua data correta. Assim, as pessoas tinham dúvidas a este respeito, já que em 1966 já existia demarcação de propriedades de três sítiantes. Entretanto, o filho de Zeferino José de Matos, o senhor Nilze José de Matos, esclareceu que o núcleo inicial do que posteriormente viria a ser a cidade se deu no dia 15 de junho de 1967. A referência correta da data foi feita em um documentário intitulado “Eles Acreditaram”, produzido em 2010 pelo departamento de cultura do município.

No dia 15 de junho de 1967 iniciou o eixo do patrimônio, cujo eixo começou na esquina dos quatro tocos, a gente chamava de quatro tocos porque eram quatro sítios. Sim, foi em junho de 1967 que começou o primeiro lote (primeiro eixo, como dizia meu pai) para registro do início de São José dos Quatro Marcos (BORDIN, 2018, p. 31).

Sob a batida do facão, da foice e do machado, os desbravadores Zeferino José de Matos, Luiz Barbosa e Miguel Barbosa assentaram Quatro Marcos no centro das medições, de onde partiam quatro linhas, formando 90° entre elas. Eram dois caminhos que se cruzavam. Estas linhas correspondem, hoje em dia, às avenidas São Paulo e Dr. Guilherme Pinto Cardoso. Devido aos Quatro Marcos no centro do loteamento, o lugar tomou o nome de Quatro Marcos, sendo acrescentado, posteriormente, o nome de São José, o santo da devoção da comunidade. Desta forma, a localidade tomou o nome de São José dos Quatro Marcos (FERREIRA, 2017).

Rezende (2018, p. 65) escreve que foi por meio da Lei Estadual nº 4.154, de 14 de dezembro de 1979 que se deu a criação do município, tendo ocorrido na data uma carreata em comemoração (Figura 6), com a denominação simplificada de

Quatro Marcos. Todavia, a população — incentivada pelo padre Jorge (Georges Joseph Pierre Marie Martin), o primeiro Pároco (responsável pela paróquia) — entrevistou e exigiu o nome completo, São José dos Quatro Marcos, conseguindo o objetivo através da Lei nº 4.637, de 10 de janeiro de 1984.

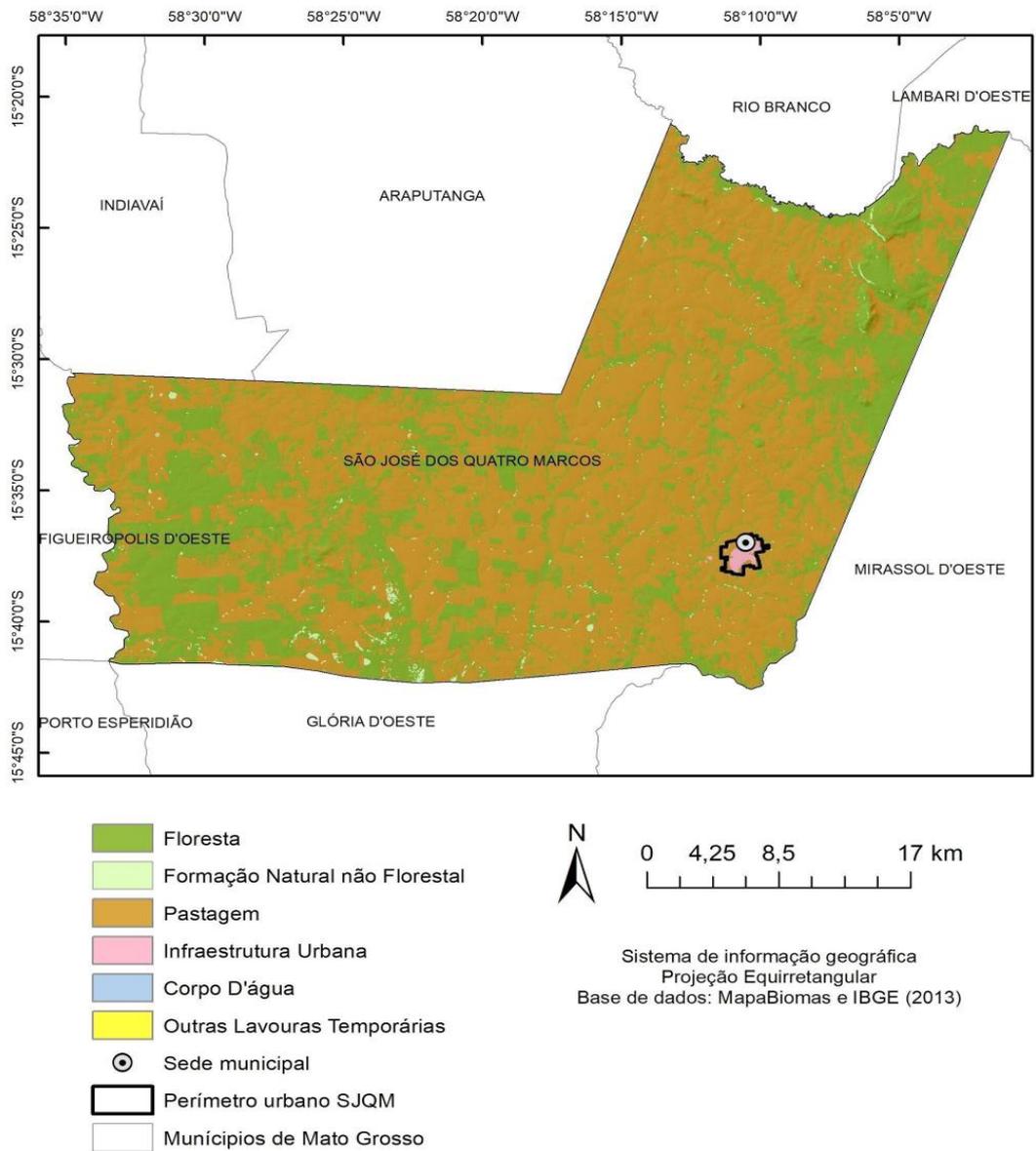
Figura 6 – Carreata em comemoração à emancipação do município em 1979



Fonte: Perez (2022).

Do contexto histórico de formação do município de São José dos Quatro Marcos, assim como o da maioria dos municípios do Brasil, fizeram parte a “supressão vegetal e uma drástica alteração do bioma pela inserção das forças de transformação na ampliação do espaço geográfico capitalista” (RESENDE, 2018, p. 65). Concordando com esta visão, Soares e Moreira (2017, p. 11) acrescentam que no território brasileiro os projetos de colonização e regionalização se pautam na questão econômica, cujo objetivo é atender o desenvolvimento que compartilha da lógica capitalista. No que se refere a isto, pode-se dizer que o desmatamento (Figuras 7, 8, 9 e 10) ocorrido no processo de ocupação do território que hoje corresponde ao município de São José dos Quatro Marcos é calcado no modelo produtivo predatório dos recursos naturais (Tabelas 7, 8, 9 e 10).

Figura 7 – Mapa município em 1989 - área de vegetação natural e pastagens



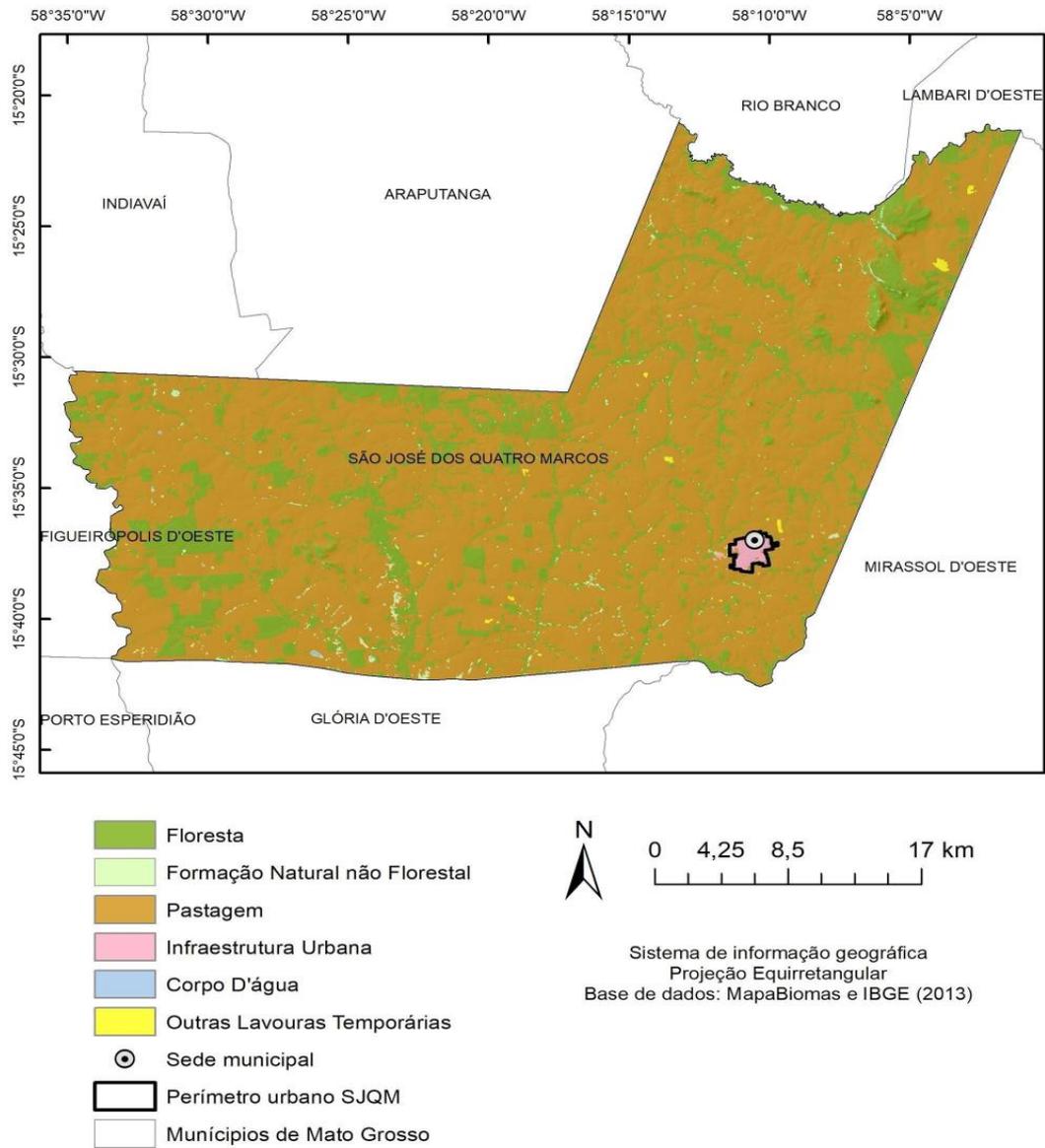
Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

Tabela 7 – Dados tabulados mapa 1989

Descrição	Descrição Macro	Área (km ²)	Porcentagem
Formação Florestal	Floresta	415,44	33,68
Formação Savânica	Floresta	21,17	
Formação Campestre	Formação Natural não Florestal	9,54	0,74
Pastagem	Agropecuária	847,59	65,39
Infraestrutura Urbana	Área não vegetada	2,41	0,19
Rio, Lago e Oceano	Corpo D'água	0,1	0,01
Outras Lavouras Temporárias	Agropecuária	0,01	0,00
Total		1296,26	100,00

Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

Figura 8 – Mapa município em 1999 - área de vegetação natural e pastagens



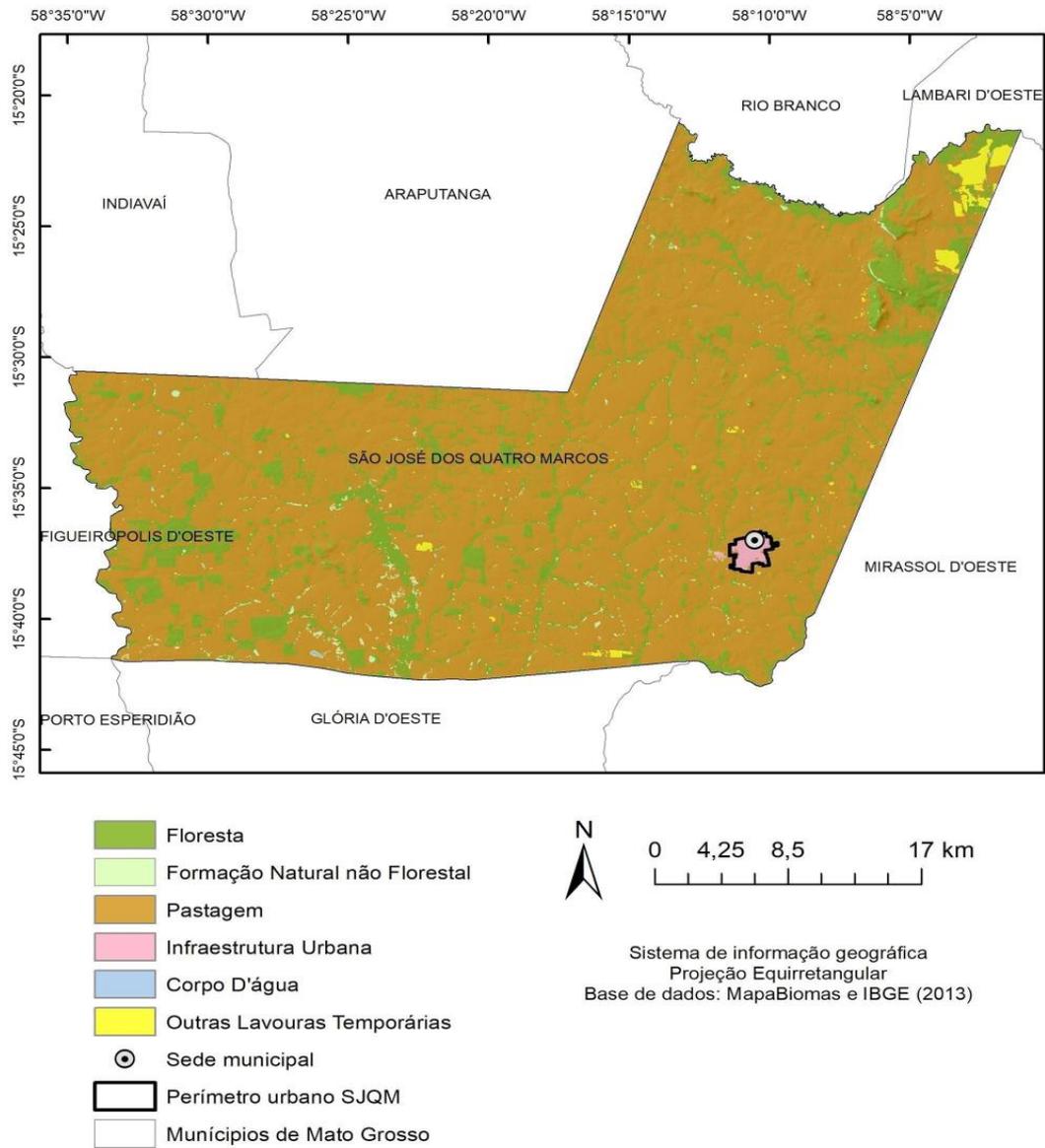
Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

Tabela 8 – Dados tabulados mapa 1999

Descrição	Descrição Macro	Área (km ²)	Porcentagem
Formação Florestal	Floresta	247,28	19,77
Formação Savânica	Floresta	8,79	
Floresta Plantada	Floresta	0,21	
Formação Campestre	Formação Natural não Florestal	11,26	0,87
Pastagem	Agropecuária	1.022,47	78,87
Infraestrutura Urbana	Área não vegetada	3,69	0,28
Rio, Lago e Oceano	Corpo D'água	0,69	0,05
Outras Lavouras Temporárias	Agropecuária	1,95	0,15
Total		1296,34	100,00

Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

Figura 9 – Mapa município 2009 - área de vegetação natural e pastagens



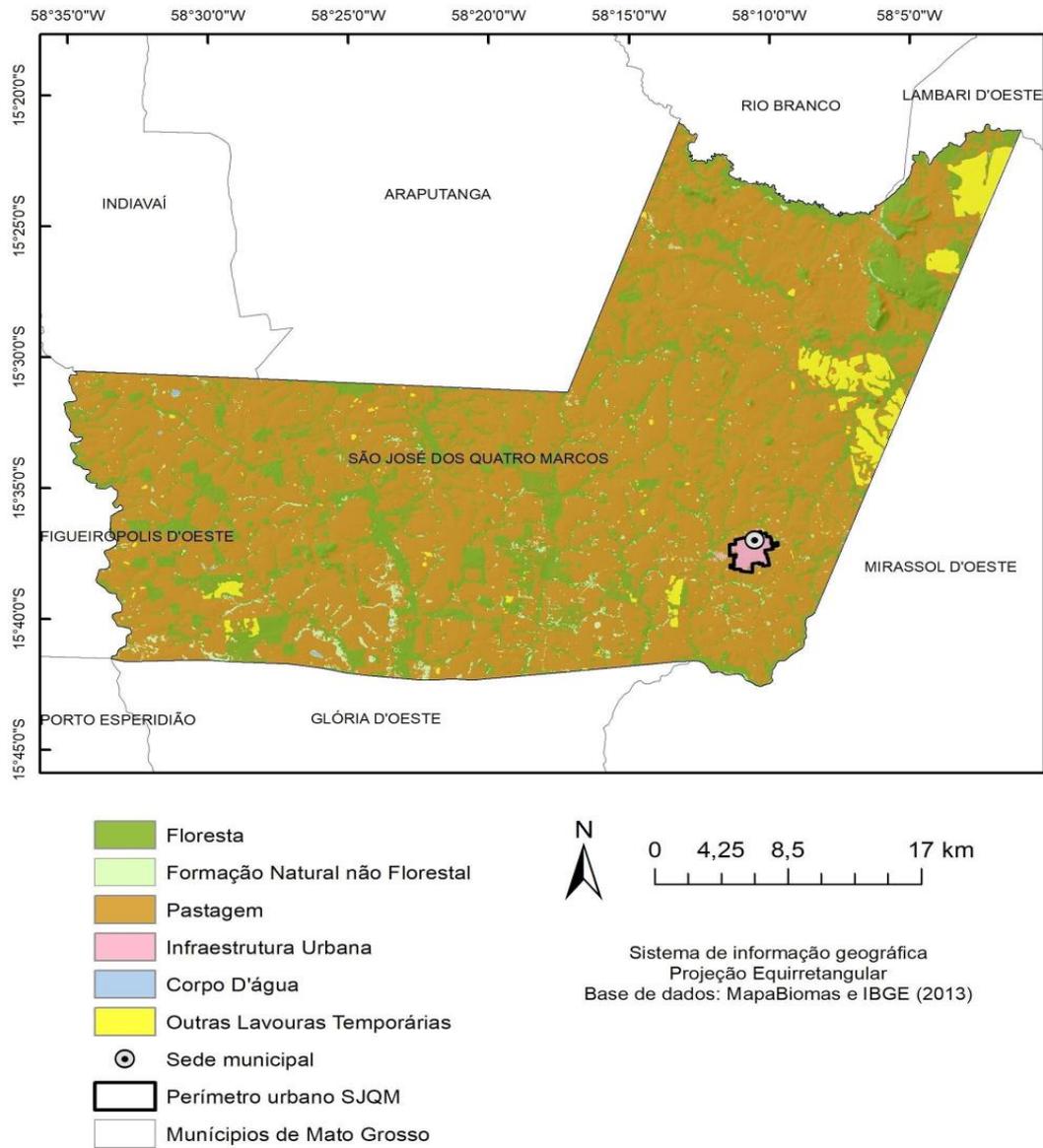
Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

Tabela 9 – Dados tabulados mapa 2009

Descrição	Descrição-Macro	Área (km ²)	
Formação Florestal	Floresta	199,89	
Formação Savânica	Floresta	8,23	16,17
Floresta Plantada	Floresta	1,49	
Formação Campestre	Formação Natural não Florestal	11,6	0,89
Pastagem	Agropecuária	1.058,12	81,62
Infraestrutura Urbana	Área não vegetada	4,05	0,31
Rio, Lago e Oceano	Corpo D'água	0,41	0,03
Soja	Agropecuária	2,45	0,19
Outras Lavouras Temporárias	Agropecuária	10,08	0,78
Total		1296,32	100,00

Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

Figura 10 – Mapa do município 2019 - área de vegetação natural e pastagens



Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

Tabela 10 – Dados tabulados do mapa 2019

Descrição	Descrição_Macro	Área (km2)	%
Formação Florestal	Floresta	243,8	
Formação Savânica	Floresta	21,18	21,25
Floresta Plantada	Floresta	10,5	
Formação Campestre	Formação Natural não Florestal	24,47	1,89
Pastagem	Agropecuária	949,27	73,23
Cana	Agropecuária	0,05	0,00
Infraestrutura Urbana	Área não vegetada	4,71	0,36
Rio, Lago e Oceano	Corpo D'água	1,24	0,10
Soja	Agropecuária	11,83	0,91
Outras Lavouras Temporárias	Agropecuária	29,29	2,26
Total		1296,34	100,00

Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima (2021).

No que tange ao território e ao desenvolvimento territorial deste município, percebe-se que este ocorreu por meio da produção agrícola. Bordin (2018, p. 88) escreve que “o surgimento de São José dos Quatro Marcos se deu basicamente sobre uma economia oriunda das pequenas propriedades e fundamentada na produção agrícola”.

Nesta perspectiva, nota-se uma forte presença do campesinato na formação e desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos. Impulsionadas pela propaganda de que o novo território mato-grossense possuía solo fértil, muitas famílias migrantes se direcionaram para a região em busca de terras boas para cultivo — eram famílias provenientes de São José do Rio Preto, Santa Fé do Sul e demais localidades do Estado de São Paulo, mas também pessoas dos Estados de Minas Gerais, Paraná e, em menor quantidade, da região Nordeste do país (REZENDE, 2018, p. 66).

No início deste processo de formação do município em tela, os agricultores se dedicaram ao cultivo de determinados produtos agrícolas como o arroz, feijão, milho e café. O café, entretanto, se constituía uma esperança para o povo do local, certamente em virtude da tradição paulista, cultura, que não conseguiram deixar (SILVA; FERREIRA, 1994, p. 224).

Mediante o exposto, é perceptível a interligação do desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos com a questão do campesinato, sobre o qual Wanderley (2014, p. 02) destaca:

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família — quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Corroborando com a abordagem de Wanderley (2014) sobre o campesinato, Bordin (2018, p. 21) aponta que “os habitantes do município apresentam uma vasta diversidade cultural com costumes, conhecimentos, crenças e hábitos provenientes de vários estados brasileiros”. A raiz cultural destes habitantes (neste sentido) é balizada pela forte influência de migrantes, que contribuíram nos aspectos religiosos, agrícolas e educacionais (BORDIN, 2020, p. 26).

Resumidamente, em concordância com Ferreira e Salati (2005, p. 34), é assertivo conjecturar que o processo de colonização e migração do Estado de Mato Grosso e a de São José dos Quatro Marcos resultou em uma diversidade, no que concerne aos aspectos físico-natural, biológico, cultural, econômico e social, correspondendo a uma “forma de devassamento do homem e da natureza”, correlacionados aos interesses econômicos em que o “progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinita baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos” (*Ibidem*, p. 42).

Nesta conjuntura, pode-se dizer que São José dos Quatro Marcos apresentou desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, territorial alicerçado na agricultura e na força de trabalho de seus migrantes. Bordin (2018, p. 88) indica que primeiramente os produtos cultivados foram o café, milho, arroz e feijão. Durante a década de 1980 ocorreu a instalação e expansão do cultivo do café e na década de 1990 a expansão se voltou para o cultivo de algodão, banana e mamão – o algodão, que se encontrava em alta, resistiu por apenas uma década.

A agricultura cafeeira, implantada desde a formação do município, por volta de 1970, propiciou a obtenção de altos lucros por parte dos produtores, transformando a região numa área de atrativo populacional, proporcionando

desenvolvimento socioeconômico, tanto no campo, quanto na cidade, até meados da década de 1.980 (BORDIN, 2018, p. 90).

Segundo Bordin (2018, p. 90), o município alcançou seu auge no rol dos grandes negócios nas décadas de 1970 e 1980 por causa da agricultura cafeeira (Figura 11), que possibilitou a obtenção de altos lucros pelos produtores e transformou a região numa área atrativa, proporcionando desenvolvimento socioeconômico tanto para a área rural quanto para área urbana do município. Bordin descreve ainda que São José dos Quatro Marcos chegou a ser o terceiro município em arrecadação, ficando à frente de Cáceres, município polo da região. Todavia, com a crise da produção de café, atribuída à sua desvalorização no mercado e às reduções nas produções, pelo modo de agricultura praticada na região sem preocupação com o solo, e à redução dos índices pluviométricos, o algodão (Figura 12) se tornou o produto da vez, provando que o desenvolvimento territorial do Brasil é pautado nos chamados ciclos econômicos.

Figura 11 – Lavoura de café como principal agricultura na época no período de 1970



Fonte: Arquivo pessoal de Luiz C. Bordin (2020).

Figura 12 – Plantio de algodão em 1992 no município



Fonte: Arquivo pessoal de Luiz C. Bordin (2020).

As lavouras de algodão se tornaram o chamado ouro branco local e proporcionaram vários empregos tanto na área urbana quanto na área rural do município. O algodão tornou-se o responsável por grande parte da arrecadação e absorvia no período da safra grande quantidade de mão de obra (Figura 13). Em 1991 o município contava com três algodozeiras (Figura 14) que compravam a produção local, faziam o descaroçamento e transportavam o produto para os Estados de São Paulo e Goiás (Figura 15). Entretanto, mesmo estando em expansão, devido à falta de investimentos governamentais, empréstimos bancários que geralmente só grandes produtores adquiriram e uma terrível praga de bicudos que atacou as lavouras por vários anos seguidos, o cultivo do algodão foi à decadência. Em decorrência deste processo, aliado ao valor pago pela mão de obra e o transporte, produzir algodão se configurou em mau negócio e as algodozeiras acabaram fechando suas portas em 1994, abalando a economia do município (BORDIN, 2018, p. 90-91).

Figura 13 – Trabalhadores na plataforma de desembarque da algodoeira 4 M.1992



Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Figura 14 – Máquina de pluma de algodão da algodoeira Teka



Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Figura 15 – Fardos de algodão (1991)



Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Antes da decadência do algodão no município de São José dos Quatro Marcos, em meados da década de 1990, leis elaboradas para a fixação do homem no campo proporcionaram o surgimento de assentamentos voltados para pequenas produções agrícolas. Tais leis foram assegurando direitos e incentivos ao homem do campo e pouco a pouco a pecuária, que antes era uma atividade apenas de subsistência, galgou lugar de destaque na atividade econômica quatromarquense com o gado de corte e leiteiro e o cultivo de hortaliças e frutas que proporcionaram uma retomada à agricultura familiar, que voltou a ser expressiva na economia local (BORDIN, 2018, p. 92-93).

Com relação à população de São José dos Quatro Marcos, ela se constituiu em grande maioria por migrantes paulistas, sendo as migrações mais antigas na seguinte ordem: SP, ES, BA, MG e CE. Estas migrações se deram por incentivo do Estado ou da iniciativa privada em meados do século XX (SCHEUER, 2017, p. 96).

Segundo Bordin (2018, p. 87-88), o índice populacional do município esteve em ascensão contínua por quinze anos, alcançando um número de 23.877 habitantes no ano de 1995. Isto devido ao fato de que a cidade caminhava com uma economia crescente, sendo um período no qual várias instituições estavam sendo instaladas, novos comércios e novas empresas despontavam em decorrência da expansão da

agricultura, e a pecuária estava ganhando notoriedade com o gado de corte e a chegada do frigorífico. Entretanto, após este ano, o êxodo rural, a crise do café, a derrubada das lavouras de café para expansão do gado de corte e leiteiro, a busca dos jovens pelos cursos universitários em outros centros, estabilidade de empregos em concursos do Estado e de municípios em desenvolvimento, e a abertura de áreas e colonização na região norte do Estado acabaram direcionando o fluxo migratório e, por fim, a inércia da classe política local e regional perante as evasões propiciaram uma queda populacional no município.

Em síntese, o que aqui foi exposto sobre a formação geo-histórica de São José dos Quatro Marcos vai de encontro com o que afirma Jesus (2018, p. 51): “a territorialização do capital na fronteira agrícola está marcada pela presença de conflitos inerentes à reprodução do modo de produção capitalista”.

3.3 AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E A RELAÇÃO CAMPO/CIDADE

O lugar prosperou com seus legados
Luiz Barbosa fez parte da História,
Miguel Barbosa impulsionou bens. (SILVA, 2021).

A economia brasileira apresenta um longo percurso de desenvolvimento desde a sua fase colonial até os dias atuais. Tal percurso preservou estruturas produtivas ancoradas nas plantações extensivas de produtos agrícolas para exportação. No decorrer dos séculos, a economia do país tem oscilado com produtos que estiveram presentes na demanda do comércio mundial. O Brasil conheceu um processo de fortalecimento da indústria durante o século XX e ao mesmo tempo uma revolução agrícola ocorrida na região Centro-Oeste que sustentou a constituição de uma potente agricultura comercial (ALMEIDA, 2019).

Tal fato teve início com a Marcha para o Oeste durante o governo de Getúlio Vargas, no qual as práticas agrícolas foram expandidas de forma mais intensa para o interior do território nacional. A Marcha para o Oeste previa a ocupação e desenvolvimento da região Centro-Oeste, especialmente dos estados de Goiás e Mato Grosso. A intenção deste processo era realizar investimentos em setores estratégicos, como infraestrutura de transporte e comunicação; e incentivar as

migrações para a ocupação dos chamados espaços vazios, que na verdade não o eram, porque existiam povos indígenas nesta região. A Marcha para o Oeste também previa uma ampliação da produção agrícola visando tanto à exportação quanto o mercado interno (ALMEIDA, 2019, p. 453).

De acordo com Sano (2019, p. 56), outro ponto a se destacar e que contribuiu para o desenvolvimento de variedades de culturas agrícolas mais adaptadas ao clima e solo do Cerrado e do Estado de Mato Grosso, foi a criação da Embrapa em 1973, onde vários experimentos de campo e laboratório foram coordenados em cooperação técnica e suporte financeiro da Japan International Cooperation Agency (JICA) — parte do tratado de cooperação técnica entre Brasil e Japão que teve sua origem no ano de 1959 e se oficializou em 1971, tratado que se configura como um incentivo ao desenvolvimento agrícola da região.

Entretanto, no território mato-grossense ocorreu uma elevada concentração de terras e uso excessivo do solo. Tanto a produção agrícola, com destaque para a produção de grãos, quanto a pecuária atuaram numa cadeia produtiva direcionada ao capital internacional, tido como principal gerador de divisas econômicas do Estado (MARTINS, 2018, p. 56).

Nessa perspectiva, constata-se que a economia do Estado depende basicamente do uso da terra, pois está ancorada na agricultura destinada à exportação, com produção em larga escala da cultura temporária, sendo o maior produtor nacional de soja, algodão, girassol, milho e com grande participação em outros produtos (MARTINS, 2018, p. 54).

Sendo um dos municípios entre os 141 do Estado de Mato Grosso, São José dos Quatro Marcos se encontra em conformidade com esta economia. De acordo com o Plano de Saneamento Básico do município (PSBM, 2014), com dados do último Censo Agropecuário do IBGE, suas bases econômicas estão profundamente relacionadas às atividades primárias (agropecuárias).

Segundo Bordin (2018, p. 84-85), em 1968 foi aberta a primeira estrada ligando São José dos Quatro Marcos ao município de Mirassol D'Oeste. A abertura desta estrada possibilitou o escoamento da produção agrícola que começava a crescer no município que até então ainda era distrito de Mirassol D'Oeste. Na década de 1970 muitas plantações chegavam até o aglomerado de casas e comércios do município, com o passar dos anos foi assumindo uma dinâmica capitalista pautada na economia agrícola e aos poucos expandiu seus produtos para outros locais do Estado.

No período de sua emancipação política (1979), os recursos oriundos da arrecadação de impostos ultrapassavam o montante de sete milhões de cruzeiros, que eram provenientes da produção de café, feijão, arroz, algodão e milho e da presença de 39 estabelecimentos industriais e 102 estabelecimentos comerciais já instalados, conforme mostrado na Tabela 11.

Tabela 11 – Números de indústrias e comércios em S. J. D. Quatro Marcos em 1979

INDÚSTRIAS

04 beneficiadoras de madeira

05 fábricas de móveis

02 beneficiadoras de café

13 beneficiadoras de arroz

COMÉRCIOS

04 farmácias

03 escritórios

01 padaria

03 hotéis

15 bares

01 cinema

05 minimercados

02 casas de ferragem

15 secos e molhados

02 lojas de calçados

03 salões de beleza

05 oficinas mecânicas

01 autopeças

02 hospitais

20 botequins

06 açougues

01 vidraçaria

03 oficinas de consertos

02 postos de gasolina

02 sapatarias

03 cabeleireiros

03 restaurantes

Fonte: Adaptado de Bordin (2018, p. 87).

Na atualidade existem cerca de 2.061 empresas e comércios conforme a Tabela 11 apresenta. Embora seja um município pequeno, São José dos Quatro Marcos tem se destacado por sua regularidade em vendas durante o ano e seu potencial de consumo. Entretanto, o pequeno número de novas oportunidades de negócios exige atenção de todos os segmentos que compõem a sociedade. A moagem, a fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais e a pecuária são destaques positivos dentro da economia do município, que considerado como um local de baixa influência nos municípios vizinhos, atrai a maior parte de visitantes para estudos.

O PIB da cidade é cerca de 377,4 mil, 45,8% deste valor é proveniente dos serviços, depois 32,7% do setor público, 32,7% da agropecuária, e 8,5% vêm da indústria. Neste sentido, o PIB per capita de São José dos Quatro Marcos é de 20mil, um valor inferior à média do Estado de Mato Grosso (IBGE, 2010). Dentro das atividades que mais empregam no município se destacam o setor público, o cultivo da madeira de Teca, a criação de bovinos para corte e fabricação de laticínios (Caravelas Dados Estatísticos, 2022).

Tabela 12 – Empresas em São José dos Quatro Marcos/MT por Segmento (CNAE - Atividade Econômica) - 2022

Tipo	Quantidade
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	117
Obras de alvenaria	60
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	49
Comércio varejista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns	47
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional	45
Cabeleireiros, manicure e pedicure	44
Promoção de vendas	44
Serviços ambulantes de alimentação	33
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	29
Fabricação de móveis com predominância de madeira	27
Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	25
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	23
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	22
Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	21
Instalação e manutenção elétrica	20
Atividades de organizações políticas	18
Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	18
Atividades de contabilidade	18
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	16
Serviços domésticos	16
Comércio varejista de bebidas	15

Fonte: Empresaqui (2022).

É interessante ressaltar que o surgimento de São José dos Quatro Marcos ocorreu numa economia proveniente de pequenas propriedades e fundamentada na produção agrícola. Durante seu processo de emancipação, o desenvolvimento permanecia baseado no setor primário, principalmente das lavouras de café.

A agricultura cafeeira implantada desde a formação do município gerou altos lucros, contribuindo para que a região se constituísse como uma área de atração

populacional, gerando desenvolvimento socioeconômico positivo, tanto no campo quanto na área urbana até meados dos anos de 1980 (BORDIN, 2018, p. 90).

Entretanto, com a produção de café entrando em declínio no município, na década de 1990 houve a expansão da pecuária de corte e leiteira e o retorno à agricultura campesina, com algumas leis voltadas a propiciar o surgimento de assentamentos e pequenas propriedades agrícolas.

As atividades pecuaristas eram as grandes responsáveis pelo maior fluxo de capital no setor econômico de São José dos Quatro Marcos. O gado leiteiro, em 1987, era em média 51% do rebanho bovino, e, em 2002, representava em média 32%. Porém, comparando a quantidade de espécies bovinas em produção de leite e a quantidade de leite produzido, de 1987 a 2002, houve uma melhora na qualidade dos animais (BORDIN, 2018, p. 93).

Com o declínio da produção cafeeira e posterior queda da produção de algodão, São José dos Quatro Marcos vivenciou uma ocupação urbana irregular em decorrência do êxodo rural ocorrido nos anos de 1985 e 1990. Neste período, a população do campo foi atraída para a área urbana, por oferta de emprego na indústria frigorífica e de laticínios que demandavam mão de obra para o processo produtivo. A disputa por espaço territorial conduziu parte dos imigrantes para áreas de baixa valorização imobiliária, marcadas por invasões de áreas baixas, mais próximas da região Central (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, 2014, p.121-122).

A indústria frigorífica (Figuras 16 e 17) permaneceu no município de 1987 até o ano de 2015, quando encerrou suas atividades. Em relação ao ano de 1987, Bordin (2018, p. 93) conta que a empresa chegava a abater 1000 cabeças de bois diariamente e sua produção era destinada à região Sudeste e Sul do país, além de outros países e continentes, como os Estados Unidos da América e Europa. A indústria nesta época empregava cerca de 900 funcionários. Já a indústria de laticínios processava 160 mil litros de leite por dia, deste total 90 mil litros eram destinados à produção de queijo muçarela, comercializada no Estado de São Paulo.

Figura 16 – Indústria frigorífica JBS fechada em 2015 no município



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

Figura 17 – Frente do Frigorífico



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2021).

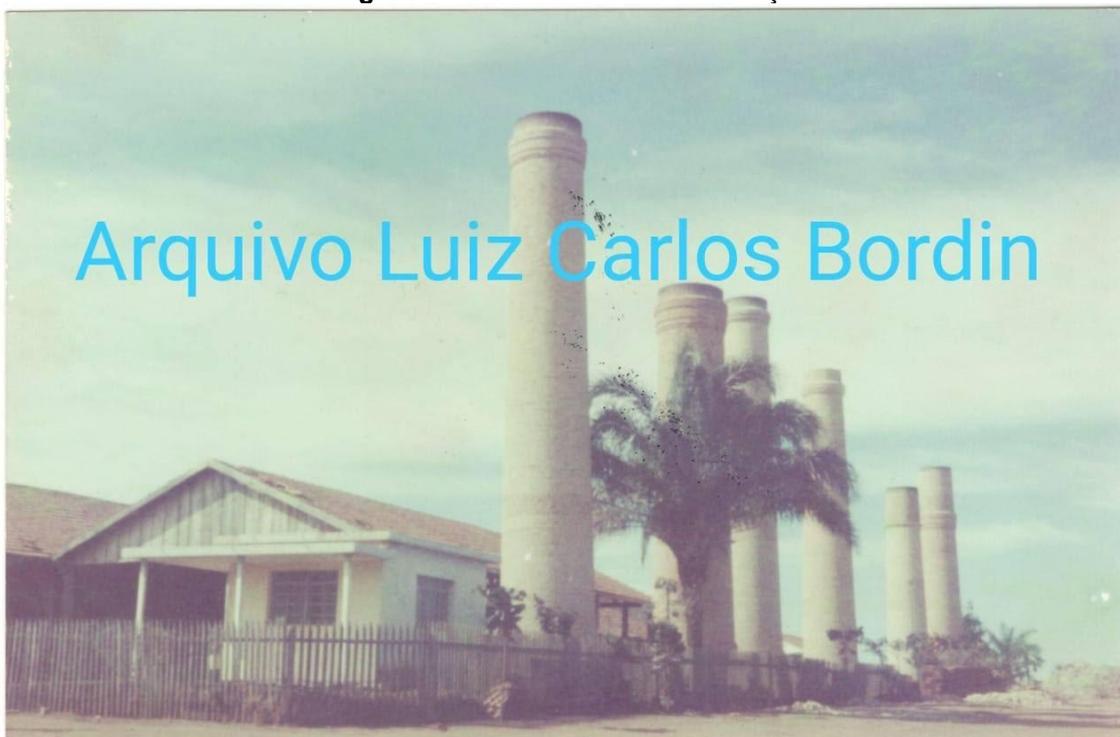
O extrativismo vegetal e mineral foi outra atividade explorada no município, porém, com pouca intensidade, tendo seu auge na década de 1990. Neste período havia uma expressiva quantidade de ouro, argila (Figuras 18 e 19), calcário, madeira de lei (Figura 20) e plantas medicinais. Com relação ao setor terciário, o comércio se encontrava em pleno destaque e contava com 516 estabelecimentos distribuídos em diversas modalidades, dentre elas agências bancárias, produtos agropecuários, alimentícios, eletrodomésticos, móveis, vestuários, calçados, cosméticos e perfumarias, farmácias, restaurantes, churrascarias e lanchonetes (BORDIN, 2018, p. 93-94).

Figura 18 – Olaria Comunidade Areia Branca



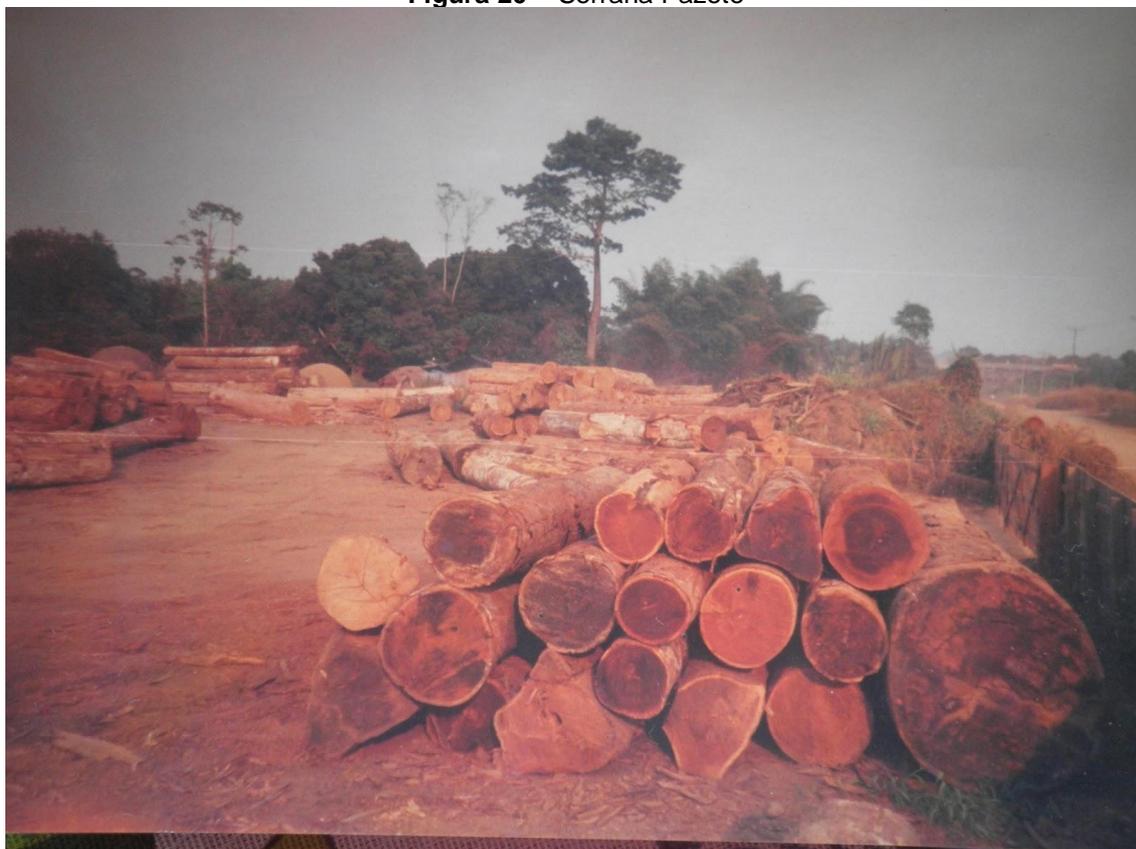
Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Figura 19 – Cerâmica Vale do Cabaçal



Fonte: Luiz Carlos Bordin.

Figura 20 – Serraria Pazete



Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Em suma, as atividades econômicas do município de São José dos Quatro Marcos são resultantes de um processo de ocupação e via colonização e migração ancorados em interesses econômicos e governamentais baseados num sistema vinculado à ideia de que os recursos naturais são infinitos e de transformá-los em mercadoria.

Rezende (2018, p. 65) aponta que o processo histórico do município apresenta uma supressão da vegetação e, por consequência, alteração do bioma proporcionado pela transformação e ampliação do espaço geográfico capitalista, fato que só demonstra o modelo reprodutivo desmatamento-civilizador replicado em território brasileiro.

Corroborando com esta visão, Vieira (2019, p. 41) indica que o efeito do desmatamento foi um condicionante para a ocorrência de processos erosivos que levaram ao assoreamento do leito do Córrego Corgão (Figura 21), utilizado para o abastecimento hídrico urbano da cidade. Do mesmo modo, tal situação ocorreu em outros córregos do município. De acordo com a autora:

[...] em 1984 a vegetação natural tinha uma alta representatividade, ocupando 76,4 % da área, sendo que as pastagens exóticas plantadas ocupavam, na época, somente 23,6 % da área. Até 1993, a expansão da pecuária na região (em substituição das plantações agrícolas), provocou um significativo incremento do desmatamento, o qual foi atingindo gradativamente as matas ciliares que protegiam os canais fluviais integrantes da rede de drenagem da sub-bacia do córrego Corgão (VIEIRA, 2019, p. 41).

Figura 21 – Córrego Corgão

Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).

Na atualidade, de acordo com dados do IBGE (2017), as principais atividades econômicas do município são a agropecuária, indústria e serviços (administração, defesa, saúde, educação e seguridade social). No município as organizações sociais urbanas e rurais vivem, com maior ou menor articulação, ligadas pela atividade econômica dominante — o setor primário da economia e o seu processamento.

São José dos Quatro Marcos é um município marcado pela pecuária. A rede hidrográfica do seu espaço rural, teve forte diminuição das matas ciliares, devido à pecuária de corte e leite. Ao ter em sua área urbana duas unidades industriais de processamento de carne e de leite (O Frigorífico e o Laticínio), é um dos centros regionais de processamento de produtos oriundos da pecuária. Esta industrialização, vendida predominantemente para o Sudeste, como não é de proprietários locais, consolidou o perfil produtivo municipal, um município predominantemente de pecuária. Estas unidades são os maiores empregadores na área urbana, os maiores contribuintes fiscais e responsáveis pela verdadeira especialização pecuária da área rural (PMSB, 2014, p. 54-55).

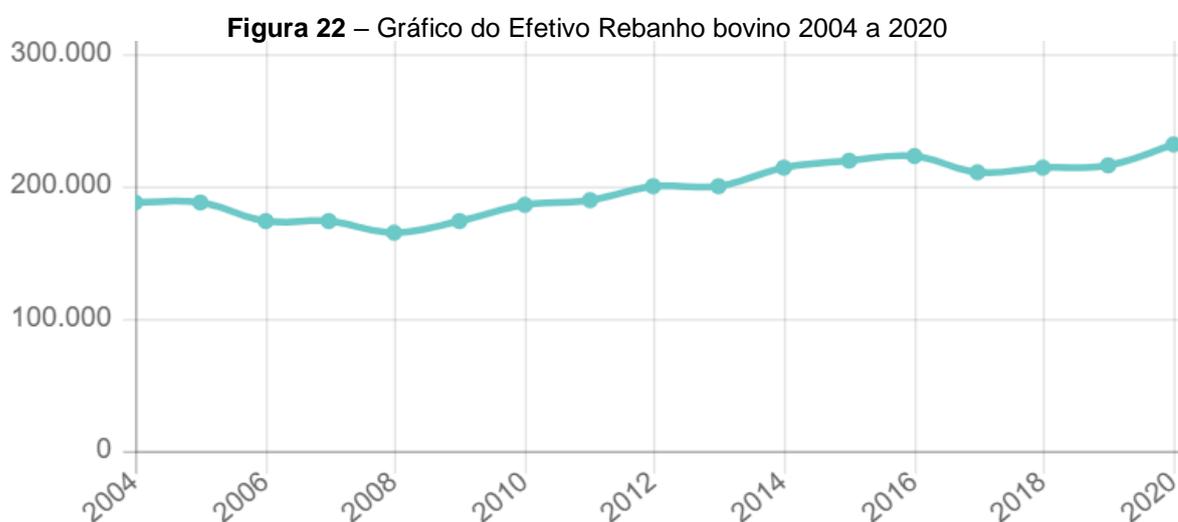
O PMSB do município (2014, p. 52) apresenta dados sobre as terras produtivas rurais e aponta que 97,74% dos estabelecimentos são de proprietários do município, sendo uma porcentagem acima da média do país que é de 76,25%, e acima do Estado

de Mato Grosso que é de 78,52%, o que reflete as origens da estrutura agrária municipal efetuada por colonizadoras de terras.

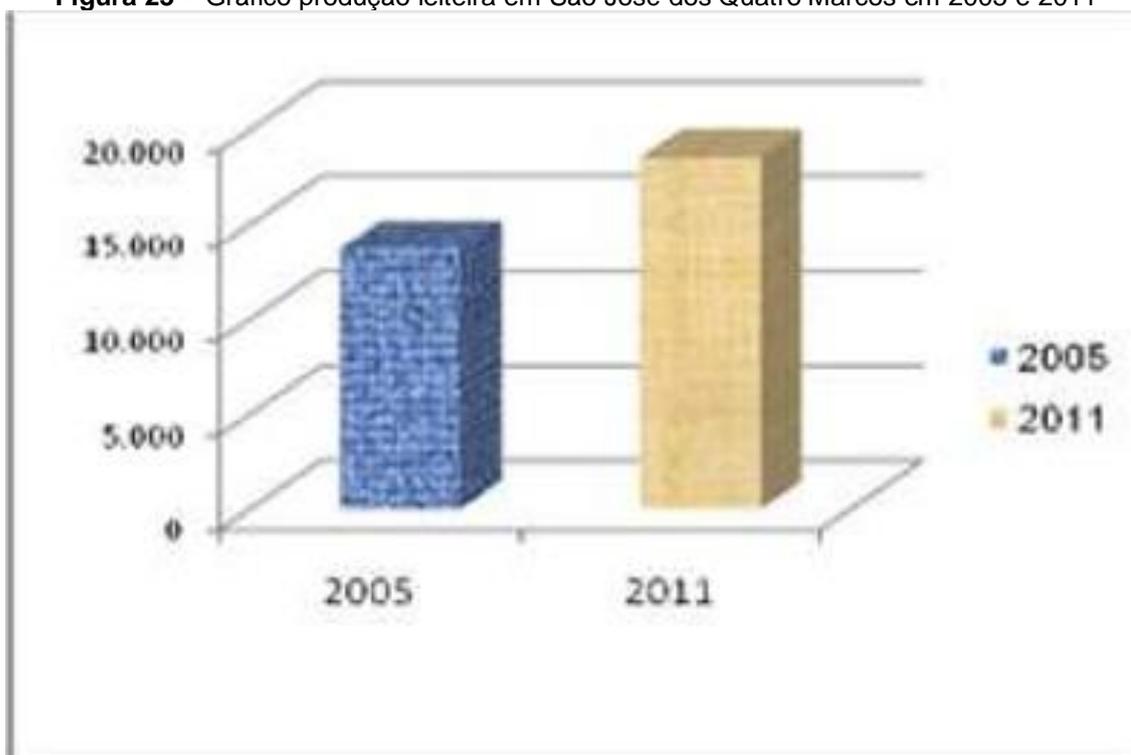
Embora São José dos Quatros Marcos possua terras férteis para a agricultura, segundo o PMSB (2014, p. 53), os dados apresentam uma queda na produção de alguns produtos agrícolas como é o caso do arroz em casca, que registrou uma diminuição no ano de 2011 de 1.650 toneladas em relação ao ano de 2005; a produção de milho obteve uma diminuição de 2.528 toneladas no mesmo período.

Entretanto, o município tem se destacado como o segundo maior produtor estadual de mamão e terceiro maior produtor de laranja do estado e, além disto, o município produz diversas frutas como abacaxi, banana, limão, maracujá e melancia.

Ainda de acordo com o PMSB, durante o período de 2005 a 2011 ocorreu uma diminuição na produção agrícola do município, mas neste mesmo período houve também um crescimento na produção de borracha, mandioca e cana-de-açúcar, assim como do rebanho bovino (Figura 22), com destaque para pecuária leiteira (Figura 23).



Fonte: IBGE (2020).

Figura 23 – Gráfico produção leiteira em São José dos Quatro Marcos em 2005 e 2011

Fonte: PMSB (2014, p. 54).

Com o fechamento da indústria frigorífica JBS no ano de 2015, a pecuária leiteira, com o gado sendo criado de forma extensiva (Figura 24) e de maneira intensiva (Figura 25), tem se firmado como uma atividade econômica importante para o município. O rebanho leiteiro municipal, com 4,277mil vacas, produziu 8,66 milhões de litros de leite em 2019, segundo o Secom MT (2021). O leite produzido no município é adquirido por diversos laticínios, sendo o mais importante o laticínio Vencedor Indústria e Comércio (Figura 26), localizado na área industrial da cidade, o laticínio é abastecido em boa parte pelos agricultores do município.

O leite, matéria-prima predominante, se destina à produção de leite UHT, leite em pó e condensado, para o mercado estadual e do Sudeste do Brasil. Na pecuária, o município conta ainda com rebanho galináceo de 48,6 mil cabeças, das quais 22 mil galinhas, com 130 mil dúzias de ovos; 170 bubalinos, 2.605 equinos, 2.368 ovinos e 5.810 suínos (690 matrizes), além 21 toneladas de peixes em cativeiro (IBGE, 2020).

Figura 24 – Gado leiteiro criado de forma extensiva



Fonte: João de Melo EMPAER (2021).

Figura 25 – Gado leiteiro criado de forma intensiva



Fonte: Luís Santos (2022).

Figura 26 – Indústria de laticínios Vencedor

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2020).

No que tange ao gado leiteiro, os produtores de leite de São José dos Quatros e do oeste de Mato Grosso têm protestado contra o baixo valor pago pelo produto. Salienta-se que tal processo é resultante de uma concentração de unidades industriais, frigoríficas de carne e laticínios presentes no Estado de Mato Grosso, numa prática de atividade oligopolista em que o produtor rural fica muito suscetível, por poucas alternativas de preço para o seu produto (PMSB, 2014, p. 55).

Outra atividade econômica relacionada ao campo no município é a produção de hortaliças (Figura 27) para o comércio na cidade. Esta produção é realizada em grande parte por agricultores familiares que vendem sua produção para os supermercados locais e na feira municipal (Figura 28) que ocorre às quartas-feiras e aos domingos. Vale ressaltar que a atividade comercial da feira se dá de forma espontânea, seguindo uma cultura existente tanto por produtores quanto por consumidores, atendendo ao objetivo de ser um espaço de complementação da renda rural e alternativa de consumo de hortaliças para os moradores da cidade.

Figura 27 – Horta do Assentamento Florestan Fernandes



Fonte: Arquivo Alessandro Vieira.

Figura 28 – Feira do produtor rural



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Uma outra atividade econômica do município em tela é a extração de madeira, São José dos Quatro Marcos conta com a extração da madeira Teca (*Tectona grandis*), árvore exótica no Brasil, de origem asiática, mais precisamente das florestas de monção na Índia. Esta espécie foi introduzida no Brasil no início de 1971 em Mato Grosso, pela empresa Cáceres Florestal S.A. A madeira de teca possui durabilidade,

leveza, resistência ao ataque de térmitas e fungos, fácil de ser trabalhada e com ausência de rachaduras (DELGADO; GOMES; ARAÚJO, 2008, p. 2).

A espécie foi plantada no município há mais de uma década por agricultores familiares e por empresas de reflorestamento, com investimento de recursos de capital externo ao município. Esta atividade rural tem gerado resultados positivos para o município, em especial no que tange às marcenarias. Na atualidade, a cidade conta com cerca de 56 marcenarias que se destinam à produção de móveis provenientes da madeira de Teca (Figura 29). No tocante à área plantada desta madeira, não existe uma estimativa concreta, alguns empresários florestais apontam cerca de 3 mil hectares, outros apontam 400 dispersos em diversas propriedades familiares (PMSB, 2014, p. 55-56).

Figura 29 – Plantio de madeira Teca no município



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

São José dos Quatro Marcos, como já dito, possui sua base econômica ligada ao setor primário, com ênfase na pecuária de corte e de leite, mas também com diversidade de outros produtos (madeira, frutas e hortaliças). Assim, “as atividades econômicas de empreendedores urbanos locais são diversificadas e originam-se intimamente relacionadas como complementares à dinâmica econômica rural” (PMSB, 2014, p. 63).

Isto posto, evidencia-se aqui uma questão debatida de diferentes formas ao longo de décadas pelas Ciências Humanas e Sociais, na qual a Geografia ocupa um papel de destaque: a questão da relação campo-cidade, rural-urbano.

Para Araújo e Soares (2009, p. 206), é fundamental estabelecer a distinção entre o campo e a cidade e, por conseguinte, entre o rural e o urbano. Ambas indicam que o campo e a cidade poderiam ser caracterizados como uma realidade material, enquanto o termo rural e urbano a eles relacionados exprimem uma realidade social produzida nestes espaços. Em outros termos, as autoras apontam que:

são os sujeitos, definidos ora como rurais ora como urbanos, que imprimem significados aos espaços em que vivem, dotando-os de elementos que possibilitam a identificação e distinção entre o mundo rural e urbano (ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 206).

Conforme Alves (2012, p. 8), a discussão sobre a relação campo-cidade se configura num assunto de complexidade para a ciência geográfica, visto que a diferença e delimitação entre a cidade e o campo tornaram-se uma tarefa dificultosa a partir da acentuação das articulações entre estes espaços. O autor considera que a interpelação campo-cidade acompanhou a evolução do pensamento geográfico e o estudo das relações dos espaços rurais e urbanos no campo epistemológico da ciência na corrente clássica ou tradicional, teórica, crítica e cultural.

Na concepção da geografia clássica ou tradicional no Brasil, a relação campo-cidade é vista como dicotômica. Nesta visão ocorre pouca integração entre estes espaços e o campo determina o processo espacial urbano. Dentro da corrente teórica, com uso de técnicas estatísticas e quantitativas ancoradas no modelo positivista, a cidade torna-se o centro da relação com o campo. Assim, nesta corrente ocorre um destaque à distribuição e organização do espaço, preocupando-se com a caracterização e função do campo e da cidade. Todavia, a questão cartográfica e funcional da corrente supera a questão socioespacial assim como a geografia tradicional (ALVES, 2012, p. 12-13).

Para a Geografia Crítica — que surge no Brasil no final da década de 1970 com o objetivo de prestar serviço à sociedade, de forma a denunciar e apontar os problemas gerados ao longo da formação territorial do país —, ocorre um processo de integração entre o campo e a cidade, agricultura e indústria. Surgem as ideias das inter-relações dos espaços contínuos, da multifuncionalidade dos espaços rurais e das

ruralidades no urbano. Neste sentido, pode-se considerar que a relação campo-cidade assume uma característica de multifuncionalidade nos estudos contemporâneos (ALVES, 2012, p. 14-15).

Jacinto, Mendes e Perehouskei (2012) utilizam-se da análise da etimologia das palavras cidade-urbano e campo-rural para exemplificar como teria ocorrido a construção deste processo de diferenciação (Tabela 13).

As palavras urbanus e rusticus são, respectivamente, adjetivos de urbs e rus, que, por sua vez, são conceituadas sobre antagonismos, de forma que as adjetivações utilizadas como sinônimos para qualificar os moradores da cidade são positivas, enquanto as usadas para qualificar os habitantes do campo são negativas. Assim, a palavra urbanus é mencionada para definir qualidades, como cortesia, boa educação, bom relacionamento, o que legitima a superioridade de tudo que faz alusão à cidade, e a palavra rusticus refere-se aos incultos, aos rudes, aos grosseiros, aos simples, aos desajeitados, insinuando inferioridade a tudo que diz respeito ao campo (JACINTO; MENDES; PEREHOUSKEI, 2012, p. 180).

Tabela 13 – Origem e significados das palavras: cidade-urbano e campo-rural

CIDADE-URBANO	CAMPO-RURAL
<p>Civitas f.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Condição de cidadão; direito de cidadão. 2. Conjunto de cidadãos. 3. Sede do governo; Estado; cidade; pátria. 4. = urbs. 	<p>Campus m.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Planície; terreno plano; campina cultivada. 2. Campo ou terreno para exercícios. 3. Campo de batalha. 4. Os exercícios do Campo de Marte; os comícios; as eleições. 5. Produtos da terra.
<p>Civis m. e f.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cidadão livre; cidadã livre; membro livre de uma cidade, a que pertence por origem ou adopção. 2. Concidadão; concidadã. 3. Habitante. 4. Soldado romano. 5. Companheiro. 	<p>Campensis adj.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Relativo aos campos; campestre. 2. Epíteto de Isis que tinha um templo no Campo de Marte.
<p>Urbs f.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cidade (em opos. a rus ou a arx). 2. A cidade por excelência. 3. Cidade, população duma cidade, os cidadãos; Estado. 4. Morada; asilo Rus, n. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Campo (em opos. a domus “casa” e urbs “cidade”). 2. Terras de lavoura. 3. Casa de campo. 4. Território, região. 5. Fig. Rusticidade, rudeza. 6. Pl. Propriedade rural; o campo (em geral).
Urbanus adj.	Rusticus adj.
<ol style="list-style-type: none"> 1. Da cidade (em opos. a rusticus); da cidade de Roma; urbano. 2. Civil (em opos. a castrensis); pacífico. 3. Polido; fino; delicado; urbano. 4. Espirituoso; engraçado; engenhoso. 5. Divertido; folgazão; gracejador. 6. Elegante; esmerado; (fal.do estilo); que usa linguagem apurada. 7. Imprudente; desavergonhado; indiscreto. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dos campos; do campo; rústico; campestre; rural. 2. Fig. Rústico; agreste; rude; inculto; grosseiro; tosco; labrego; saloio; desajeitado; sem elegância. 3. Simples; ingênuo; pouco atilado; estúpido. 4. Inacessível ao amor; esquivo; bisonho. 5. Camponês; lavrador; campônio.

Fonte: Jacinto, Mendes e Perekouskei (2012, p. 180 apud BAGLI, 2006).

Araújo e Soares (2009, p. 202) enfatizam que as várias transformações socioespaciais verificadas no campo e na cidade são provenientes da internacionalização do capital, que instituiu modificações consideráveis na dinâmica econômica do Brasil, com relevância para a integração socioeconômica das regiões do país e a diversificação dos serviços impelidos pela infraestrutura no setor de

transportes e comunicação modernas nas cidades e a modernização do campo, que embora não tenha ocorrido homoganeamente, alterou-o, intensificando os fluxos entres estes espaços. Tais fluxos foram propiciados pela presença da ciência no processo produtivo e, por conseguinte, nas relações entre campo-cidade.

De acordo com Araújo e Soares (2009, p. 205), pode-se perceber um fracionamento e discrepância entre campo e cidade pautados no critério econômico, tendo em vista que ao se falar em campo ele é associado à atividade agrícola, isolamento, dispersão e atraso, enquanto a cidade e o termo urbano estão associados às atividades comerciais, industriais, serviços, aglomeração e modernidade.

Conforme afirmam Jacinto, Mendes e Pehouskei (2012, p. 174), a industrialização da agricultura é um ponto importante que tem suprimido paulatinamente a separação entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano. Isto infere que campo e cidade formam uma unidade controversa, na qual a diferença vai sendo ordenada por um lado pela presença do trabalhador assalariado do campo na cidade, por outro lado pela industrialização de produtos agrícolas realizada por trabalhadores das cidades. O que se percebe é o desenvolvimento do capitalismo moldando a união contraditória entre agricultura e indústria, campo e cidade, que o próprio sistema capitalista separou no início de sua expansão.

Alves e Vale (2013, p. 33) indicam que a discussão relação campo-cidade deve levar em consideração não somente a economia, mas também a dinâmica populacional, política, cultural e ambiental, considerando desta maneira diversos fatores estruturais e materiais ou imateriais. Neste sentido, Rua (2005, p. 45) descreve:

Torna-se difícil, senão impossível compreender as relações urbano-rural e cidade-campo sem integrá-las ao movimento de constituição do exercício do poder e da hegemonia (econômicos, políticos, culturais e simbólicos) numa construção de novas representações do espaço, integradas às revoluções que têm marcado a modernidade: revolução técnico-científica, revoluções burguesas e revolução industrial em que aquelas espacialidades viram seus papéis serem alterados em função da inserção, nos movimentos referidos, dos atores nelas atuantes. Também, desde já, é preciso ressaltar que esse processo é contraditório e admite múltiplas manifestações.

Segundo Alves (2012, p. 16), o entendimento de campo-cidade e rural e urbano ganha destaque na Geografia, pois, se trata não somente da questão espacial (absoluto), mas também do espaço vivido e imaterial, levando em consideração os

valores e o modo de vida que constituem o lugar. Rúa (2006, p. 89) enfatiza uma integração das territorialidades em que urbano e rural se misturam, definindo particularidades e singularidades que assinalam cada local. Já Alves e Vale (2013, p. 33-34) apontam que o conceito de campo e cidade no Brasil acompanha o padrão dos equipamentos e infraestruturas no espaço urbano, isto é, tudo o que não for urbano será rural. Tal conceito é pautado nos quesitos materiais que configuram o espaço, além dos critérios políticos administrativos para urbanização e divisão de lotes.

Consoante Araújo e Soares (2009, p. 216), é fundamental ponderar que as relações campo-cidade são estreitas e viabilizam a presença de elementos urbanos no campo e rurais na cidade, todavia, sem a eliminação de características de cada espacialidade. Neste sentido, o rural não pode ser reduzido ao significado de agrícola e remoto, porque o processo de modernização propiciou a presença de indicadores urbanos no campo, como as indústrias que formam os modernos e diversificados complexos agroindustriais. De igual modo, o urbano não pode ser sinônimo de industrial e moderno, visto que engloba atividades e práticas associadas ao rural, uma vez que abrange residentes provenientes do processo de modernização e expropriação do campo.

Neste contexto, considerando as transformações na sociedade, exige-se a compreensão das particularidades desta interação campo-cidade e as territorialidades indiscutivelmente procedentes dela. Deste modo, o “rural e o urbano interagem, mas os sujeitos sociais pertencentes a cada universo cultural preservam seus valores e formas de organização social” (ARAÚJO; OLIVEIRA; SOARES, 2008, p. 127).

Partilhando do pensamento de Alentejano (2013, p. 7), as observações feitas até aqui permitem dizer que há lugar para o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, mas seu significado atual mudou. Acredita-se ser crucial demonstrar que apesar das transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais provenientes do fenômeno do urbano, o rural não deixou e não deixará de existir, mas está tendo seu significado modificado. Deste modo, o rural não deve ser visto como sinal de atraso, como oposto da ideia de que o urbano é sinônimo de progresso, modernidade. Estas visões errôneas precisam ser superadas. Cada realidade rural ou urbana deve ser compreendida em sua especificidade e no que tem de geral, sua territorialidade.

Em síntese, ao se falar da relação campo-cidade, é possível perceber que existe uma profunda interação entre os dois. No município em tela, São José dos Quatro Marcos, esta interação se apresenta no dia a dia dos munícipes que se relacionam, seja por meio dos produtos agrícolas produzidos no campo e consumidos pelos moradores da cidade através do comércio local ou da feira municipal, seja por meio dos produtos e equipamentos urbanos utilizados pelo homem do campo, e hábitos e costumes que percorrem a vida na cidade e no campo.

Observa-se no município que o campo na atualidade conta com alguns benefícios que antes eram tipicamente oriundos da cidade, como energia elétrica, presença de eletrodomésticos, eletrônicos e internet nas residências. O PMSB (2014) dispõe que o processo de povoamento do município ligado ao rural ainda deixa marcas no presente, como pode ser visto em comunidades como Vila Aparecida, Santa Fé D'Oeste, Barra Clara e Santa Rosa. O PMSB (2014) destaca que:

Nestas pequenas comunidades rurais, agora já com iluminação elétrica, agregam-se os serviços públicos essenciais, como de saúde, pequenas escolas polos, local para prática de esportes, etc. Sendo embriões de atividades comunitárias, onde existem algumas associações rurais representativas dos interesses locais [...] (p. 62).

Embora o município usufrua destes recursos acima citados, é perceptível a saída dos jovens para a cidade em busca de trabalho, educação e melhores condições de vida. Assim como o campo no município passou a usufruir de benefícios, também passou a apresentar dificuldades que antes eram inerentes à cidade, como assaltos, roubos de gado, além da dificuldade econômica. O que se vislumbra em São José dos Quatro Marcos é que o campo também se faz presente na cidade, a integração e complementação dos espaços ocorrem em diversas áreas que se tornam locais de encontros, lazer, busca pela saúde, sendo o local de destino final dos habitantes rurais e naturalmente urbanos.

No espaço urbano, ficam sediados o Sindicato Rural (patronal) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O primeiro com grande espaço próprio, para atividades de feiras, exposições, rodeios e festividades, que formam parte do calendário de festas da cidade (PMSB, 2014, p. 62).

Em conclusão, os munícipes quatromarquesenses conservam em grande parte o modo de viver rural, preservando hábitos alimentares e culturais, valores, maneiras

de se relacionar e visões de mundo que são características das pequenas cidades brasileiras, principalmente as do estado mato-grossense.

3.4 A QUESTÃO DAS PEQUENAS CIDADES E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

A pequena cidade constitui objeto cuja conceituação está impregnada de encaminhamentos distintos e controversos (CORRÊA, 2011, p. 30).

A Geografia tem por objetivo analisar e compreender o espaço geográfico. Neste seguimento, é necessário desenvolver um olhar pormenorizado sobre as cidades pequenas no que concerne à investigação científica, porque isto permite a promoção de uma visão crítica e reflexões sobre os principais problemas existentes e sobre a questão do desenvolvimento territorial.

A respeito desta temática ocorrem variadas abordagens geográficas com diferentes enfoques teórico-metodológicos a fim de se produzir conhecimento. Júnior (2014, p. 26-27) aponta que existe uma escassez de pesquisas geográficas que versam sobre a questão das cidades pequenas e suscita uma série de questionamentos:

Pequenas cidades, cidades pequenas, cidades de pequeno porte ou cidades locais? Qual destas expressões melhor representaria esta tipologia de centro urbano? Eis uma questão complexa de responder. Como resultado todas são, comumente, utilizadas sem muito rigor conceitual ou analítico procurando, somente, definir ou delimitar um estudo que discorrerá sobre uma cidade de reduzido tamanho populacional. A falta de um consenso é expressão direta das limitações teórico-conceituais e metodológicas com as quais os pesquisadores têm se deparado na leitura destas realidades urbanas (JÚNIOR, 2014, p. 4).

Silva (2011, p. 35) discorre que a noção de cidade pequena apresenta agruras para se firmar como conceito. O autor salienta que sua utilização não está restrita à ciência, sendo empregada pelo Estado e pelo senso comum. Silva (2011) ainda chama a atenção para o fato de cidades pequenas oferecerem um rico ponto de vista empírico e social que deve ser investigado e compreendido pela Geografia.

Utilizada amplamente pela mídia e pelos leigos a ideia de 'cidade pequena' ganha uma conotação muitas vezes vaga e o sentido geográfico é perdido, distorcido ou mesmo negligenciado. Por isso, em muitos casos, diz-se que

tais locais são pacatos e seguros, são polos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos estabelecer uma investigação acurada para provar ou não tais afirmações (SILVA, 2011, p. 36).

Na opinião de Gonçalves (2005, p. 52-53), as cidades pequenas, enquanto objeto de estudo e espaços de representatividade para a sociedade, ainda carecem de investigações e incentivos para a compreensão de seus espaços. Desta forma, a real situação desta face do urbano seria verificada com vistas à ampliação dos conhecimentos sobre a Geografia urbana do Brasil, fornecendo subsídios para o pleno desenvolvimento das cidades pequenas.

Para Júnior (2014, p. 37-38), os desafios de dotar a noção de cidade pequena de um conteúdo teórico-conceitual são diversos, se constituindo em uma tarefa que desencadeia vários questionamentos, relacionados tanto ao contingente populacional quanto ao tamanho espacial, a diversificação econômica e social, a função na rede urbana e na urbanização como um todo e a questão de seu futuro. Olanda (2008, p. 185) argumenta que as cidades são heterogêneas devido à sociedade e suas bases material/social também serem heterogêneas. Sendo assim, a produção e a construção das cidades são complexas. Neste tocante, a tentativa de se estabelecer uma conceituação sobre cidade pequena se torna difícil mediante a heterogeneidade das realidades urbanas (JÚNIOR, 2014, p. 29).

No que tange à Geografia brasileira, é plausível afirmar que o estudo sobre as cidades pequenas tem como precursor o geógrafo Aroldo de Azevedo no ano de 1957. Todavia, se verifica uma intensificação de estudos sobre a temática a partir da década de 1980, balizado pela renovação da Geografia e pela perspectiva crítica-analítica e, conseqüentemente, pela diminuição das pesquisas de cunho estatístico-demográfico (SILVA, 2011, p. 38-39).

Mas foi somente recentemente, com as intensas transformações na organização socioespacial do país, que os estudos sobre as cidades pequenas se intensificaram.

Pesquisadores das mais diversas ciências redescobriram as cidades pequenas e passaram a estudar sua importância, sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira. Foi no início dos anos 1990 que ocorreu certa retomada das discussões sobre redes urbanas e essas cidades, até então pouco privilegiadas nas pesquisas geográficas brasileiras (FRESCA, 2010, p. 75).

Fernandes (2018, p. 14) indica uma imensa necessidade em avançar nas discussões acerca das pequenas cidades, destacando que embora haja a ocorrência de uma ampliação de trabalhos acadêmicos voltados para tal temática, ainda existe uma grande dificuldade com relação à sua conceituação, principalmente relacionada à quantidade, diversidade e proximidade das cidades pequenas com o rural, ocasionando uma intrincada confluência entre o urbano e o rural. O autor ainda salienta:

O urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades e os estudos acadêmicos não devem contemplar apenas elas e as áreas metropolitanas. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, inserindo as pequenas cidades no debate, especialmente a partir dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. Além da acadêmica, as políticas públicas, a imprensa e a sociedade em geral devem destacar as pequenas cidades no intuito de demonstrar sua expressiva quantidade, diversidade e, principalmente, seus problemas (FERNANDES, 2018, p. 14).

Nesta linha de pensamento, Fernandes (2018, p. 14) considera que as pequenas cidades não estão isoladas e fixadas na rede urbana brasileira, mas sim inseridas, articuladas e conectadas ao urbano, pois, pertencem ao modo de produção capitalista, sendo influenciadas pelo processo de globalização em que grande parte de sua população é afetada e condicionada à decisão do capital.

Corroborando com esta lógica, as cidades, de modo geral, enquanto fato concreto, aparecem na história da sociedade no ambiente da divisão dos seres humanos em classes sociais e em relações de dominação. A sociedade capitalista fundamentada no contexto urbano recria a cidade, cujo acesso se dá por meio de pagamento monetário da renda da terra urbana (MELO; SOARES, 2011, p. 125).

Existe neste contexto uma hierarquia urbana que não perdeu sua importância. As relações hierárquicas entre as cidades, de acordo com Olanda (2018, p. 186), continuam existindo e com complexidade de relações ampliada, e tal fato ocorre devido às cidades pequenas poderem se relacionar com outras de diversos tamanhos, proximidade ou distanciamento, tanto no plano nacional quanto internacional.

De acordo com Bacelar (2008, p. 87), ao se analisar as decorrências da globalização na pequena cidade verifica-se uma dicotomia entre o real e o ficcional. A globalização chega até a cidade pequena pela televisão e pela antena parabólica, o que é real e o que é irreal por olhares de pessoas fascinadas pela redoma de vidro, que veem praias e jatinhos nas novelas e nos jornais.

As relações da pequena cidade com o mundo global são interessantes quando interferem no cotidiano das pessoas e em suas produções. Desse modo, mesmo que indiretamente a globalização passa a ter influência no cotidiano das pessoas. Se por um lado a maneira cosmopolita perpetrada pelo discurso televisivo deixa muitas pessoas atônitas e confusas quanto a dicotômica oposição entre realidade e ficção, por outro lado, o conhecimento prático de que a relação do indivíduo com outros indivíduos/população, em nível planetário, sublinha a sensação de importância, mesmo que momentânea, mesmo que fugaz (BACELAR, 2008, p. 87-88).

A trajetória econômica e do comércio é somente uma amostra de um determinado nível de envolvimento da economia da pequena cidade com o mundo globalizado. Este envolvimento se realiza por meio de leilões de gado, que irá alimentar russos, norte-americanos e asiáticos, em escala local nas pequenas cidades; a extração de madeira de eucaliptos e pinus servirão para as cercas, por exemplo, de casas da classe média e suburbana estadunidense (BACELAR, 2008, p. 87).

Assim, vale ressaltar que investigar cientificamente as pequenas cidades brasileiras, as redes formadas por elas e seus espaços intraurbanos é de grande importância, tendo em vista sua expressividade de conteúdo social, político, econômico e histórico — fatores determinantes para discutir o desenvolvimento territorial (MELO; SOARES, 2011, p. 127-128).

Severino (2011, p 102) argumenta que algumas análises sobre cidades pequenas não colaboram para uma compreensão de sua realidade; afirma que interpretar as cidades pequenas apenas como um centro exclusivamente local prejudica a compreensão do que sejam tais localidades. O autor acrescenta que ao se investigar as cidades pequenas por um único viés corre-se o risco de deixar de lado fatores relevantes, principalmente nos dias atuais, em que elas interagem com outras sob diferentes formas e dimensões.

Ao se discutir a questão do desenvolvimento territorial de um país é de extrema importância refletir sobre as cidades pequenas. Geralmente, as cidades pequenas são estudadas por pesquisadores e são pouco consideradas pelos planejadores do Estado. Elas não recebem o mesmo tratamento dado às médias e grandes cidades, entretanto, merecem maior investigação por possuírem vários pontos a serem tratados, como diferentes problemas sociais, ambientais, político-administrativos, econômicos, políticos, culturais e outros mais (BACELAR, 2008, p. 24).

De acordo com Júnior (2014, p. 4-5), três pontos chamam atenção quando se trata de uma cidade pequena. O primeiro está relacionado à questão de sua definição propriamente dita, o segundo abrange sua delimitação pelo viés do tamanho demográfico, e o terceiro ponto é o caráter urbano destas cidades, que é sempre questionado, levando-se em consideração as diferenças entre aquilo que define geograficamente uma cidade e a demarcação institucional.

O que se percebe é a criação de vários parâmetros para delimitação e classificação para várias classes e tamanhos de cidades. Entretanto, os critérios para delimitação e conceituação do que seria uma cidade não são universais. Alguns estudiosos do urbano criam critérios rígidos para caracterizar um local urbano como cidade e assim preterem as cidades pequenas a um limbo conceitual e até mesmo transformam suas características ao afirmarem que as pequenas cidades não são cidades (BACELAR, 2008, p. 162).

No Brasil, por causa do critério político-administrativo utilizado para a definição de cidade, a cada novo município criado surge juntamente uma nova cidade. Daí resulta uma série de questionamentos em torno da quantidade de cidades e se são ou não urbanas (MELO; SOARES, 2011, p. 129).

Fernandes (2018, p. 15) acrescenta que um município, dentro do cenário brasileiro, constitui-se na menor fração dentro da hierarquia na organização político-administrativa. No país, a sede de cada município é reconhecida como uma cidade e ela possui o mesmo nome do município. Deste modo, cada município brasileiro tem, necessariamente, uma cidade.

Mediante o exposto, Bacelar (2008, p. 159) aponta que a maior dificuldade para se estudar as pequenas cidades começa pela confusão do que se estuda, ou seja, se estuda município ou cidade? E com a delimitação do que seja cidade e área urbana pelos órgãos governamentais, principalmente para o IBGE. Corroborando com este pensamento, Júnior (2014) destaca:

Do ponto de vista institucional, o IBGE classifica as cidades, de acordo com sua centralidade medida pela gestão do território, em cinco grandes níveis: metrópoles (grande metrópole nacional, metrópole nacional e metrópole), capital regional (capital regional A, capital regional B e capital regional C), centro sub-regional (centro sub-regional A e centro sub-regional B), centro de zona (centro de zona A e centro de zona B) e centro local. A última corresponderia a maioria das cidades brasileiras (4.473), cuja 'centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes' (BRASIL, 2008). A população destas é predominantemente inferior a 10 mil habitantes (p. 5).

Maia (2010, p. 18) indica que “ao se adjetivar o substantivo cidade com a palavra ‘média’ e/ou ‘pequena’ faz-se menção ao tamanho da cidade que, por sua vez, conduz ao estudo das redes e hierarquias urbanas”. Isto significa que cidade pequena se contrapõe ao termo cidade grande. E ao se pretender verificar o tamanho seja da malha urbana ou do número populacional, é preciso fazer uma medição do tamanho da cidade ou do contingente populacional.

Para tanto, este critério, com algumas mudanças, é adotado por instituições de estudos estatísticos. Assim, nas classes de cidades pequenas se encontram aquelas que possuem até 20 mil habitantes. Acima deste montante as cidades são classificadas como médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são denominadas grandes (MAIA, 2010, p. 18).

Em termos resumidos Silva (2010, p. 94 apud CHRISTALLER, 1966) afirma que “a característica principal de uma cidade é a de ser o centro de uma região, ou seja, ela é um lugar central, podendo assumir diversas dimensões (grandes, médios e pequenos lugares centrais)”.

O tamanho, especificamente o populacional, tem sido de grande relevância para demarcar ou definir uma cidade como pequena ou não. Deste modo, ocorre o desafio de se estabelecer um limite mínimo e máximo para se denominar uma cidade em grande, média ou pequena. As variações na dinâmica demográfica influenciam tanto na estruturação das cidades quanto no desenvolvimento territorial que é afetado por elas. Assim, um dado quantitativo por um lado ignora as variáveis demográficas, e por outro ignora o quanto o tamanho populacional é influenciado pelos aspectos econômicos, sociais e locacionais (JÚNIOR, 2014, p. 06; 47).

Para Fresca (2010, p. 76), um dos fatores mais utilizados para determinar as pequenas cidades são os dados populacionais. A autora alerta que a utilização deste critério para a caracterização de uma cidade pequena possibilita o risco de igualar cidades que em sua essência são diferentes. Isto é, ao se analisar as cidades pequenas apenas por meio do número populacional corre-se o risco de não se entender seus diferentes papéis, áreas de influência e interações internas e externas, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como pequena.

A delimitação das cidades pequenas deve ir além de dados quantitativos como os demográficos, de desenvolvimento econômico e social, entre outros —, devendo, sobretudo, considerar também os aspectos qualitativos, como por exemplo, sobre suas características, seus cotidianos, suas funções e suas formas (JÚNIOR, 2013, p. 29).

Nesta perspectiva, Coutinho (2011, p. 85-102) disserta que não será um ou outro critério tomado separadamente capaz de esclarecer ou classificar um espaço como cidade, o que melhor define o urbano é um agrupamento de fenômenos ou atividades desenvolvidas através das práticas sociais presentes na localidade. Ele declara que ao estudar cidades pequenas não se deve considerar somente o contingente populacional — tal medida é um caminho, mas não pode ser o único. É importante destacar que as relações presentes em cada localidade são relevantes para estabelecer a realidade e o contexto urbano da cidade.

As cidades pequenas revelam em seu cotidiano características comuns, o que não significa dizer que as mesmas são homogêneas entre si, uma vez que se distinguem não só em suas relações, mas em seu interior pelas particularidades econômicas e sociais. Particularidades afirmadas em seu contexto na forma de aceitação ou contestação de uma realidade nem sempre almejada, mas às vezes imposta, não atendendo aos anseios individuais e coletivos da população, seja na educação, no sistema de saúde ou na organização produtiva comercial, entre outras funcionalidades importantes para os habitantes de toda e qualquer localidade (COUTINHO, 2011, p. 101-102).

Deste modo, pode-se dizer que mesmo diante de inúmeras cidades pequenas, cada uma é um caso singular. Apesar das similitudes existentes no que se refere ao modelo de desenvolvimento adotado, até mesmo as formas paisagísticas e a dinâmica socioeconômica de cada cidade é um caso particular que a diferencia das demais (GONÇALVES, 2005, p. 37).

Assim, é importante ressaltar que a contagem populacional é um item necessário no que se refere a pequenas, médias e grandes cidades, mas o que se reconhece é que este ponto não traduz a dinâmica do conjunto de cidades estudadas, nem é sinônimo de uma dada realidade, pois, existe uma grande dissonância entre esses espaços (MAIA, 2010, p. 18-19).

Soma-se a isto o fato de que as pequenas cidades se encontram quase totalmente dependentes dos repasses federais (FPM) e estaduais (ICMS), a ausência de circulação de capital na cidade institui serviços oferecidos à população de forma precária. Em grande parte das cidades pequenas brasileiras não existe dispersão de

empregadores e prestadores de serviços no ambiente privado tão extenso quanto em cidades médias ou grandes. Deste modo, fica para o poder público, representado pela prefeitura municipal, a responsabilidade não somente de conduzir as políticas públicas, mas também de propiciar à população diferentes maneiras de prestação de serviço (BACELAR, 2008, p. 175).

Do ponto de vista de Corrêa (2011, p. 2), a cidade pequena é, antes de mais nada, um núcleo dotado de sede municipal. Várias vilas e povoados possuem funções urbanas, mas o padrão dominante relaciona-se à função político-administrativa, na qual ser sede municipal significa certo poder de gestão de um território, uma vez que o acesso a tributos estaduais e federais se tornam essenciais.

Neste contexto, de acordo com Júnior (2014, p. 22-23), se encontra a maioria dos pequenos núcleos urbanos — que em grande parte são municípios escassos de recursos que possam complementar as demandas indispensáveis às atividades sociais e urbanas da população. Para ele, as cidades pequenas devem ser incluídas e pensadas no momento de elaboração de políticas, planos e ações públicas voltadas à promoção da equidade social e territorial, o que possibilitaria uma gestão mais integrada, de forma a propiciar um desenvolvimento local e regional que contribuiria para a desconcentração de atividades econômicas e para a diminuição das migrações para os grandes centros, além de reduzir os efeitos nocivos das grandes aglomerações urbanas.

Mello e Soares (2011, p. 131) enfatizam que as pequenas cidades no Brasil são as que compõem a totalidade do espaço do país, sendo integrantes e interagentes marcadas pela diversidade, o que fica nítido no contexto regional onde elas se inserem. Nesta perspectiva, Bacelar (2008, p. 72) afirma que “a influência de uma cidade será em escala diferenciada conforme seu poder de produção econômica, sua estrutura de prestação de serviços e infraestrutura que, de maneira direta, determinam sua força política regional ou nacional”.

Ao se falar em desenvolvimento territorial se faz necessário estudar mais profundamente as cidades pequenas, tendo em vista que toda cidade, seja ela conceituada como grande, média ou pequena, está imbuída de uma história de ocupação, formação territorial e transmutações que redefinem a divisão social e territorial da população. Igualmente, a localização destas é um ponto que não deve ser esquecido:

De fato, cada cidade se apresenta com características próprias e isto vem se tornando mais evidente principalmente nas regiões que absorvem maior incremento das novas técnicas, informações etc. Mas há também um grande número de cidades que pouco apresenta de inovações e, mesmo, de capacidade de suprir a população do próprio município com a oferta de serviços e produtos necessários (MAIA, 2010, p. 22).

Sendo assim, a influência de uma cidade será em escala diferenciada conforme seu poder de produção econômica, sua estrutura de prestação de serviços e infraestrutura que, de maneira direta, determinam sua força política regional ou nacional (MAIA, 2010, p. 72).

Um fator importante a se considerar na configuração das pequenas cidades brasileiras é a verdade de que sua composição espacial exhibe uma morfologia que se repete. As cidades exibem uma suntuosa igreja católica em sua parte central, situada geralmente na praça principal, e uma área majoritariamente comercial envolta por pequenas casas residenciais. Por certo, nestas pequenas cidades quase todos os moradores se conhecem — por isto é costumeiro se observar pequenas aglomerações nas praças públicas, são encontros constantes em razão da circulação habitual, cujo roteiro das pessoas é passar pela mesma praça muitas vezes durante a semana (CASTRO, 2010, p. 109).

Considerando todas as concepções de cidades pequenas aqui expostas, é possível dizer que a cidade de São José dos Quatros Marcos se caracteriza como uma cidade pequena tanto pelo critério demográfico quanto por sua extensão territorial, composição espacial e cultural. A cidade, assim como exposto no parágrafo anterior, conta com uma praça central com uma igreja católica tida como cartão postal do município (Figura 30). A praça dos Bandeirantes, local onde se encontra a igreja, é o espaço onde vários eventos são realizados e os moradores se encontram — ou em seus deslocamentos acabam por transitar por ela devido à sua localização central. Este deslocamento consonante (CASTRO, 2010, p. 110-111) se dá pelas suas dimensões físicas, aspecto que acaba por estimular a passagem de pedestres em vias públicas onde se encontram residências ou comércios de pessoas conhecidas, que acabam por conversar com outras que por ali circulam, outro ponto bastante relevante é a questão da natureza dos eventos sociais locais, com algumas festas familiares, comunitárias e públicas, como é o caso da festa do padroeiro da cidade, “A festa de São José”, que acaba por mobilizar toda a cidade.

Figura 30 – Praça Bandeirantes e Igreja Católica Central



Fonte: Arquivo pessoal da Autora.

De acordo com Júnior (2013, p. 27), São José do Quatro Marcos se configura como uma cidade pequena devido a alguns fatores se destacarem na dinâmica interna das cidades pequenas, dentre eles a junção entre o urbano e o rural. O autor aponta que o setor primário é o que possui importância significativa dentre as atividades econômicas desenvolvidas e que a estrutura dos municípios se encontra ligada às atividades agropecuárias como é o caso do município em tela.

A pequena cidade tem uma forte ligação com seu entorno rural e, em certos aspectos, desempenham um papel semelhante ao do espaço rural. Logo, ela tem que ser analisada juntamente com seu entorno rural. Neste tipo de análise, podem-se obter dados mais confiáveis da realidade social e econômica desses lugares, pois a realidade da pequena cidade imiscui-se na de seu município e ultrapassa o domínio do urbano (BACELAR, 2003, p. 25).

De acordo com o que foi verificado até aqui, pode-se considerar que discorrer sobre a questão do desenvolvimento territorial no caso de São José dos Quatro Marcos também perpassa a discussão sobre o papel das pequenas cidades no cenário brasileiro, haja visto, como indica Lanza e Backsschat (2015, p. 9-10), “o privilégio assim como o abandono e a negligência do poder público podem comprometer o desenvolvimento e a qualidade de vida da população”.

4 O DESENVOLVIMENTO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

4.1 O PENSAMENTO POLÍTICO LOCAL

O sistema administrativo público possui uma beleza ímpar que requer conhecimento, confiança, paciência, interação interpessoal, presteza, competência e, acima de tudo, honestidade com trato da coisa alheia. (BORDIN, 2020, p. 17)

São José dos Quatro Marcos tem o seu desenvolvimento territorial ligado a programas de governo e projetos de colonização particulares como o da Imobiliária Mirassol, ocorridos por volta das décadas de 1960 e 1970. Esta ocupação resulta de um intenso processo migratório, incentivado pela colonização do Sul da Amazônia e da construção da Ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai (Cáceres). Inaugurada em 1961, favoreceu a expansão agrícola da região sudoeste de Mato Grosso e conseqüentemente do município, tendo em vista que anterior à sua construção, o escoamento dos produtos agrícolas só poderia ser realizado por meio de balsa (BORDIN, 2018, p. 23).

Neste contexto de urbanização e crescimento populacional uma das avenidas (Avenida São Paulo) (Figuras 31 e 32) foi uma homenagem aos pioneiros que vieram do estado de São Paulo. Esta avenida fez-se referência ao se tornar uma via de concentração comercial, tendo seu nome mantido até os dias atuais (BORDIN, 2018).

Figura 31 – Avenida São Paulo 1960



Fonte: Nilze José de Matos (2020).

Figura 32 – Avenida São Paulo atualmente



Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

Segundo Bordin (2018, p. 52), o processo de crescimento de São José dos Quatro Marcos obteve impulsionamento em 1969, com a inauguração da primeira indústria de exploração e comercialização de madeira, e com a empresa de transporte coletivo denominada de Expresso Palmeiras, que posteriormente originou a empresa de ônibus Transjaó (Figura 33), atuante durante muito tempo no transporte de pessoas da região em intenso fluxo de chegada dos migrantes.

Figura 33 – Empresa de ônibus Transjaó 1969



Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Outro ponto-chave para o município, de acordo com Bordin (2018, p. 53), foi sua inclusão no Programa do Polo-Noroeste, que favoreceu a implantação de agências bancárias como o Banco Financial (Figura 34), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bemat, os Correios, bem como a instalação da Telecomunicações de Mato Grosso S/A (Telemat) que foi a empresa operadora de telefonia do sistema Telebras no estado de Mato Grosso antes de sua privatização em 1998, na qual suas operações na telefonia fixa foram absorvidas pela Brasil Telecom, atual Oi. Deste modo, no município neste período nota-se a implantação de sistemas de comunicação e sistema financeiro, elementos fundamentais para a ordem capitalista que se instalava sobre o território.

Figura 34 – Banco Financial



Fonte: Luiz Carlos Bordin

Neste mesmo sentido, a chegada de um cinema (Figura 35) em São José dos Quatros Marcos, nos anos iniciais de 1970, se configura como um marco de espaços de cultura, entretenimento e comunicação para a população local (BORDIN, 2020, p. 43).

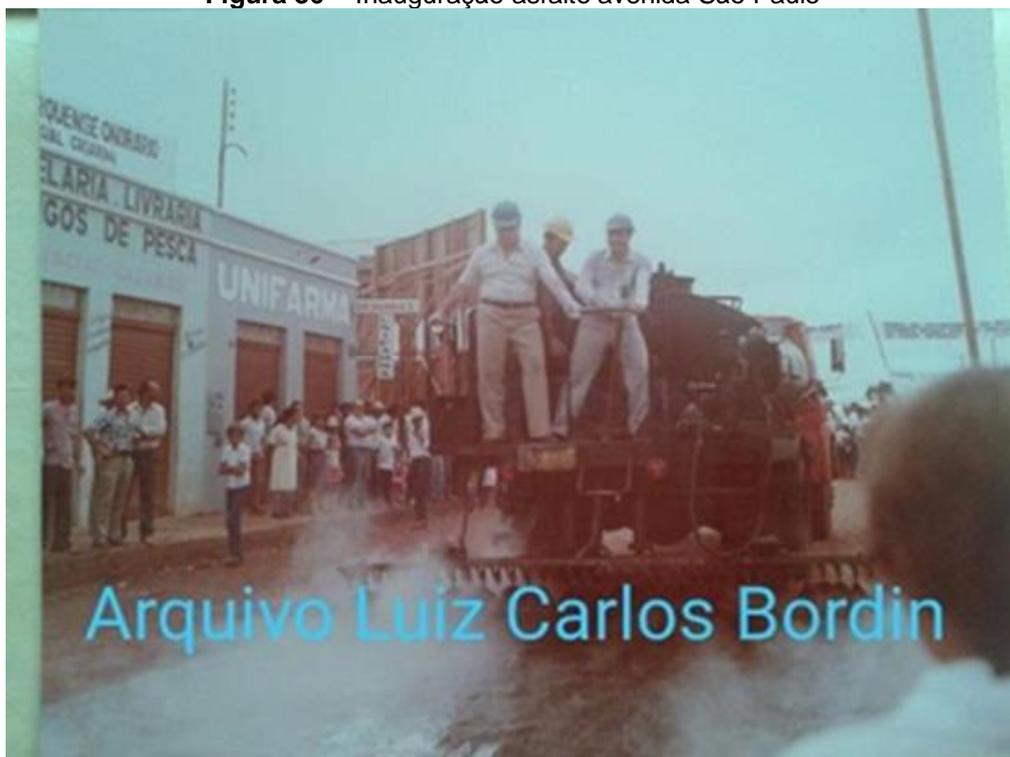
Figura 35 – Inauguração do cinema no ano de 1970



Fonte: Facebook Pioneiros de Quatro Marcos-MT (2020)

No que se refere à produção agrícola, houve destaque para a lavoura de café entre os anos de 1970 e meados da década de 1980, e com produção de arroz, feijão e milho. A construção de rodovias com pavimentação asfáltica despertou esperança na população, bem como a pavimentação realizada na avenida São Paulo (Figura 36). Por configurar-se uma via de mobilidade populacional constante, promoveu uma circulação maior de pessoas que compravam no comércio local. Neste mesmo período, ruas entorno da Praça dos Bandeirantes (Figura 37), criada a partir do decreto nº 053 de 28 de março de 1985, por serem vias de ligação com a Avenida São Paulo, também foram pavimentadas (SOUZA; ZATTAR, 2014, p. 34).

Figura 36 – Inauguração asfalto avenida São Paulo



Fonte: Luiz Carlos Bordin.

Figura 37 – Ruas entorno da praça dos Bandeirantes



Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Os anos se passaram e o município adquiriu uma dinâmica pautada na economia agrícola, comercializando seus produtos para outras partes do estado

de Mato Grosso. A população do território cresceu, chegando ao seu ápice no ano de 1995, com 23.877 habitantes (Tabela 14). Este fato se deu devido não somente à produção agrícola, mas também em decorrência da pecuária de leite e corte que ganhou impulso com a chegada da indústria frigorífica. Após 1995 o número de habitantes começou a diminuir e no ano de 2014 chegou ao contingente de 18.710 habitantes (BORDIN, 2018, p. 87).

Tabela 14 – Evolução da População do Município (1980 a 2014)

ANO	POPULAÇÃO MILHARES DE HABITANTES
1980	18.175
1991	21.321
1995	23.877
1996	21.828
2000	19.622
2007	19.001
2008	19.527
2010	18.998
2014	18.710

Fonte: Censo demográfico (2010 apud PMSB, 2014).

Segundo Bordin (2018, p. 88), as mudanças no número de habitantes no município são compatíveis com as oscilações econômicas decorrentes do êxodo rural, por conta da queda na produção de café e algodão, e outros fatores como a busca dos jovens pelos cursos universitários em outros locais, a falta de empregos e o desenvolvimento na região norte do estado. Tal situação da perda populacional representa uma grave problemática socioeconômica.

Com uma base econômica pautada principalmente na agricultura campesina, a desvalorização do valor do café no mercado brasileiro, bem como a diminuição no plantio de outras culturas, decorrente em grande parte ao modo de se lidar com o solo lixiviado, a redução dos índices pluviométricos e a falta de políticas voltadas para o reerguimento da economia favoreceram uma estagnação no desenvolvimento do município, trazendo consequências.

[...] nem dá para imaginar que existiu um tempo que Quatro Marcos tinha quase 30 Comunidades rurais onde havia escolinha, igreja onde viviam grandes famílias. Festas, quermesses eram 3 ou mais por mês, você não sabia qual ia. Na cidade havia várias cerealistas, beneficiadora de café,

algodoeiras eram 3, como dizia os antigos, 'o dinheiro brotava em tocos, dava pra puxar de rastelo'. A exatoria estadual não dava conta, era tantos caminhões e mais caminhões que saíam carregados que alguns funcionários iam cortar notas em dia de sábados, até no domingo. Bancos tivemos 6 (Bamerindus, Bradesco, Itaú, Bemat, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil). As cerealistas trabalhavam dia e noite para dar conta do recado, hoje só saudades, nada mais... (BLOG PIONEIROS DE QUATRO MARCOS, 2020).

Frente o exposto e partindo do pressuposto que o desenvolvimento de São José dos Quatro Marcos se encontra com problemas e estagnado, estabeleceremos uma discussão a partir das entrevistas realizadas com representantes políticos do município e demais segmentos da sociedade local como professores, representantes de sindicatos, CDL e associação rural.

Para melhor entendimento e clareza do texto, as reflexões dos pesquisados diante das questões apresentadas estão dispostas em quadros, valendo-se como suporte e sustento às discussões e contextualizações. A primeira pergunta feita para os representantes políticos se refere às suas visões sobre o desenvolvimento territorial do município em tela (Quadro 1).

Quadro 1 – Desenvolvimento territorial do município na atualidade

	Como você avalia a questão do desenvolvimento territorial no município de São José dos Quatro Marcos?
RP/01	Acredito que hoje o município está um pouco estagnado porque infelizmente nós estamos passando, ou melhor o Brasil está passando por uma situação financeira e econômica muito ruim. [...] infelizmente nós ainda estamos numa região longe dos grandes centros e onde o escoamento da produção fica mais difícil.
RP/02	De acordo com o PDI, que é o Plano de desenvolvimento do município, o nosso desenvolvimento está bem. Então, assim, de acordo com o planejamento, a gente está bem, talvez além do que a gente pensou estar, acredito que em 2028 se a gente continuar com esse projeto, com esse plano da forma que a gente está fazendo, chega além daquilo que a gente está planejando para o município.
RP/03	Na verdade, nós estamos vivendo um período de estagnação econômica e de crescimento aqui dos municípios não só de Quatro Marcos, mas também de toda a região. Nós já tivemos épocas gloriosas, assim vamos se dizer onde nossa economia estava voltada para agricultura, nós tivemos uma época de ouro aqui, que foi a época do café, e depois nós tivemos o período do algodão e agora o município deu uma retração onde ficou praticamente estagnado [...] então, a gente vê que nos últimos 20 anos, ou um pouco mais 25 anos pra cá, nós tivemos um decréscimo, uma paralisação, uma estagnação da nossa região.
RP/04	Em decadência. Na verdade, estamos em crise no Brasil todo. Agora veio um novo presidente com novas ideias, mas infelizmente, veio também esse tal de Coronavírus que veio atrapalhar ainda mais a economia do Brasil e dos municípios carentes.
RP/05	Então, a minha avaliação é como positiva. Na verdade, o município vem crescendo, né? Por mais que tenha sido afetado pelo fechamento do frigorífico municipal JBS, a gente vem percebendo uma certa expansão urbana com construções, com aberturas de loteamentos. Então, mesmo que não muito expressivo, o crescimento está acontecendo no nosso município.
RP/06	O desenvolvimento em Quatro Marcos é um pouco lento, até por situação das leis municipais que exigem mais formalidade e rigidez apenas dos municípios acima de 20, 25 mil habitantes. Como nós temos aproximadamente 18 mil habitantes, não tem muita legislação que acelere ou exija a formalidade de instrumentos de planejamento ou de desenvolvimento mais claro, e mais consolidado. Eu acredito que tem muito potencial, só precisa se organizar melhor para que aconteça esse desenvolvimento que a gente tanto precisa e espera, mas eu acredito que ainda está abaixo do que precisamos.
RP/07	[...] de um certo tempo pra cá caiu bastante com a evasão populacional, e também com o fechamento de algumas indústrias e também com o crescimento dos municípios circunvizinhos, porque Quatro Marcos está no centro de uma microrregião formada por 12 municípios e que esses municípios também foram crescendo após as suas emancipações, e isso fez com que algumas empresas saíssem para outros municípios e outras empresas e uma parte da população também se deslocou pro norte que estava em pleno desenvolvimento e essas pessoas foram pra lá em busca de melhorias.

RP/08	Atualmente, nós estamos quase que estagnados no desenvolvimento. Nós perdemos uma fonte de renda muito grande que é o frigorífico municipal, a partir do momento que ele fechou as portas, ele também encerrou muitas atividades diretas e indiretas aqui dentro do município, então eu vejo hoje que o movimento está estagnado em nosso município.
RP/09	Eu avalio como razoável, porque não está entre os piores, está numa situação econômica bem difícil para o país também; aqui o município teve um impacto com o fechamento do frigorífico né? Deixou de correr renda, poderia estar melhor, mas mesmo assim não está no caos. Por isso eu avalio como razoável.
RP/10	Olha, na verdade nós estamos no processo de estagnação, nós não estamos nem desenvolvendo e nem regredindo. Há anos que nós estamos nesse processo de estagnação; em termos tanto de desenvolvimento territorial como econômico não houve uma transformação no espaço.
RP/11	[...] No lado econômico em si, Quatro Marcos teve um declínio com o fechamento do frigorífico, e com isso também várias empresas fecharam as portas na cidade e isso prejudicou muito São José dos Quatro Marcos, e com isso afetou diversas áreas no município[...]
RP/12	Então, todo desenvolvimento territorial, a dimensão é bem ampliada, porém, a gente tem alguns problemas de fronteira entre municípios, principalmente quando se fala de assentamentos[...]. A gente tem pontos extremos no nosso território, nos pontos onde foi dado ele é um dos pontos da divisão, onde é cortado por rios é mais preciso, agora na região que é fronteira seca isso é mais difícil por isso nós temos esses problemas.
RP/13	Eu vou te falar, na questão da saúde que é área que tenho acompanhado... Quanto à área da saúde, nós precisamos evoluir muito, mas observando desde 2017 até 2020, quando eu iniciei como secretária, nós evoluímos muito bem, o desenvolvimento do município foi muito bom.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os entrevistados revelam que o município se apresenta estagnado economicamente e em decréscimo populacional. Os interlocutores atribuem esta estagnação aos seguintes fatores: crescimento de outros municípios dentro do estado com a atração de investimentos a outras localidades, queda na economia por conta do fechamento de planta industrial (frigorífico JBS) retração nas atividades agrícolas em virtude do baixo valor ofertado, distância dos grandes centros urbanos o que dificulta o escoamento da produção. Houve ainda menção à crise econômica brasileira e à pandemia do Coronavírus.

É visível que os entrevistados recordam os tempos áureos do município, nos quais a agricultura do café e do algodão traziam dinamismo e desenvolvimento tanto econômico quanto territorial e geravam atração populacional por trabalho e renda. Um ponto a se destacar é que para os entrevistados, a queda da economia no município se encontra atrelada ao fechamento da indústria frigorífica JBS.

Neste sentido, é perceptível a ideia de que as indústrias são as propulsoras de desenvolvimento territorial. Freitas (2011, p. 5) discorre sobre este pensamento apontando que a implantação das indústrias no Brasil na década de 1970 se torna elemento-chave para explicar o desenvolvimento territorial, uma vez que estas são utilizadas pelo Estado como estratégia para alavancar tal desenvolvimento, desde a década de 1940, fato este que se relaciona com a concepção de território ligado a poder.

Entretanto, o conceito de desenvolvimento territorial é amplo, e este caráter amplo provém do fato de não se referir somente à questão econômica dos locais, algo colocado pela maioria dos entrevistados, mas também às questões de sustentabilidade social, ambiental e cultural. Assim, quando se fala sobre desenvolvimento territorial envolve-se a dimensão qualitativa, essencial para a concretização de políticas públicas (FÓRUM DA CIDADES, 2020).

A crise econômica de âmbito nacional, aprofundada devido à Pandemia do Coronavírus, bem como a localização do município que se encontra longe dos grandes centros urbanos, de acordo com os entrevistados, são condicionantes que dificultam o seu desenvolvimento. De acordo com Favaretto (2006, p. 43), a ideia de que crescimento econômico é sinônimo de desenvolvimento é assimilada constantemente por grande parte da população, assim como também para alguns pesquisadores, mas o crescimento econômico não pode ser considerado por si só para o desenvolvimento, mesmo que seja uma das principais indicações deste. Assim, quando existe desenvolvimento econômico ocorre melhoria nos indicadores sociais, de qualidade de vida e economia.

Todavia ressalta-se que esta ideia no meio científico já não é mais vista como algo intocável e natural. Pouco a pouco fica cada vez mais evidente que o crescimento econômico pode não contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população, como pode se transformar numa via que contribui para desigualdade entre ricos e pobres (FAVARETO, 2006, p. 45).

Deste modo, entende-se que o desenvolvimento territorial é um “[...] um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, humana, ambiental e social” (SILVA, 2017, p. 70) assumindo uma proporção multidimensional.

Na visão dos entrevistados, a crise econômica é um fenômeno que ocorre não somente no município, mas em todo o país, e eles apontam que a pandemia do Coronavírus é um agravante para tal situação. Com relação a isto, Granemann (2021, p. 3) destaca que antes da pandemia, o Brasil já enfrentava uma crise econômica, tendo seu início já no primeiro trimestre de 2019 com o recuo do PIB.

Desta maneira, é possível dizer que sim, a pandemia da Covid contribuiu para um aprofundamento da crise não somente econômica, mas também social. Entretanto, como Granemann afirma, a crise já estava instalada no país. Neste processo se observa que as mudanças na previdência, o crescente desemprego, os cortes nos orçamentos da saúde, da assistência social, ciência e tecnologia, educação e da cultura são aparatos da dinâmica econômica do modo de produção capitalista que não corroboram para as melhorias econômicas sociais, e nem tão pouco promovem um desenvolvimento territorial (GRANEMANN, 2021, p. 4).

Por conseguinte, nota-se que as perspectivas de um desenvolvimento territorial são controversas e diversas, o que se faz necessário pensar em políticas públicas. As escolhas realizadas são o reverberar de várias posições e imposições políticas que se dão numa área de disputas, onde os discursos dos mais poderosos são colocados em prática (SANTANA; SANTANA; GOMES, 2008, p. 4).

Dando sequência à investigação, a próxima questão colocada aos entrevistados teve por objetivo averiguar se é realizado algum trabalho voltado para o desenvolvimento territorial do município.

Quadro 2 – Trabalho voltado para o desenvolvimento territorial no município

	De que modo é trabalhada a questão do desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos no seu departamento ou função?
R/P 01	Bom, a gente tem buscado junto aos órgãos públicos alguns projetos. Mas, infelizmente, o que a gente vê aqui é que o governo não tem um projeto de desenvolvimento e muitas horas esses projetos são barrados pelo financeiro do governo. Acredito que o governo em municípios iguais aos nosso, ele prioriza algumas partes, infelizmente, e deixa algumas partes principalmente a agropecuária de fora dos seus projetos, ficando aí com uma atividade secundária do governo.
R/P 02	Aqui a gente, quer dizer, dentro do setor de convênio, está integrado o setor de engenharia civil, setor de engenheiro e aí a gente trabalha nesta integração, os dois setores, no qual, os projetos eles passam aqui pelo setor. Embora a gente não determine os projetos de desenvolvimento, alguns a gente ajuda acontecer, ajudando com agilidade e rapidez.
R/P 03	Olha, na verdade, nós temos procurado incentivar algumas cadeias produtivas, então a gente tem trabalhado nos últimos tempos no fortalecimento da cadeia produtiva do leite que é o carro chefe da nossa região [...] então estamos investindo em melhoramento genético, melhoramento em pastagens, em sistemas de produção. Outro trabalho que nós temos tentado incentivar na nossa região, e que estamos buscando recursos pra isso, e as coisas estão um pouco enroladas, é a questão da piscicultura, uma vez que nós temos uma região que tem uma qualidade natural, nós temos muita água, então é uma atividade que possa dar um incremento, e isso vai se agregando. Outra questão também que a gente trabalha junto e procura e que aqui venha um dia se consolidar, a ZPE em Cáceres. Se a ZPE vir se consolidar nós teremos ali praticamente um polo industrial que, queira ou não, traria um benefício aqui também pra essa região [...]. Um outro trabalho que a gente tem buscado e incentivado também é a questão do turismo, né? Porque nós temos aqui ótimos atrativos, mas não é um produto pronto pra poder vender, e a gente sempre conta assim, de acordo com as políticas do governo, seja o governo estadual, seja o governo federal. O que nós estamos fazendo atualmente, nós estamos estruturando um sistema de inspeção de produtos de origem animal aqui através do consórcio [...]
R/P 04	O que que a câmara faz? Na verdade, o vereador ele é um fiscal do povo. Ele fiscaliza, faz indicações, [...] então o vereador se ele quiser ele pode, não é função dele, mas se ele quiser correr atrás de uma ajuda tanto do governo estadual, federal do governo ele pode. É isso que eu tenho feito[...]
R/P 05	Aqui é sempre na forma de abertura de loteamentos, quando alguém quer abrir um loteamento requer junto à prefeitura municipal, cai no departamento de gestão de convênios e projetos, que faz parte da fazenda no caso. E é feito uma análise pela engenharia que em seguida é passado para o prefeito e através do gabinete encaminha pra câmara um projeto de lei para a aprovação e aprovando se dá uma expansão urbana com abertura de novos loteamentos.
R/P 06	A gente acompanha o desenvolvimento dos processos formalizados, desde aquisições até monitoramento do patrimônio público [...] e a partir da adesão ao programa do tribunal de contas, que é o programa PDI, deu-se início a levantamentos como pontos fortes, pontos fracos, ameaças, oportunidades, [...] abrangendo assim a questão do desenvolvimento territorial[...]

R/P 07	[...] E Quatro Marcos não tinha um departamento de cultura, foi criado em 2009 e de lá pra cá a gente começou trabalhar é para que Quatro Marcos tivesse as suas leis, o seu conselho, o seu plano [...] Um dos grandes avanços na cultura do município foi a criação de um centro de dança para trabalhar com crianças e adolescentes em 2009 e também a garantia de recursos federais para a construção da sede própria da biblioteca [...]
R/P 08	Nós trabalhamos com desenvolvimento do fomento, tanto no setor Rural quanto na cidade. Nós hoje buscamos mostrar para a população para que eles possam ter uma maior fonte de renda, o melhor desenvolvimento no município, nós buscamos incentivar eles a terem as suas próprias empresas, que o MEI, (Microempreendedor individual) isso a gente está incentivando bastante para que a gente consiga fazer para que o MEI seja uma fonte de desenvolvimento no nosso município.
R/P 09	Então a gente investi um pouco na formação dos professores, em alguns projetos para serem desenvolvidos com os alunos né? Enfim.
R/P 10	[...] O que se faz hoje é apenas apoio ao que já existe [...] o que a gente tenta aqui é manter o que já está funcionando, então seria isso.
R/P 11	[...] Fazendo propostas de geração de renda, uma pra área comercial que seria a implantação de pequenas e microempresas em terrenos públicos, que seria como uma estufa, um projeto pra depois a pessoa requerer esse terreno, teria que passar por um estágio, então seria um projeto bonito, [...] um município deve ajudar uma empresa hoje, é num terreno, numa área industrial pra dar uma força legal pra empresa se livrar do aluguel e gerar emprego e renda.
R/P 12	Hoje a gente tem buscado algumas políticas para o desenvolvimento que seria para geração de emprego, empresas, indústrias. Nós até fizemos aí um projeto de se criar um novo distrito industrial voltado por exemplo para as indústrias de madeira, porque nós temos uma grande quantidade de florestas de Teca e temos no município mais de trinta marcenarias. [...] estamos tentando também manter a nossa maior indústria, do nosso município que é o laticínio. Aí o município vem tentando se adaptar, por exemplo o DAE quando nós assumimos a gestão tinha um déficit de arrecadação em torno de 100mil, então arrecadava 30 mil e tinha um custo de 130 a 140 mil. O que nós fizemos? Além de tentar conscientizar a população quanto ao pagamento porque a inadimplência ela é gigantesca [...] nós fizemos alguns mecanismos para reduzir despesas, como por exemplos instalamos inversores tanto na capacitação de água quanto na estação de distribuição de água e isso gerou economia de 35 % de energia, e isso já dá quase 35 mil por mês; e fizemos também a instalação de monitores de pressão em cinco pontos do nosso município que deu uma equilibrada no nosso abastecimento, agora por exemplo que estamos na época de estiagem.
R/P 13	[...]criamos uma unidade de saúde itinerante que hoje faz o atendimento na zona rural para que as pessoas que não têm condições de se deslocar até uma unidade de saúde ou de outra cidade, recebam um atendimento até uma vez por mês na sua zona rural.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio das respostas colocadas pelos pesquisados nota-se que cada um, à sua maneira, dentro de seu departamento e função, tenta contribuir para que o município em questão saia do processo de estagnação. Todavia, como eles apresentam, muitas vezes esbarram em questões burocráticas, financeiras e

governamentais para execução de atividades voltadas para o desenvolvimento. Também se verifica uma necessidade de união entre os departamentos e diferentes funções, para que as ações deixem de ser isoladas e se integrem para a obtenção de um objetivo maior que é um desenvolvimento positivo do município. Neste sentido, cabe falarmos sobre o entendimento do território relacionado com poder. Mas o que seria poder? Ao discorrer sobre poder, Silva (2009, p. 5) aponta que “o poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro”.

Assim sendo, Silva (2009) aponta que os conflitos provenientes do uso do território são formas de poder e que o território acaba por ser a institucionalização deste por excelência, é no mesmo que ocorrem combinações e dissensões, marcando desta forma o movimento social (SILVA, 2009, p. 4).

De acordo com Eduardo (2006, p. 179), a questão social, ou mais especificamente a relação social, é que define o território. Ele também afirma que território é conflitualidade geografizada, sendo uma expressão concreta e também abstrata do espaço produzido por vários atores sociais, que em seu modo cotidiano utilizam de poderes em diferentes intensidades e ritmos. Tal concepção vai de encontro com o que Saquet (2003) nos coloca.

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. (SAQUET, 2003, p.24)

Os entrevistados dentro de suas especificidades funcionais apresentaram algumas atividades que buscam possibilitar este desenvolvimento, como incentivos à cadeia produtiva do leite, à piscicultura, ao turismo, monitoramento do serviço público, microempreendedorismo, a parceria e o engajamento com o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Entretanto, é notório que falta a utilização de políticas públicas alicerçadas para a sua efetivação e que o que se apresenta são intencionalidades. Entretanto, não se pode deixar de ressaltar uma gama de alternativas propostas pelos membros da comunidade que faz a representação política. Assim, se por um lado denota-se problemas de decréscimo populacional, perda de valores de agricultura, saída de uma grande planta industrial, por outro lado observa-se vivacidade de proposições, sabendo obviamente que nem sempre se concretizam.

Destaca-se que ao longo da pesquisa, conforme os entrevistados iam expondo suas concepções sobre o desenvolvimento do município, eles evidenciaram quais os problemas relacionados ao desenvolvimento territorial do município, tal como expuseram suas perspectivas de superação destes, respondendo assim as duas perguntas dispostas no Quadro 3.

Quadro 3 – Entraves e perspectivas de superação relacionadas ao desenvolvimento territorial

Representantes políticos	A seu ver quais são os principais problemas no tocante ao desenvolvimento municipal?	Quais são as perspectivas de superação desses problemas, ou quais são os caminhos que você aponta?
R/P 01	Eu acredito que um dos maiores problemas hoje do desenvolvimento Municipal é a administração, porque hoje a administração ela tem que ter confiança, tentar fazer a parte dela para ganhar a credibilidade para que a população possa ajudar. [...] infelizmente a gente não tem uma política pública com mais exigências.	[...] a política pública ter uma seriedade maior e hoje aqui para o nosso município teria que ter um maior desenvolvimento da agropecuária que é uma das maiores atividades; hoje se você for ver nós temos mais de 1.500 propriedades rurais de pequenos, e a gente tem que desenvolver esse lado aí, dessa situação que é o braço econômico, desde a fundação de Quatro Marcos.
R/P 02	[...] seria a questão da indústria, que a gente tinha uma indústria grande dentro do município que gerava emprego e aí com o fechamento dessa indústria houve um travamento no desenvolvimento; a gente tinha também a mineração que era um fator-chave que gerava bastante emprego de quem vivia no município e aí com o fechamento dessas duas né, da mineração e do frigorífico, é houve o impacto [...]	Hoje, a gente está tentando desenvolver um trabalho integrado mais focado no microempreendedor, no pequeno empreendedor, quer dizer, mais especificamente no empreendedorismo [...]
R/03	É, quando a gente fala na questão do desenvolvimento o grande problema são de repente as mudanças de políticas públicas, principalmente do governo do estado e federal, e também do mercado como um todo, de repente você está apostando num produto aqui e o mercado muda [...]E aí outra questão também é que nós não	Olha, a curto prazo, a gente não enxerga que tenha alguma coisa que vai mudar a situação de uma hora pra outra, tem algumas possibilidades que as coisas aconteçam, assim, até em nível de região que possam vir a favorecer, mas nada. [...]Nós temos um produto bom aqui no nosso município por exemplo que é a madeira e as indústrias de móveis, que possa de repente desenvolver um projeto, um

	temos aí um produto de destaque [...]	trabalho pra criar um polo moveleiro, como se tem o produto aqui isso pode vir a acontecer. Mas nada que isso vai mudar significativamente o pico de desenvolvimento do município, né? Atrair pessoas e tudo mais.
R/P 04	O desemprego, ele é fatal.	É trazer indústria para região, porque hoje nós temos a pecuária, que está aí sofrendo, o laticínio pedindo socorro, falou até de se fechar as portas. [...] E a gente tem que procurar emprego e oferecer as oportunidades e organizar a cidade [...]
R/P 05	Então, os principais que eu percebo é a falta de recursos, pra infraestrutura urbana como pavimentação asfáltica, drenagem de águas e rede de esgoto sanitária, são os principais que eu percebo. Falta de verbas do governo federal e estadual.	Então, o caminho que a gente busca junto com o prefeito municipal é através de recursos e convênios mesmo, junto à Funasa, junto à Sudeco, Ministério das cidades, que são os órgãos de governo federal que possuem valores vultosos para que os municípios possam fazer investimentos. São os caminhos mais viáveis que nós temos hoje.
R/P 06	A falta do comprometimento dos políticos tanto do executivo como do legislativo com instrumentos que dê transparência e registrem formalmente tanto o que é necessário como o que está sendo feito, que contribua ou que impacta no desenvolvimento territorial e econômico.	Eu acredito que é capacitação, aperfeiçoamento hoje é o caminho, que a gente vê daria condição para que o município pudesse traçar melhores ações para o desenvolvimento territorial [...]
R/P 07	Com relação ao desenvolvimento do município, o que a gente vê e acompanha os pedidos e os anseios da população é ligado à economia, saúde, [...] o fechamento de várias empresas, indústrias que estavam no município que fez com que o município desse uma caída, e com a saída de algumas empresas e da indústria frigorífica [...] então os problemas são relacionados à saúde e emprego e falta de empresas pra poder gerar empregos.	No meu ponto de vista eu vejo uma grande necessidade de se trazer empresas para cá, principalmente de grande porte, para geração de empregos e também de investimento na questão do gado leiteiro que a gente tem investimento na pecuária, na agricultura, então são esses momentos que vão gerar um pouco mais estabilidade social e financeira para população do município.

R/P 08	Os principais problemas hoje dentro do nosso município é ter uma base de desenvolvimento no comércio. Essa falta desse comércio, vamos dizer essa empresa estruturada, ela traz diversos problemas para o nosso município, para o pequeno empreendedor se desenvolver. [...]	Hoje atualmente eu aponto que nós precisamos ter uma reforma administrativa em todos os processos da prefeitura para atrair um público de poder aquisitivo melhor, para que a gente possa ter melhores empresas dentro do município. Organizar estruturalmente todo o processo do poder público para conseguir ter um olhar de fora, isso é muito importante e só assim a gente vai conseguir dar continuidade ao desenvolvimento.
R/P09	Falta de emprego.	As perspectivas, esperança de abrir algumas indústrias aqui, algumas pequenas empresas de se instalar aqui no município, até mesmo da reabertura do frigorífico, então assim, existe uma movimentação para isso, está na esperança, mas com essa pandemia ficou mais crítica.
R/P 10	Falta de apoio setor da agricultura, fomento[...] Agricultura na verdade é uma válvula de escape, até em termos de legalidade orçamentária é uma das secretarias que todo ano perde muito de seu orçamento de suas dotações para outras secretarias, então a gente vê que ela não é uma prioridade, isso independente do governo.	Executar as leis[...] as leis estão aí, mas nunca foram executadas, então o caminho é pelo menos esses programas que foram pensados que buscam desenvolvimento rural sustentável, de forma que os proprietários consigam trabalhar e gerar renda e gerar emprego, então penso eu que se colocasse em prática aquilo que nós já temos, buscando a estabilidade e depois um desenvolvimento inicial baixo, mas depois as coisas vão fluindo, era executar as leis que já estão aí permitindo as atividades.
R/P 11	O grande entrave do nosso município aqui de São José dos Quatro Marcos é na área rural[...] falta empenho também não só dos gestores, mas do próprio produtor rural [...]	[...] E nós no município temos mais de 1.500 propriedades, nós temos um feeling, nós temos uma vocação muito grande e propriedades pequenas que faz com que Quatro Marcos seja um polo na área de hortifrutigranjeiros, é nós temos um polo muito grande pra desenvolver aqui. Então, precisa de programas para desenvolver esse lado.

R/P 12	Falta de emprego, falta de indústria, matéria-prima até que a gente tem que seria o gado, uma vez que a nossa região é totalmente voltada pra nossa pecuária, só que como eu relatei anteriormente, a indústria que faz a utilização dessa matéria-prima fugiu do nosso município. [...] hoje eu vejo que o maior entrave para o nosso desenvolvimento pro nosso município é a questão de falta de emprego para geração de renda [...]	O que a gente tem feito enquanto gestor é motivar a criação de leis para os microempreendedores individuais [...] E uma das outras alternativas foi buscar o retorno do fortalecimento da agricultura familiar [...]
R/P13	[...]Eu vejo que falta das autoridades competentes com as outras partes que na verdade é tripartite, que acaba sempre sobrecarregando para o município, o município não dá conta sozinho.	Então eu acredito que primeiramente a questão política, nós precisamos que alguém olhe por nosso município porque precisa incentivar esses empresários, os microempresários, as pessoas da agropecuária de todas as áreas, hoje eu vejo assim que Quatro Marcos está um pouco atrás dos outros municípios circunvizinhos, então precisa disso.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os principais entraves para o desenvolvimento de São José dos Quatro Marcos, segundo os relatos dos entrevistados, seria a falta de indústrias, empregos, gestão pública, com maior compromisso em resolver as questões de infraestrutura, falta de incentivos financeiros e governamentais, deficiência no incentivo à agricultura familiar e carência de políticas públicas de apoio à agricultura e de empreendedorismo.

A falta de indústria apontada como um dos fatores para o entrave do município vai de encontro com a ideia de que a indústria é promotora de desenvolvimento. Tal ideia pode ser constatada por meio de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da indústria (CNI) realizada no ano de 2014. A pesquisa indica que mais de 90% dos brasileiros consideram que a indústria tem papel de destaque no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Na opinião dos entrevistados, a atividade industrial é importante por gerar empregos, crescimento econômico, melhoria no padrão de vida das pessoas, desenvolvimento, tecnologia e redução de desigualdades regionais. Deste mesmo modo, localmente se concede importância à

atividade industrial em SJQM, até em virtude de haver possuído uma planta industrial frigorífica que proporcionava cerca de 770 empregos diretos.

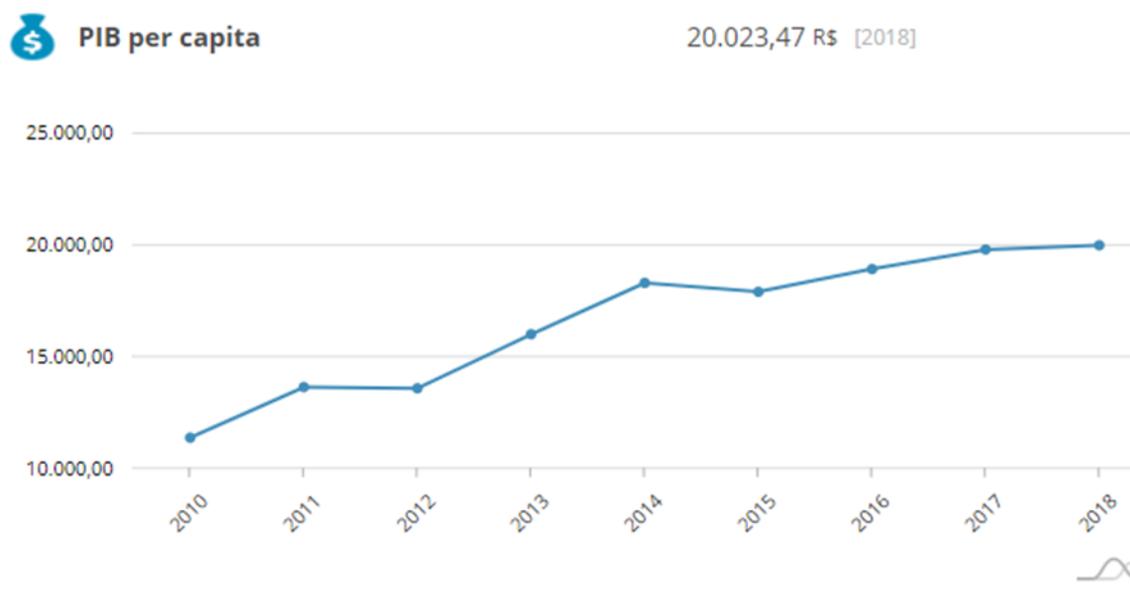
O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IED) afirma que a indústria é elemento-chave na questão do desenvolvimento por mostrar aspectos que, apesar de não serem exclusivamente do setor, não aparecem reunidos com a mesma intensidade em outros setores, estes aspectos seriam:

1. capacidade para absorver mão de obra menos qualificada de outros setores;
2. peso do emprego do setor no total da economia;
3. nível de produtividade que o setor consegue extrair do trabalho;
4. grau de participação do setor nos mercados internacionais;
5. escopo para inovação e difusão.

Deste modo, para o IED, é a indústria que melhor se posiciona perante estes aspectos por apresentar elevados níveis de produtividade e absorção em grande quantidade de mão de obra menos qualificada, ao passo que é ao mesmo tempo responsável por inovação e pela integração internacional das economias, o que contribui para um desenvolvimento tanto a nível nacional como local.

O IED expõe que historicamente os principais ganhos em termos de desenvolvimento, principalmente o econômico, estiveram associados com os processos de industrialização, situação que ocorreria desde a Revolução Industrial na Inglaterra.

Corroborando com este pensamento, Veríssimo e Saiani (2019, p. 907) discorrem que a atividade industrial é extremamente relevante para o desenvolvimento dos municípios menores, com níveis de PIB per capita médio, como o do município de São José dos Quatro Marcos (Figura 38).

Figura 38 – PIB per capita 2010 a 2018 de São José dos Quatro Marcos

Fonte: IBGE (2010).

Ao se observar o gráfico do PIB per capita do município de São José dos Quatro Marcos, percebe-se que os anos de 2012 e 2015 apresentaram uma queda, fato este que pode ser explicado pelo fechamento da mineradora em 2012 e do frigorífico JBS em 2015. Entretanto, o PIB voltou a crescer nos anos subsequentes, demonstrando (desta forma) que, embora esta atividade industrial relacionada pelos interlocutores seja importante, existem outras que favorecem tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento territorial.

Como solução deste entrave de falta de mais indústrias no município de São José dos Quatro Marcos, os entrevistados representantes da classe política local indicam caminhos voltados para o setor, tais como o investimento no microempreendedorismo, incentivos para que novas indústrias se estabeleçam no município, reabertura da indústria frigorífica e investimento na indústria moveleira, o que possibilitaria o estabelecimento de um parque moveleiro na cidade. No entanto, Macke e Sarate (2015, p. 58) indicam ser necessárias novas estratégias para ocorrer efetivamente um desenvolvimento territorial.

Outrossim, a problemática do desenvolvimento encontra vários pontos de divergências, sendo um destes o papel exercido pela indústria. Pamplona e Fenerich (2016, p. 64) consideram que existem duas correntes teóricas que discutem a questão industrial como sendo fundamental ou não para o desenvolvimento, sendo estas a concepção desenvolvimentista de Roberto Simonsen e a liberal de Eugênio Gudín.

Para Simonsen (2010), a indústria é uma atividade superior às atividades agrícolas, desempenhando o papel de destaque na superação do subdesenvolvimento em virtude da agregação de valor e matéria-prima transformada. Ele também entende que o progresso técnico tem sua origem no setor industrial, o que resulta na sua centralidade no processo de desenvolvimento econômico. Já Eugênio Gudín (2010) vê a industrialização com desconfiança e afirma que o Brasil deveria se especializar nas atividades agrícolas, em virtude da abundância de seus recursos naturais. Tal ideário coaduna com a divisão internacional do trabalho, onde as periferias econômicas do mundo seriam fornecedoras de matéria-prima e commodities.

Entretanto, o pensamento de Gudín suscita um outro problema levantado durante a entrevista com os representantes políticos locais: a falta de investimento e incentivo à agricultura local, em especial para a agricultura familiar ou camponesa, maioria das propriedades. Na visão dos entrevistados, o incentivo à agricultura local seria uma das soluções para o desenvolvimento territorial do município. Ao adentrar nesta questão recorre-se ao conceito de território, que de acordo com Santos (1999, p. 8) tem que:

ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Com efeito, ao analisar as falas dos entrevistados, nota-se a ligação deles com o município, a terra e a atividade agrícola que foi propulsora de seu desenvolvimento, ou seja, é visível o sentimento de pertencimento ao local. Neste seguimento, foram feitas duas perguntas relacionadas à agricultura do município que se seguem abaixo no Quadro 4.

Quadro 4 – Importância da agricultura para o desenvolvimento territorial

Representante político	E a questão da agricultura familiar, que importância tem ao desenvolvimento do município, ou o que ela representa no contexto municipal?	A agricultura familiar poderia ser melhorada ou fortalecida em que sentido?
R/P 01	Eu acredito que, por nós termos uma quantidade grande de propriedades e até 10 15 20 alqueires, ela é muito importante...	Através de políticas públicas. Nós temos que ter políticas para o pequeno produtor...Ter todo um elo da cadeia de produção e a comercialização do produto do produtor...
R/P-02	Hoje, acredito que a agricultura familiar, ela é parte, ela é tudo, acredito que ela alavanca o município até pelo fato de a produção chegar mais em conta nos mercados e o fato também da geração de renda no campo.	Fortalecimento à cadeia produtiva. Por exemplo a cadeia produtiva do leite, onde os pequenos produtores ganham um salário mensal e aí eles acabam vindo no mercado local, gastar, fazer as despesas no mercado local, então eles fazem um giro rápido de recurso.
R/P 03	Ela é muito importante.	É na estruturação, oportunidade para que as pessoas tenham melhor condição de produção e organização da produção para comercialização. Ela pode ser melhorada sim, com o apoio do município, com o apoio do Estado do governo federal, a questão de acessibilidade de assistência técnica que possa dar uma continuidade, e que possa contribuir para que eles possam ser mais persistentes aí e com melhores resultados.
R/P 04	...Hoje a agricultura familiar é muito importante.	... Hoje os pequenos produtores, dependem e precisam de incentivos e hoje eu vejo que não tem isso na nossa região... Deveria ser feito um galpão, um armazém pra negociar isso aqui lá fora, tipo na capital de Cuiabá. O cara produz banana por exemplo, ele manda uns dois caminhões de banana por semana pra Cuiabá, se entendeu? E você vai lá ver a roça dele coisa mais chic do mundo. Então, tem que incentivar os pequenininhos, se juntar todos os pequenininhos eu acho que dá uma produção muito grande e vai ajudar a região.

R/P 05	Então, a importância que ela figura é no sentido de que as pequenas famílias que possuem alguma área de terra trabalham, plantam, colhem, criam um gadinho, tiram leite e através disso têm os recursos públicos que são aplicados na compra de produtos, mercadorias que são oriundas da agricultura familiar, e é usado para abastecimento das escolas; além disso, como a produção é bastante grande, sempre tem uma produção superavitária para fornecer para os mercados locais, quanto da região.	Ah de repente com a concessão de mais equipamentos, tratores, gradeadoras, né? Eu acho que são os caminhos mais propícios pra desenvolver a agricultura familiar no município.
R/P 06	Ela é extremamente importante... então, a agricultura familiar é tida como muito destaque e importância neste município, e até os alimentos da educação municipal e parte da educação estadual é através da agricultura familiar local, que até a gente manda produtos da agricultura familiar para Cáceres e Mirassol porque nós temos produção com sobra pra colaborar com outros municípios.	Com recursos federais e estaduais e municipal.
R/P 07	...Eu vejo assim que a agricultura familiar além de fixar as famílias no campo, ela também é uma fonte de renda que não se precisa de muitos agrotóxicos pra poder estar trabalhando com essa produção e podem ser vendidos tanto no município quanto na região, quanto mandado também pra capital Cuiabá.	É preciso que os poderes públicos constituídos façam um investimento, para que essas famílias continuem no campo ou fixar aquelas que querem ir para o campo, dar oportunidades de acesso financiamentos, a aquisição de terras, legalização das terras, na questão dos impostos, é isso que precisa.

R/P 08	Agricultura Familiar ela é muito interessante para o nosso município, ela contribui e não só para o desenvolvimento do município, mas também para o desenvolvimento da cadeia de cada sitiante, de cada fazendeiro, de cada atividade agrícola, ela contribui para a alimentação escolar do nosso município... Ela contribui para renda do nosso município.	Eu vejo como o apoio do poder público é importante; eu acho que deveria ter um apoio mais centralizado, um apoio de mais investimento, de mais desenvolvimento. Entretanto, tecnologia de um modo geral não é só um trator que faz uma produção, não é só um trator que contribui para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, é todo um processo, depende aquilo que você vai produzir, se o poder público investir em tecnologia para o campo, eu vejo que é um fator primordial para dar continuidade nos trabalhos, falta um pouco de investimento.
R/P 09	É muito importante, muito importante... é importante pra economia e para geração de renda tanto para o município quanto para eles mesmos.	Com algumas políticas públicas, apoio dos políticos para que esse produtor possa produzir maior quantidade, diversificação dos produtos pra poder gerar uma renda maior.
R/P 10	É essencial.	O primeiro passo é você desmistificar que o grande é o grande por si só, e que ele comanda o município. Quem seria esse grande, um frigorífico? Hoje nós temos um laticínio; o laticínio, um frigorífico não são ninguém se não tiver o pequeno produtor, eles são a ponta da cadeia produtora.
R/P11	No município a agricultura familiar representa muito porque somos uma região com mais de 12 assentamentos e fora os que são financiados que são do crédito fundiário...	Precisa do governo federal, do governo estadual e do governo municipal, precisa de liberação de recursos do governo federal pra fazer os projetos da Conab, que é os projetos de verduras, de hortifrutigranjeiros que já tem uma cota estabelecida para os colégios, tem presídios, então tem que ter esses projetos e forças principalmente federal, estadual, municipal para que as coisas deem certo.

R/P 12	Então, a agricultura familiar, a vida no campo, o pecuarista ele se torna imprescindível para o desenvolvimento do nosso município, porque é um recurso que acaba ficando aqui dentro do nosso município.	É, nós só temos ainda pessoas no campo porque elas estão tendo pra quem vender os seus produtos, seja pra redes de supermercado, ou na própria feira municipal, ou alguns até entregando nas portas das residências, e com esse programa de aquisição de alimentos melhorou um pouco a renda, então tem agricultores que com esse programa ele tem um incremento de 1.500 a 2.000 reais por mês, então isso, pra esse momento que nós estamos vivenciando, é algo que acaba sendo de grande valia e entra num perfil bem acima da média do nosso município.
R/P 13	Imprescindível.	Eu acredito que precise de união, nós temos um frigorífico aí que hoje já não existe mais, então é triste ver que ao invés do município prosperar ele está andando pra trás.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os entrevistados como observado e destacado no quadro são unânimes em destacar que a agricultura familiar é importante, essencial, imprescindível para o desenvolvimento do município, isto porque (segundo eles) ela abastece os supermercados locais, a feira municipal, as escolas, contribuindo desta forma para a economia e geração de renda, além de possibilitar a fixação de famílias no campo que retiram do mesmo sua fonte de renda, sem a utilização de muitos agrotóxicos, ajudando assim a população a ter uma alimentação mais saudável e ajudando o meio ambiente.

Porém, em conformidade com o Censo agropecuário (2017), a agricultura familiar diminuiu no país. Os dados indicam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo de 2006. O segmento também foi o único a perder mão de obra. Enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu 2,2 milhões de trabalhadores.

O Plano Plurianual 2012-2015 corrobora com os apontamentos feito pelos pesquisados do município de São José dos Quatro Marcos, ao dizer que no estado de Mato Grosso “a produção familiar no tocante ao atendimento da demanda interna de alimento tem destacada importância, tanto na produção de alimentos quanto na geração de emprego e renda e, principalmente, na redução da pobreza rural” (PLANO PLURIANUAL, 2011, p. 22).

Todavia, de acordo com o Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010, p. 45-46), existe uma série de problemas que dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar na região da grande Cáceres, região da qual o município pesquisado faz parte. Dentre estes, destacam-se uma baixa complexidade no sistema de produção, uma produtividade em especial dos assentamentos destinadas ao autoconsumo, pequenas quantidades de produtos excedentes são comercializadas no município e em pequenas feiras municipais ou até mesmo por meio de atravessadores. A presença de atravessadores é frequente, principalmente nos municípios de Cáceres, Pontes e Lacerda, Mirassol do Oeste e São José dos Quatro Marcos.

A falta de tecnologias acessíveis aos produtores se constituem como empecilhos para o desenvolvimento da agricultura familiar, custo de produção elevado, sem a respectiva elevação na produtividade, aliado aos preços dos tradicionais produtos de subsistência, como FLV (frutas, legumes e verduras), arroz, feijão e milho, e a oscilação nos preços do leite e seus derivados, carro chefe do setor, reduzem demasiadamente a remuneração do trabalho na agricultura familiar, favorecendo a tendência à pecuarização no território (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, 2010, p. 46).

Outro ponto importante no que tange à agricultura familiar é a falta de mão de obra da família, por sua vez, ela não é mais suficiente para a manutenção das unidades produtivas, sendo crucial a contratação de outras pessoas para execução do trabalho, o que acarreta custos de produção. Isto acaba por acontecer devido ao envelhecimento dos agricultores e ao fato de que os jovens não encontram mais motivos para permanecerem no campo (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, 2010, p. 46).

Mediante o exposto, falar de desenvolvimento territorial e agricultura se constitui em um desafio cada vez maior. Isto porque existem diferentes tipos de atores sociais presentes no universo agrário. Estes atores são intitulados de camponeses, posseiros, agricultores familiares dentre outros nomes. No tocante a isto, a agricultura familiar que está presente no município de São José do Quatro Marcos caracteriza-se como um modo de viver que resiste à modernização do campo e políticas governamentais que colocam o agronegócio no centro de suas ações (LUNA, JÚNIOR; LIMA, 2017, p. 115).

Deste modo, podemos apresentar a agricultura familiar local como um espaço de resistência ao modelo concentrador, como espaço que dentro do modo de produção pode alcançar uma maior diversidade e estabilidade de trabalho e renda, se forem constituídas políticas públicas governamentais ao setor.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, os agricultores familiares da região de Cáceres têm como fonte principal de renda a pecuária, onde através da venda de bezerros ou da produção de leite conseguem se manter no campo. Um ponto importante é que a pecuária leiteira não constava no planejamento inicial de muitos municípios, o que resultou esta mudança foi o estímulo de programas de financiamento voltados para tal atividade, bem como a dificuldade de comercialização e diminuição na produção de lavouras.

A cadeia produtiva do leite possui bom nível de aglomeração nos municípios de Salto do Céu, São José do Povo, Araputanga, Reserva do Cabaçal Jauru, Figueirópolis D'Oeste, Ponte Branca, Rio Branco, Conquista D'Oeste e São José dos Quatro Marcos. Tem-se a partir dessa cadeia diversos encadeamentos produtivos na indústria de sorvetes e laticínios. A produção leiteira serve de base para a pequena produção familiar no Estado e deve ser fortalecida, em especial, com melhoramento genético dos animais e processo de logística da produção, com resfriadores (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, 2011, p. 28).

De acordo com o PMS, o município de São José dos Quatro Marcos apresentou uma diminuição em quase todas as atividades, menos na pecuária leiteira – em que os números de vacas ordenhadas e da produção de leite tiveram consistente crescimento no período analisado. A maior parte desta produção leiteira vem de pequenas propriedades que vendem o seu leite para os laticínios da região, sendo o principal consumidor o laticínio Vencedor, localizado no território municipal e que por sua vez produz o leite UHT, leite em pó e condensado, produtos que são comercializados no estado e na região Sudeste do Brasil (PMS, 2014, p. 55).

Além de produzirem leite, os agricultores familiares também se dedicam à produção de hortaliças para os mercados locais e à feira do Produtor rural. Contudo, estes agricultores ainda não possuem uma organização associativa própria e nem existe uma regulamentação sistematizada voltada para eles. A feira (desta maneira) se configura como um local de complementação de renda e para alguns produtores a única renda (PMS, 2014, p. 56).

Neste âmbito, as associações rurais são importantes para o acesso às políticas públicas, bem como para a sensibilização no que diz respeito aos direitos e deveres substanciais que devem ser garantidos aos agricultores familiares. Direitos e deveres estes que na maioria das vezes lhes são negados. Sendo assim, mesmo que existam limitações para as práticas associativas, suas características e dimensões são fundamentais no processo de construção de um desenvolvimento social no qual a participação do pequeno produtor possibilita um fortalecimento da prática de associações e o desenvolvimento territorial (LISBOA; ALCÂNTARA, 2019, p. 18).

Como sugestões para a melhoria da agricultura familiar em São José dos Quatro Marcos, os pesquisados indicaram políticas públicas voltadas para os pequenos produtores rurais, fortalecimento de cadeias produtivas para a comercialização, assistência técnica, concessão de equipamentos, criação de um armazém para colocar toda a produção agrícola, para que posteriormente os produtos possam ser negociados dentro do município e região, união entre os produtores rurais e a esfera federal, estadual e municipal.

Sendo o poder político, que se encontra centralizado na esfera federal e estadual, fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, se faz necessário o uso de políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento desta agricultura por meio por exemplo, de regularização fundiária, reforma agrária efetiva, créditos expressivos, adoção de pesquisas agrárias e sociais, assim como implementação de tecnologia que propicie a segurança alimentar e nutricional. Isto não significa que os municípios ficam isentos de suas responsabilidades com a agricultura, mas estes dependem do apoio da esfera federal e estadual para sua execução (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008, p. 16).

Por conseguinte, os municípios devem assumir a postura de parceria no processo de assistência aos agricultores familiares através de órgãos disponíveis e algumas diretrizes tais como:

- 1- Formular o planejamento de acordo com um modelo de desenvolvimento solidário no âmbito das comunidades e dos territórios, levando em conta a dimensão ambiental.
- 2- Estabelecer uma relação entre a gestão e a participação, pautada no estabelecimento de corresponsabilidades entre todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento rural.
- 3- Utilizar de forma racional, recursos e ferramentas disponíveis internamente. No âmbito externo, promover a articulação de políticas e programas, bem como a integração de um amplo leque de organizações, formando parcerias produtivas e redes eficazes que mobilizem recursos e orientem a implementação da estratégia adotada por meio de ações planejadas junto às

comunidades rurais. 4-Fortalecer o desenvolvimento institucional, dotando a estrutura local de competências, metodologias e ferramentas de planejamento, organização, direção e controle dos programas prioritários (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2008, p. 17).

Tendo em vista estes pontos abordados e entendendo que a noção de desenvolvimento territorial se apoia na ideia de que o território é mais que uma base física, e este por sua vez possui uma sistematização complicada que vai muito além de seus atributos naturais, falar de desenvolvimento territorial e agricultura se torna um desafio cada vez maior (ALENTEJANO, 2003, p. 33).

Segundo Silva (2012, p. 7), “a agricultura familiar brasileira abrange diversidade cultural, social, econômica, variando desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada”. No município em questão, de acordo com o secretário de agricultura, existem mais de 1.568 propriedades rurais, sendo 80% da agricultura familiar, sítios e chácaras. Neste sentido, em sua visão, apoiar estes agricultores com programas pode contribuir decisivamente para uma nova fase de desenvolvimento do município.

Contudo, o seguimento da agricultura familiar brasileira foi deixado para trás no momento da elaboração de políticas públicas, que conduziram uma estrutura agropecuária, tendo como centro um aumento de produtividade focada na incorporação de tecnologias e vastas extensões de terras, com possibilidade de adquirir grandes subsídios fiscais e creditícios (SILVA, 2012 apud FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

Em vista disto, Lunas, Júnior e Lima (2017, p. 113) afirmam que na atualidade as políticas voltadas para o desenvolvimento rural devem abordar o conceito de território, tendo em conta que o agricultor é um agente social importante deste espaço. Esta mudança significa um movimento importante sobre a visão da agricultura, uma vez que se entende que a agricultura familiar e a reforma agrária são elementos primordiais para o desenvolvimento territorial integral, abrangendo não somente os aspectos econômico-produtivos, mas também o ambiente social, político e cultural neste processo.

De acordo com relatos dos entrevistados, uma das formas de propiciar esta mudança na atividade agrícola do município é executar as leis que existem e os programas que já foram pensados e que visam um desenvolvimento rural sustentável,

de maneira que os proprietários consigam trabalhar obtendo renda para o seu sustento, gerando emprego e possibilitando um desenvolvimento para o município.

Estes caminhos colocados pelos pesquisados surgem como possibilidades de solução de outro entrave abordado no que concerne ao desenvolvimento do município, que é a questão do emprego. Em relação ao emprego, Vargas (2012, p. 93) aponta que “define-se um conjunto de dilemas sociais e econômicos vinculados à quantidade e qualidade de empregos disponíveis em uma determinada sociedade e sistema econômico”. Deste ponto de vista, a questão do emprego apresenta-se como um ponto decisivo para que os trabalhadores tenham acesso a um rendimento financeiro regular que lhes viabilize ter acesso a um conjunto de direitos e proteções sociais, assim como ao reconhecimento social (VARGAS, 2012, p. 93-94).

Conforme Calvete (2017, p. 5), os estudos sobre o desemprego e perfil do mercado de trabalho no Brasil foram crescendo à medida que se agravaram as taxas de desemprego e se enfraqueciam as condições de trabalho no mundo. Ele ainda afirma que, de modo geral, o debate segue concentrado entre os que entendem o problema do desemprego em uma dimensão microeconômica, provenientes de um desequilíbrio no mercado de trabalho, e aqueles que veem o problema do desemprego como resultado da aplicação de políticas macroeconômicas sem compromisso com o pleno emprego.

No município em tela houve um aumento do desemprego com o fechamento da indústria frigorífica no ano de 2015 (como citado), onde, conseqüentemente, muitos trabalhadores e suas famílias ficaram impossibilitados de usufruírem de direitos e proteções sociais, sobrando como única alternativa irem em busca de novas oportunidades laborais em outras cidades da região, acarretando desta forma um impacto na economia e no seu desenvolvimento territorial.

A inovação constante e a elevação da produtividade são caminhos para assegurar o crescimento econômico e a geração de empregos, levando em conta uma “nova economia” que se consolida e se amplia num mercado globalizado também em franca expansão. Além destes dois caminhos apontados como meio de amenização do desemprego, outras perspectivas surgem como possibilidades, como por exemplo o uso de políticas regionais que busquem uma maior quantidade de postos de trabalho e inclusão social (CALVETE, 2017, p. 5; 7).

Então, nasce como proposta de geração de emprego a ideia de Economia Solidária que, consoante Calvete (2017, p. 6), pode se manifestar em forma de cooperativas, sistema de produção local, economias paralelas dentre outras formas.

Outros indicadores apontados como entraves para o desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos são a gestão e administração pública e a falta de políticas públicas adequadas de infraestrutura. Como solução apontada para estes entraves, os pesquisados indicaram a execução de uma política de captação de recursos financeiros através de convênios junto aos órgãos competentes, uma reforma administrativa e capacitação para os profissionais dos serviços públicos.

Diante destas indicações, torna-se indispensável um certo esclarecimento conceitual sobre o que seria gestão pública, administração pública e políticas públicas. Para Brasil (2011, p. 14 apud SANTOS, 2006), “Gestão Pública pode ser entendida como gerência dos negócios do Governo por meio da Administração Pública que visa atender aos interesses da coletividade, ou seja, ao interesse público”.

Por sua vez, Administração Pública “é o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal” (BRASIL, 2011, p. 15 apud SANTOS, 2006).

Sobre Políticas Públicas Souza (2006) descreve:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer’ (SOUZA, 2006, p. 24).

Pelas definições acima citadas percebe-se que tais conceitos se relacionam e se interagem, sendo no contexto de desenvolvimento territorial condicionantes importantes para sua ocorrência. Mediante o que foi colocado pelos entrevistados, é considerável uma insatisfação, tanto com relação à gestão e administração pública municipal, no qual dizem não existir por parte da população uma credibilidade, como também com relação às políticas públicas que mudam a todo momento nas esferas estaduais e federais, dificultando o comprometimento político municipal.

No que diz respeito à incredibilidade política perante a sociedade, Rua (2014, p. 16) é incisiva ao dizer que a maioria da população tem em mente a política como um meio no qual indivíduos tiram vantagens particulares em detrimento do interesse público, assim, as pessoas tendem a se tornarem descrentes e a considerarem a política e os políticos prejudiciais à sociedade. Contudo, Rua afirma:

O termo 'política', no inglês, *politics*, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas (2014, p. 16).

Sendo assim, a política e as políticas públicas são imprescindíveis para proporcionarem um conjunto de decisões e ações referentes aos bens públicos com práticas que devem ser pensadas e selecionadas para posteriormente serem implementadas. Vale ressaltar que, apesar da política pública envolver decisão política, nem toda decisão política se constitui em uma política pública, isto porque algumas decisões políticas vão ocasionar mudanças, mas não irão beneficiar a população. Um exemplo deste fato é a reeleição presidencial, ou votação da CPMF; já uma mudança no sistema único de saúde (SUS) ou reforma agrária são políticas públicas (RUA, 2014, p. 17-18).

Brasil (2011, p. 11) aponta que o município, por meio de seus representantes políticos, deve efetivar seu encargo social de possibilitar à população acesso à moradia, ao saneamento básico, infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Todavia, para que isto aconteça é indispensável que ocorra um revigoração econômico local, valorização das potencialidades locais, cooperação e participação social, conservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida. Fatores estes que necessitam de uma verdadeira efetivação de boa gestão, administração e políticas públicas alicerçadas pelas políticas federais e estaduais.

Dallabrida (2020, p. 13) afirma que a gestão territorial também é necessária para que haja um desenvolvimento e que um planejamento e uma gestão de território requerem instauração de concertação social, ou seja, é preciso que se estabeleça acordo entre governo e parceiros sociais (sindicatos, associações profissionais etc.). Deste modo, uma gestão territorial deve resultar no estabelecimento de uma estratégia para que ocorra o desenvolvimento territorial, consonante à implementação de condições necessárias para sua gestão, de modo a contribuir na construção de

pactos socioterritoriais como exercício de uma ação coletiva visando um futuro promissor.

De acordo com Moraes (2018), muitos municípios vêm buscando discutir propostas relacionadas à questão do desenvolvimento territorial com o objetivo de solucionar problemas tanto econômicos quanto sociais, dando importância a ideias formuladas por diferentes sujeitos da sociedade local.

Em decorrência disto, durante a pesquisa foram colocadas para os entrevistados questões direcionadas a investimentos socioeconômicos que eles consideram importantes para uma possível melhora no desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos, e a questão da mobilidade populacional.

Quadro 5 – Investimentos socioeconômicos e análise da mobilidade populacional

Representante político	Que outros investimentos socioeconômicos poderiam ser feitos no município a fim de ampliar as oportunidades de emprego e renda?	Como você analisa a saída da população local, que busca trabalho em outros municípios ou que se muda para outros municípios?
R/P01	...Buscar junto ao governo estadual e municipal meios para atrair indústrias e empresas variadas e de diferentes portes.	Um impacto muito grande ... uma redução no número populacional.
R/P 02	Alavancar o microempreendedorismo.	Eu vejo que cada um tem que ir em busca do que é melhor para si e sua família... então assim as pessoas vão em busca de emprego.
R/P 03	Como a gente não tem, assim, um carro chefe que possa mudar significativamente, a gente tem que trabalhar pequenos arranjos, um pouquinho disso, um pouquinho daquilo, enxergar dentro das oportunidades que nós temos dentro do município, aquilo que nós podemos favorecer para que isso ou aquilo possa ser um pouco mais eficiente, mais produtivo, que possa melhorar a renda daquela atividade.	... Essa mobilidade das pessoas é natural. Se a pessoa perdeu seu emprego, ela vai pra outra região, tendo oportunidade já busca a família ...
R/P 04	Nós temos um parque industrial que poderia trazer pessoas para investir, e ela precisam de um terreno de um apoio, mas um terreno bem organizado, se entendeu? Hoje nós temos terrenos em Quatro Marcos que podem ser doados para que traga mais indústrias pequenas, até essas mesmas dentro da cidade	Então esse impacto da saída da população do município foi forte uma época, a gente chegou chorar, eu já vi sair de São José dos Quatro Marcos três mudanças no mesmo dia. ... eles tentam procurar melhoria em outro município, mas em outro município também está

	podem montar seu cantinho lá, porque incentiva eles também. Hoje o pequeno empreendedor ele precisa de um apoio, porque vai gerar empregos, ou queria gera empregos para o município.	difícil, eu vejo muitas pessoas voltando pra Quatro Marcos.
R/P 05	Então, através de atrair indústrias e mais comércio para a cidade mesmo, porque através da indústria gera bastante emprego, da indústria geram empregos indiretos, e através disso fortalece o comércio. E uma vez a indústria e o comércio fortalecidos, fortalece a renda familiar, e uma vez a renda familiar tendo condições de consumo, sempre alimenta a cadeia produtiva e a cadeia econômica.	Então, infelizmente, pra gente é um ponto negativo, porque os munícipes têm raízes fincadas aqui no nosso município, pessoas que nasceram aqui, e têm familiares aqui, mas que precisam trabalhar pra sua subsistência, como o emprego fica escasso no município eles têm que realmente sair, é uma questão de sobrevivência. Então pra gente é um ponto negativo, gera uma certa tristeza, mas a gente entende por outro lado que não tem a abertura do frigorífico municipal, ou uma outra indústria que supra essa carência de emprego, a gente vê que não há outra saída.
R/P 06	O empreendedorismo, cooperativismo, como alternativa pra buscar mais renda e gerar mais oportunidade, com intenção de divulgar mais associações e cooperativas para os profissionais liberais, ou para os profissionais autônomos, porque a gente sabe que tem muitos privilégios fiscais, para quem trabalha com cooperativa ou associação. Só que aqui na nossa região não tem cultura de valorizar o cooperativismo e associativismo, e não há por parte da prefeitura um estímulo ou nem do legislativo para que a sociedade possa dispor a aderir a esse meio de gerar mais emprego e renda alternativa ao desenvolvimento.	Particularmente não tem registro nem acompanhamento no município sobre isso, e isso também nós já questionamos enquanto planejamento estratégico, porque precisa desses indicadores para várias análises, também para traçar novas ações pra poder alcançar a visão do empreendedorismo, mas não tem.
R/P07	Por meio das empresas, da agricultura familiar, eu acho que Quatro Marcos também é um polo cultural dentro da nossa região, eu acredito que trabalhar também a questão do turismo cultural seria uma linha de estar trazendo pessoas pra cá, porque Quatro Marcos tem uma população ordeira e acolhedora, isso	O que a gente vê a pessoas comentando nas redes sociais, ou até mesmo nas conversas, é que eles gostam muito de Quatro Marcos e gostariam de ficar aqui, mas a falta de oportunidades de trabalho faz com que eles se desloquem para outros municípios. Porque

	<p>faz com que pessoas queiram vir pra cá participar dos grandes eventos que acontecem na região. Então, eu acredito que precisa alimentar a cadeia produtiva cultural e turística e investir no sindicato rural que a gente tem no município porque lá também realizam grandes eventos, com exposições agropecuárias e tudo isso é interessante para o fomento da nossa pecuária e é preciso ter uma diversificação econômica.</p>	<p>eles colocam a família em primeiro lugar na questão econômica.</p>
R/P 08	<p>Para que a gente possa ter esse desenvolvimento socioeconômico, nós temos que investir para que a gente possa atrair público para nossa região. Eu vejo que nós temos usina, que nos rodeia que são usinas de cana de álcool com plantio de cana-de-açúcar dentro nossa região e contribui bastante não para o município de São José dos Quatro Marcos diretamente, mas indiretamente contribuem porque nós temos muitas pessoas daqui que trabalham lá, se a gente conseguir trazer empresas de grãos para desenvolver a nossa região, seria muito bom para o poder público contribuir com esse desenvolvimento. O interessante seria que o poder público pudesse vir para cá. E para isso tem que ter uma estruturação, toda uma estrutura de uma Prefeitura organizada em todos os aspectos. Tem isso, a gente não consegue atrair esse público para ocorrer o desenvolvimento. Eu vejo que a empresa hoje, o comércio local ajuda, mas se nós tivéssemos aí uma forma diferente de trabalho, igual Nortão teve início de produção de grãos, eu acho que queria a grande oportunidade para o nosso desenvolvimento.</p>	<p>É triste a realidade, o município perde as pessoas que vão embora que gostam do município, também perde porque querendo ou não deixa raízes para trás, só familiares.</p>
R/P 09	<p>Poderia fazer algumas cooperativas... alguns cursos de artesanato para as pessoas aprenderem fazer algumas coisas, tem também produtos de limpeza. Então, enfim, uma variedade enorme que as pessoas poderiam estar aprendendo, fabricando em casa e terem um local ali pra vender ou</p>	<p>Ahh a gente analisa como negativo, porque se você tem atrativos pra trazer pessoas pra cidade é melhor, quanto mais moradores mais emprego, porque se a pessoa tem emprego ela paga uma babá, uma faxineira, uma lavadeira, então é uma corrente, e aí a</p>

	<p>expor os produtos pra vender, uma vez por semana, enfim, ser criativo.</p>	<p>partir do momento que essas pessoas saem, você não perde só os moradores, o número né, perde qualquer contribuição que essa pessoa daria consumindo, gastando dentro do município.</p>
R/P 10	<p>O executivo deveria trabalhar com política própria, elaborar programas com entidades públicas, investir em capacitação profissional para jovens, investir no microempreendedor. Então, meu pensamento é isso, criar um círculo virtuoso, que esse círculo virtuoso unir as cadeias produtivas para chegar lá no final e o consumidor ter acesso ao produto, todo mundo aqui do município está sendo beneficiado. Esse é o meu pensamento.</p>	<p>Somos reflexos negativos.</p>
R/P 11	<p>Olha eu acho que Quatro Marcos tem um potencial pra suinocultura, ele tem um potencial, desde que faça um projeto certinho, ele tem um potencial para o café clonal, a gente tem espaço aqui, pra que as pequenas propriedades, para um frigorífico de frango, pedir para que o governador traga empresas para o município e bater na tecla, juntamente a governadores, deputados senadores da região pra trazer empresas para cá.</p>	<p>Esse êxodo que temos no nosso município é motivado pela falta de emprego, a pessoa não vê perspectiva e tem que sair pra outras cidades.</p>
R/P 12	<p>Com incentivos fiscais a microempreendedores, a motivação para participação no processo de licitações são recursos que está dando certo.</p>	<p>Tem impacto negativo, é claro que a gente entende que há necessidade de buscar o sustento da sua família. Quando ele não consegue manter o seu trabalho dentro do seu próprio município, ele acaba tendo que buscar. Para a gestão para o comércio em si, isso tem um impacto imediato, porque a cada família que sai são partes de recursos que deixam de circular dentro do município, então isso afeta drasticamente a economia local. Então, por isso a necessidade dessa criação de política pública para esse retorno, isso só vai acontecer como eu disse agora há pouco, só quando houver essa industrialização ou os postos de trabalho retornarem.</p>

R/P 13	Então, eu vejo assim que nós aqui do município temos várias empresas de móveis, marcenarias, nós temos hoje uma empresa de Teca, sabe? Entre outras, nós temos um laticínio, então eu acredito que precisa de incentivo, e não sei talvez diminuir impostos alguma coisa assim, ver a necessidade desses comerciantes, os políticos estarem indo atrás para ver em que eles podem estar contribuindo.	Elas saem por necessidade né, quando se tem uma família, se vê num local e não está dando conta de tirar o sustento pra essa família, ele tem que procurar algo, então eu vejo como necessidade.
--------	---	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Silva (2009) aponta que os conflitos provenientes do uso do território são formas de poder e que o território acaba por ser a institucionalização deste por excelência, haja visto que é no mesmo que ocorrem combinações e dissensões, marcando desta forma o movimento social (SILVA, 2009, p. 4).

Assim, ao considerarmos as respostas dos entrevistados com relação aos possíveis investimentos socioeconômicos e a questão da mobilidade e decréscimo populacional no município, é possível verificar a concepção de poder apresentada no texto, visto que os pesquisados colocaram como alternativas de investimentos socioeconômicos no município a busca de apoio junto ao governo estadual e municipal que representam o poder político. Os mesmos ainda sugeriram incentivos aos microempreendedores, organização do parque industrial e remanejamento das marcenarias para o parque industrial, criando assim um polo moveleiro, incentivo ao cooperativismo e associações para profissionais autônomos, apoio à agricultura familiar e sindicato rural, incentivo à produção de grãos e à vinda de empresas especializadas nesta área, promoção de cursos de qualificação para a população, criação de uma feira livre para comercialização de produtos artesanais, elaboração de programas por parte do executivo, capacitação profissional para jovens, investimento na suinocultura, frigorífico de frango e no cultivo do café clonal.

Neste tocante, é possível dizer que existem várias maneiras de se pensar possibilidades para o desenvolvimento territorial. Este por sua vez, pode ser entendido como “[...] o processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada [...]” (FÓRUM DAS CIDADES, 2021).

O conceito de desenvolvimento territorial é amplo, este caráter amplo provém do fato de não se referir somente à questão econômica dos locais, mas também às questões de sustentabilidade social, ambiental e cultural. Desta forma, ao se falar sobre desenvolvimento territorial envolve-se a dimensão qualitativa, essencial para a concretização de políticas públicas (FÓRUM DAS CIDADES, 2021).

É importante evidenciar que o crescimento econômico não produz necessariamente desenvolvimento local. Nem tampouco a relação entre variáveis econômicas e o grau de desenvolvimento local é direta. O desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. O crescimento econômico é sem dúvida um elemento essencial para o desenvolvimento. Contudo, não é suficiente (MACKE; SARATE, 2014, p. 60).

Para a ocorrência de um desenvolvimento territorial de um município, é necessário o entendimento de suas necessidades e potencialidades. Os representantes políticos de São José dos Quatro Marcos, ao mensurar a classe política como peça-chave para a busca de estratégias para um desenvolvimento socioeconômico, corroboram com o pensamento de que o poder político favorece o aparato institucional indispensável para que os atores locais (Estado, empresas, sociedade civil) possam atuar de maneira sistematizada, sustentando a liberdade de expressão de cada representante, gerando (assim) um ambiente promissor (MARTINS, 2013, p. 33).

Conforme afirma Martins (2013), existe uma complexidade de fatores que contribuem ou dificultam a geração de um desenvolvimento, ele ainda salienta que é fundamental analisar o território, no sentido de viabilizar

[...] melhoria das condições de vida da população, reduzindo a pobreza, o desemprego, expandindo serviços de apoio social, reforçando, as instituições, apoiando os processos produtivos, principalmente micro, pequenas e médias empresas e a agricultura familiar e preservando o meio ambiente como forma de propiciar maior inclusão social. O reforço e, na maioria das vezes, o resgate do sentimento de cidadania é o foco central dessa abordagem (MARTINS, 2013, p. 35).

Neste contexto de cidadania se torna crucial a inter-relação entre as forças políticas e a comunidade em geral. Llorens (2001, p. 112) afirma que tanto os gestores públicos locais ou regionais como os empresários e a sociedade civil são responsáveis por um desenvolvimento positivo, e este desenvolvimento depende de como a comunidade se organiza. Nesta perspectiva, a organização de cooperativas,

associações, capacitação profissional que abrangem diferentes idades, programas voltados para a educação, saúde, dentre outros, são vitais para o desenvolvimento territorial.

Com relação ao cooperativismo apontado pelos pesquisados, Abreu *et al.* (2008, p. 72) apontam que esta prática auxilia no processo de inclusão social e socioeconômico local. A introdução cooperativista como contribuinte para um desenvolvimento socioeconômico proporciona ganhos significativos para o determinado local que se estabelece. Assim, a ideia de investir nesta sugestão dos entrevistados é plausível e constitui-se numa via de solução de problemas locais, mediante o compromisso de as cooperativas cumprirem seus principais objetivos estabelecidos.

Com relação à saída de várias pessoas do município, os entrevistados em seus relatos discorrem que estes foram de certa maneira impulsionados a tomarem esta atitude devido à falta de oportunidades de empregos, o que acaba impactando o município na questão demográfica, econômica e conseqüentemente em seu desenvolvimento como um todo, de forma direta ou indireta, uma vez que o despovoamento ou decréscimo populacional traz imediatas conseqüências.

A respeito do processo migratório brasileiro, Cunha (2005, p. 3) dispõe que este deixou de concentrar-se somente no movimento da população rural para a urbana e passou a movimentos inter-regionais, intrarregionais, internacionais, pendulares e sazonais. Esta mudança evidencia as modificações ocorridas nas dimensões econômica, social e política, tanto em nível nacional quanto internacional.

Observa Cunha (2005, p.3) que algumas medidas podem ser tomadas para amenizar esta migração, como por exemplo uma atuação mais sistematizada dos representantes políticos, por meio da criação de programas ou atividades voltadas para este problema e concomitantemente ao desenvolvimento territorial.

Destarte, com o objetivo de averiguar uma possível existência de tais programas, os pesquisados foram interpelados com os seguintes questionamentos presentes no Quadro 6.

Quadro 6 – Planos, programas e atividades voltados para o desenvolvimento territorial e agentes responsáveis

Representante político	Poderia citar programas, planos ou atividades voltadas para o desenvolvimento territorial aqui do município?	Em sua percepção, quais são os agentes que deveriam incentivar o desenvolvimento do município?
R/P 01	...Tem o programa do café, um plano de incentivo ao leite... hoje, nós, em parceria com o sindicato rural, secretaria da agricultura, a gente está trabalhando muitos cursos, levando profissionalização à área rural, temos hoje uma assistência técnica pelo SENAR atendendo 30 produtores principalmente da pecuária leiteira.	O agente principal é o poder público.
R/P 02	Todos os programas que nós temos os amarramos dentro do PDI. O PDI é um plano a longo prazo.	Eu diria que o agente público, as associações, os conselhos, a própria sociedade, também devem dar sua contribuição, não só esperar pelos agentes públicos. Então, assim, cada um fazendo a sua parte, trabalhando em parceria, acredito que a gente conseguiria alcançar grandes avanços assim. Mas aí teria que ser um trabalho integrado né? Entre agente público, entre agente fiscalizador, e entre a própria sociedade que é o usuário.
R/P 03	...A gente não vê programas, então, tem algumas ideias que são trabalhadas, mas programas mesmo a gente não tem visto isso acontecer, né?	...Os agentes públicos. Por isso que as eleições acabam mudando, seja no executivo, seja no legislativo, a nível estadual e nível federal, a nossa democracia, nossa política está muito pautada nisso, mas também os empreendedores e empresários locais.

R/P 04	<p>...Quando a gente fala assim, um programa, um programa é um incentivo, é incentivar, é fazer uma propaganda do município.... O que manda? É a propaganda. Não é um programa. A prefeitura hoje fazendo uma propaganda do município, construindo uma imagem vai modificar a cidade, mostrar a cidade nossa que é uma cidade hospitaleira, que o povo de Quatro Marcos é bom. Você vai lá em Tangará, você tanta gente lá que era de Quatro Marcos, você vê o atendimento totalmente diferente, juntou o atendimento de Quatro Marcos com Tangará, ficou um atendimento 10. Então, um programa hoje é buscar indústria pra trazer esse povo de volta pra cidade, é um programa para o desenvolvimento.</p>	<p>O próprio comércio se entendeu, porque poucas pessoas investem aqui no comércio, o próprio comerciante ele tem que dar um incentivo também, porque ele já está instalado aqui, ele tem aqui. Os agentes públicos, o prefeito, vereadores, que estão responsáveis pelo município, promotores, juízes, hoje são os responsáveis porque eles estão dentro de Quatro Marcos...</p>
R/P 05	<p>...Existe um projeto da prefeitura municipal para concessão de áreas menores para algumas empresas que manifestarem interesse de se instalarem aqui no nosso município. Mais ou menos vinte três empresas, vinte e quatro empresas já se manifestaram e há toda uma possibilidade.</p>	<p>O governo municipal e estadual principalmente.</p>
R/P 06	<p>O PDI, o APRIMORA e o plano diretor que poderia ajudar, mas, no entanto, nós não temos...Enquanto isso tem ações isoladas como o plano municipal de cultura que tem diretrizes que vão impactar na geração de emprego e renda, e do trânsito porque ele acredita também que vai impactar alguma coisa na geração de emprego e renda; é por causa da municipalização que automaticamente vai gerar mais receita própria por município, e gerando receita própria ele espera que vai impactar em ações ou políticas que possa colaborar com o empreendedorismo.</p>	<p>O legislativo, o cooperativismo, associativismo...a equipe de governo, devem estar comprometidos e estar muito cientes do que seria prioridade, que hoje seria todos trabalharem unidos e alinhados para o desenvolvimento territorial e urbano ...</p>

R/P 05	<p>Então, se fala muito da rota do peixe aqui, com a construção de um frigorífico no município, é existe também uma linha de desenvolvimento do turismo cultural, também está em andamento a nível de região e há também uma busca pela reabertura do frigorífico que foi fechado e há uma busca pela ampliação do mercado moveleiro.</p>	<p>Eu acredito que para incentivar o desenvolvimento local, os políticos precisam ser mais ousados, precisa-se criar uma política publicitária muito forte pra poder vender o município lá fora. E dentro dessa ousadia dos políticos precisa aproximar mais dos governos e cobrar com ênfase mesmo as necessidades regionais e municipais. E a população também deve contribuir sabendo escolher os melhores políticos para que possam fazer esse enfrentamento econômico e de desenvolvimento.</p>
R/P 08	<p>Hoje nós temos um programa muito importante que é em parceria com o consórcio intermunicipal que é a Rota do peixe. Esse é um projeto muito bom que está sendo trabalhado com o consórcio, é um projeto muito amplo, por isso está demorando bastante, é um projeto não só em parceria com os municípios, mas também com os recursos federais, o qual está encaminhando caminhões para construção da sede da indústria, para aquisição de maquinários, para escavação e assim sucessivamente. Então, esse projeto vai trazer um benefício gigantesco não só para os produtores, mas também para a sociedade em geral. Isso é muito importante eu não deixar de falar também de um projeto que vem sendo trabalhado há muitos anos e foi inaugurado há pouco tempo, se não me falhe a memória, ano passado, que a situação do lixão, aqui na entrada. Esse projeto vem sendo trabalhado pelo consórcio, o material reciclável nós tínhamos destinação, nós não tínhamos como destinar esse material pra algum lugar, e hoje nós temos uma sede onde nós temos os catadores desse material reciclável ...Também existe a regularização da feira. A secretaria de agricultura também vem fazendo um trabalho no viveiro municipal,</p>	<p>O poder público, mas também toda a população deve contribuir fazendo sua parte.</p>

	<p>também temos os tanques de peixes, projeto de arborização.</p>	
--	---	--

R/P 09	<p>Sim, o plano municipal de cultura tem o departamento de cultura, né? O Bordin agora conseguiu fazer o plano municipal, que vale por dez anos, e ali tem algumas ações, algumas metas que serão desenvolvidas, algumas ações para valorizar o artista local, a produção, inclusive vai ter um programa de cadastro de artista para receber auxílio emergencial; tem também a Secretaria de Assistência Social, o CRAS, que eles acabam oferecendo alguns cursos profissionalizantes, estão em busca de mais. Temos o Sindicato Rural também que desenvolve alguns planos visando capacitar as pessoas, dar um futuro, emprego ou geração de renda. Então, existem alguns planos; e na educação também nós realizamos um projeto do SEBRAE que foi o pequeno empreendedor, jovem empreendedor, que no final encerrou com uma feira que os alunos e professores produziram e venderam nesta feira. Então já estimulando o espírito empreendedor desses jovens. Então, assim caminha a passos lentos, mas já iniciou.</p>	<p>São os agentes educadores, a gestão pública em geral, o executivo, o legislativo, aí vem o público educacional, o público da assistência social, da saúde, é um conjunto né, cada um contribui com o que pode e aí, como se diz, a união faz a força.</p>
R/P 10	<p>O Programa Mais Leite, que é pra fomentar a atividade leiteira; mais verde, tem projeto mais peixes, pensados e voltados para piscicultura como fomento/PEA Municipal, programa de aquisição de alimentos onde você possibilita a compra de produtos da Agricultura Familiar e fornece para as famílias de baixa renda, por exemplo.</p>	<p>Os agentes públicos.</p>
R/P 11	<p>Então, eu vou citar o projeto do café e da suinocultura que eu acho importante. Eu acho que nós temos hoje no município uma secretaria de agricultura inoperante.</p>	<p>O poder público.</p>

R/P12	Planejamento do trânsito, Plano municipal de cultura, Construção da biblioteca, o PDI.	Eu acho que é um conjunto, é a gestão pública né? Os próprios empresários, os comerciantes e a própria população. Porque hoje eu percebo assim que muitos têm a visão que somente a gestão pública é responsável por isso, e não é dessa forma. Então eu acredito que seja um conjunto de pessoas ou instituições que são responsáveis pelo desenvolvimento do nosso município.
R/P 13	Olha, assim a gente fez, faz vários planos, falando da onde eu estava né? Da saúde. Hoje nós temos várias campanhas, na verdade eu acredito que não tenha pactuação com a faculdade, que os acadêmicos façam estágios tanto na área de reabilitação, na área psicológica em a área de esporte, de educação que a gente sempre estava trabalhando em conjunto, então a questão do desenvolvimento do município, agora nós temos a questão do PDI com o tribunal de contas.	Eu acredito que isso aí seria todos, cada cidadão que reside dentro do município deveria fazer algo para o município que esteja cada um no seu alcance...

Fonte: Elaborado pela autora.

Elencadas as respostas dos entrevistados acerca de planejamentos, programas ou ações referentes ao desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos, é substancial considerar a visão de Boullosa e Peres (2020), ao dissertarem que o primeiro passo para tal ação é compreender o que é território. Para as autoras, o território, além de ser reconhecido como categoria, deve também ser entendido como instrumento de gestão, uma vez que:

Tal função carrega consigo uma forte aproximação com os conceitos de desenvolvimento e de governança: de um lado, por assumir que a projeção sobre um território deve possuir sempre uma direção, um vetor. E este vetor é a interpretação que temos sobre a natureza, os conteúdos e os caminhos aonde queremos chegar com aquela projeção. De outro, por assumir que suas diferentes dimensões implicam necessariamente em um projeto de governança entre os atores que o conformam (BULLOSA; PERES 2020, p. 14).

Corroborando com este pensamento, Dallabrida (2020) apresenta que um planejamento para um desenvolvimento territorial implica em uma prática de governança territorial que possa resultar na definição de estratégias para este desenvolvimento e na implementação de condições necessárias para sua gestão, tendo em consideração a construção de pactos socioterritoriais, formas de concertação social, exercício coletivo e, por fim, a construção de uma perspectiva de futuro. Assim sendo, a governança territorial pode ser percebida:

[...] como uma instância institucional de exercício de poder de forma simétrica no nível territorial. Uma prática qualificada de governança territorial é um requisito indispensável para o planejamento e gestão do território, numa perspectiva colaborativa e democrática (DALLABRIDA, 2020, p. 13).

Desta maneira, compreende-se que o planejamento é essencial para o desenvolvimento territorial em todas as dimensões, local, regional ou nacional. Planejar o desenvolvimento territorial requer negociação entre atores (agentes diversos) com interesses reais e distintos, mas harmonizados, trata-se de um planejamento participativo, respeitoso com relação às diferenças existentes.

No município em foco é possível verificar por meio das respostas dos entrevistados que existem programas, planos e ações que podem contribuir com a questão do desenvolvimento territorial. Todavia, nota-se a ocorrência do que Dallabrida (2020, p. 19; 20; 22) aponta sobre a maioria dos planejamentos municipais ou regionais brasileiros, nos quais no máximo são elaborados bons planos, programas, no entanto, na maior parte estes não são observados nem pelos que participam de sua elaboração. Outro ponto observado nas respostas dos entrevistados, com relação à existência de planos ou programas no município e que corresponde ao que Dallabrida disserta sobre a efetivação de um planejamento para o desenvolvimento territorial, é a falta de uma concepção democrática e colaborativa que rompa com práticas tradicionais de planejamento.

Deste modo, os programas, planos e ações que foram citados pelos pesquisados como sugestões para o desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos apontam uma falta de planejamento consciente e harmonioso entre os atores, voltado realmente ao desenvolvimento territorial¹.

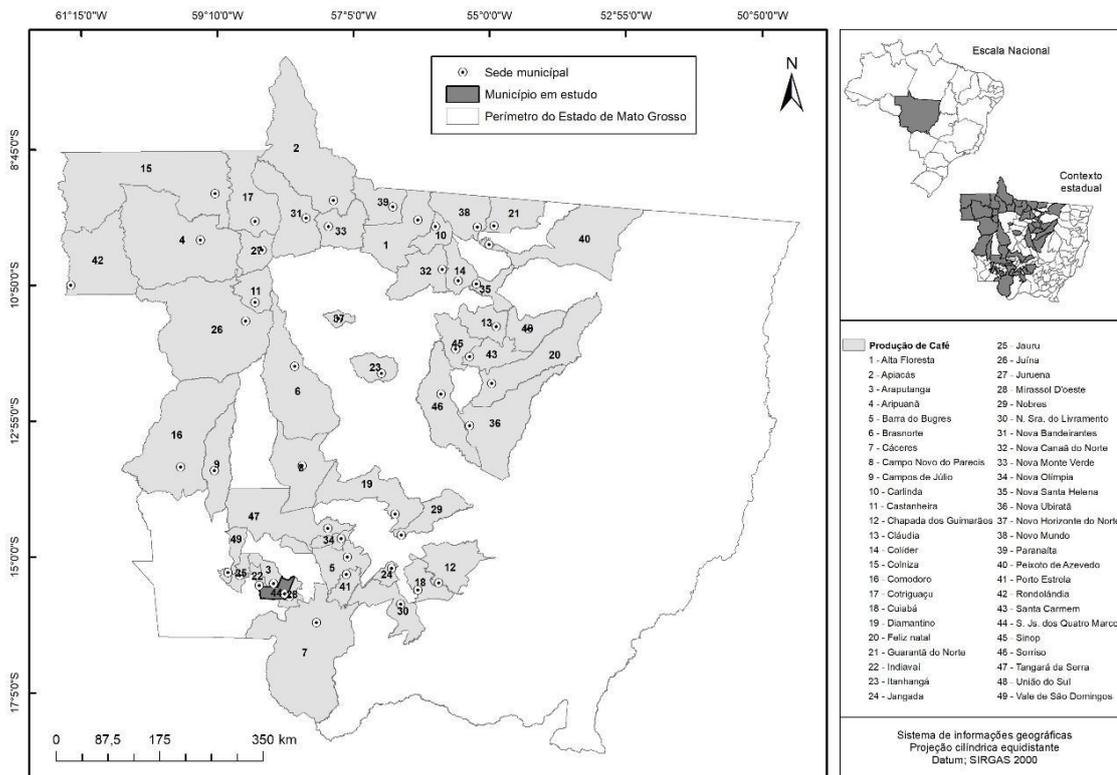
¹ De uma forma sucinta, os programas e planos citados foram: Café Clonal - Programa de Incentivo à Cultura do Café em Mato Grosso (PROCAFE/MT) criado pela Lei nº 7.309/ 2000; Programa Mais leite

O cultivo do café clonal é um projeto denominado de Pro-Café (Programa de Revitalização da Cafeicultura no Estado de Mato Grosso), desenvolvido por meio da Secretaria de Estado de Agricultura e Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Rondônia e Embrapa Agrossilvipastoril) e prefeituras, Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF) de Mato Grosso, o programa faz parte do programa do governo do Estado de Mato Grosso intitulado de “Mato Grosso Produtivo”.

De acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar, o objetivo do programa é impulsionar e fortalecer a cadeia produtiva do café, de modo a promover a geração de renda e contenção de desmatamento dos municípios. Este projeto está destinado aos seguintes municípios do Estado: Alta Floresta, Apicás, Araputanga, Aripuanã, Barra do Bugres, Brasnorte, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Colíder, Colniza, Comodoro, Cotriguaçu, Cuiabá, Diamantino, Feliz Natal, Garantã do Norte, Indiavaí, Itanhangá, Jangada, Juara, Juína, Juruena, Mirassol D'Oeste, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Monte Verde, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Uiratã, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Porto Estrela, Rondolândia, Santa Carmem, São José dos Quatro Marcos, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, União do Sul e Vale de São Domingos (Figura 31).

da Lei nº 1.283/2010; a existência de uma parceria entre o Sindicato Rural e o SENAR para oferecer cursos profissionalizantes aos produtores rurais; Plano de Concessão de Lotes para empresas que queiram se estabelecer no município; Plano de Criação de um Polo Moveleiro; Plano de Regularização da Feira do Produtor Rural; Programa Mais peixe criado pela Lei 1.332/2010; Sistema Municipal de Cultura criado pela Lei nº 1673/2017; Projeto de um Viveiro Municipal com mudas para arborização da cidade; Programa Mais Verde da Lei nº 1.297/2010; Programa de Aquisição de Alimentos; Conselho Municipal de Trânsito da Lei nº 1822/2021; e o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI).

Figura 39 – Municípios com programas do café clonal



Fonte: Elaborado por Thales Ernildo de Lima.

O Café Conilon foi escolhido por ser uma espécie mais rústica, possuindo algumas vantagens sobre o café tradicional, com uma resistência maior às doenças e pragas, à alta temperatura e à falta de chuvas, que é o caso de Mato Grosso. Entretanto, pode-se apontar como pontos de desvantagens o fato de sua produtividade variar de acordo com o nível de tecnologia adotado pelo agricultor, e o custo de produção do café clonal em algumas fases ser superior ao do tradicional. Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SEAF, 2020).

De acordo com a Secretaria do Estado de Agricultura Familiar, o principal papel do projeto é o fortalecimento da cadeia produtiva do café, com renovação e modernização gradativa das lavouras por meio de novos cultivares. Embora o projeto não tenha sido elaborado por representantes do município de São José dos Quatro Marcos com foco no desenvolvimento territorial, alguns dos entrevistados veem o mesmo como uma possibilidade de incentivo à agricultura familiar e retorno aos tempos áureos da produção cafeeira do qual o município já foi destaque.

Um plano que (de acordo com os entrevistados) pode propiciar um desenvolvimento para o município é o Mais leite, este plano também de ordem estadual faz parte do programa Mato Grosso Mais Produtivo que, de acordo com a

SEAF, tem como meta fortalecer a cadeia produtiva do leite e a agricultura familiar. Os entrevistados apontam que este plano é relevante para o município, pois, a maioria dos pequenos produtores têm sua renda ligada à pecuária leiteira, como aponta o atual presidente do Sindicato Rural, o senhor Alessandro Casado da Silva:

Hoje eu vejo que em Quatro Marcos, a zona rural trabalha muito com o leite, então a gente tem que desenvolver essa área e investir nesse produto. Hoje o produtor rural pequeno está tirando em média três litros por vaca, teria que colocar essa produção pelo menos na média nacional que é de sete litros. Isso já dobraria a arrecadação e tem essas outras atividades como o projeto café e outros projetos que vêm sendo desenvolvidos para que possa gerar essa renda (informação oral).

Juntamente com o programa Mais leite está o programa de incentivo à piscicultura, denominado de Rota do peixe, o projeto é direcionado aos agricultores familiares dos municípios localizados na região de fronteira de Mato Grosso com a Bolívia, pertencentes aos Consórcios do Complexo Nascentes do Pantanal: Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos; e do Consórcio do Vale do Guaporé, os municípios de Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Campos de Júlio, Nova Lacerda, Comodoro, Conquista D' Oeste.

Segundo os entrevistados, a Rota do peixe é um projeto em parceria com o governo federal, estadual e municipal, portanto, é um projeto amplo que demora para ser colocado em prática. Entretanto, é um projeto relevante que está sendo trabalhado pelo Consórcio Intermunicipal Nascentes do Pantanal que, segundo o seu secretário executivo, Dario Antônio Carniel, é um consórcio público que se assemelha a uma autarquia e pertence aos entes federados, que são 14 municípios da região, desde Cáceres até o município de Jauru, e que desenvolve ações em prol do desenvolvimento dos municípios integrantes. O projeto, de acordo com o secretário do departamento de agricultura, Maximino Bonfim de Souza, ajudará o pequeno produtor rural e promoverá renda, empregos e desenvolvimento para o município em estudo.

Hoje nós temos um programa muito importante que é em parceria com o consórcio intermunicipal que é a Rota do Peixe, eu não sei se já foi mencionado pelo Patrick ou pelo Casado e o Dario, é uma participação de 12 municípios e Quatro Marcos é um deles. A qual vai trazer o desenvolvimento

da nossa região, hoje nós estamos mais ou menos com trinta propriedades que procuraram o departamento de agricultura para que pudesse fazer e executar esse projeto para o início desta Rota do peixe. A Rota do peixe vai trazer renda, vai trazer empregabilidade, desenvolvimento, e vai trazer também parceria com os produtores rurais do nosso município, até mesmo os pequenos produtores. Não precisa ter uma propriedade grande pra você ter duas ou três represas e fazer todo o trabalho de produção e desenvolvimento desses alevinos. Esse é um projeto muito bom que está sendo trabalhado com o consórcio, é um projeto muito amplo, por isso está demorando bastante, é um projeto não só em parceria com os municípios, mas também com os recursos federais ao qual está encaminhando caminhões, para construção da sede da indústria, para aquisição de maquinários, para escavação, e assim sucessivamente, então esse projeto vai trazer um benefício gigantesco não só para os produtores, mas também para a sociedade em geral. (informação oral)

Assim como o programa Rota do Peixe, outro programa que pode colaborar com o desenvolvimento territorial, de acordo com o senhor Ademir Patrick de Moura, engenheiro agrônomo da prefeitura municipal, é o Programa Mais Verde. Este programa tem como objetivo fomentar a agricultura familiar e incentivar a Heveicultura (cultivo da seringueira para extração do látex). A Heveicultura é uma cultura de ciclo perene, com produção a partir do quarto ano, e permanece produtiva durante 40 anos. Além disto, esta cultura contribui para o sequestro e redução da emissão de carbono na atmosfera, ajudando desta forma o meio ambiente (CENAGRI Jr., 2019).

Em concordância com o artigo 1º da Lei nº 1297 de 15 de abril de 2010:

O Município de São José dos Quatro Marcos incentivará a produção de látex originado das seringueiras cultivadas pela Agricultura Familiar e a organização do setor visando à inclusão social e o desenvolvimento da região, através da geração de renda na Agricultura Familiar, de trabalho em toda a cadeia produtiva da heveicultura e da oferta de matérias-primas para as indústrias (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, 2010, Art.1º).

Um plano bastante reportado no decorrer das entrevistas é o de se criar no município um polo moveleiro. Brainer (2018, p. 1) dispõe que o setor moveleiro pode ser classificado conforme o uso e matéria-prima. Quanto ao uso, os móveis são classificados em residenciais, para escritório e institucionais; quanto à matéria-prima, o setor moveleiro é distribuído conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE, em Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira, Fabricação de Móveis com Predominância de Metal, Fabricação de Móveis de Outros Materiais. Brainer (2018, p. 17) ainda avalia que o Brasil possui grande potencial relacionado à cadeia florestal-madeireira por ter (dentre outras características) clima adequado ao rápido crescimento de algumas espécies

florestais, áreas disponíveis ao plantio e empresas com domínio em tecnologia florestal, entretanto, o percentual de área plantada pelo setor moveleiro ainda é muito pequeno, levando em consideração a existência de várias marcenarias distribuídas no território quatromarquense e o fato do mesmo contar com áreas de florestas de Teca (*Tectona Grandis*), uma árvore de grande porte de origem asiática, com adaptabilidade ao clima tropical e de fácil manejo, como os sistemas agroflorestais e silvopastoris (FERNANDES; SOUZA; COSTA, 2011, p. 34-35). O prefeito do período da realização da pesquisa, Ronaldo Floreano, apontou a possibilidade da criação de um polo moveleiro devido à existência das empresas de Teca e das cerca de 30 indústrias de móveis. Mas, ele relata que embora tenha sido criado, o projeto não teve a sua efetivação devido ao fato de o local escolhido não ser apropriado.

Nós até fizemos aí um projeto de se criar um novo distrito industrial voltado por exemplo para as indústrias de madeira, porque nós temos uma grande quantidade de florestas de Teca e temos no município mais de trinta marcenarias. Então, nós fizemos todo um projeto para deslocar no sentido jardim aeroporto, porém nós não conseguimos a liberação por dois motivos, por estar próximo da cadeia e por estar próximo de um posto de combustível, aí nós tivemos que abortar o projeto, então infelizmente a gente não conseguiu outra área ainda no sentido de alocar e concentrar essas indústrias moveleiras. Isso reduziria o número desse tipo de indústria em plena avenida São Paulo, evitaria até problemas de intoxicação, porque todos usam vernizes, pinturas, além da própria saúde danificam carros então resolveria um problema, então isso nós não conseguimos (informação verbal).

Algo importante a se ponderar sobre a indústria moveleira no Brasil, é o fato de empregar cerca de 300 mil trabalhadores diretos e 1,5 milhão de empregos indiretos. Grande parte destas empresas são de ordem familiar tradicional, com pouca infraestrutura, grande rotatividade de mão de obra, baixa qualificação profissional e tecnologia desatualizada. No setor moveleiro, os principais desafios estão relacionados às questões socioambientais, centralizadas na saúde dos trabalhadores e na questão ambiental. Com relação à saúde dos trabalhadores, dados coletados sugerem que estes estão expostos a ruídos, poeiras e produtos químicos utilizados no tratamento da madeira, que causam danos à saúde. Quanto às questões ambientais, a fabricação de móveis implica a geração de resíduos que precisam ser geridos para que tenham o destino final adequado, evitando assim o desperdício e a degradação ambiental (PRADO; LORENZO, 2011, p. 36; 38).

Sobre a questão ambiental, Lorenzo (2011, p. 38) discorre sobre a existência do mau uso das florestas e das madeiras nativas, processo este que ocorreu no

município. Ele ainda afirma que florestas com uma grande oferta natural de madeiras de todos os tipos desapareceram por completo em razão de uma exploração sem controle adequado, do mesmo modo que ocorre uma poluição do ar em decorrência do uso de adesivos e materiais de acabamento, resíduos de água, resíduos perigosos e de madeira. Uma possível solução para estes problemas ambientais seria a compostagem, o uso como resíduo estruturante, a produção de energia, o uso com lenha e carvão vegetal e a produção de materiais diversos.

Sobre o município e suas florestas, o que se pode registrar é, que a retirada da cobertura vegetal do município, ocorreu de forma predatória, sem o mínimo de sustentabilidade e de manejos adequados à sua preservação.

No que concerne ao meio ambiente, outro plano citado nas entrevistas é o do Viveiro Municipal, criado com o objetivo de restauração e manutenção ambiental. Segundo o senhor Maximino Bonfim, secretário de agricultura na época da realização da pesquisa, o viveiro estava abandonado e ocorreu uma reestruturação, passando a produzir mudas frutíferas e plantas nativas para atender não só a área rural, mas também a área urbana.

A secretaria de agricultura também vem fazendo um trabalho no viveiro municipal. O viveiro municipal, antes ele estava bem abandonado, de uma forma de limpeza, estruturação, logo que eu iniciei as atividades dentro da secretaria de agricultura fiz minha primeira visita lá e constatei algumas necessidades, sentei com o prefeito e fizemos um trabalho de recuperação daquele viveiro municipal, para que a gente pudesse dar à população e à sociedade mudas que realmente atendam ao meio ambiente e à necessidade da população. Hoje nós estamos produzindo diversas mudas dentro do viveiro municipal.

[...] você pode observar que no canteiro da avenida São Paulo, na avenida Dr. Guilherme da Luís Barbosa e Mato Grosso, têm diversas mudas plantadas de ipê, são de várias cores para arborizar melhor a cidade, é um trabalho em conjunto com os estagiários de agronomia da faculdade FQM, é um trabalho que a secretaria vem acompanhando para que possa mudar a cara do município com arborização, e isso é muito importante (informação oral).

Mediante o exposto, a questão ambiental, entendida através das relações entre sociedade e natureza, mediada pela evolução das técnicas, se torna tema expressivo para a produção de uma cidade inclusiva e justa, ou desigual e excludente. Assim, o meio ambiente abarca um conteúdo social, no qual se estabelece relação entre o rendimento econômico, considerando os recursos naturais retirados pela sociedade da natureza. Promover ações que acabem ou minimizem os problemas como disposição indevida de lixo, contaminação de recursos hídricos e precarização do

sistema de esgotamento sanitário é de suma importância para um desenvolvimento territorial organizado (ARAGÃO, 2018, p. 112; 114).

Outro programa citado durante a pesquisa é o Plano Municipal de Cultura. A Lei municipal nº 1.673/2017 “dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Cultura de São José dos Quatro Marcos-MT, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre seus componentes, recursos humanos, financiamentos e dá outras providências” (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, 2017).

O Plano Municipal de Cultura aos poucos está sendo implantado. A partir da sua criação em 2017, o plano evoluiu com a criação do Conselho Municipal de Política Cultural de São José dos Quatro Marcos no ano de 2018; no ano de 2019 foi convocada a primeira Conferência Municipal de Cultura do município, seu regulamento e outras providências; e no ano de 2020, por meio da Lei 1.751 de 19 de fevereiro, instituiu-se o plano para o decênio 2019-2028. O objetivo principal deste plano é "Garantir o desenvolvimento do Sistema Municipal de Cultura para que suas diretrizes sejam alcançadas na amplitude socioeconômica" (BORDIN, 2020, p. 55).

O plano apresenta as seguintes diretrizes:

1. considerar a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável, ao lado dos pilares ambiental, social e econômico;
2. promover a democratização do acesso à cultura e a capacitação de recursos;
3. articular a integração da gestão municipal com as esferas estadual e federal e ainda com o setor privado, a fim de promover o desenvolvimento cultural do município;
4. assegurar as bases legais, administrativas, técnicas e políticas para a preservação do patrimônio cultural, visando à educação, à democratização do acesso e o uso sustentável;
5. fortalecer a economia criativa tendo como base a sustentabilidade local, com vistas à promoção do turismo cultural;
6. fortalecer os fazeres culturais como fonte geradora de emprego e renda;
7. promover o mapeamento, identificação e documentação do patrimônio cultural material e imaterial;
8. reconhecer a autonomia e a diversidade cultural dos bairros, garantindo a pluralidade territorial;

9. pensar o município e planejar o seu desenvolvimento considerando o uso de seus espaços públicos para manifestações culturais; e
10. Valorizar a cultura local e suas manifestações.

Diante destas diretrizes, é válido dizer que os programas de desenvolvimento devem reconhecer a incorporação da cultura como um facilitador da inclusão social. Segundo Calheiros (2018, p. 41), o fomento à cultura deve fazer parte de um desenvolvimento sustentável, fortalecendo o sentimento de identidade comum, por meio do autoconhecimento e o reconhecimento cultural, promovendo um pensamento de que não pode haver um futuro e muito menos um desenvolvimento sem consciência histórica e cultural. Todavia, para a ocorrência de um desenvolvimento territorial não se pode considerar o território apenas como uma base física, mas sim considerar suas características singulares, históricas, culturais e humanas, seus recursos naturais ou construídos, só assim este processo acontecerá efetivamente.

De acordo com as entrevistas realizadas, existe um programa que engloba todas as ações expostas aqui. Este programa é denominado de Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI) de São José dos Quatro Marcos em conjunto com o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE). Juliana Teles Cabral, coordenadora geral do PDI no município, discorre que o programa deu origem ao Plano Estratégico do Município, elaborado em 2018 para a vigência de dez anos, até 2028. Ela afirma que a adesão ao programa do Tribunal de Contas deu início a levantamentos que indicaram pontos fortes e pontos fracos do município. Assim, ele passou a ser pensado de um modo geral, não só no âmbito do poder executivo, mas também do ponto de vista administrativo, e com apoio do controle social que, por meio de eventos, apresentou demandas sociais para serem incluídas no plano estratégico do município, e da sociedade (representantes de vários segmentos formais). Representantes do poder legislativo e das autarquias também participaram do processo de planejamento, as autarquias também têm suas metas e ações monitoradas junto ao Sistema de Gerenciamento de Plano Estratégico – Sistema GPE, que é disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado, e de modo indireto através de autarquias que o município tem.

Segundo o Senhor Ronaldo Floreano dos Santos (prefeito municipal, 2020), a maior contribuição do PDI foi a elaboração do Plano Estratégico do município, que por sua vez nasceu de um processo participativo de elaboração, representando o conjunto

de anseios da população, sendo evidenciadas por representantes que atuam nas políticas públicas. Neste sentido, salienta-se que o programa engloba planos e ações das esferas executiva, legislativa e judiciária visando o melhoramento do município.

Através do Planejamento estratégico, segundo o Senhor Ronaldo Floreano dos Santos, é possível identificar variáveis que influenciam positivamente e negativamente o desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos. São variáveis que guardam em suas singularidades o poder de instigar o desempenho tanto interno (Figura 40) como externo (Figura 41), tanto em situações atuais quanto futuras.

Figura 40 – Identificação das variáveis no ambiente interno que influenciam positivamente e negativamente no município de São José dos Quatro Marcos

FORÇAS	FRAQUEZAS
Disponibilização de especialistas das áreas médicas (psiquiatria, fisioterapia, pediatria, psicologia)	Déficit nos processos de elaboração de planos/planejamentos
Estrutura física das escolas	Déficit nos cumprimentos de planos
Existência do Plano Municipal de Educação	Baixo grau de liderança estratégica e tática
Incentivo ao empreendedorismo pelo projeto Sebrae	Ineficiência e defasagem da estrutura organizacional
Acervo e ambiente da biblioteca municipal	Falta de manutenção da frota municipal
Capacidade técnica dos servidores	Desatualização da planta genérica
Boa estrutura do CRAS com serviço de proteção e atendimento integral da família	Desatualização do código tributário
Efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	Falta de gestão de processo
Cadastro Único atualizado	Falhas no processo de comunicação interna
Abundância de recursos hídricos para captação de água	Trabalho em equipe de maneira desintegrada e independente
Disponibilização de veículos para uso na agricultura	Desatualização do código de postura
Disponibilização de equipe técnica multidisciplinar na agricultura (Veterinária, Engenheiro Agrônomo, Técnico Agrícola, Agente Administrativo, Auxiliar de Serviços de Serviços Externos, Motorista)	Déficit/ausência de arquivos físicos e digitais
Referências em políticas públicas municipais (PAA, Mais Leite, Mais Peixe, Mais Verde, Carreadores)	Carência na gestão do capital humano: quantidade e qualidade.
Comercialização acima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE	Subutilização dos recursos tecnológicos
Projeto de captação de recursos externos	Desrespeito às hierarquias

Fonte: Plano Estratégico (2018-2028).

Figura 41 – Identificação das variáveis no ambiente que influenciam positivamente e negativamente no município de São José dos Quatro Marcos

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Novos investimentos e instalações de novas empresas	Sazonalidade do clima para a execução das manutenções viárias
Localização geográfica e logística	Atraso dos repasses dos recursos financeiros estaduais e federais
Ampliação do mercado consumidor externo	Precariedade das rodovias estaduais
Linhas de crédito a juros baixos para atualização e modernização institucional	Ineficiência dos sistemas de informação
Linhas de crédito a juros baixos para fomento empresarial	Descrédito empresarial
Coleta seletiva e tratamento de resíduo sólido	Falta de conservação do solo da bacia hidrográfica
Adesão ao Plano de Desenvolvimento Institucional Integrado	Monopólio industrial e comercial
Parcerias institucionais	Inadimplência dos impostos/tributos arrecadados pelos cidadãos
Celebração de novos convênios e reedição	Evasão dos proprietários e imóveis do município
Número elevado de pequenas propriedades	Vulnerabilidade de segurança devido proximidades da fronteira
Vocação natural para polo moveleiro	Ineficiência do controle das vulnerabilidades sociais pelo Estado
Representatividade política para emendas parlamentares	Instabilidade política devido à corrupção
Ampliação do turismo religioso/ambiental	Descasos dos representantes políticos da região
Convênios para construção de pontes de concreto defesa civil	Alta taxa tributária, ausência de outros meios de transportes modal

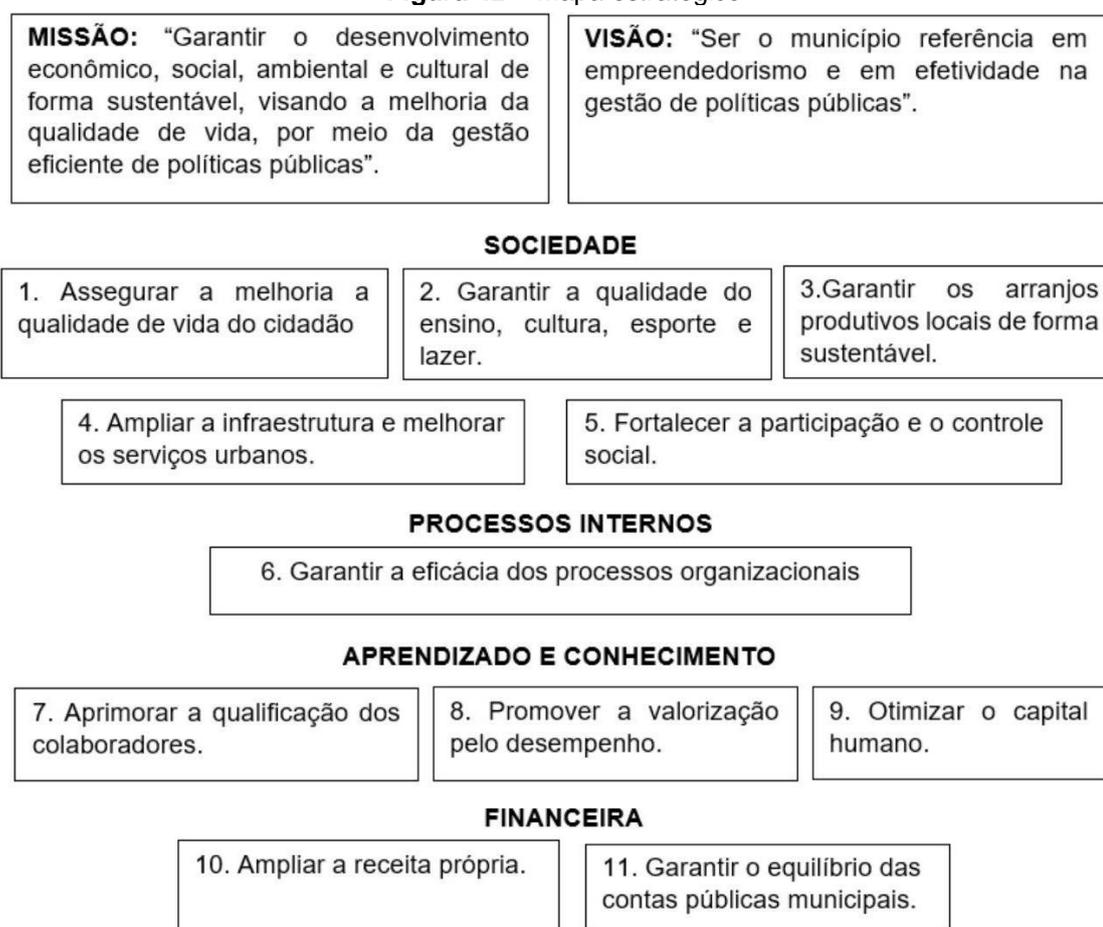
Fonte: Plano Estratégico (2018-2028).

Para que o plano estratégico dê certo foram priorizados 11 objetivos estratégicos, distribuídos em quatro perspectivas: Sociedade, Processos internos, Aprendizado e Conhecimento Financeiro. Na perspectiva da sociedade, os objetivos e metas se relacionam à melhoria da qualidade de vida da população; na perspectiva

de processos internos estão alinhados os objetivos de garantir a eficácia organizacional; na perspectiva financeira foi colocado ampliar a receita própria e garantir o equilíbrio das contas públicas municipais (PLANO ESTRATÉGICO, 2018 p. 33-34).

Para melhor evidenciar os anseios dos munícipes quatromarquenses e garantir a efetividade das políticas públicas, visando à melhoria da qualidade de vida da população, foi elaborado um mapa estratégico como se pode verificar na (Figura 34).

Figura 42 – Mapa estratégico



Fonte: Plano Estratégico 2018-2028.

Frente o exposto, Delgado e Leite (2011) discorrem:

A intenção dos programas é garantir que os processos de desenvolvimento envolvam múltiplas dimensões, cada qual contribuindo de uma determinada maneira para o conjunto do território em diferentes áreas, como a econômica, sociocultural, político-institucional e ambiental (p. 433).

Como resposta à pergunta “quais seriam os agentes responsáveis pelo desenvolvimento territorial?”, os pesquisados apontam, na sua grande maioria, o poder público como responsável e em seguida os demais integrantes da sociedade. Neste tocante, Delgado e Leite (2011) afirmam:

Assim, a análise dos obstáculos existentes para a articulação de políticas, instituições e a construção de estratégias de desenvolvimento, bem como das soluções encontradas para superá-los, pode ser explorada levando em conta três componentes: (a) os programas governamentais de distintas procedências; (b) as arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território; e (c) o empoderamento dos diversos atores e agências institucionais presentes nesses espaços e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e instituições, e seus reflexos no desenho de projetos estratégicos definidos numa escala que ultrapassa a dinâmica exclusivamente local (p. 431-232).

Relacionado a isto, vale ressaltar que o conceito de território é polissêmico e quando este assume a função de instrumento de gestão nos processos de elaboração de projetos, torna-se difícil entrar num consenso para o conceito. Entretanto, neste âmbito pode-se compreendê-lo em sua dimensão material e projetual, capaz de alavancar ou refrear as articulações entre administrações públicas, agentes econômicos, organizações sociais, setores intelectuais e profissionais, com o objetivo de transformar as realidades sociais (BULLOSA; PERES, 2020, p. 16).

Além do território ser um fator importante para o desenvolvimento de um município (ANJOS; CRIADO; CALDAS, 2013, p. 230), os aspectos geográficos podem ser considerados como instrumentos para o desenvolvimento territorial, principalmente quando se pensa na necessidade de constituir um sujeito coletivo em torno de um pensamento que indique a capacidade de articulação de vetores dinâmicos do território. Diante deste pressuposto, para saber se os aspectos físicos/naturais do município implicam no desenvolvimento de São José dos Quatro Marcos foram feitas três perguntas que se encontram no Quadro 7 abaixo.

Quadro 7 – Importância dos aspectos geográficos para o desenvolvimento territorial

Representante político	Do ponto de vista geográfico, que importância tem o desenvolvimento do município no contexto da região oeste?	Existe alguma característica relevante no município que dificulte o seu desenvolvimento?	Existe algum fator positivo que poderia impulsionar o desenvolvimento do município?
R/P 01	<p>Nós, hoje, geograficamente, nós estamos no centro dessa região que eles falam grande Cáceres... Nós pegamos aqui, que eu falo num raio de 180km, nós temos aí quase 20 municípios né, vamos colocar e Quatro Marcos é centralizado... Nós ficamos no centro e liga Quatro Marcos com o resto do Estado inteiro, facilitando não só trazer insumos para que a gente possa aumentar, como também mandar a nossa produção para todo estado.</p>	<p>O poder público, que infelizmente, eu vejo ainda que precisamos de administradores e não políticos de profissão.</p>	<p>A população, eu acredito que a população ela, aqui em Quatro Marcos se você pegar, comparar com o resto da região é uma das mais hospitaleiras, é a que mais ajuda todas as ações sociais, e sempre teve aberto para receber e produzir.</p>
R/P 02	<p>Eu diria que Quatro Marcos tem hoje um privilégio em relação à geografia, onde está localizado, então quer dizer, eu digo que as cidades hoje estão em torno de Quatro Marcos. Então, estamos aí, 20km da BR né? Então, assim, fácil acesso e as outras cidades, estamos cercados de outros municípios, ficando no centro, então vários municípios até mesmo vindo comprar, vêm fazer suas despesas aqui no município.</p>	<p>Talvez o que complica um pouco é a falta de potencial político, que a gente, eu digo assim, o potencial turístico natural, seria um dos fatores.</p>	<p>Nós temos bastante pequenas propriedades, então diria que seria a agricultura familiar.</p>
R/P 03	<p>Olha eu vejo Quatro Marcos como um</p>	<p>Não, nós não temos nenhum gargalo, que</p>	<p>De positivo nós temos umas das</p>

	<p>município numa situação geográfica muito privilegiada. Então, a gente está no centro de região, e isso como certeza tem um favorecimento.</p>	<p>prejudique, não tem nada assim relevante que seja fator de impedimento.</p>	<p>melhores terras, nós temos a indústria moveleira, a faculdade, temos um laticínio, acaba atendendo aqui a região e que poderia até quase que o dobro de produção da demanda de hoje, nós temos aí um setor voltado para indústria florestal, da madeira da Teca, então assim você tem muito mais pontos positivos do que negativos.</p>
R/P04	<p>Hoje o nosso município, ele tá centralizado no meio de todas as cidades pequenas, e onde pode-se fazer parceria através de consórcios, devido o município estar centralizado no meio de todas essas cidades. Então, o nosso município é muito bom, terras boas, é uma área muito grande, que pode tudo ser centralizado aqui.</p>	<p>O clima mudou muito, o clima daqui hoje não comporta a produção, se não for irrigado não vai, o clima hoje mudou demais, ele atrapalha a economia do pequeno produtor.</p>	<p>A pecuária.</p>
R/P 05	<p>Então, eu percebo que Quatro Marcos tem uma localização assim, estratégica aqui né? Que fica praticamente no meio entre Cáceres e Jauru.</p>	<p>Pontos negativos, de repente uma necessidade de uma maior união de prefeito, vereadores, para cobrar o governador do estado para atrair empresas para o nosso município de Quatro Marcos, de princípio é isso, não de negativo mais uma carência.</p>	<p>Ponto positivo que eu vejo, e assim, eu percebo que nossa cidade é composta por munícipes bons trabalhadores, bem-intencionados, possuem profissões, na área de frigorífico mesmo, é considerada Quatro Marcos como uma cidade que possui mão de obra qualificada.</p>
R/P 06	<p>Geograficamente Quatro Marcos está no</p>	<p>A falta de atrativos turísticos.</p>	<p>Positivo, a sua localização</p>

	centro da nossa região e estrategicamente localizado em questão de fluxos é de escoamento de mercadorias e logística de transporte, porque vários municípios para chegarem à capital tem que passar pela gente.		estratégica, porque pra chegar em vários municípios tem que passar dentro de Quatro Marcos.
R/P 07	Estar no centro da microrregião Jauru.	Não.	O povo de Quatro Marcos e a vontade trabalhadora que a população tem, o município é formado por pessoas ordeira e que gostam de trabalhar se tiverem oportunidade.
R/P 08	Do ponto de vista geográfico vejo que Quatro Marcos é privilegiado. Por que privilegiado? Nós estamos no centro de tudo, todo mundo tem que passar por aqui, pra ir para Araputanga tem que passar por aqui, para Mirassol, pega a Br. Então, assim, nós somos privilegiados, eu sempre falo que o gestor que entrar na prefeitura e tiver uma visão ampla para o desenvolvimento vai aproveitar essas oportunidades. Quatro Marcos pode ser um polo educacional como já é, Quatro Marcos pode ser um polo regional de saúde como nós estamos pleiteando para que seja; Quatro Marcos pode ser um polo para diversas atividades, porque nós somos o centro que interliga todos os	Não eu não enxergo alguma característica que dificulte não, eu vejo que nós temos mais fatores favoráveis e não vejo nada desfavorável não.	Então a localização ela é primordial e nós temos tudo pra ser a galinha dos ovos de ouro da região oeste, porque só de você estar num local que é favorecido por essa localização nós temos tudo para atrair novos olhares para cá, só precisa ter uma visão ampla. Eu vejo assim que o poder público ele é muito passivo e dificultoso ao mesmo tempo de projetos de leis de desenvolvimento de leis e não depende somente de uma pessoa, é uma cadeia que tem que se desenvolver, se não trabalhar com esse espírito não consegue desenvolver a região.

	<p>municípios da região oeste, então nós temos tudo para desenvolver da melhor maneira possível, só tem que ter uma visão mais ampla e depende de inúmeras pessoas para que essa visão aconteça.</p>		
R/P 09	<p>Tem uma importância muito grande né? Geograficamente é primordial.</p>	<p>Então, o que eu vejo mesmo é a falta de emprego, nós estamos no meio de dois municípios que têm mais geradores de renda, mais emprego, Mirassol e Araputanga. Então, assim, esse fato de o município ter perdido uma empresa que empregava mais de 1000 pessoas, já quando alguém quer investir geralmente, parece que tem mais vantagem, mais visão para Mirassol, ou Araputanga.</p>	<p>Então, o ponto positivo é que nós temos alguns empresários que buscam, donos de mercado que buscam pessoas das fazendas aos redores, por exemplo do Porto Esperidião, de Glória do Oeste, que são municípios menores e, aí, assim, como alguns não investem aqui, vão investir fora, ele também, não investem lá.</p>
R/P 10	<p>Quatro Marcos é o coração da região Oeste, porque nós temos dois polos estruturantes que não se fundem aqui, que é a grande Cáceres. Se for olhar no contexto da divisão territorial, seria todos os 22 municípios, mas a grande Cáceres, no meu dizer, aqui seria a cidade de Cáceres como um polo e Lacerda outro polo que concorrem entre si, por estrutura por tudo e no meio desses dois eixos nós temos os outros municípios...Quatro Marcos sempre aqui porque, geograficamente</p>	<p>E não vejo em termos geográficos, não que dificulte, não porque se nós olharmos para o relevo, Quatro Marcos, o relevo predominante é ondulado suave. Se você for pensar como característica agrária, ele é praticamente 90% de sua área que é passível de utilização agrária, ela é mecanizável, ou seja o maquinário entra para trabalhar, e também ela dá mobilidade. Nós não temos áreas que nós não conseguimos adentrar. Diferentemente do Pantanal, nós temos essa aptidão aqui que</p>	

	falando, ele está mais centralizado e com uma estrutura própria pra atender os outros.	nos favorece, então eu não vejo, geograficamente falando, desvantagens que desabone aqui não.	
R/P 11	Muito importante nosso município, nosso município é uma região centralizada, aqui a gente tem acesso às principais cidades da região.	Acho que o dificulta o nosso desenvolvimento é classe política, os prefeitos que são eleitos, os vereadores que são eleitos, quando você tem uma proposta boa falta todo mundo engajar nela.	É a nossa região, é um local centralizado, porém, falta um engajamento político e da própria população
R/P12	Nós estamos bem ao centro. Então, aqui, por exemplo, nós somos um elo de ligação com todos os municípios. Então, isso é um fator positivo. Porém, falta ser explorado essa boa localização geográfica, então isso é uma questão a ser trabalhada.	Acho que não.	Eu acho que essa centralização geográfica que é preponderante para ir e vir ao nosso município é questão de 15 a 20 min né? Então, essa é uma característica positiva, além disso, o que a gente tem levado de informações é a hospitalidade da nossa população, a tranquilidade que o nosso município tem, com algumas exceções. Então, são alguns fatores que poderiam contribuir para o nosso desenvolvimento.
R/P13	Hoje a região oeste é composta por 12 municípios, incluindo nós e mais 11 municípios. Então, eu acredito que nós temos um grande número geográfico, inclusive de habitantes somando-se né? Só que eu vejo que hoje nós temos	Eu acho que existe sim, claro que a gente vive numa democracia, que cada um tem direito de expressar sua opinião, só que eu acho que nós deveríamos pensar em um todo, deixar o individualismo, e sempre agregar.	Olha eu acredito que tenha sim vários pontos positivos, agora depende dos nossos governantes das nossas autoridades.

	condições de brigar por algo, só que quando acontece de termos a oportunidade, cada um olha muito a individualmente pra si, então não há essa junção de região.		
--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Do ponto de vista geográfico, todos os representantes políticos citaram a localização de São José dos Quatro Marcos como de grande importância para o desenvolvimento da região oeste do Estado. O município, como exposto, se localiza na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, a região apresenta um relevo marcado pela Depressão do Alto Paraguai, Calha Rio Jauru, sendo variável, ocorrendo tanto na forma de colinas suaves, com presença de matações nos topos das colinas, como também relevos mais dissecados com desníveis maiores. No município predomina os solos argilo arenosos, de coloração vermelho escuro, que possuem espessuras variadas; o solo do município é composto por alguns tipos com predominância do Latossolo Vermelho-Escuro Eutrófico, Podzólico Vermelho Escuro Eutrófico e Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico (PMS, 2014, p. 22).

A centralidade do município colocada pelos entrevistados dentro da chamada grande região de Cáceres, assim como dentro da Microrregião Jauru, de acordo com eles, facilita o fluxo de escoamento de mercadorias, pessoas e transportes, apresentando uma logística positiva dentro do Estado de Mato Grosso, que contribui para o estabelecimento de parcerias com vários municípios, o que possibilita o seu desenvolvimento territorial.

Sobre a questão da centralidade geográfica colocada pelos entrevistados, é válido dizer que “as dinâmicas dos espaços urbanos se expressam por diferentes níveis de centralidade e, por esta razão, extrapolam a escala intraurbana redefinindo as redes regionais” (PEREIRA; FRANÇA; SILVA, 2015, p. 43). Diante disto, verifica-se a importância de uma cidade ou município na atualidade levando-se em consideração a sua centralidade dentro de uma economia capitalista. Desta maneira, o município em tela, assim como outros, denota na sua organização socioespacial a lógica capitalista, produzindo e reproduzindo espaços hierarquizados, deixando

evidente a desigualdade de bens, serviços e grupos sociais (PEREIRA; FRANÇA; SILVA, 2015, p. 44).

Assim, compreender uma localidade e sua organização que se apresenta ao mesmo tempo fragmentada e articulada é um desafio, sendo necessário para o seu desenvolvimento especializações sociais, adensamento de determinados elementos, realocação de atividades produtivas e novas estratégias urbanas e rurais. É necessário também considerar as diferentes temporalidades e espacialidades, e os interesses políticos, sociais e econômicos dos atores locais e regionais, num determinado momento histórico. Assim, vale destacar que a centralidade exercida por uma cidade ou município não é definitiva, ou seja, não vai perdurar indefinidamente, haja vista as transformações cada vez mais rápidas que se dão em tempos de globalização. Os espaços urbanos, rurais, o território em si, se modificam no decorrer do tempo em decorrência de fatores internos ou externos. Assim, verifica-se ao longo da história vários casos em que certas localidades perderam sua importância, e tantos outros onde novas dinâmicas econômicas e/ou sociais surgiram (PEREIRA; FRANÇA; SILVA, 2015, p. 44-45).

A respeito de características relevantes do município que possam dificultar o seu desenvolvimento, foram indicados pelos entrevistados a falta de políticos atuantes, a falta de atrativos turísticos e a dificuldade de empregabilidade. Quanto à questão política voltada para o desenvolvimento territorial, apontada pelos pesquisados, Silva (2013, p. 15-23) salienta que as ações governamentais sempre estiveram presentes no planejamento estatal, de maneira a promover um equilíbrio regional e uma diminuição nas desigualdades históricas que caracterizam o território brasileiro. O autor pondera que ocorre uma mudança ao passar do tempo no tocante aos instrumentos operacionais de planejamento, que passa a ser descentralizado da União. Todavia, a falta de mecanismos de coordenação política e planejamento da ação governamental faz com que aconteçam ações fragmentadas, com poucos resultados em relação à modernização do aparelho estatal burocrático brasileiro, o que não exime a classe política local de buscar alternativas para que o desenvolvimento ocorra em todos os âmbitos, inclusive o que se refere ao turismo.

Tendo em mente que o progresso do desenvolvimento territorial de uma localidade depende de iniciativas tomadas com exatidão, pois, este combina descentralização com o desenvolvimento endógeno, viabilizando um desenvolvimento

local baseado na participação da sociedade civil, a atividade turística – aqui elencada pelos entrevistados como deficitária – pode contribuir com o desenvolvimento de uma localidade. Para isto, porém, fundamental é a existência de uma rede de atores que trabalhem para a valorização dos atributos da localidade, pois, o território pode dimensionar os laços entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem provocar iniciativas voltadas para o desenvolvimento. Este desenvolvimento pode ser alavancado pelo turismo, utilizando recursos produtivos de base local, proporcionando um efetivo grau de endogenização (PEIXE, 2010, p. 1-2).

Corroborando com esta ideia de endogenização do turismo, São José dos Quatro Marcos, segundo Bordin (2020, p. 45), apresenta-se como um município que oferece cenário propício para o desenvolvimento do Turismo Cultural Religioso, tendo em vista que (neste município) a busca espiritual e prática religiosa já alcançam pessoas de outros municípios, muitos vêm em caravanas por causa de eventos como Folia de Reis, Encontro de Música Gospel, Romaria de Nossa Senhora da Aparecida, Deus Proverá, Festival de São José ou do Padroeiro, Cerco de Jericó, Estância do Carmelo, Cavalgada de São José, Jornada da Juventude e Congressos evangélicos².

Com relação à existência de aspectos positivos para o desenvolvimento de São José dos Quatro Marcos foram apontados a receptividade, hospitalidade e solidariedade da população quatromarquense; o solo de boa qualidade para a produção agrícola; o fato de a população ser trabalhadora; a mão de obra qualificada para indústria frigorífica; a tranquilidade do local e sua localização geográfica.

² Festa de Reis: Festa também conhecida popularmente como Reisado, dependendo da tradição de cada lugar, possui uma variedade de símbolos, elementos e rituais que têm sua gênese num campo mítico, divino e folclórico. A manifestação cultural da Folia de Reis tem sua origem em experiências decorrentes da transmissão de valores, costumes e crenças por gerações.

Encontro da música gospel: Contempla os artistas oriundos destas manifestações religiosas e foi criado pela lei municipal 1398/2011. O evento conta com a participação de evangélicos e católicos que comparecem à praça Bandeirantes para prestigiar os artistas.

Romaria de Nossa Senhora Aparecida: Romaria realizada todo dia 12 de outubro. A romaria que vai da comunidade rural Barreirão até o município de Mirassol D' Oeste foi iniciada em 1992 por cinco moradores da comunidade e ganhou dimensão e adeptos fiéis de toda a região.

Festival de São José ou Padroeiro: Festa realizada na semana do primeiro de maio, Dia do Trabalhador, com comidas típicas, leilões e shows musicais com artistas católicos de renome.

Deus Proverá: Retiro de Carnaval.

Cerco de Jericó: O Cerco de Jericó consiste num incessante "assalto" de rosários, durante 7 dias e 6 noites, rezados diante do SANTÍSSIMO SACRAMENTO exposto, baseado na narrativa do livro bíblico de Josué, capítulo 06.

Cavalgada de São José: Homenagem ao padroeiro da cidade no qual os fiéis de Santa Fé D' Oeste se direcionam para a cidade de São José dos Quatros Marcos.

Jornada da Juventude: Evento religioso com duração de cerca de uma semana, promovido pela igreja católica para os jovens e com os jovens.

Com relação ao solo, Pereira (2016) disserta que ter ciência do potencial do solo de um determinado território constitui-se em um fator essencial para subsidiar políticas de planejamento e desenvolvimento territorial dentro da ótica de sustentabilidade. Conforme o pesquisador, a partir do conhecimento da capacidade do solo, pode ser desenvolvido não somente um planejamento de uso e ocupação do solo, mas também instruções de como utilizá-lo de maneira a conservá-lo, evitando impactos ambientais e socioeconômicos e degradação.

A última questão direcionada aos representantes políticos do município foi relacionada à visão que eles têm sob a perspectiva de futuro de São José dos Quatro Marcos e sobre falas de motivação para que pessoas permaneçam ou venham para o local.

Quadro 8 – Perspectivas de construção de futuro

Representante político	De que modo você diria a um cidadão (local ou mesmo de fora) que ele poderia constituir uma perspectiva de vida e futuro em São José dos Quatro Marcos?
R/P 01	Nós temos água, nós temos energia, nós temos terras férteis para que isso possa acontecer, e nós temos uma logística para falar, assim, que dentro do Estado de Mato Grosso poucos municípios têm.
R/P 02	Eu diria, assim, até pelo local, a regionalização nossa, local mesmo geográfico é um dos fatores, o sistema da nossa cultura, a forma que o nosso povo acolhe também, nosso povo é muito acolhedor, eu diria que seria nesse sentido.
R/P 03	Que aqui tem muitas qualidades dentro da região, ele poderia estar focando nisso e desenvolver uma atividade aqui, que ele poderia ter sucesso, então existem, assim, boas oportunidades, então basta acreditar e se estabelecer.
R/P 04	Eu diria pra ele que é uma das melhores cidades aqui da região. E pra ele acreditar no município. Eu já falei isso pra um cidadão e ele tá indo, devagarzinho ele tá subindo, montando uma pequena cervejaria. Eu falo que é uma das melhores cidades para se investir hoje, uma cidade boa, tem custo de vida que não é alto. Muitas pessoas saem daqui, mas o custo de vida lá é alto, e muitas vezes eles voltam.

R/P 05	Então, o que eu posso dizer é que a gente está atravessando um momento difícil, não só no município de Quatro Marcos, mas em todo o país, é praticamente impossível só em alguns casos que o município esteja tão bem com um país tão deriva como estamos. Então, o que eu poderia dizer é que a população continue firme, confiante, né? Que pra quem confia em Deus continue sempre acreditando e pedindo e somando forças para que no tempo mais breve possível a gente venha conseguir esse objetivo.
R/P 06	Eu faço isso com frequência pela tentativa de fazer com que pessoas venham prestar concurso aqui. Pela distância da capital do estado, que nós estamos apenas 300km, dá pra ir e voltar da capital no mesmo dia com tranquilidade, apesar de um pequeno trecho que é Quatro Marcos no Cacho ser ruim a estrada, mas do Cacho a Cuiabá a estrada é boa, é uma rota de fácil percurso, e coloco por ser muito próxima de um número bem grande de municípios, mais ou menos mais de 10 municípios estão a menos de 50km da gente. Então, se uma empresa de vendas de produtos quiser se instalar aqui, ela vai ter uma grande perspectiva de comércio do seu produto, a matéria-prima farta porque nós temos madeira com fatura aqui, e nós temos também, vamos supor tudo que é derivado do gado, não só de gado, mas suína; piscicultura também é um caminho, e que isso está vinculado à agricultura familiar, que tem projetos antigos que se iniciaram aqui sobre piscicultura e só não tiveram continuidade, mas já existiu políticas voltadas para piscicultura, e tem ainda muito campo pra ser explorado nessa área; e a questão do artesanato não só para questão religiosa mas pra questão diversas da cultura local, mais nessas áreas.
R/P 07	Eu diria pra eles não perderem a esperança e ficarem firmes nesta localidade, porque as dificuldades não está só aqui, está nos outros locais também. Então, é importante manter firme com fé em Deus que vai melhorar e que essa melhoria vem com ajuda de todos.
R/P 08	Eu falo que Quatro Marcos hoje começou a caminhar com as próprias pernas, o prefeito municipal fez um trabalho para que se dê continuidade ao trabalho, não só de projetos de leis que possam beneficiar essa nova geração de emprego e renda, mas também para quem já está aqui, nós estamos trabalhando para que você ou qualquer outra pessoa possa abrir uma empresa dentro de São José dos Quatro Marcos e essa empresa ser próspera temos diversos fatores não só na agricultura, mas na educação, e a agricultura contribui diretamente para isso e que o cartão postal do nosso município são os nossos agricultores.
R/P 09	Eu diria para a pessoa tentar se capacitar naquilo que ela tem um dom ou gosta de fazer porque, assim quando você já tem uma habilidade, então você faz uma capacitação aquilo vai te aperfeiçoar e te dar condições de realizar alguma coisa.

R/P 10	Eu acho muito fácil vender Quatro Marcos, eu estou falando da imagem, embora falte algumas coisas, sobram muitas coisas. Então, eu penso assim seria fácil a gente vender Quatro Marcos, falando que nós temos as melhores Terras do Estado, nós temos uma riqueza aí, nós temos uma mão de obra qualificada.
R/P 11	Então, eu sempre luto por Quatro Marcos, mas a forma mais correta é durante as eleições ver naquele gestor condições para que ele possa fazer uma gestão voltada para isso. Eu falo que a gente tem que tentar escolher melhor.
R/P 12	São vários fatores. Nosso município, podemos dizer, que é o melhor lugar para residir, no sentido de ter o companheirismo da população, uma população ordeira, humilde, trabalhadora, é um município que não tem violência explícita, nós estamos sendo bem cuidados pela polícia civil, militar. Nosso município, ele tem uma localização privilegiada na nossa região, não tem grandes locais para turismo, mas aqueles que gostam de pesca aqui é um local apropriado para isso, a gente encontra grandes pesqueiros de rios, e essa é uma atividade que também a população está pegando gosto, muitas pessoas estão construindo nas proximidades dos rios e é um município que traz algumas qualidades, tem aí uma gama na esfera religiosa, nós estamos nos tornando um centro religioso, quando por exemplo todos os demais municípios realizam atividades de carnaval, o nosso município, todas as igrejas realizam atividades, no sentido contrário, de estudo bíblico, de festa religiosa. Então, isso nenhum outro município tem feito. Nós temos também uma característica importante, na área da educação, todas as nossas escolas, sendo elas públicas, privadas, municipais ou estaduais ou superiores, nós temos na nossa região uma imagem positiva, inclusive nós temos alunos que vêm de outros municípios para a escola particular; nós temos na rede pública municipal e estadual, valores importantes do IDEB. Então, temos essa prerrogativa de ter uma educação de qualidade em todos os segmentos. Então, isso é primordial para o desenvolvimento de qualquer família. Então, vejo como um potencial o nicho educacional, um potencial geográfico e acima de tudo um potencial de pessoas queridas, de pessoas que são companheiras, parceiras e pessoas de bem. Então, seriam esses os pontos positivos.
R/P 13	Eu aprendi a amar a cidade que a gente mora, porque é daqui que a gente tira o nosso sustento, é aqui que nós criamos nossos filhos. O que eu diria é que a gente precisa de união.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as falas dos representantes políticos sobre como eles fariam uma propaganda positiva para que os cidadãos que moram no município não saiam de lá, e para atrair outras pessoas para São José dos Quatro Marcos, eles relataram que indicariam aos cidadãos os pontos positivos que o local oferece, como as

características naturais, água e solo fértil, logística, localização privilegiada, povo acolhedor e pacífico, matéria-prima (Teca) e educação de qualidade.

No que se refere às características naturais do município, principalmente no que tange à água e ao solo fértil, é preciso ter em mente que estes bens comuns naturais, se não bem cuidados, são passíveis de se tornarem problema ambiental, é um empecilho para o desenvolvimento territorial. A água é um recurso natural primordial para a existência humana, além de ser essencial para a saúde, economia e bem-estar social, a água tem fundamental importância para a manutenção da vida no planeta, a presença ou a falta de água define a ocupação de territórios e prescreve o futuro de gerações (BACCI; PATACA, 2008, p. 211).

Bacci e Pataca (2008, p. 211) apontam que em nossa atual sociedade, a água não é mais somente vista como um bem natural inerente a toda a humanidade e demais espécies. Deste modo, este bem natural passa a ser um recurso hídrico utilizado de forma indiscriminada, sem se avaliar as possíveis consequências ambientais. De acordo com as pesquisadoras, o uso da água de uma forma inconsequente tem gerado uma crise socioambiental profunda neste século; crise proveniente de vários fatores como os sociais, econômicos, culturais, tecnológicos e ambientais, manifestados no aumento da pobreza, na falta de saneamento básico, na poluição de rios e aquíferos e na derrubada de matas, na expansão agropecuária, na urbanização e industrialização, na ocupação das áreas de mananciais, na má gestão dos recursos hídricos disponíveis (BACCI; PATACA, 2008, p. 211-212). Acrescida a um aumento populacional a nível mundial, a escassez da água piora em regiões do planeta, desencadeada principalmente por ações antrópicas associadas à ocupação do solo, à poluição e contaminação dos corpos de águas superficiais e subterrâneas. Neste sentido, é plausível afirmar que nos dias atuais nos defrontamos com uma situação na qual estamos ameaçados por esta crise.

Em São José dos Quatro Marcos, conforme Vieira (2018, p. 16), ocorrem impactos ambientais resultantes da inadequada utilização dos solos. Estes impactos têm influenciado na qualidade da água captada e no funcionamento do sistema de abastecimento de água potável do município em tela. Sabendo-se que na natureza tudo é interligado, o desmatamento e a prática de queimadas para a construção do espaço urbano do município, bem como as atividades agropecuárias, provocaram impactos ambientais profundos no solo e conseqüentemente na água. Prova disto é

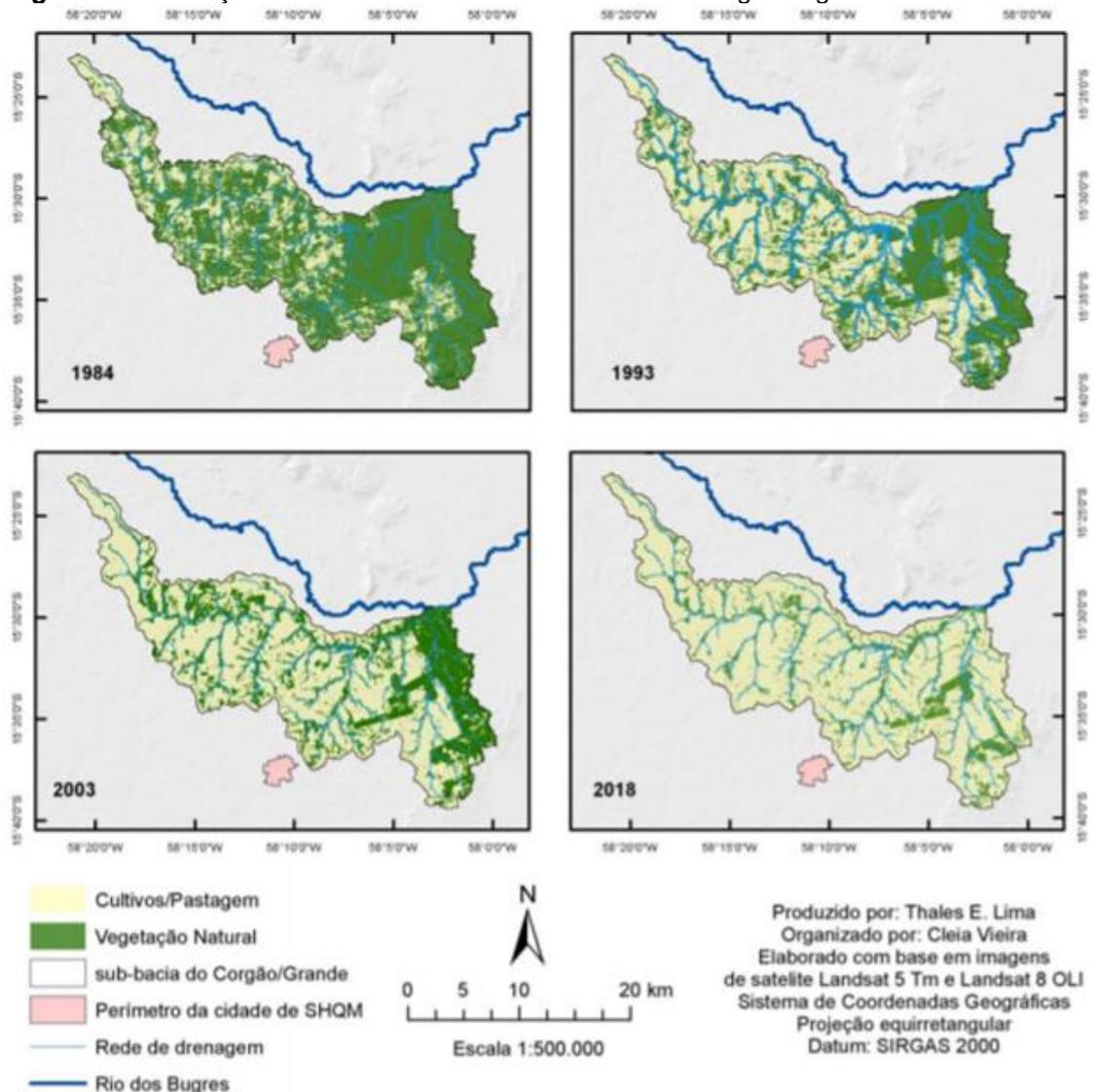
que a captação da água que era feita no córrego Manuel Paulino (Figura 43) foi inativada por motivo de diminuição de sua vazão, decorrente da retirada de mata ciliar, assoreamento e o represamento, feito pelo frigorífico durante sua vigência. Hoje o município é abastecido pela água proveniente do córrego Corgão (Figura 44), no qual também vem ocorrendo impactos ambientais que têm se aprofundado desde a década de 1980.

Figura 43 – Córrego Manuel Paulino na atualidade



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 44 – Evolução do desmatamento na sub-bacia do córrego Corgão entre 1984 e 2018



Fonte: Vieira (2019).

Diante do que foi exposto sobre a questão da água, é necessária uma mudança no que se relaciona ao apontamento dos representantes políticos sobre a água ser um fator positivo para atrair e manter pessoas no município, em especial o cuidado com nascentes e córregos, bem como com as fontes de captação de água para abastecimento urbano, porque a cada dia a água que é proveniente do rio Corgão vem diminuindo devido à retirada das matas ciliares e o período de seca que tem se estendido a cada ano. Portanto, observa-se a necessidade de uma ação rápida de recuperação e restauração ecológica, de modo a que a cidade não passe problemas graves de abastecimento que podem afetar a vida dos habitantes locais e a própria economia.

Quanto ao solo, citado pelos entrevistados, assim como a água, ele precisa ser utilizado com cautela, já que este não é somente importante para a agricultura e pecuária, mas também é fundamental para os ecossistemas, reservatório de água, espaço para atividades humanas, conservação dos ciclos biológicos, geológicos, e desenvolvimento econômico. Assim sendo, sua degradação pode estar intimamente relacionada com a poluição dos recursos hídricos, perda da biodiversidade, redução da qualidade de vida da população, entre tantos outros (CARVALHO; BARCELLOS, 2017, p. 40).

No que concerne à população ser acolhedora e pacífica, característica apontada pelos entrevistados como sendo um ponto que pode contribuir para que as pessoas fiquem no município ou migrem, levanta-se a questão: o que é ser um povo acolhedor e pacífico?

Scheyerl e Siqueira (2008, p. 388) expõem em síntese a tipologia do perfil do povo brasileiro no decorrer dos séculos na visão dos estrangeiros, deixando em aberto o século XXI. A priori o brasileiro no século XVI era visto como bárbaro e selvagem; no século XVII passou a ser visto como grosseiro e exótico; já no século séc. XVIII era visto como triste e ao mesmo tempo alegre; no século XIX preguiçoso e vítima dos trópicos, adota-se assim uma visão determinista; chega o século XX e o brasileiro passa a ser visto como malandro e cordial.

De acordo com Scheyerl e Siqueira (2008, p. 376), um povo não se diferencia dos outros somente por suas singularidades de costumes, língua e instituições, mas também pelo seu temperamento ou caráter coletivo. É comum ouvir falar que o povo brasileiro, por exemplo, é um povo cordial, gentil, acolhedor e pacífico. Entretanto, é relevante lembrar que o processo de formação do povo brasileiro se deu por meio de uma confluência sociocultural e de mestiçagem de povos indígenas, africanos e povos europeus. Muitas destas relações foram violentas e conflitivas, de ordem étnica, religiosa, social, econômica, e acabam com a concepção que se vincula ao povo brasileiro de ser pacífico.

Para Pacífico e Marcelino (2009, p. 243), a sociedade brasileira é resultante das relações entre os povos nativos e imigrantes durante o período de colonização portuguesa, o que culminou em uma sociedade conservadora, patriarcal e familista, marcada pelo valor dado às aparências mais do que ao bem comum, ou ainda, valor maior dado ao bem privado do que ao bem público. Neste tocante, fica explícito que

a ideia de que o povo brasileiro é acolhedor cai por terra, tendo em vista que o significado de acolhedor vai muito além da cordialidade.

O ato de acolher se dá ao receber alguém de braços abertos, agasalhar, aceitar, significa receber as pessoas com equidade, que possuem identidade pessoal e histórica, acolher uma pessoa significa recebê-la sem críticas, julgamentos ou comparações. Tal postura não é fácil porque a nossa cultura nos moldou para não agirmos assim, visualizamos na maioria das vezes as limitações das pessoas (VARELLA; SPAKI, 2020, p. 107).

Deste modo, cabe um estudo mais profundo sobre a questão de o povo quatuorquense ser acolhedor e pacífico e o estudo manifesta esta lacuna. Quanto à questão da educação do município, será abordada em outro capítulo desta pesquisa. Até aqui abordou-se os problemas e as perspectivas de desenvolvimento do município, de acordo com seus representantes políticos. A seguir veremos o que os demais representantes da sociedade local discorrem sobre o tema.

4.2 O PENSAMENTO E AS PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE LOCAL

Um dos princípios da democracia é a participação da população, sem ela não é possível validar na realidade a equidade, a liberdade, a diversidade e solidariedade, princípios que fazem parte da história da humanidade. A participação popular é um dos direitos de todos os cidadãos brasileiros, direitos e deveres civis, políticos e sociais devem ser interdependentes, e o exercer os deveres se constitui na busca pela conscientização dos direitos, fazendo-se meio de colocá-los em prática. A participação popular no desenvolvimento de um município se dá a partir de uma gestão democrática, na qual há a participação da comunidade em debates, audiências, consultas públicas, projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, entre outras ações, que visam o interesse da coletividade e a busca de melhorias se torna fundamental para um desenvolvimento (SILVA, 2014).

Consonante a este ponto de vista, ao se pesquisar sobre o desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos torna-se primordial analisar a visão de representantes da comunidade local, além dos representantes políticos. Sendo assim, neste capítulo nos ateremos às respostas dadas por estes para as mesmas questões que foram aplicadas aos representantes políticos.

Quadro 9 – Desenvolvimento Territorial do município na atualidade

Representante da comunidade	Como você avalia a questão do desenvolvimento territorial no município de São José dos Quatro Marcos?
R/C 01	O município hoje se encontra meio parado na questão do desenvolvimento, principalmente após o fechamento do frigorífico, que a gente viu assim uma queda no comércio, um êxodo de pessoas indo pra outros lugares porque a cidade não tem emprego. É o laticínio que também está numa situação complicada, segundo eles devido à falta de matéria-prima da produção de leite, porque os agricultores com o valor do leite estão muito baixos, o valor que é pago no litro de leite não compensa. Então, o laticínio que é a indústria no município também está passando por dificuldades. Então, assim nesse momento o desenvolvimento ao invés de estar acontecendo está na verdade retrocedendo.
R/C 02	A gente pode olhar o desenvolvimento de vários ângulos né. Você pode olhar o desenvolvimento em termos de infraestrutura, asfalto, rede de esgoto, rede de água ou pode ser o desenvolvimento como o IDH. Eu avalio como precário.
R/C 03	Bom, economicamente eu tenho notado que nós estamos estagnados, a gente não tem, principalmente pro público jovem, não tem perspectiva de trabalho e não vislumbro nenhuma possibilidade que venha isso a um curto prazo. Pode até ser que com as políticas públicas isso venha a acontecer, mas a longo prazo, mas a curto prazo eu não vejo nenhuma perspectiva de melhoria econômica no nosso município.
R/C 04	Eu acho que está devagar. Na verdade, eu acho que precisa fazer um estudo, não é nem em questão de orçamento. Eles precisam sentar e estudar coisas simples que vão ser feito, que pode ajudar no desenvolvimento da cidade, de uma forma geral, então nesse momento eu avalio como precário.
R/C 05	Olha, há uns dez anos atrás a gente poderia dizer que estava com um desenvolvimento crescente, estava com atividade industrial, frigorífico, laticínio, o comércio, aqui dentro da cidade estava numa fase de desenvolvimento crescente. Agora atualmente, eu particularmente não vejo desenvolvimento nenhum [...]
R/C 06	Quatro Marcos pelo o que a gente vem acompanhando alguns anos com o fechamento do frigorífico trouxe alguns prejuízos para a cidade, algumas pessoas foram embora, aqueles que ficaram aqui muitos perderam seus empregos e ficaram muito tempo desempregado, por isso tiveram que mudar o emprego, a forma que trabalhavam e isso desestimulou demais a cidade e o desenvolvimento nosso ficou estagnado. Nossa cidade ainda teve algumas lideranças públicas que não foram muitos boas durante os últimos 12 anos, ai nós tivemos problemas com os últimos gestores que não trouxeram desenvolvimento econômico demográfico nem pra cidade, a gente pode observar aí nos últimos sensos que Quatro Marcos.

R/C 07	[...] péssimo o desenvolvimento de Quatro Marcos e com a pandemia essa situação só veio piorar porque, por exemplo, o produtor rural, produzir ele sabe o problema do produtor nosso é vender e aí dificulta porque Quatro Marcos não tem o consumo para consumir as mercadorias que o produtor produz.
--------	---

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as respostas dadas sobre o desenvolvimento do município em foco, os entrevistados representantes da comunidade local apontam que o desenvolvimento do município de São José dos Quatros Marcos se encontra parado, estagnado, retrocedendo, péssimo, fato este que não se diferencia das respostas dadas pelos entrevistados representantes políticos.

As respostas vão de encontro com a ideia mais comum de que o desenvolvimento está somente vinculado à questão econômica, ou seja, para haver um desenvolvimento é necessário atividades que gerem e permitam que ocorra uma circulação de capital e para isso é substancial a existência de indústrias.

Oliveira (2002, p. 37) ressalta que a busca desmedida pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico faz com que ocorra uma concentração de esforços voltados para a promoção do crescimento do (PIB), deixando desta forma a qualidade de vida em segundo plano.

O desenvolvimento econômico e a existência de indústrias são pontos importantes para o desenvolvimento territorial de um município, estado, região e país. Mas, assim como a Geografia é uma ciência que permeia diferentes campos do saber como as questões humanas, sociais, políticas, ambientais, e físicas, o desenvolvimento também envolve questões econômicas, humanas, sociais, física e territorial. Batista (2019, s/p) e Pires (2019) discorrem:

O desenvolvimento é um processo de transformação estrutural da sociedade que não pode ser confundido pelas políticas macroeconômicas, que visam ajustar a dinâmica econômica às flutuações de curto prazo. As políticas econômicas podem ajudar ou retardar processos que levem a transformações estruturais da economia, se caracterizando, portanto, como condições necessárias, mas não suficientes para promover o desenvolvimento. (PIRES, 2019, p. 58).

Na perspectiva de Pires (2019, p. 59), não basta somente recursos econômicos e atuação política para que ocorra um desenvolvimento em todos os sentidos. O autor discorre que é preciso um estudo da espacialidade do desenvolvimento considerando as riquezas naturais e artificiais das diferentes regiões e territórios, incluindo o meio

rural e o processo de urbanização. Desta maneira, se torna crucial uma abordagem combinada da geografia com a economia, em consonância com as ciências sociais, a fim de propiciar a identificação das necessidades humanas em escala regional e territorial, averiguando as causalidades, finalidades, conflitos e o papel das instituições culturais, políticas e econômicas que influenciem o desenvolvimento.

Corroborando com a busca de recursos econômicos e serviço do sistema capitalista, a maior parte das campanhas de marketing influenciam a população de determinado lugar a considerarem os projetos de desenvolvimento como uma oportunidade de ganharem dinheiro para seu sustento, entretanto, os mesmos não vislumbram que este possível desenvolvimento se dará por meio da depredação dos patrimônios naturais existentes. Isto decorre do fato de que tais populações creem que o “desenvolvimento” tão proferido por governantes propiciará mudanças esperadas que resultarão em melhorias de suas condições sociais e econômicas (SILVA, 2016, p. 172).

Segundo Bresser-Pereira (2006, p. 03), existe um grande número de casos de desenvolvimento econômico no qual houve um crescimento de renda per capita, de produtividade, salários e padrão de vida da população, todavia, com este desenvolvimento econômico ocorreu também um aumento da concentração de renda e destruição dos recursos naturais.

Pires (2019, p. 58) descreve que um país tem o seu desenvolvimento condicionado por estruturas internas que interferem na maneira em que cada sociedade, em determinados momentos históricos, se organiza de acordo com três questões fundamentais: questão federativa, democrática e a socioeconômica. A importância de cada uma destas questões é definida pela correlação de forças entre as diferentes classes sociais, principalmente nas políticas hegemônicas em que o poder do Estado se destaca em cada momento da história.

No que concerne ao desenvolvimento territorial, Cunha (2007, p. 166) apresenta que este tipo de desenvolvimento depende da proximidade dos atores sociais. De acordo com Cunha, a proximidade proporciona a propagação de ideias que possibilitam processos de desenvolvimento regional e local, esta proximidade ainda permite uma difusão de métodos e inovações que dinamizam processos de desenvolvimento, quando e aonde as pessoas tenham condições de criar.

O ponto de partida para um desenvolvimento territorial é a questão do poder que socialmente se vincula a grupos, classes, instituições, enfim, a atores individuais, coletivos, públicos ou privados que agem a partir de heranças culturais, políticas e econômicas relativas a uma determinada região ou território (CUNHA, 2007, p.172).

Nestes termos, o território apresenta-se como um elemento fundamental no processo de desenvolvimento no qual existem algumas estratégias que podem ser tomadas para sua efetivação, uma delas seria a elaboração de um projeto coletivo e sua execução pelos atores públicos e privados. Outra alternativa seria empresas locais otimizarem sua produção ou de criação de novos recursos, deste modo, o desenvolvimento territorial será dinâmico e envolverá todos os atores em torno de estratégias que podem utilizar recursos locais comunitariamente, combinando com instituições formais e informais (PIRES, 2019, p. 60).

Tendo em vista estas duas possibilidades elencadas por Pires (2019) e sabendo-se que existem outras, foi aplicada a pergunta a seguir aos entrevistados.

Quadro 10 – Trabalho voltado para o desenvolvimento territorial no município

Representante da comunidade	De que modo é trabalhada a questão do desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos no seu departamento ou função?
R/C 01	No município, eu não vou saber responder, mas na escola[...] onde eu trabalho, às vezes ele é trabalhado nas aulas de Geografia, mas não de uma forma sistemática, se fala sobre, comenta-se sobre, mas não é algo formal assim dentro da sala de aula.
R/C 02	O município tem o plano gestor que é vinculado junto ao TCE, e começou a ser implantado em 2017, e esse plano gestor tem vários planos e ações, várias metas, que o gestor tem de cumprir em 10 anos. Então tudo se presta conta do que conseguiu fazer e não fazer e explica porque conseguiu ou não conseguiu e qual será a próxima meta. Então, várias instituições civis participam disso, dão ideias, estipulam as metas, e o gestor se vê meio que amarrado entre aspas, obrigado a cumprir aquilo que está no documento. [...]
R/C 03	É com esse título eu não vejo que isso é feito de forma efetiva. Pode ser que durante as aulas os professores o façam, mas um trabalho efetivo que mostre resultados pra comunidade escolar, isso ainda não foi realizado.
R/C 04	Eu acho que é trabalhado timidamente, são pouquíssimos professores que abordam algo em relação à economia, à educação ou desenvolvimento de uma forma geral, falta mais empenho.

R/C 05	Na verdade, quanto SINTEP, não mexe diretamente com essa questão em especial. O SINTEP fica mais focado mesmo para as questões trabalhistas que envolvem os profissionais da educação. Então a gente não tem assim, digamos não faz parte do SINTEP, não é papel do SINTEP, O SINTEP está focado na educação. A gente não se envolve nessas questões, não vou dizer que não deveria, deveria sim até porque faz parte, como nós moramos aqui, qualquer mudança que ocorrer aqui no município vai afetar a gente direta ou indiretamente a todos nós, mas diretamente envolvidos não.
R/C 06	A CDL trabalha juntamente com todos seus associados para tentar melhorar a parte econômica e comercial da cidade. Nós temos hoje praticamente quase 100 associados aqui na CDL de Quatro Marcos, e todos os anos nós fazemos uma promoção que é pra aumentar o fluxo de pessoas no comércio, fluxo de pessoas na cidade, traz até pessoas de outra cidade, quase todos os anos temos pessoas de outras cidades vizinhas que ganham a promoção. Tínhamos nos planos de 2020, e ainda temos nesse ano de 2021 muitos projetos a serem desenvolvidos na nossa cidade juntamente com a CDL e o SEBRAE, parceria CDL/SEBRAE. Com a confederação da CDLS também alguns projetos de palestras na nossa cidade para trazer o desenvolvimento intelectual, vamos dizer assim dos nossos associados trazer conhecimento, trazer novas ferramentas de trabalho [...]
R/C 07	A associação é o seguinte: são filiadas à central sete associações a qual eu sou o presidente até o ano de 2022 e ela é pra suporte hoje ao pequeno produtor, porque o gestor público não pode entrar em propriedades privadas, a função da central é dar assistência da porteira para dentro para o pequeno produtor.

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas respostas dos entrevistados verifica-se poucas ações e planos voltados para o desenvolvimento territorial do município em tela. Dentre estas ações foram citados o plano gestor do município que está vinculado a TCE, no qual instituições civis participam dando ideias e estipulam as metas a serem cumpridas, bem como foram elencadas algumas ações e planos promovidos pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), como promoções para fomentar o comércio e atrair pessoas de outros municípios, e também palestras em conjunto com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Todavia, observa-se pela fala dos entrevistados que os planos e as ações propostas ocorrem sem se ter um planejamento concreto que vise o desenvolvimento territorial.

Referente a isto, vale considerar que o desenvolvimento territorial simboliza a princípio avanço da descentralização de políticas públicas e indica oportunidade de

interatividade consistente entre as esferas governamentais, municipais, estaduais e federais. Quando planejado com a participação social, corroborando com valores, espaços e cultura local, o desenvolvimento territorial permite aos atores sociais idealizar estratégias que fortalecem unidades político administrativas que compõem a federação brasileira (ARRUDA; LOPES, 2020, s/p).

Ribeiro (2019) disserta que:

Diferentemente das perspectivas intervencionista (centralizada no Estado) e neoliberal (centrada no mercado), o desenvolvimento em sua dimensão territorial assinala a importância de se pensar a escala local como lugar efetivo de elaboração, mas não o único, de políticas de desenvolvimento. O desenvolvimento territorial não significa a manutenção do Estado da política keynesiana stricto sensu, de proteção e provedor do desenvolvimento (centralização das políticas dessa natureza) como querem os seus defensores, muito menos deixaria o mercado atuar sobre o território, como querem os neoliberais (p. 76).

Neste sentido, Ribeiro (2019, p. 76) apresenta que é importante indicar que o desenvolvimento territorial se encontra no campo do desenvolvimento regional e local, mas com características que divergem de planos centralizados no Estado que a priori correntemente se encontram voltados para uma política industrial, que na sua grande parte desconsidera os aspectos territoriais locais e a organização social de uma região.

Mediante ao exposto, é válido destacar que se faz essencial trabalhar a concepção de desenvolvimento territorial com os municípios. Cunha (2007, p. 165) destaca que a concepção de desenvolvimento territorial é a mais influente na fundamentação de políticas públicas desenvolvimentistas, o mesmo ainda acrescenta que esta concepção se baseia num conceito de território que identifica e dinamiza a dimensão territorial do desenvolvimento contida no espaço geográfico que corresponde aos territórios concretamente delimitados.

Um fator vital para o desenvolvimento territorial, segundo Cunha (2007, p. 166), é a proximidade social dos atores, que define as possibilidades de dinamização de processos de desenvolvimento regionais e locais. A proximidade social, de acordo com Cunha, possibilita a difusão de ideias, métodos e inovações entre os envolvidos, impelindo a dinamização dos processos de desenvolvimento, deste modo o território apresenta-se como um elemento fundamental no processo de desenvolvimento.

Corroborando com este pensamento, Abramovay (1998, p. 2) apresenta que “é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capazes de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores”. Neste seguimento, vê-se a importância da sociedade e da atuação política agirem em conjunto em prol do desenvolvimento territorial. Entretanto, no percurso para a concretização deste processo existem vários entraves que precisam ser superados.

Assim, no intuito de verificar os possíveis entraves e as perspectivas de superação dos mesmos para o desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos foi feita a pergunta a seguir aos representantes da comunidade.

Quadro 11 – Entraves e perspectivas de superação relacionadas ao desenvolvimento territorial

A seu ver quais são os principais problemas no tocante ao desenvolvimento municipal? Quais são as perspectivas de superação desses problemas ou quais são os caminhos que você aponta?

Representante da comunidade	Problemas	Perspectiva
R/C 01	Falta de indústria para geração de emprego, ou de repente a falta de incentivo para as pequenas empresas que há na cidade, já que a maior parte dos empregos aqui na cidade é gerada pelas pequenas empresas e a gente vê que não tem incentivo. [...] Então está precisando vir uma indústria pra cidade pra abranger essa mão de obra e também olhar os pequenos negócios que dá a maioria dos empregos na cidade.	O olhar para as pequenas empresas.

R/C 02	<p>Os principais na minha concepção, é que a gente precisa quando for fazer algo, que ele seja muito bem elaborado. Por que eu estou falando isso? Por que se você faz um levante popular, uma pesquisa, uma enquete e deixa a população opinar quais são as nossas necessidades, as pessoas vão falar: Ah! Asfalto. E o que a gente vê? Que os asfaltos que vem sendo construídos, não têm rede de esgoto, simplesmente fazem o asfalto porque tem que fazer, porém a durabilidade é pequena, foi feita de forma equivocada. Então, na minha opinião, o desenvolvimento que tem que ser melhorado aqui é isso: é asfalto, rede de esgoto, rede de água, saneamento básico. Porque isso vai dar não somente para o centro, mas também para os bairros, uma melhor condição de vida que é o mínimo o essencial.</p>	<p>Eu aponto o caminho chamado gestão democrática e união.</p>
R/C 03	<p>Faltam as políticas públicas, tanto as políticas públicas municipais, estaduais e federais que incentivem a questão de empresas abrirem, se fixarem no nosso município porque pelo o que eu conheço da história do município ele foi fundado com pequenos agricultores e esses agricultores foram vendendo e se tornou um município não mais com agricultura, mas um município voltado pra pecuária e essa é uma questão que não dá trabalho, não gera emprego. E aí o que a gente vê é a saída de famílias e mais famílias em busca de trabalho né.</p>	<p>Olha de curto prazo eu não vejo, penso, que talvez isso seja possível a longo prazo, mas vai depender muito das políticas públicas, sem a questão das políticas públicas não vislumbro nada a não ser aquilo que nós já temos no município que é o comércio local e os serviços públicos. Não vejo abertura de algo maior que empregue um número de jovens que nós temos.</p>
R/C 04	<p>Eu acredito que é a questão política mesmo, falta sentar, e fazer um estudo pra ver o que é melhor pra população assim que todo mundo trabalhe com o mesmo objetivo e</p>	<p>Eu acho que precisa os gestores estudarem linhas para desenvolver, ver o que é que está errado, o que é deu certo pra poder ajustar.</p>

	não eu vou fazer isso, um quer atrapalhar o projeto do outro. [...] O que atrapalha é a política partidária.	
R/C 05	<p>É nós temos que pensar que o desenvolvimento econômico de um município tem que ser incentivado, principalmente pelos gestores, pelo prefeito e seus secretariados, buscar parcerias fora, tentar trazer empresas, então automaticamente estaria gerando emprego, estaria trazendo empregos para o município, mas não vejo isso no nosso município, os gestores que nós já tivemos e que nós temos atualmente não tiveram, não sei se eles não tiveram ou se faltou apoio, mas não vi nenhum deles prezando pelo desenvolvimento do município, no que diz respeito à atividade industrial.[...] Então eu vejo assim, a questão a atividade industrial no nosso município, ela passa primeiramente pela mão dos gestores. Os gestores é que têm que estar se mobilizando, colocando isso como meta, pra tentar trazer isso, e até então todos que passaram por aqui não vi isso em prática. Eu acredito que a gestão pública do município deve ser aí mais de 50% do nosso problema, eles é que têm que estar buscando essas parcerias para o nosso município.</p>	<p>Eu não vejo uma solução a curto prazo, está findando a atual gestão do prefeito, não sabemos como será o próximo, quais serão as propostas, se vai haver alguma proposta referente à atividade industrial, trazer alguma indústria aqui para nossa região, não vejo uma perspectiva boa para nossa região. Então, não vejo uma perspectiva boa pro futuro nesse momento não, até porque nós estamos num ano de eleição, isso aí vai levar um certo tempo, tem que ver os candidatos, quais são as propostas deles, mas se não vier uma indústria para cá, o nosso município vai ficar parado.</p>
R/C 06	<p>Eu acho que nós tivemos assim, vamos por aí: tivemos problemas com o frigorífico, querendo ou não foram quase mil empregos embora[...]já assim nós tivemos alguns percalços com a gestão pública que a gente consegue acompanhar, aí o que vem acontecendo com a cidade eu acho que isso trouxe um pouco de prejuízo pra todos, pro</p>	<p>Olha, é muito difícil a gente conseguir colocar caminhos corretos pra gente seguir, nós só temos alguns tópicos que nós podemos seguir, podemos implementar na gestão privada igual a parceira da CDL com o SEBRAE pra trazer desenvolvimento para nosso associados, não só para nossos associados mas pra todo o</p>

	desenvolvimento da cidade em si, hoje a gente pode acompanhar, a gente tem problemas com estradas, educação, saúde, financeira, nossa prefeitura, aí o atual gestor já colocou que teve problemas quando assumiu, a parte privada é difícil as pessoas investirem em nossa cidade [...]	comércio da cidade é trazer conhecimento, eu acho que é isso que nós precisamos demais, pra crescer a gente precisa conhecer.[...] Nós precisamos de conhecimento, nós temos uma faculdade aqui, temos cursos profissionalizantes, temos a própria CDL que queremos fazer cursos profissionalizantes juntamente com o SEBRAE que são cursos gratuitos.[...] então eu acho assim, nós precisamos buscar conhecimento pra trazer desenvolvimento em todas as partes.
R/C 07	O que vem sempre dificultando, amarrando nós os produtores é a dificuldade de venda, bom o que nós vendemos para o gestor até agora é nada, porque ele assumiu agora, não tem como cobrar dele nada agora. [...] nosso problema é achar quem consome e como transportar até lá. A logística é pesada, para nós que é pesada, para as associações a logística é pesada para transportar. Então, nós dependemos do gestor público nessa situação.	[...]que a associação tenha um respaldo de ter uma condução um caminhão ter alguma coisa assim para poder levar as mercadorias.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser averiguado no quadro acima, as respostas dos pesquisados indicam a falta de emprego, indústrias, incentivo para as pequenas empresas, ineficiência na elaboração de planos, falta de investimento em infraestrutura, assim como falta de políticas públicas na esfera federal, estadual e municipal, falta de gestão de qualidade e a de mercados para comercialização dos produtos agrícolas como entraves que dificultam o desenvolvimento do município.

De acordo com tais respostas, é possível aferir que a concepção de desenvolvimento está envolta na ideia de desenvolvimento econômico promovido a priori pelos governantes. Neste sentido, Burkhard, Vidal e Moraes (2014, p. 59) destacam que este cenário é decorrente de uma organização social marcada por uma economia de mercado ou capitalista, na qual as pessoas podem usufruir de bens

materiais, que satisfaçam suas variadas necessidades e vontades das mais diversas naturezas. A exequibilidade de políticas públicas e uma gestão de qualidade nesta visão propiciam que estas necessidades e desejos sejam efetivados.

Neste contexto, um dos entraves apontados pelos representantes da comunidade se refere à falta de emprego. A inexistência de emprego suficiente para a população local na visão deles se dá pela existência de poucas indústrias no município, a falta de políticas públicas e uma boa gestão municipal, entretanto, é importante conceituar o que seria emprego.

Silveira *et al.* (2020, p. 188) considera ser importante diferenciar o que é emprego e o que é trabalho já que ambos são interpretados como sinônimos pelo senso comum. Assim, neste tocante Ferreira (2010) expõe:

Cabe explicar que trabalho e emprego são diferentes. O trabalho está relacionado teleologicamente ao que é o ser humano, sua capacidade de intervir na natureza e de se constituir cidadão. O emprego diz respeito à capacidade dos seres humanos de manterem-se, de poderem consumir (p. 217).

Em vista disto, quando os entrevistados apontam que a falta de emprego no município é um entrave para o desenvolvimento territorial, eles estão considerando o aspecto econômico essencial para a manutenção, consumo e sobrevivência da população. Deste ponto de vista é importante conjecturar que a questão do emprego contribui tanto para o processo de desenvolvimento econômico quanto para o desenvolvimento social e territorial de um local.

Para Vargas (2012, p. 93), “de um ponto de vista sociológico, a questão do emprego supõe um processo histórico de formação, de consolidação e generalização do trabalho assalariado e das relações sociais de produção capitalistas”. Neste seguimento, o mesmo acrescenta que a questão do emprego pode ser considerada uma questão social de grande relevância para as sociedades atuais, pois, define um certo pertencimento, um vínculo social que decorre de uma participação efetiva coletiva, pautada na utilidade econômica e no valor social da atividade ocupacional do emprego (VARGAS, 2012, p. 95).

Como solução para a falta de empregos no município, alguns entrevistados apontaram o incentivo às pequenas empresas, a gestão democrática, a união da população, políticas públicas voltadas para a geração de empregos, oferta de cursos profissionalizantes gratuitos e instalação de indústrias.

Meotti (2019, p. 21) apresenta que identificar quais setores crescem mais e quais regiões se desenvolvem é fundamental para as políticas de desenvolvimento. No que concerne aos incentivos a pequenas empresas, citado como uma possível solução pelos pesquisados, Sawaya (2015, p. 109) dispõe que o emprego não é uma decisão autônoma das empresas, tendo em vista que a disputa por trabalho está apoiada em uma relação técnica, em curvas de produção e custos definidos em razão da tecnologia disponível, do nível de produtividade e do preço dos fatores de produção.

Na visão de Sawaya (2015, p. 116), o problema do emprego a priori se relaciona com o funcionamento da economia capitalista. Sendo assim, a maior ou menor criação de empregos depende das dinâmicas do capital. Por isto, no entendimento do pesquisador, o crescimento econômico é a única solução para o entrave da falta de emprego. Por outro lado, Sawaya (2015) declara:

O crescimento econômico no capitalismo depende da decisão dos empresários investirem, e não da decisão dos trabalhadores trabalharem ou não. São as próprias empresas que ao investirem em conjunto decidem o quanto a economia crescerá, e quanto emprego será gerado. Não existem taxas naturais. Existe um processo dinâmico de disputa pelo valor entre trabalho e capital com clara desvantagem para o primeiro que dispõe apenas de si mesmo como forma de existência econômica e social (p. 115).

Segundo Veiga (2003, p. 301), para se gerar emprego é fundamental que se incentive o surgimento de novas empresas, de vários tipos, tamanhos, de diferentes setores e ramos. Veiga ainda acrescenta que o primordial é a realização de mudanças para que mais pessoas em mais lugares empreendam de forma individual ou coletiva. Ele afirma que na sociedade brasileira existem aspectos sociopolíticos e culturais contra o empreendedorismo e que este fato deve ser modificado para que ocorra surgimento de instituições que fomentem a criação e o fortalecimento de novas empresas.

Sawaya (2015, p. 117) considera que embora uma economia esteja em fase crescente e conseqüentemente ocorra um crescimento na geração de emprego, tal fato não é garantia de que haverá uma melhor distribuição de renda em favor do trabalho e de um desenvolvimento territorial. Ele acrescenta que existe uma propensão para concentração de renda que se destaca numa economia estruturalmente desigual como a brasileira, esta concentração de renda se dá devido à mais-valia (lucros, juros e aluguéis), em que a elevação real dos salários não

funciona, não somente por conta da lógica exposta por Marx, mas também devido às empresas terem forte poder de repassar custos aos preços, gerando inflação e impedindo a distribuição da renda via salários.

Para Burkhard, Vidal e Moraes (2014, p. 59) não existe desenvolvimento sem a ação das empresas, porque elas irão propiciar melhorias na economia com suas atividades comerciais. Entretanto, os pesquisadores entendem que as políticas públicas devem cumprir seu papel, oportunizando condições de desenvolvimento para as atividades empresariais.

Os representantes políticos poderão, dentro de suas funções, fazer uma ligação entre empresas e poder público, auxiliando na formalização dos negócios e no diagnóstico das necessidades de tais empresas. Desta forma, eles poderão fazer com que as informações cheguem até as lideranças no intuito de que os mesmos gerem mecanismos para o condicionamento de políticas públicas voltadas para novos negócios, bem como as pequenas empresas como o acompanhamento da implementação dos artigos descritos na lei geral do município (BURKHARD; VIDAL; MORAES, 2014, p. 59).

No que tange às pequenas empresas, os entrevistados apontam que o incentivo a elas seria uma solução tanto para a questão da falta de empregos no município como para contribuir para o desenvolvimento local. Almeida (2020) afirma que é preciso fazer uma reflexão sobre a necessidade impreterível de um desenvolvimento endógeno que valorize as potencialidades locais, ainda mais nos dias atuais em que as apreensões estão cada vez mais presentes. À vista disto, o ponto de partida para este desenvolvimento se concentra no empreendedorismo local, pensar quais produtos ou serviços o mercado e a sociedade demandam que podem ser supridos pelo próprio território, é isto que fazem os países e territórios que encontram a senda do desenvolvimento.

Outro entrave indicado pelos munícipes entrevistados que impede o desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos é o fato da existência de poucas indústrias em seu território. A respeito disto, Melot (2019, p. 21), conforme citado por Koo (2005), aponta que grande parte dos pesquisadores e profissionais do desenvolvimento econômico tradicional declaram que as análises econômicas de regiões estão baseadas em verificar as forças e fraquezas industriais para

desenvolver-se estratégias para substituição de indústrias que estejam em queda e construir a competitividade regional.

A estrutura industrial de uma região pode contribuir com o seu desenvolvimento e geração de emprego local. O desenvolvimento do emprego local pode ser atribuído à presença de certas indústrias que evoluíram mais que suas contrapartes no âmbito nacional. Por outro lado, quando a região possui indústrias que apresentam um desempenho pior do que em outras regiões nacionais, pode ocorrer uma diminuição do emprego nestas regiões com desempenho inferior (MELOT, 2019, p. 19 apud HANHAM; BANASICK, 2000).

Corroborando com este pensamento, Sá e Silva (2019, p. 191) dissertam que o processo industrial presume uma concentração de mão de obra com foco na atividade industrial e implica uma relação com outras indústrias complementares, que se estabelecem nas adjacências das plantas industriais, e a centralidade dos mercados, do consumo e da produção, o que acaba gerando emprego e desenvolvimento na região.

Ainda a respeito do papel das indústrias, Sá e Silva (2019, p. 192 apud SPOSITO, 1991) apresentam que elas têm grande participação no Produto Interno Bruto do país, configurando-se como fundamental na economia. Sendo assim, formase um pensamento de desenvolvimento baseado na doutrina do industrialismo, pautado na mecanização da produção, definindo-se assim a indústria como a principal atividade econômica da sociedade. Todavia, Bassos (2006, p. 98) aponta que cabe aos gestores públicos ponderarem sobre a contribuição das indústrias no processo de desenvolvimento local, conhecer as singularidades de cada uma dentro da dinâmica do seu processo produtivo, requer conhecer as particularidades dos empreendimentos industriais locais, a dinâmica do seu processo produtivo, a dinâmica de organização, natureza dos seus produtos e suas relações com o mercado. Bassos ainda expõe que:

A contribuição de diferentes setores e empresas para a dinâmica industrial e para o desenvolvimento local pode ser avaliada do ponto de vista da sua contribuição para a sociedade, medida pela capacidade de produzir excedentes econômicos, como também da ótica das empresas, medida pela capacidade de reprodução social das unidades produtivas. Além da capacidade de geração de riquezas e de reprodução social, a capacidade de geração de empregos e o montante de capital médio necessário para o investimento também podem servir de parâmetros de avaliação (BASSOS, 2006, p. 97).

Quando os entrevistados apontam como entrave a falta de mais indústrias no município para gerar um desenvolvimento territorial, não estão errados, porque as indústrias podem trazer vários benefícios para o local no qual se estabelecem bem como para a região, como elevação no número de empregos, valorização de imóveis, maior arrecadação fiscal, que por conseguinte possibilita melhorias para o município que proporcionará melhor qualidade de vida dos munícipes (ASTA et al., 2018, p. 04).

Porém, apesar de na atual sociedade as indústrias serem fundamentais para a vida humana e conseqüentemente para o desenvolvimento, estas se encontram em constante disputa com o meio ambiente devido suas atividades causarem danos nos recursos naturais. Neste tocante, é importante os gestores de determinado território averiguarem quais os ganhos e as perdas para este e para a população³.

Mediante ao exposto até o presente momento pode-se dizer que tanto o investimento em estratégias para geração de emprego, investimento em empreendedorismo, incentivos para instalação de indústrias ou qualquer outra ação para solucionar entraves relacionados ao desenvolvimento territorial não terão êxito se não houver um planejamento. A falta de planejamento é um ponto abordado pelos pesquisados como um dos fatores que impedem o desenvolvimento de São José dos Quatro Marcos.

Desta forma, "para a melhoria da qualidade de vida de sua população em conjunto com o crescimento econômico, é de extrema importância o ato de planejar principalmente no que se refere às aplicações dos recursos públicos" (CASAGRANDE; SOUZA, 2013, p. 74-75).

Sobre planejamento, Souza (1994) versa que:

O saber técnico, de um lado, e a experiência, as aspirações e os condicionantes psicossociais da população diretamente envolvida, de outro, não precisam entrar necessariamente em choque, devem antes enriquecer-se mutuamente. Para tanto, é necessário que os cidadãos comuns cujas vidas venham ser afetadas tenham garantidos o acesso às instâncias decisórias e o poder de deliberar [...] superando dessa forma algumas das delimitações da democracia representativa (p. 24).

Em conformidade com esta colocação de Souza, os representantes da sociedade quatromarquense entrevistados apontam como solução para esta falta de

³ Conferir: <https://blog.safesst.com.br/industria-e-meio-ambiente-quais-os-impactos>.

planejamento voltado para o desenvolvimento territorial, uma gestão democrática no qual eles possam contribuir nas decisões a serem tomadas.

Uma gestão democrática se faz com uma maior participação de cidadãos nos processos de decisão política e na fiscalização dos gestores públicos. Isto posto, pensar em procedimentos que promovam uma democracia social mais justa envolve trazer as pessoas para a esfera pública. Entretanto, para que este fato suceda, o Estado e suas instituições têm de aceitar e valorizar esta participação, uma gestão democrática sem políticos ou cidadãos democráticos está fadada ao fracasso (BAQUERO, 2003, p. 83-84).

Com relação a isto, Taca (2011) considera que existem vários obstáculos para uma efetiva ação planejada dentro de um sistema capitalista, no qual os investimentos públicos e os esforços das administrações, de regularem os investimentos privados visando seguir diretrizes construídas democraticamente não é tarefa das mais simples. A pesquisadora ainda expõe que as dificuldades e limitações históricas para a ação de planejamento democrático na sociedade brasileira se configura como pauta de debates, expondo desta maneira inúmeras limitações à elaboração de propostas alternativas democráticas e igualitárias.

Entra em cena um outro problema reportado pelos entrevistados, a questão de políticas públicas eficientes. É preciso destacar que para que haja políticas públicas é preciso um reconhecimento de valores, espaços e cultura local. O desenvolvimento territorial representa a princípio um avanço de descentralização, bem como das políticas públicas, também indica possibilidades de interação mais plausíveis entre os âmbitos governamentais municipais, estaduais e federais. Quando concebido sob a égide da participação social este desenvolvimento resulta numa formação de atores sociais fortes, seguros, para gestar melhores métodos que fortaleçam as unidades político administrativas brasileiras e conseqüentemente a prática de políticas públicas (ARRUDA; LOPES, 2020, s/p).

A Territorialização tem se constituído no Brasil como referência de políticas públicas, trata-se de uma construção coletiva que envolve o poder público e sociedade, objetivando galgar novos caminhos na formulação e implementação de políticas públicas. Está centrada neste espírito de confiança, solidariedade e participação. É sobre ele que se constrói a articulação das redes de cooperação, a ideia de cadeia produtiva, necessária para construir uma visão sistêmica do desenvolvimento produtivo e de competitividade sistêmica (ARRUDA; LOPES, 2020, s/p).

Corroborando com esta visão de Arruda e Lopes, durante a pesquisa, alguns dos munícipes entrevistados apontaram como solução para o problema da gestão pública e políticas públicas a busca pelo conhecimento, a capacitação.

Conforme Arns (1998, p. 21), se o desenvolvimento de um local é resultado das mudanças causadas pelas pessoas, um procedimento de apoio ao desenvolvimento territorial precisa provocar mudanças nas mesmas, tendo em vista a promoção de um redirecionamento em seu meio. Arns aborda que a capacitação é uma ferramenta importante para um desenvolvimento local, porque além de responder às exigências atuais do mercado de trabalho, a capacitação provoca transformação de comportamento nas pessoas, do processo de desenvolvimento, promovendo assim políticas públicas voltadas para as potencialidades e oportunidades do local, a fim de sanar ou amenizar problemas como saúde, educação, segurança, distribuição de renda mais igualitária e geração de emprego.

Ao considerar estes indicadores e sabendo-se que o município em questão surgiu e se desenvolveu a partir da produção agrícola, surge uma questão vital a ser feita aos entrevistados que se encontra no Quadro 12.

Quadro 12 – Importância da agricultura para o desenvolvimento territorial

E a questão da agricultura familiar, que importância tem ao desenvolvimento do município ou o que ela representa no contexto municipal? A agricultura familiar poderia ser melhorada ou fortalecida em que sentido?

Representante da Comunidade	Importância da agricultura para o desenvolvimento	Como a agricultura familiar poderia ser melhorada
R/C 01	Ela é fundamental, como eu já trabalhei na escola do campo, a gente percebe a dificuldade que o pequeno produtor rural enfrenta de vender os produtos que são produzidos e às vezes desistência mesmo, preferem colocar gado plantar pasto, porque pra produzir alimento é difícil pra vender. Mas, ela é fundamental, nos lugares onde ela é incentivada, algumas associações no município que funcionam mesmo, que tem uma	Com investimentos, incentivos na agricultura familiar pra mantê-los no campo produzindo.

	<p>abordagem maior, você vê que o produtor consegue ter uma renda fixa, então pra ele fica mais a produção de alimentos.</p>	
R/C 02	<p>Muita importância, não para o município, mas para a nação, 67% do que vem pra nossa mesa, vem do pequeno produtor rural, e esse pequeno é um pouco que abandonado pelo Estado, porque esse tem dificuldade de ter um crédito, um financiamento, esse tem dificuldade de locomoção, porque o grande não, o grande vai no banco financia o quanto quer, pagar como quer, se não pagar renegocia a dívida, e pega mais emprestado ainda. E o pequeno? O pequeno sofre né, então ele precisa de projetos.</p>	<p>Ele precisa de projetos, aí tem o PRONAFE, ele vai lá, é um valor muito irrisório, porém vai lá, mas ele não tem os equipamentos, ele não tem o trator, ele não tem plantadeira, não tem uma grade, não tem roçadeira, não tem uma carreta, às vezes ele tem uma vaca lá, mas ele não tem um silo. Enfim, ele precisa da terra, mais também ter condição de viver da terra, e mais do que isso, por isso eu falo pra você que precisa da agroindústria, porque não é viável, plantar mas não ter quem vender, então junto com a agricultura familiar, não sei se você lembra, mas tinha aqui a CONAB muito forte, onde a Conab ela comprava a produção do produtor. Então, ele tinha uma melancia, um quiabo, tinha lá um limão, tinha laranja. A Conab comprava e distribuía nas escolas, creches, nos bairros. Então, é isso que precisa, o homem do campo precisa ter essa garantia de que ele vai ter condições para cultivar, mais também para vender. Então, se tem agroindústria, ele planta, ele mesmo processa e vende né. Agroindústria, aí vem a Conab e aqui no município nós temos os PAA que é o Programa de Aquisição de alimentos, que compra os produtos junto ao produtor rural e vai destinar às instituições.</p>
R/C 03	<p>Bom, o pouco que eu conheço da história de Quatro Marcos, ela parte</p>	<p>Eu creio que voltando de novo (risos), é um vai e vem as</p>

	<p>disso e o que eu tenho visto nos assentamentos, que tem em volta do município, que eles contribuem muito com a renda do nosso município em si, mas é pouco, não são muitas as famílias que vivem da agricultura familiar, é pouco ainda, hoje tem só, se eu estou enganada, dois assentamentos de Quatro Marcos e próximo a Quatro Marcos que é os que fazem a agricultura familiar, a grande maioria virou aí o trabalho com a pecuária.</p>	<p>políticas públicas, e ter um incentivo para esses produtores com a criação de armazéns ou ... não seria feiras porque nós já temos feiras, mas um local de venda permanente para essas comunidades estarem expondo seus produtos e vendendo também. Então, entraria de novo o poder público para estar proporcionando isso.</p>
R/C 04	<p>Eu acho que é manter o pessoal no campo, porque todo mundo não tem incentivo na zona rural, está vindo pra cidade e está aumentando o número de desemprego.</p>	<p>Precisa um incentivo maior e um empenho nesses produtores rurais pra que eles continuem na zona rural produzindo.</p>
R/C 05	<p>Olha eu diria que hoje a importância dela é grande para economia, até porque é no passado, no início da década de 70, 80, 90, o nosso município a base econômica dele era a agricultura, e era a agricultura familiar, era o forte, a nossa região aqui, região de Quatro Marcos, Araputanga, Glória do Oeste, Mirassol, os municípios aqui, nós temos hoje provado cientificamente, o melhor solo em fertilidade para a agricultura é o da nossa região. Então, qualquer tipo de planta que você traga para cá, qualquer tipo de atividade agrícola que você traga pra cá, vai se desenvolver muito bem. Nós temos prova disso no passado, nós tivemos o ciclo do algodão, do café, da cana-de-açúcar, então nesse período é, essas atividades voltadas para a agricultura familiar fizeram com que o município se desenvolvesse bastante porque a agricultura familiar emprega muita gente. As pessoas, eles vão consumir no</p>	<p>Bom, nós sabemos que precisa de investimento, de financiamento para que esses pequenos produtores possam estar comprando equipamentos, fertilizantes então eu vejo assim tem que ter um apoio dos gestores, municipal, estadual e federal. Com financiamentos, inclusive nós temos um chamado de PRONAF que é destinado aos pequenos produtores agrícolas, aumentar a linha de financiamento para que eles possam produzir mais entendeu e utilizando principalmente das tecnologias que nós temos hoje de correção de solo, mas pra isso precisa de recurso, se não tem recurso você não consegue fazer isso, cuidar do solo como de fato a agricultura com o tempo os nutrientes vão sendo perdido. Então, você precisa repor nutrientes e precisa de dinheiro. E, nesse caso, o governo federal</p>

	<p>município, na cidade, então o que eles vão lucrar vendendo seus produtos, eles gastam no comércio local, então faz com que o dinheiro circule no município. Então, a agricultura familiar é já foi muito forte no município. Depois que o município resolveu adotar a pecuária de corte e a pecuária leiteira, a agricultura familiar acabou ficando um pouco de lado. Mas nos últimos anos nós tivemos um apoio do governo federal, investimentos voltados para a agricultura familiar, tanto é que quando surgiram os assentamentos em nosso município todos eles receberam recursos para investir na terra, produzir, e o resultado disso foi que o governo fez uma parceria, que parte da produção deles é destinada para as escolas. Essa alimentação que temos hoje na escola, frutas que vem, esses alimentos bons parte deles vem direto da agricultura familiar, então isso tem contribuído muito, tem segurado as pontas, vamos colocar dessa forma da economia do município. Hoje eu posso dizer que é a principal, é a agricultura familiar a principal renda do pequeno produtor agrícola, é a venda do seu produto no comércio local, é na feira. Então, é de suma importância manter essa agricultura familiar, até porque é dela que nós nos alimentamos.</p>	<p>e estadual, ele tem que fomentar esses recursos no pequeno produtor agrícola no município. Isso seria fundamental para que a agricultura familiar continue produzindo e cada vez mais.</p>
R/C 06	<p>Eu acho que tem uma importância muito grande, eu acho que só não é trabalhada corretamente, nós temos aqui no nosso município o maior número de sítios, temos muitas propriedades pequenas, que a pessoa mora ali com a família e falta desenvolvimento pra isso, não sei</p>	<p>Desenvolver coisas diferentes, fazer alguns trabalhos com plantação. O ano passado tivemos um trabalho aí da parte pública, um café novo aí que eles trouxeram, mas não dá para desenvolver mais isso? Acho que os pequenos agricultores também devem buscar</p>

	se é falta da gestão pública, privada, ou dos próprios agricultores.	conhecimento, para que eles não sobrevivam somente do leite, para eles terem melhor renda.
R/C 07	A importância da agricultura familiar, inclusive eu tive com o secretário de estado no final do ano passado para pedir um suporte para nós via estado, para que venha fortalecer, por que nos falta equipamentos, os gestores nos ajudando, a agricultura familiar é fortalecida e Quatro Marcos se desenvolve. A agricultura familiar é a saída para melhorar a situação econômica do município.	Com investimentos dos governantes.

Fonte: Elaborado pela autora.

Mediante as colocações dispostas no quadro 12 relacionadas à importância da agricultura familiar no município em foco, é possível deduzir que todos os entrevistados consideram que este tipo de agricultura é indispensável para o desenvolvimento não somente para o município de São José dos Quatro Marcos, mas também para o país.

A agricultura familiar pode ser definida como o conjunto das unidades produtivas agropecuárias com exploração em regime de economia familiar, compreendendo aquelas atividades realizadas em pequenas e médias propriedades, com mão de obra da própria família (SOARES; MELO; CHAVES, 2009, p. 57).

De acordo com Bittencourt (2018), supõe-se que cerca de 70% dos alimentos que se encontram nas nossas mesas são provenientes da agricultura familiar. Sendo assim, este tipo de agricultura é essencial para a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros. Além disto, a agricultura familiar fomenta o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção.

Sendo de extrema importância para nós, a cada dia acontecem mais debates relacionados ao papel da agricultura familiar. Este movimento tem ganhado força, sendo apoiado no conceito de desenvolvimento sustentável, bem como na geração de renda e emprego e principalmente na segurança alimentar. Este tipo de agricultura é indicado como uma maneira para o processo de elaboração de agriculturas

ecológicas ou sustentáveis. Porém, o Brasil ainda não atentou para suas vantagens no contexto do desenvolvimento (SOARES; MELO; CHAVES, 2009, p. 57).

Segundo Amaral e Araújo (2015, p. 47), à medida que a Agricultura Familiar se desenvolve, conseqüentemente, a Agricultura Sustentável também se desenvolve, sendo a terra utilizada sem que haja o seu esgotamento e o meio ambiente preservado. É com este fim que está a Agricultura Sustentável que, vinculada ao desenvolvimento da Agricultura Familiar, tenciona um menor dano possível ao ambiente, porém sem deixar de atender à necessidade básica do ser humano, buscando sempre um ambiente favorável para as gerações futuras.

Nesta direção, a agricultura familiar se apresenta como alternativa de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. O estabelecimento familiar se constitui simultaneamente em uma unidade de produção e de consumo; de produção e de reprodução social. Para que a agricultura familiar contribua para o desenvolvimento local sustentável, deve-se observar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção, haja visto que a maior parte da produção agrícola mundial tem origem nos estabelecimentos familiares (SANTOS; MITJA, 2011, p. 40-41).

Quando os pesquisados foram interpelados sobre como a agricultura familiar no município poderia ser melhorada, eles responderam que com investimentos financeiros, incentivos para que os agricultores permaneçam no campo produzindo, com tecnologia, com projetos como o PRONAF, CONAB e PAA, com equipamentos como tratores, plantadeira, roçadeira, colheitadeiras, com políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e agricultor para que estes possam viver na terra e da terra dignamente.

No que se refere às políticas públicas, Santos e Mitja (2012, p. 56) consideram que a agricultura familiar, devido ao seu potencial, traduz-se como uma importante solução para os problemas do Brasil. Entretanto, este tipo de agricultura tem sido inviabilizado por políticas inadequadas e ausentes.

Consonante Bitencourt (2018), é necessário incitar a participação dos agricultores familiares nas políticas públicas, salvaguardando dessa maneira aos agricultores familiares o acesso à terra e ao crédito, bem como condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de possibilitar garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou

não. Quanto à tecnologia e equipamentos apontados pelos pesquisados como forma de melhorar a agricultura familiar, Melo e Oliveira (2020) destacam que:

A agricultura familiar é, historicamente, pouco considerada quando são abordadas as estratégias de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. As políticas e programas são direcionados preferencialmente para setores de maior intensidade técnica, ou de maior importância nos ciclos exportadores. Até mesmo a produção de conhecimento científico e a pesquisa não costumam tratar a agricultura familiar por essa ótica (p. 518).

Em um país no qual tem-se uma história de agricultura patronal é relevante considerar que um entre os vários aspectos que dificultam a fortificação da agricultura familiar é a forma como são destinados os subsídios aos agricultores. Na tentativa de amenizar as dificuldades dos agricultores familiares entra em cena um dos programas indicados pelos entrevistados como uma possibilidade de melhoria, o chamado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SOARES; MELO; CHAVES, 2009, p. 57).

Conforme Mattei (2010, p. 56-57), o PRONAF foi criado em 1996 no intuito de impulsionar a agricultura familiar no país. Este programa se espalhou rapidamente pelas regiões do Brasil e na atualidade encontra-se presente em quase todos os municípios brasileiros. Ainda de acordo com Mattei (2010), a criação do PRONAF configurou-se na legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social, a dos agricultores familiares, que até então eram marginalizados em termos de acesso aos benefícios da política agrícola. “Este programa fornece recursos para o pequeno produtor investir na propriedade, para o desenvolvimento do agronegócio, com as menores taxas de juros do mercado” (BERTOLINE; FILHO; MENDONÇA, 2020, p.141). Deste modo, por meio do programa, os agricultores familiares conseguiram atenção do governo federal e ações específicas deste voltadas para promover a melhoria das suas condições de vida, o que pode contribuir com a captação de capital financeiro e humano. Viabilizando a obtenção da sustentabilidade dos agricultores e de suas famílias, tendo em vista a participação, a parceria, descentralização e gestão social, o Pronaf tem como fundamento o amadurecimento do exercício da democracia (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011, p. 130).

Embora o PRONAF atue com uma conotação positiva para a agricultura familiar, na visão de Guanzioli (2007, p. 320-321), existem alguns pontos que são negativos e influenciam o processo de geração de renda dos agricultores. Dentre

estes fatores negativos se destacam (na concepção do pesquisador) a falta de assistência técnica, dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito, falta de visão sistêmica dos técnicos, falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor.

Destarte, se torna impreterível rever a institucionalidade e a forma de operação do PRONAF para os mutuários buscarem o máximo de eficiência na utilização dos recursos e melhorar o sistema de políticas cruciais para a efetiva consolidação do agricultor familiar. Nesta perspectiva, é importante inserir responsabilidades aos vários atores do PRONAF, para que os mesmos se sintam incluídos e comprometidos com os resultados do programa (GUANZIROLI, 2007, p. 325).

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), apontada como um auxílio para os agricultores e agricultoras familiares pelos pesquisados, acontece há muito tempo, sendo aumentada a partir do início dos anos 2000, devido à operacionalização de políticas públicas voltadas para o setor. A CONAB é identificada como fornecedora de informações agropecuárias, por meio de seus boletins, informativos e conjunturas.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública com sede em Brasília, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A Companhia foi criada por meio da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, que autorizou a fusão de três empresas públicas: a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem). Suas atividades foram iniciadas em 1º de janeiro de 1991, com capital 100% do Tesouro Nacional (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2021.)

Tal companhia tem por objetivo formular e executar políticas públicas, contribuindo para inteligência agropecuária e colaborando com o abastecimento e formação de renda do produtor rural. A CONAB se torna importante no sentido que oferece informações detalhadas e atualizadas sobre a produção agropecuária brasileira ao governo federal, para que ele possa destinar ações voltadas à melhoria da agropecuária, bem como aos agricultores familiares. Para mais, a CONAB tem a responsabilidade de efetuar planos para a inclusão social, com foco na geração de emprego e renda, ainda a companhia deve executar programas e ações governamentais que colaborem com o bem-estar de comunidades que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional (CONAB, 2021).

Um programa elencado pelos representantes da comunidade, e que é indicado como uma possibilidade de melhoria e fortalecimento da agricultura familiar no município e que faz parte da CONAB, é o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA). Este programa foi criado em 02 de julho de 2003 pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, estando em vigor até hoje. Tendo por objetivo promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, o programa consiste em comprar alimentos produzidos pelos agricultores familiares e distribuí-los às pessoas que estão em situação de baixos valores nutricionais, assim como aquelas acompanhadas pela assistência social e a rede pública e filantrópica de educação (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

O PAA proporciona uma formação de armazenamentos públicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar e viabiliza o abastecimento alimentar por meio de compra de alimentos por parte do governo, valoriza a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica de alimentos, fortalece circuitos locais e regionais, incentiva uma alimentação saudável e incentiva o cooperativismo e o associativismo. O programa em si pode ser executado por intermédio de seis maneiras que são: a compra e doação concomitante, compra direta, suporte a formação de estoques, estímulo à produção e consumo de leite, e compra de sementes (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Além do CONAB, PRONAF e PAA, os entrevistados citam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como um aliado importante da agricultura familiar e um significativo programa para o desenvolvimento do município em questão. O PNAE é destinado a atender às necessidades básicas, em especial das crianças e das populações suscetíveis a condições socioeconômicas baixas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar. Em vista disto, ocorre uma oferta de alimentação nas escolas de toda a rede básica de ensino no Brasil por meio deste programa (RODRIGUES et al., 2020, p. 78).

O PNAE é responsável pela aquisição e distribuição dos alimentos a serem inseridos nas refeições oferecidas pelas escolas. O programa consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, recursos que devem ser utilizados exclusivamente na aquisição dos gêneros alimentícios, além disso, a partir da Lei nº11947, de 16 de junho de 2009, também conhecida como Lei da Alimentação Escolar, o PNAE passou a determinar que ao menos 30% dos alimentos adquiridos devem ser oriundos de empreendedores rurais familiares locais, incentivando assim, a agricultura

familiar (AF) e o desenvolvimento rural sustentável (RODRIGUES et al., 2020, p. 79).

De acordo com Amorim, Júnior e Bandoni (2020, p. 1136), no momento da pandemia da Covid-19, o PNAE e conseqüentemente os agricultores familiares passam pelo desafio de continuarem tendo em vista que a suspensão das aulas nas escolas públicas significa também a interrupção ou a precarização do acesso à alimentação. Todavia, perante tal situação os gestores escolares adotaram medidas distintas para continuarem fornecendo alimentos aos estudantes, porém, sem uma aprovação legal. Neste sentido, eles ficaram impossibilitados de utilizarem recursos do PNAE, o que contribuiu ainda mais para dificultar a vida dos agricultores familiares. Tal situação só foi amenizada quando, por meio da Lei nº 13.987 de 7 de abril, foi autorizada a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas da educação básica.

Sendo respeitado, o PNAE é reconhecido entre as nações como uma das mais expressivas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que vai de encontro com a sustentabilidade. A inclusão da agricultura familiar no contexto da execução deste programa pode ser classificada como um grande progresso, dado que propicia, dentre outras coisas, a probabilidade de se obter alimentos de qualidade para a alimentação dos estudantes das escolas públicas, auxiliando o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares do local e por consequência o desenvolvimento territorial (MALAGUTI, 2015, p. 16).

Algo a se considerar nas falas dos pesquisados representantes da comunidade local é a importância das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, resultando desta forma em melhoria para o desenvolvimento territorial do município de São José dos Quatro Marcos.

Frente a esta perspectiva, Abramovay (1999, p. 01) afirma que para um desenvolvimento territorial é crucial o acesso à terra. Entretanto, este acesso só faz sentido se houver um conjunto de condições que mudem o ambiente institucional local e regional que possibilitem o descobrimento do potencial do território. Assim, para o pesquisador citado, o desenvolvimento territorial não depende apenas de uma iniciativa e de transferência de recursos do Estado, mas também dos esforços das forças sociais interessadas em valorizar o meio rural para que surjam instituições

capazes de instigar o desenvolvimento de regiões consideradas condenadas ao atraso e ao abandono.

Para Abramovay (1999, p. 02), o desenvolvimento do Brasil vai exigir uma nova dinâmica territorial, na qual o papel das unidades familiares será impreterível e decisivo. O grande obstáculo na visão do pesquisador é criar condições para que a população dê valor a um certo território, num conjunto variado de atividades e mercados e não se preocupar com a integração do agricultor à indústria. Por conseguinte, a exploração desta nova dinâmica territorial necessita de políticas públicas que incentivem a elaboração descentralizada de projetos aptos a dar valor aos atrativos locais e regionais no processo de desenvolvimento territorial.

Neste cenário de projetos voltados para o desenvolvimento territorial foi colocado para os membros entrevistados da comunidade local a pergunta presente no quadro a seguir.

Quadro 13 – Investimentos socioeconômicos e análise da mobilidade populacional

Que outros investimentos socioeconômicos poderiam ser feitos no município a fim de ampliar as oportunidades de emprego e renda? Como você analisa a saída da população local que busca trabalho em outros municípios ou que se muda a outros municípios?

Representante da Comunidade	Investimentos socioeconômicos	Saída da população
R/C 01	Eu penso que o incentivo às pequenas indústrias mesmo, vê o nicho que o município tem, o que o município pode produzir e começar a trabalhar a partir daí. Incentivando, orientando, formando porque muitas vezes a gente vê um comércio abrindo, tem tudo pra dar certo, e aí não dura muito tempo, fecha as portas porque não tem um suporte. O SEBRAE aqui que poderia ajudar fica em Cáceres, fica longe, então de repente poderia ter um suporte aqui na cidade pra ajudar essas pequenas empresas. E o foco na agricultura familiar eu penso sempre que o campo, é eu sendo filha de produtor rural, eu penso que se fortalecer o campo, a agricultura	Quando não se tem o sustento para família onde você está, acredito que é normal você buscar novas colocações. Mas o que a gente pensa é que as pessoas vão embora pra outras cidades na esperança de que aconteça algum milagre para que ela possa voltar.

	<p>familiar, o trabalho dos produtores vai ajudar também não ter tanto desemprego porque vai deixar a pessoa num lugar onde ela vai ter sua renda, onde ela vai buscar mais seu sustento e vai ter menos desemprego aqui, porque as vezes eles saem do campo, não tem tanta escolaridade, não conseguem emprego, porque não tem indústria para abranger essa mão de obra, fica vivendo de bicos. Penso que é esses dois focos, investir nos pequenos negócios, incentivando, dando qualificação e investir na agricultura familiar.</p>	
R/C 02	<p>É quando nós falamos na questão de geração de renda e emprego é tão complicado né, porque você não pode pensar na geração de renda e emprego se o município não tem condições de ofertar isso para quem vai gerar emprego e renda que são os empresários. Então, eu não posso falar nisso, sem falar de infraestrutura, o que Quatro Marcos tem para ofertar para os investidores? Ele tem o que? Uma boa rodovia? Uma boa ferrovia? Água em abundância? Ele tem mão de obra qualificada? Ele tem energia? Tem aeroporto? Então o que Quatro Marcos tem para atrair uma grande indústria, uma grande empresa? Então, enquanto o município não se estruturar para ofertar condição para que o investidor olhe aqui e diga “olha Quatro Marcos melhorou, Quatro Marcos é uma cidade que eu tenho condição real de investir e ter lucro”. Pra você ter uma ideia, iniciou-se uma sondagem para o investimento de uma possível mineradora na divisa de Quatro Marcos e Rio Branco, mas o atual dono que é um canadense já falou que o principal fator que dificulta a mineradora funcionar é isso, é a logística, é o grande gasto que tem desde a</p>	<p>É complicado por exemplo que no próximo censo que seria realizado o ano passado, tudo indica que Mirassol já tem hoje mais de 30mil habitantes, Quatro Marcos não tem 19 mil habitantes e eu creio que se tivesse feito o censo o ano passado ele teria menos que isso. Então, enquanto regiões, municípios vizinhos, ele vem aumentando a população, Quatro Marcos vem com uma implosão, em vez de aumentar está diminuindo, isso se refere às fontes de empregos, por que quando que uma pessoa vai se sentir bem num lugar? Quando tem trabalho, trabalhando ele pode pagar aluguel, ele pode pagar as contas, ter acesso a lazer, ele tá bem, agora quando ele não tem emprego nada tá bem. Então, se Quatro Marcos ele não tem esses mecanismos, ele não consegue de forma gradativa expandir os empregos, o povo tem que ir embora. Isso é triste porque quanto menor é a população, menor é a arrecadação do município, os</p>

	<p>mineradora até o porto mais próximo, então são esses entraves, falta de infraestrutura que dificulta o investimento.</p>	<p>impostos são menos, a cidade fica com a chamada especulação imobiliária, terrenos baldios, a cidade ela não cresce, não prospera, então, isso é triste. [...]</p>
R/C 03	<p>Bom, não sei se eu tenho assim algo pensado, mas a questão do incentivo à agricultura familiar é importante, aos pequenos empreendedores, o incentivo a esses pequenos empreendedores, aquelas pessoas que tem as produções artesanais para que elas melhorem essas produções. A gente tem produtores de doces, de vassouras, os pequenos empreendedores que incentivem para que o negócio deles cresçam para que eles possam estar vendendo fora do município. Pra isso eu sei que tem também a questão da vigilância sanitária, pra que selo para que essas produções saiam do município, mas pra isso, volto a afirmar é necessária a política pública.</p>	<p>É uma situação difícil, porque a gente sabe, que vai dando um certo desânimo na população, dá um desanimo naqueles que pretendem investir em alguma coisa, quando elas veem a saída, vai desanimando. E isso a gente tem visto muito nos últimos anos, nós temos vistos mais saídas do que entradas, do que a vinda de pessoas pro município, o que vem mais são funcionários públicos que passam em concurso, tomam posse e vem para os municípios. Mas outras pessoas em busca de trabalho nós estamos vendo mais sair que chegar.</p>
R/C 04	<p>Nesse momento eu não sei te responder.</p>	<p>Impacto principalmente na situação econômica e no crescimento, porque se você for olhar o número da população tem caído, de pessoas que tem ido embora em busca de novas oportunidades, e essa diminuição de número de habitantes diminui a renda, então cada vez vai ficando mais precário.</p>
R/C 05	<p>Como eu disse anteriormente, a indústria acho que seria muito importante, seria não, é. Muitos sabemos que a economia é tudo, né, se você não tiver uma garantia de um emprego que te dê uma certa estabilidade, entendeu, você acaba não ficando naquele local, e como nós</p>	<p>Nós sabemos que a economia é tudo, né? Se você não tiver uma garantia de um emprego que te dê uma certa estabilidade, entendeu, você acaba não ficando naquele local, e como nós já falamos anteriormente com a perda da atividade</p>

	<p>já falamos anteriormente com a perda da atividade industrial aqui no município muitas pessoas perderam o emprego. Então, você vai ficar fazendo o que aqui? Você tem que sustentar sua família, então você vai embora para outro lugar que tenha serviço. Onde ofereça oportunidade de você sustentar sua família, eu vejo que é falta de opção. Se você nasceu aqui, ou você foi criado no município você cria vínculos, laços culturais, sociais todos aqui, então você não quer deixar seus amigos de infância, seus familiares para trás. Se perguntar para qualquer um que saiu daqui, eu tenho certeza que eles adorariam voltar para cá. Mas como? Se o município não oferece emprego, oportunidades para que essas pessoas retornem, fica difícil para eles voltarem. O importante é uma outra situação com relação à agricultura familiar, trazer projetos para que eles continuem trabalhando na zona rural, trabalhando na agricultura familiar. E tem muitos deles, devido às dificuldades de estar tocando a terra, de estar produzindo por falta de recurso e incentivo do governo, muitos deixam, abandonam, vendem, vão embora. Então, assim investir na agricultura familiar através de financiamentos seria um ponto bastante importante a se considerar e automaticamente você está ajudando a questão social do município, resgatando as festas nas comunidades que nós tínhamos antes, porque diminuiu o número de moradores das comunidades no município, muitos vieram pra cidade, outros foram embora para outros municípios. Então, essas festas tradicionais que tinham, elas foram se perdendo né, em virtude da população da zona rural estarem migrando para a zona urbana. Então, você dando condições para essas</p>	<p>industrial aqui no município muitas pessoas perderam o emprego. Então, você vai ficar fazendo o que aqui? Você tem que sustentar sua família, então você vai embora para outro lugar que tenha serviço. Onde ofereça oportunidade de você sustentar sua família, eu vejo que é falta de opção. Se você nasceu aqui, ou você foi criado no município você cria vínculos, laços culturais, sociais todos aqui, então você não quer deixar seus amigos de infância, seus familiares para trás. Se perguntar para qualquer um que saiu daqui eu tenho certeza que eles adorariam voltar para cá. Mas como? Se o município não oferece emprego, oportunidades para que essas pessoas retornem, fica difícil para eles voltarem.</p>
--	--	---

	<p>peessoas ficarem e alguns retornarem para a agricultura familiar, de repente você estaria também resgatando essas festas que aconteciam no município, e está diretamente ligado à cultura do nosso município. Antigamente nós tínhamos ao término da colheita da lavoura fazia-se uma festa comemorativa na comunidade, hoje não tem mais, seria uma forma de estar resgatando isso.</p>	
R/C 06	<p>Eu acho que a gente poderia melhorar um pouquinho nossa cidade, porque o que falta em nossa cidade é um pouquinho de beleza. Nós não temos entrada, não temos saída, não temos meio.</p> <p>Qual atrativo que nós temos para uma pessoa passar aqui? Se você está de férias, você passa por Quatro Marcos, você vai querer visitar essa cidade? Não, você vai querer passar reto. É complicado, a imagem que nossa cidade vende não é uma imagem muito boa para a pessoa querer passar aqui. Você passa na entrada da cidade não tem nada, você passa no meio da cidade tem lotes sujos, ruas sujas, aí você sai lá no final da cidade e o que você vê? Não vê nada. A nossa cidade precisa ser atrativa. Para ter desenvolvimento socioeconômico, a cidade tem que estar desenvolvida, a cidade tem que ser moderna... então assim vamos arrumar a cidade para que a pessoas que passarem por aqui pelo menos queira visitar.</p>	<p>O impacto é muito grande, mas nós não temos emprego. Hoje eu acho muito difícil alguém que saia de cidades vizinhas e venha para Quatro Marcos trabalhar...agora nós temos muita gente que sai de Quatro Marcos e vai trabalhar em Mirassol, em Araputanga, porque nós temos mão de obra qualificada no município, mas nós não temos emprego, a maioria trabalha nos frigoríficos das cidades vizinhas e se esse povo sair de lá para onde vai? Vai embora.</p>
R/C 07	<p>O gestor tinha que procurar indústrias, trazer para dentro do município porque nós tínhamos um frigorífico aqui e parou, então tirou quantos empregos? Então precisa-se de empregos para fortalecer o município.</p>	<p>Alguns vão por aventura e outros por necessidade de ir e tem muitos que vão e voltam, porque ir procurar emprego em outro canto você tem que saber como está aquele lugar, porque pelo menos aqui você está no meio de gente conhecida. Isso tem</p>

		impacto porque toda pessoa que sai, isso causa impacto no orçamento do município.
--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser visto no Quadro 13, as indicações de outros investimentos socioeconômicos para ampliar oportunidades de emprego e renda no município e, conseqüentemente, seu desenvolvimento feita pelos pesquisados são de certo modo confluentes, isto porque eles indicaram investimento em indústrias, o fortalecimento dos pequenos negócios, investimentos na agricultura familiar por meio de projetos que incentivem os agricultores a permanecerem no campo, ações estas que já foram apontadas. Entretanto, em meio a estas respostas encontram-se o investimento em infraestrutura, incentivo ao artesanato local e produtos caseiros, capacitação e resgate das festas tradicionais.

De acordo com a Fundação Instituto de Administração (FIA...2019), “a infraestrutura pode ser definida como um conjunto de elementos que estimula o desenvolvimento socioeconômico de uma região”. É importante verificar que a infraestrutura proporciona desenvolvimento em um país em todos os âmbitos, desde o ramo de construção até a diminuição da pobreza, também é necessário compreender que a infraestrutura contribuirá para o desenvolvimento territorial de um local se abrangerem quatro áreas:

- Saneamento: coleta de lixo, fornecimento de água tratada, coleta e o tratamento de esgoto doméstico e industrial, limpeza de vias públicas. Serviços estes que são essenciais para a prevenção de doenças e aumentam a qualidade de vida e bem-estar da população;
- Transporte: construção de estradas, aeroportos, ferrovias, hidrovias, ou seja, investimento em mobilidade urbana;
- Energia: principal serviço de infraestrutura, tanto sua geração como distribuição, porque abastece residências, indústrias, veículos e propriedades nas áreas rurais;
- Telecomunicação: fundamental para troca de informações entre pessoas e empresas de diversos locais para realização de negócios (FIA, 2019).

Considerando tais informações, destaca-se a importância da infraestrutura para o desenvolvimento territorial. Mendes (2011, p. 1) aponta que quando se fala em infraestrutura não se está falando somente de estradas, mas também sobre

construção de usinas hidrelétricas, que amplia o oferecimento de energia para os locais viabilizando instalações e expansão das indústrias; também se está falando sobre sistemas de irrigação, que contribuem para a expansão da agricultura em terras antes consideradas impróprias para cultivo. Mendes (2011, p.1) ainda enfatiza que:

Os investimentos em infraestrutura também podem ter importante impacto na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população de menor renda. Há um efeito direto de aumento da oferta de empregos e salários quando a economia cresce e se torna mais eficiente e competitiva. Mas há, também, um aumento no valor de mercado do patrimônio da população pobre quando a sua residência passa a ser servida por rede de esgoto, água e telefone. Da mesma forma, a propriedade rural passa a valer mais quando uma estrada facilita seu acesso à cidade mais próxima. A redução de incidência de doenças na população pobre, decorrente da expansão do saneamento básico, se reflete em aumento da capacidade de aprendizado escolar das crianças e da capacidade laboral dos adultos. Telefones e demais sistemas de comunicação eficientes e baratos permitem que pequenos negócios informais tenham custos operacionais baixos e possam crescer, pois se torna barato encontrar novos negócios (torna-se mais fácil construir uma ponte entre comprador e vendedor). Além disso, uma comunicação melhor permite agilizar a pesquisa por matérias-primas de menor custo e aperfeiçoar as condições de negociação de venda de safra pelo pequeno produtor rural. Transportes urbanos rápidos e baratos dão liberdade para se optar por uma residência mais distante, com preços mais acessíveis.

Conforme exposto, Mendes (2011, p. 1-2) ainda ressalta que os benefícios proporcionados a um local por meio de investimento em infraestrutura podem se perder e não resultar em um desenvolvimento territorial se estes forem malfeitos, se os valores forem superfaturados, se os elementos utilizados nas obras tiverem má qualidade, e se não houver uma manutenção periódica da infraestrutura construída. As obras devem ser bem planejadas e executadas, os gestores públicos não devem ceder aos apelos de empresas que desejam construir visando somente seus lucros em detrimento a investimentos prioritários e necessários para a população.

Para que os investimentos públicos em infraestrutura sejam positivos para a população, é primordial que os estados planejem e monitorem os investimentos a fim de não ficar à mercê de empreendedores privados, que têm interesse em lucrar sem se aterem à eficácia da infraestrutura pronta. É indispensável o uso de licitações, fiscalização das obras, no sentido de se averiguar a qualidade do material empregado, o cumprimento de prazo e a correta execução dos projetos (MENDES, 2011, p. 2).

Em relação ao município em tela, no ano de 2016 foi instituído o Conselho Municipal de Logística e Infraestrutura com os objetivos elencados acima de

acompanhar, fiscalizar e assessorar os recursos do Fundo Estadual de Transportes e Habitação (FETHAB) criado em 2000 pela lei 7.263 do estado de Mato Grosso. Os recursos são repassados ao município, e no ano de 2021 o prefeito em vigência James Silva Bolandin nomeou membros para o conselho que terá duração de dois anos, 2021/2023 podendo ser prorrogado.

Art. 3º O conselho Municipal de Infraestrutura de Logística, vulgo Conselho Municipal do FETHAB, terá a atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Transportes e Habitação (FETHAB) repassados ao município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, podendo apresentar ao Prefeito Municipal sugestões de projetos, observados os limites estabelecidos em legislação vigente (SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS (MT),2021).

Assim, é possível afirmar que para que ocorra um desenvolvimento territorial é imprescindível negociação e interação entre os atores locais, mas somente a ideia de articulação e interação não determina o desenvolvimento. Para a efetivação deste desenvolvimento territorial é primordial que estes atores se desfaçam da passividade e se esforcem no sentido de aproveitarem os recursos disponíveis e empregá-los na geração de empregos e riqueza local (SANTOS, 2012, p. 36).

Para Santos (2012, p. 39-40), a preservação e o reforço da identidade territorial se tornam um eixo substancial para um desenvolvimento local ou regional, sendo essencial conciliar modernidade e tradição em plano geoestratégico que valorize as identidades coletivas. Desta forma, o conceito de desenvolvimento territorial dá destaque à comunidade local em assumir papel efetivo neste desenvolvimento, identificando sua vocação, maximizando possíveis vantagens para alavancar também alternativas de renda, assim, o conceito de desenvolvimento não se limita somente a questão econômica, mas às estruturas socioculturais.

Ao se falar em estruturas socioculturais entram em cena duas sugestões de investimentos socioeconômicos feitas pelos entrevistados, que são o incentivo ao artesanato e o resgate de festas tradicionais no município. No tocante ao artesanato, Souza (2016, p. 61) aponta que apesar de ter desempenhado e continuar desempenhando um papel importante dentro da sociedade, este foi desvalorizado por ser visto como antiquado. Para a autora, o artesanato pode ser conceituado como tudo que é produzido pelas mãos, o que diferencia o artesanato em determinado território de outro são os saberes, os fazeres e as maneiras como os artesãos dão vida às peças produzidas.

Na questão do desenvolvimento territorial, o artesanato além de seu valor cultural tem um potencial na geração de trabalho e renda, tornando-se um dos pontos estratégicos de valorização e desenvolvimento dos territórios. Embora a tentativa de mudar a visão sobre o artesanato dentro do contexto de desenvolvimento por meio do Plano Nacional de Cultura (PNC) criado em 2010, o escape do artesanato nos investimentos socioeconômicos se deve, na visão de alguns gestores, à informalidade, todavia esta informalidade não impede que políticas assistencialistas, eleitorais, utilizem o fazer artesanal quando é conveniente aos gestores (SOUZA, 2016, p. 64).

De acordo com Mello (2016, p. 73-75), há diversos estudos brasileiros que objetivam integrar o artesanato em ações de desenvolvimento territorial, dentro de estratégias de diferenciação dos produtos com base em especificidades locais. No município em foco, apesar da existência de uma Lei municipal nº 1360/2011 que assegura a necessidade de se criar uma casa do artesão, com o objetivo de alcançar a população e gerar emprego e renda, o projeto denominado de ExpoArte ainda não saiu do papel, o que dificulta a exposição de artes que serve como uma vitrine que favorece a comercialização e a divulgação do potencial artístico e cultural produzido no município (BORDIN, 2020, p. 44).

Em consonância com esta visão, Mello (2016, p. 73-75) dispõe a relevância de compreender o artesanato como algo que é ao mesmo tempo mercadoria e bem cultural e que a revitalização e valorização do artesanato contribui para o sentimento de pertencimento da comunidade, bem como uma oportunidade de renda.

A história que faz parte do produto e o saber-fazer local, além de serem aspectos cada vez mais valorizados devido crescimento expressivo da demanda por bens simbólicos, em alguns casos também tem servido de apoio para a dinamização do patrimônio cultural dos territórios a partir de iniciativas que, em nome do desenvolvimento territorial, buscam dar poder aos artesãos para que mantenham sua autonomia, permitindo a permanência da prática artesanal na contemporaneidade (MELLO, 2016, p. 80).

Corroborando com este pensamento destaca-se uma outra sugestão de investimento socioeconômico feito pelos pesquisados, o resgate e incentivo de festas tradicionais no município. Segundo Costa (2008, p. 66), “festar é a reprodução da vida, a construção de uma sociabilidade, do encontro, do prazer”. A autora ainda afirma que tanto em metrópoles quanto em pequenas cidades as festas resistem perante a estratégia capitalista de homogeneização das práticas culturais. Entretanto, nesta

relação entre o velho e o novo as festas permanecem, mas transformam-se, uma vez que a cultura é uma prática socioespacial. Com relação às festas religiosas, Costa (2008) aponta que tais festas são parte da cultura brasileira, sendo um importante elemento na produção da identidade do povo brasileiro.

Em São José dos Quatro Marcos, as festas religiosas sempre movimentaram a sociedade e a economia local. Uma das primeiras festas religiosas deste município é a chamada Folia de Reis, que embora tenha sofrido uma redução no número de companhias existentes no município ainda se mantém resistente. A festa de Folia de Reis tem seu início no ano de 1970 com a chegada de imigrantes provenientes principalmente dos estados de São Paulo e Paraná. Entre estes imigrantes se encontrava o Sr. Fidélis José de Souza (in memorian) que se tornou o responsável por criar um grupo com o nome de Companhia do Barreirão (Figura 45). Tal companhia se apresenta durante os meses de novembro, dezembro e janeiro no município e em alguns municípios vizinhos, tornando-se desta forma referência na região, sendo também incluída pela Secretaria de Cultura e Turismo de São José dos Quatro Marcos em seu calendário cultural. Assim, a Folia de Reis atrai pessoas de outros municípios, ocasionando rentabilidade para autônomos que vendem produtos alimentícios (DIAS, 2021).

Figura 45 – Companhia do Barreirão no início do giro em 2017



Fonte: Leticia dias Matos (2018).

Outra festa de cunho religioso presente no município e que devido ao vírus da Covid-19 não ocorreu desde 2019 é a chamada Festa do Padroeiro, chamada por grande parte da população de Festa do Padre. Esta festa a princípio era conhecida como Festa da Colheita (Figura 46), tendo sua origem relacionada às colheitas de arroz e do café, quando a comunidade se reunia com comidas típicas e outras atividades para celebrar a colheita. Posteriormente, no ano de 1977, com a chegada do Padre Georges, surgiu a ideia de transformar a Festa da Colheita em uma festa para homenagear o santo São José, escolhido como padroeiro do município. Como era a paróquia coordenada pelo então padre Georges, a população começou a chamar a comemoração de Festa do Padre, esta passou a ser realizada no mês de maio, no dia do trabalhador, com duração em média de três dias, com comidas típicas, músicas e danças que eram intercaladas com leilões (BORDIN, 2020, p. 32).

Figura 46 – Festa da colheita 1974



Fonte: Blog Pioneiros de Quatro Marcos (2020).

Figura 47 – Festa do Padroeiro/ Festa do Padre em 1977



Fonte: Pioneiros de Quatro Marcos-MT (2020).

Figura 48 – Última Festa do Padroeiro/Festa do Padre no ano de 2019



Fonte: Prefeitura de São José dos Quatro Marcos

Bordin (2020, p. 32-33) afirma que a partir de 2010 as danças culturais foram apresentadas pela última vez na Festa do Padre, porque já estava sob o comando do novo pároco que chegava com ideias novas, passando a realizar a festa com menos

dias, sem danças e com apresentações de shows musicais com artistas católicos de renome. Além da famosa Festa do Padre, durante o ano eram realizadas nas comunidades rurais várias quermesses, que na atualidade já não existem. E é baseada na religiosidade que acontecem outros festejos que, segundo Bordin, têm gerado no município o turismo cultural religioso e gerado renda.

Nesta rota de fé que move pessoas para o município afloram vários eventos, tais como a Festa de Reis, Encontro de Música Gospel, Romaria de Nossa Senhora Aparecida, Deus Proverá, Festival de São José, Cerco de Jericó, Estância do Carmelo, Cavalgada de São José, Jornada da Juventude e Congressos Evangélicos. A busca espiritual e a prática religiosa há alguns anos já não se restringem às quatro paredes de igrejas, santuários e templos, e começa a aquecer um setor que vem ganhando novos adeptos: o Turismo Cultural Religioso (BORDIN, 2020, p. 45).

Conforme Bordin (2020), além do Turismo Cultural Religioso ainda existem várias festas que contribuem para a geração de renda e emprego no município, tais como apresentação do Ballet Quatro Marcos (Figura 49), Festival de música (Figura 50), Festividades de final de ano na praça Bandeirantes com o destaque de uma árvore de natal gigante (Figura 51), Violada Sertaneja, Cinema na praça Bandeirantes, Festa Junina na comunidade do Barreirão e a Festa de Peão (EXPOMARCOS).

Figura 49 – Apresentação do espetáculo "As Doze Princesas Bailarinas" do Centro de Dança Ballet Quatro Marcos em 2014



Fonte: São José dos Quatro Marcos (2014).

Figura 50 – Festival de Música e Show Nacional no ano de 2018



Fonte: Popular Online (2018).

Figura 51 – Festividades de final de ano na praça Bandeirantes com destaque para a Árvore de Natal gigante, 2019



Fonte: Júnior (2019).

Por meio do exposto sobre a contribuição do artesanato e do resgate das festas tradicionais locais para o desenvolvimento territorial, é pertinente considerar o que Cruz, Menezes e Pinto (2008, p. 15-16) afirmam com relação às manifestações

populares como as festas religiosas e comemorações diversas aqui apresentadas no texto. Consonante os pesquisadores, tais manifestações são vistas não somente com o teor artístico, mas também como relações sociais que se traduzem em forma de linguagem, pensar, fazer e sentir característico de um povo, como o de São José dos Quatro Marcos.

Segundo Oliveira e Cavalcante (2012, p. 83), em muitos casos acontece o processo de recriação de festas tradicionais, que a princípio tinham um caráter quase natural de valores e costumes populares que podem ser apropriados por administradores públicos e empresariais com objetivo comercial e econômico. Em suma, tanto o investimento em artesanato local, capacitação e resgate de festas tradicionais podem ser considerados como vetores de criação de novas oportunidades de inclusão econômica, social e política, com enfoque no desenvolvimento territorial.

Além do questionamento sobre outros investimentos socioeconômicos feito aos entrevistados, eles foram interpelados sobre a saída da população local. Neste ponto, os entrevistados disseram que as pessoas migram para outros lugares devido à falta de empregos. Outro ponto é a questão de que a saída de pessoas do município causa um certo receio naqueles que pretendem investir no local, o que ocasiona um maior impacto na economia municipal, ou seja, a diminuição do número de habitantes impacta na renda do município e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento territorial. Na visão dos entrevistados, grande parte dos habitantes que deixam o município de São José dos Quatro Marcos, se tivessem oportunidade de emprego voltariam em razão do elo de pertencimento com o lugar, os laços culturais e sociais. Quando estas pessoas saem em busca de novas oportunidades para obterem seu sustento e de seus familiares, deixam seus amigos de infância e familiares, entretanto, se a pessoa não tem um emprego que ofereça uma certa estabilidade não há outra alternativa.

As respostas dadas pelos pesquisados robustecem o que Chuzi (2012, p. 10) escreve sobre o processo de migração. Em sua concepção, o fenômeno migratório existe desde o surgimento da humanidade, no qual se deslocavam quando estava em jogo a sobrevivência da espécie.

Todavia, ao longo do tempo e com as transformações no mundo, o motivo do deslocamento das pessoas não se dá somente por busca de sobrevivência, mas também pela busca por condições dignas de vida, em concordância com os direitos

fundamentais do ser humano. A pesquisadora ainda disserta que o direito de ir e vir, assegurado pela Constituição Federal, não se limita somente à liberdade de movimento, mas abrange a procura de espaços geográficos no qual o indivíduo possa viver dignamente, já que aquele em que nasceu ou onde habita não lhe oferece mais esta condição.

No mundo atual existem várias razões que podem levar um habitante ou vários a saírem de um determinado espaço geográfico, como por exemplo o processo de colonização, crescimento econômico, enriquecimento, oportunidades de trabalho, catástrofes, estagnação e busca de melhores condições de vida. Para Brito (2009):

O migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho. Como se cada migrante fosse um 'empresário de si mesmo' procurando uma localização ótima para o seu "capital humano" (p. 6).

No que concerne à saída de habitantes do município em tela, é importante considerar o que afirma Ghuzi (2012, p. 12), que a questão da migração está relacionada à desigualdade social, à pobreza ou à exclusão social. Assim, para evitar a saída de habitantes de determinado espaço geográfico e melhorar o desenvolvimento deste local, é essencial a priori detectar tais motivações para posteriormente estabelecer políticas públicas, programas, planos voltados para a geração de renda e emprego e para o desenvolvimento territorial, já que a mobilidade humana está vinculada em sua grande maioria à falta de recursos financeiros para uma vida digna.

Ao se falar em programas e planos voltados para um desenvolvimento territorial, bem como quais seriam os agentes responsáveis por tal, foi aplicada a seguinte pergunta contida no Quadro 14.

Quadro 14 – Planos, programas e atividades voltados para o desenvolvimento territorial e agentes

Poderia citar alguns planos, programas ou atividades que envolvem a questão do desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos? Em sua percepção quais são os agentes que deveriam incentivar o desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos

Representante da comunidade	Programas, planos, atividades	Agentes que devem incentivar o desenvolvimento
R/C 01	Neste momento não sei. Estou assim bem desinformada a respeito disso, se a prefeitura tem algum programa de desenvolvimento não sei.	Acho que a câmara de vereadores, as pessoas que estão dentro da prefeitura, nas secretarias, é claro que todos têm que fazer sua parte, mais é difícil você caminhar sem ter onde chegar. Então, acredito que se a prefeitura montasse projetos, o resto da população poderia tentar ajudar, tentar contribuir de alguma forma [...]
R/C 02	É... vários programas vinculados à União, agora mudou o nome, agora era Casa verde amarela, mais era minha casa minha vida. Porque o município em si, ele não tem nenhum programa. [...] Então, o município em si, ele não tem em si nenhum projeto pronto que venha de encontro com o desenvolvimento territorial. Por exemplos, tem uns que estão voltados para a questão agrária, outros voltados para o Jovem aprendiz, parceira com o sistema AS que é mais questão de profissionalização porque se eu penso num projeto, num programa que venha desenvolver o município não tem receita pra isso, tudo tem que ser vinculado ao macro à Nação, federal. [...]	Todos, pro município retornar aos trilhos do crescimento, ele precisa de uma junção de vários fatores, onde a sociedade civil possa participar, onde a sociedade acima de tudo trazer ideias, que o gestor possa ouvir essas ideias, que eles possam ouvir as pessoas, a mão de obra qualificada do município, seja o geógrafo, o arquiteto, seja o engenheiro, o agrimensor, o pecuarista, o agricultor, né? Seja o desempregado, seja do centro, seja da periferia, porque quando traçado um plano de desenvolvimento, todos têm que ter voz, porque essas vozes, formam o município. [...]
R/C 03	Eu já ouvi, tem alguns programas que estão ligados à questão da agricultura familiar, mas eu não sei explicar, só questão de ouvir mesmo, que é a compra dos produtos pela prefeitura e a compra desses produtos das escolas públicas para a merenda escolar. Que é um modo de estar incentivando, mas também não sei dizer	Primeiro de tudo são os agentes públicos, o poder público que tem essa primeira lição de começar o incentivo, depois há possibilidades é de instituições privadas também. Mas o primeiro de tudo é o gestor público. É esse que tem que ter essa visão de

	qual o nome desse programa, eu sei que ele tem porque eu já vi fazendo essa entregas desses produtos produzidos pelos pequenos agricultores.	estar incentivando para melhoria econômica do município.
R/C 04	Agora eu não sei te responder, eu vou pensar e depois eu te falo.	Todos, para o município retornar aos trilhos do crescimento, ele precisa de uma junção de vários fatores, onde a sociedade civil possa participar, onde a sociedade acima de tudo possa trazer ideias, que o gestor possa ouvir essas ideias, que eles possam ouvir as pessoas, a mão de obra qualificada do município, seja o geógrafo, o arquiteto, seja o engenheiro, o agrimensor, o pecuarista, o agricultor, seja o desempregado, seja do centro, seja da periferia, porque quando traçado um plano de desenvolvimento todos têm que ter voz, porque essa vozes, formam o município, porque quando a gente toma uma atitude sozinho a gente não consegue atender aquele que está lá esquecido. Então, quando você ouve todos, você consegue traçar um projeto, uma planta, uma meta, todos vão estar imbuídos no mesmo sentido de correr atrás, de vamos fiscalizar, vamos cobrar, vamos indicar, vamos propor, vamos patrocinar, vamos incentivar né? Então, eu acredito que quando pensamos em desenvolvimento de qualquer espaço seja aí o micro, o grande o gigante, todos os agentes ali têm que ser ouvidos, todos têm que ter uma contribuição e de responsabilização, eu fui responsável por aquilo, eu

		participei, ouviu minha voz, automaticamente eu tô imbuído no processo. Então, a gente precisa mesmo praticar gestão democrática, da voz, da responsabilidade pra o povo, assim a gente consegue crescer.
R/C 05	Na agricultura familiar nós temos essa parceria que parte da produção deles é vendida nas escolas, é uma parceria do governo estadual para com eles. Então, o governo acaba ajudando essas famílias a permanecerem na zona rural e ao mesmo tempo trazem o alimento fresquinho para as crianças. No mais, o que não tenho conhecimento de alguma outra atividade assim, o que eu sei que existe que é âmbito nacional é o PRONAF que até citei né? Mais é um projeto para ajudar todos os produtores rurais independente de ser pequeno, médio ou grande produtor rural. Agora, aqui dentro mesmo não tenho conhecimento.	São os gestores.
R/C 06	Olha, planos prontos eu não tenho. Mas, a gente tinha um trabalho que queríamos fazer dentro da CDL para montar um planejamento para algumas empresas, mas como se diz acabou ficando um pouco na cabeça, um pouco no papel, porque começando 2020 não podemos fazer nada e também 2021 começou da mesma forma. Mas, assim a própria prefeitura pode trazer coisas novas, pode trazer desenvolvimento, pode trazer investimento na agricultura familiar, trazer novos cursos, novos conhecimentos para as pessoas trabalharem melhor. E eu acho que a única maneira do município se desenvolver é a parceria pública privada, é a gestão pública trabalhar junto com a gestão privada.	Gestão pública e privada.

R/C 07	R/07 Nós temos um projeto antigo, que nós não conseguimos realizar, já tem cinco anos que temos ele e por conta da falta de esforço da própria gestão, não conseguimos fazer. É um projeto de um minifrigorífico para frango e porco, abatedouro de frango e porco. Porque de frango e porco? Porque incentiva o produtor a produzir o frango e o porco e vai ter uma melhor qualidade para vender e vai gerar emprego e renda para mais famílias. Então, um mini abatedouro como um mini laticínio. Esse projeto não é da prefeitura, é da associação, já está protocolado, mas depende do esforço público porque a associação é fraca, ela não tem recursos para se manter sozinha, para diminuir custo para o produtor.	O principal é o prefeito, que é a peça fundamental para o desenvolvimento da cidade, segundo o secretariado.
--------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

Como resposta à existência de programas criados para o desenvolvimento territorial, dois pesquisados disseram que não sabiam da existência de nenhum para o município; um disse que existem programas vinculados à União, mas ao município em si não; alguns dos entrevistados apontaram a existência de programa voltado para a agricultura familiar, e a vontade de pôr em prática alguns planos, porém não tinham apoio da gestão pública. No que se refere a programas vinculados à União, salienta-se que o desenvolvimento territorial de um lugar não está mais associado somente a este lugar, presentemente entende-se que o âmbito local influencia e é influenciado pela esfera regional, estadual e nacional. Deste modo, as inter-relações são tantas que se torna errado desassociar o local das demais esferas (ENAP, 2018, p. 05).

São exemplos destas inter-relações os governos estaduais que podem mudar impostos, tarifas, construir ou pavimentar vias que facilitem a entrada de pessoas ou mercadorias que terminam por impactar os municípios em seu trajeto. Programas, planos ou ações do governo federal que podem acelerar ou conter a economia com a oferta de recursos a juros baixos, cria empregos e atrai populações com a instalação de campi universitários. Vários destes exemplos podem estar ligados a uma política de promoção da formação de mão de obra para um mercado mundial mais competitivo, ou a exploração de oportunidade de negócios em mercado de

commodities internacionais, seja em relação à sua produção (no Município), seja em relação ao escoamento (no Estado) e à exportação (nacional) (ENAP, 2018, p. 05).

Ainda segundo o ENAP (2018, p. 5-6), embora o desenvolvimento territorial de um município esteja ligado à União, por outro lado este desenvolvimento local possui uma dinâmica própria que nem sempre pode ser retratado como mera consequência do que ocorre em outras esferas do governo. Deste modo, o desenvolvimento de um município se relaciona a priori à sua autonomia, à sua capitalização, ao protagonismo dos atores envolvidos e neste caso o papel da população e da gestão privada é muito relevante. Assim sendo, vale ressaltar que o desenvolvimento territorial de um local não é resultado automático do governo, podendo ter elementos próprios que envolvem atores que habitam, dialogam e transitam na esfera municipal.

No tocante aos agentes que seriam responsáveis por programas, os entrevistados indicaram os vereadores, o prefeito e seu secretariado, ou seja, a gestão pública, mas também indicaram o setor privado e a população de modo geral. Conforme Delgado *et al.* (2007, p. 25), deve-se tomar cuidado quanto a uma proposta de desenvolvimento territorial que defende uma dimensão participativa e negociada deste processo, em sua concepção os programas, planos e ações voltadas para um desenvolvimento territorial deve ponderar que as políticas territoriais abrangem um conjunto distinto de atores que podem ser diferenciados com relação:

[...] à localização, suas atividades e práticas rurais e/ou urbanas, ao caráter da propriedade dos ativos e do emprego de mão-de-obra (setor patronal, agricultura familiar), às áreas de atuação na atividade econômica (agropecuária, indústria, serviços, etc.) e ao processo de organização e representação política (sindicatos — patronais e de trabalhadores, movimentos sociais, associações empresariais, consumidores, ambientalistas, organizações não-governamentais — ONGs, entre outros), etc. (DELGADO *et al.*, 2007, p. 25).

Devido à diversidade de atores, locais, áreas de atuação, organização e representação política como descrito acima, quando se trata de planos, programas ou ações referentes à promoção de um desenvolvimento territorial de determinado espaço geográfico, é substancial ponderar o caráter de pessoas envolvidas e refletir sobre a dimensão conflitiva intrínseca neste processo (DELGADO *et al.*, 2007, p. 25).

Já para Rambo e Ruckert (2008, p. 99-100), o desenvolvimento territorial será exitoso se os atores, tanto representados pela sociedade civil quanto pelo Estado e pelo mercado, buscarem criar e colocar em prática ações, projetos, programas

dirigidos a uma inovação territorial coletiva e com densidade institucional. Isto é, inovações criadas e aplicadas em coletividade com foco nas potencialidades do território, e de forma interativa com as escalas de poder e gestão.

De acordo com Gil e Fernandes (2005, p. 81), para elaborar projetos, planos, programas ou atividades que visem o desenvolvimento territorial, é primordial compreender que este desenvolvimento consiste em um modelo político idealizado para propiciar o desenvolvimento de um determinado lugar, região ou país de maneira multidimensional, ou seja, abrangendo todas as dimensões: educação, saúde, ambiente, agricultura familiar, agronegócio, cidade, campo etc. Mediante este ponto de vista, ninguém e nenhum segmento deve ficar de fora de tais programas, projetos, planos ou ações.

Além de questionar os pesquisados sobre a existência de possíveis programas no município criados para o desenvolvimento territorial, eles foram questionados também sobre a importância de São José dos Quatro Marcos no contexto da região Oeste e se existe alguma característica relevante que dificulte ou impulse este desenvolvimento. As respostas dadas estão presentes no Quadro 15.

Quadro 15 – Importância dos aspectos geográficos para o desenvolvimento territorial

Do ponto de vista geográfico, que importância tem o desenvolvimento do município no contexto da região Oeste? Existe alguma característica relevante no município que dificulte o seu desenvolvimento? Existe algum fator positivo que poderia impulsionar o desenvolvimento do município?

Representante da comunidade	Importância do desenvolvimento do município na região Oeste	Característica relevante que dificulte o desenvolvimento	Fator positivo para o desenvolvimento do município
R/C 01	Penso que todo município que tiver um bom desenvolvimento econômico, ele vai ajudar economicamente a região em que ele está, no nosso caso a região Oeste, vai ajudar no estado e conseqüentemente na região como um todo. Eu fico observando, por exemplo, dentro do estado de Mato Grosso, aqueles municípios que são mais desenvolvidos, eles acabam recebendo mais recursos e aqueles que estão com o desenvolvimento menor recebem menos recursos e ficam mais atrasados. Então, acaba que contribui, vai dificultando tudo que acontece. Então, todo município bem desenvolvido ele tem uma importância muito grande dentro	Se eu fosse apontar uma característica não do município em si, mas as questões políticas estão atrapalhando, acho que o olhar de quem assume os cargos públicos no município não estão com olhar para desenvolver. Às vezes, estão pensando em outras situações, entram preocupados em fazer um asfalto. Sei lá, que aparece mais em fazer uma obra que chame a atenção do que pensar nesse desenvolvimento que não vai ser a curto prazo. Você tem que fazer um trabalho que vai dar frutos mais para frente, às vezes depois que terminar o mandato.	Eu acho que é essa centralidade, principalmente de ter vários municípios em torno. Então, isso é uma vantagem muito grande, por exemplo, para localização de uma empresa porque ela vai poder distribuir para vários lugares; e também a questão de se ter uma região fértil, uma região de fácil cultivo. Acho que Quatro Marcos tem todos os pontos positivos. Eu não sou quatormarquense de nascimento, mais eu sou de coração. Então, eu sempre penso que a cidade tem todos os pontos positivos para se desenvolver, está faltando mesmo alguém abraçar e dizer vamos trabalhar para que isso aconteça.

	do estado, dentro da região, dentro do país.		
R/C 02	<p>Bastante [...] porque o nosso desenvolvimento seria um ponto estratégico porque seja mais próximo de Figueirópolis, Araputanga, Indiavaí, São Domingos. Então, a nossa questão do nosso desenvolvimento [...] tem totais condições de ofertar serviços públicos para a região, mas volto a dizer, precisa de uma gestão democrática, participativa, onde todos possam pensar no melhor de São José dos Quatro Marcos e da região para que juntos façamos projetos para esse fim. Porque temos a estrutura, temos mão de obra, então, Quatro Marcos ele tá numa localização geográfica estratégica, [...] Então, eu vejo assim, que Quatro Marcos é sim um município importante para região até por conta da sua historicidade né? No nosso cenário geográfico.</p>	<p>Do ponto de vista geográfico, creio que não, o relevo é plano, o solo muito, muito fértil, água ainda assim abundante, por mais que nós temos aí o grande desmatamento das matas ciliares, das nascentes. Mais, felizmente tem profissionais muito preocupados com isso, em fazer projetos voltados pra reflorestamento, pra recuperação de margens de rio. É, então, assim ao meu ver em termos geográfico não tem nenhum empasse que venha atrapalhar o desenvolvimento social, econômico de Quatro Marcos não, pelo contrário a geografia é um fator positivo, tudo temos aqui. Então, é algo realmente de planejamento.</p>	<p>Positivo é Luzia, o solo, a água, o solo fértil, a água, porque há duas décadas atrás Quatro Marcos era conhecido como um grande produtor de café, algodão. Então, isso prova que o solo é fértil, que produz, porém infelizmente várias anomalias vêm surgindo e isso o culpado não é a natureza, as ações humanas durante a história e agora cada vez mais capitalista e consumistas, a natureza vem revertido contra o homem. O Luzia, o ano passado chegou ao ponto de Quatro Marcos açudes, represas, poços semiartesianos secarem. Então, imagina só um lugar de rio Cabaçal, rio Bugres, Corgão, nossa onde você vai tem um rio, e chegar ao ponto de um poço artesiano secar. Qual é o problema? É a falta água ou toda a ação do homem no espaço geográfico? Então, assim, eu acredito que a nossa</p>

			<p>potencialidade está no solo, nesse relevo plano e nessa disponibilidade de água, que embora venha diminuindo, aí é culpa do homem mesmo e aí tem como reverter isso, basta querer, e é isso essa questão natural. A natureza foi bastante generosa com Quatro Marcos.</p>
R/C 03	<p>Bom, nós estamos entre vários outros municípios e pelo que eu vejo esses municípios eles também vivem a mesma situação do nosso município. Então, se um município como o nosso é tem, passa ter um desenvolvimento melhor ou mais avantajado, ele vai também influenciar isso nos municípios vizinhos. Então, como são municípios muitos próximos um vai incentivar o outro.</p>	<p>A questão das estradas, da rodovia, que passa tanto no nosso município como em outros municípios que não é bem conservada. Então, se a gente passar a ter um fluxo maior de veículos, provavelmente a gente não vai ter por um bom tempo estradas com condições de rodar, porque o asfalto não é muito bom.</p>	<p>Bom, nós não somos dotados de um local que a gente possa dizer de beleza natural, não tem cachoeiras como tem em outros municípios. Mas há lugares, se bem conservados, eles podem se tornar atrativos, um exemplo disso, é a pista que é um dos únicos locais que os municípes tem para estarem passando momentos de lazer. Então, se houver a organização de outros ambientes parecido com esses há possibilidade sim da gente ter ambientes que atraiam outras pessoas pra vir, que é o acontece com o município vizinho Araputanga, eles fizeram, viram uma possibilidade a partir</p>

			de um lago e que se tornou um ponto turístico, tanto do nosso município como de outros, vão até lá pra passar um dia se distrair.
R/C 04	Geográfico? Não sei.	O número de chacareiros, porque se for pegar, o município ele tem chácaras pequenas que têm atrapalhado o desenvolvimento, não tem uma fazenda, uma geração de renda maior.	Esses mesmos sítios e chácaras seria um fator, porque se tiver um investimento no produtor rural, na agricultura familiar ele pode alavancar.
R/C 05	Olha nosso município da região oeste, nós estamos localizados assim, é a cidade mais desenvolvida é Cáceres que está com 90km daqui, a outra cidade que está com um desenvolvimento um pouco mais avançado é Pontes e Lacerda que está a 120 km, alguma coisa assim. Então, a nossa localização nos coloca no meio das duas cidades que são as mais importantes da região oeste, então nós estamos centralizados. Então, se pudesse trazer desenvolvimento industrial pra cá e outras atividades econômicas, devido nós estarmos no	Não, o que eu vejo que dificulta não sei, seria bem o termo, é a falta de mobilidade dos gestores. Nós temos uma localização geográfica que é excelente, está no centro da região oeste, nós temos um solo muito bom para a agricultura. Então, você tem dois fatores aí que são importantes, aproveitar ele, nós precisamos aproveitar esses fatores. E os gestores é que são os responsáveis por isso, eles é que tem que estar trabalhando em cima disso para trazer atividade industrial, não só a atividade industrial, mas	A localização, o tipo de solo, o clima, nós temos duas estações do ano bem definidas, chove-se muito bem. Inclusive nós temos aqui no município vizinho já sendo introduzido a soja, no município, então eles já estão aproveitando o solo e a soja, a gente sabe que ela agrega muito ao município quanto a questão econômica. Então, assim, é esses pontos são importantes, o solo, o clima [...]

	<p>centro dessas duas cidades, seria fundamental para que todas outras próximas a nós pudessem também aproveitar esse desenvolvimento, pudesse aproveitar desse fator que é a localização geográfica, nossa nos coloca num lugar digamos que x [...]</p>	<p>atividade econômica para que possa novamente Quatro Marcos voltar a pega a trilha do desenvolvimento econômico e posteriormente social novamente. Então, eu não vejo esses movimentos sem a parceria ou sem o apoio incondicional dos gestores, eles são ao meu ver o ponto x.</p>	
R/C 06	<p>É que se ele desenvolver, gerar mais renda, vai melhorar até a economia dos outros municípios.</p>	<p>Não, Quatro Marcos tem algum solo que não produz? Tem, mas muito pouco. Quatro é mais produtivo do que improdutivo. Tem um problema que é a questão da água. Inclusive, temos um projeto para atender os pequenos produtores que enfrentam problemas com a falta de água.</p>	<p>Quatro Marcos é propício para a produção. Se houver investimento no pequeno produtor, terá desenvolvimento.</p>
R/C 07	<p>Olha Quatro Marcos está no meio, poderíamos ser polo de alguma coisa, vamos por aí na saúde, poderíamos ser polo, temos um hospital aqui inteirinho, pronto. Já pensou se a gente conseguisse transformar o nosso</p>	<p>Eu acho que não Quatro Marcos está num ponto estratégico, se a gente for colocar nossa microrregião nós estamos no meio, nós temos muita cidade, e Quatro Marcos está no meio.</p>	<p>A minha minha propaganda, eu diria eu nasci aqui, fui criado, acompanhei essa cidade desde pequeno, sei do potencial que a cidade tem, voltei a trabalhar e já estou aqui há quatorze anos. Uma das coisas que eu posso</p>

	<p>pequeno hospital num microrregional? É claro que isso é um sonho, temos um consórcio de saúde que compreende onze municípios. Tudo tem que mandar para Cáceres ou Lacerda, todos, ninguém faz nada aqui, Mirassol interna paciente, Araputanga interna paciente, Quatro Marcos não interna. Então, eu sei assim, que a parte pública está fazendo a parte dela, mas se Quatro Marcos pudesse ser polo nisso, ajudaria no desenvolvimento. Marcenaria nós temos várias. Por que não montar um polo industrial? Aí é que entra a parte pública e privada...montar cooperativas... se cada um fazer um pouquinho a cidade melhora.</p>		<p>falar é que a nossa cidade é acolhedora, um povo acolhedor. Então, assim esse é o diferencial de nossa cidade, o povo que ajuda, se a pessoa passar um tempo aqui ela não vai querer voltar mais, Quatro Marcos tem muito pra dar só, que falta ser desenvolvido.</p>
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora.

No que tange à importância geográfica do município para o desenvolvimento da região oeste de Mato Grosso, os pesquisados responderam que é bastante relevante, tendo em vista que este possui uma localização estratégica, se situando entre os municípios de Mirassol D'Oeste, Araputanga, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Lambari D'Oeste e Rio Branco. Na perspectiva destes munícipes, como São José dos Quatro Marcos possui uma localização central entre esses municípios citados, o seu desenvolvimento acaba por influenciar o desenvolvimento dos mesmos e conseqüentemente a região oeste. Além do mais, "o espaço urbano de São José dos Quatro Marcos estruturou-se inicialmente, de forma linear, às margens

da rodovia estadual MT 175, que articula a região com a capital do Estado” (PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, 2014, p.63).

Outro ponto abordado pelos pesquisados relacionados igualmente à questão da localização do município em tela é que ele fica entre Pontes e Lacerda e Cáceres, dois municípios que segundo os entrevistados possuem uma grande influência para a região. O fato de São José dos Quatro Marcos ficar localizado entre ambos faz com que ocorra uma circulação de mercadorias, pessoas e transportes, o que acaba por contribuir para o desenvolvimento da região.

Aliado à questão da localização centralizada do município, a sua historicidade foi apontada como um fator que contribui para o desenvolvimento da região oeste uma vez que este se localiza mais especificamente na mesorregião sudoeste do Estado de Mato, na chamada grande região de Cáceres, na microrregião Jauru. São José dos Quatro Marcos é proveniente (como já descrito nesta dissertação) do contexto do surgimento dos municípios decorrentes da ocupação de terras devolutas como expõe Calixto e Soares (2016):

O surgimento de grande parte dos municípios da Região da grande Cáceres se fundamenta nas estratégias geopolíticas estabelecidas pelo governo Getúlio Vargas para ocupar a Amazônia Ocidental. Houve nesse período grande incentivo para se ocupar as terras devolutas localizadas no Oeste brasileiro. Nesse contexto da ocupação e povoamento, as terras devolutas foram vendidas e ocupadas nas décadas de 1950 e 1960 (p. 9).

Calixto e Soares (2016, p. 10) expõem ainda que desde o princípio a maneira de ocupação deste território se caracterizou pela pequena propriedade, na qual se praticava a agricultura familiar. Entretanto, com o passar do tempo, mais especificamente na década de 1980, a forma de distribuição de terras, assim como o tamanho das propriedades passaram por mudanças, o número de propriedades foi reduzido e a pecuária extensiva entrou em cena. A inserção de novas culturas, como a do algodão, no município estudado ocasionou não somente uma efervescência neste, bem como na região oeste. Todavia, tais fatos denotam um rearranjo na estrutura produtiva e caracterizam um espaço socioeconômico regional desigual.

São José dos Quatro Marcos, em conformidade com o PMSB (2014, p. 61), é um município cujas organizações sociais, urbanas ou rurais estão ligadas pela atividade econômica dominante, o setor primário da economia e o seu processamento.

Em vista disto, grande parte dos entrevistados apontam que o desenvolvimento neste setor é primordial para toda a região oeste do Estado.

Quando os entrevistados foram indagados sobre se havia características geográficas relevantes que dificultem ou facilitem o desenvolvimento do município, as respostas com relação às características que dificultam em sua grande maioria foi que não, já que seus aspectos naturais são positivos. Porém, foram apresentados como pontos negativos a questão da falta de água e as estradas malconservadas. A questão da água no município é apontada tanto como um empecilho para o seu desenvolvimento, como um ponto positivo, os rios que banham o território fazem parte da bacia do Paraguai-Paraná, sendo eles afluentes do rio Paraguai. Sendo assim, a região é drenada pelos rios Cabaçal, dos Bugres, Jauru, assim como grande número de afluentes, como os córregos Águas Claras, das Pitas, Barreirão, Corgão e Grande dentre outros, o que demonstra que a priori o município possui uma riqueza hidrográfica. Embora haja esta riqueza hidrográfica, Vieira (2019) escreve que na sub-bacia hidrográfica do córrego Corgão que na atualidade abastece a cidade se dá uma

crescente interferência antrópica na sub-bacia hidrográfica do córrego Corgão, que fornece a maior parte da água utilizada para abastecer a cidade de São José dos Quatro Marcos. Essa interferência iniciou-se com o desmatamento para implantar culturas como café e algodão, que posteriormente foram substituídas pelas atuais pastagens. Dessa forma, a intensificação provocada nos processos erosivos e no assoreamento do leito do córrego prejudicou a qualidade da água bruta captada (VIEIRA, 2019, p. 78).

Como verificado acima, devido à retirada da mata ciliar em boa parte do córrego Corgão, a população quatromarquense – principalmente as que moram em bairros localizados em partes altas do relevo – sofrem com a intermitência no fornecimento de água e com sua insuficiente qualidade e falta de investimento no sistema de abastecimento. Desta maneira, muitas famílias ficam vulneráveis frente ao problema de abastecimento de água potável em suas residências (VIEIRA, 2019, p. 78).

Além da questão da hidrografia, outros recursos naturais foram apontados como pontos positivos, como é o caso dos tipos de solos, o relevo e o clima. Em São José dos Quatro Marcos, os tipos de solos, de acordo com Camargo (2011), são argilosos e arenosos com coloração vermelha escura e espessura diversas, no qual se destacam o Latossolo Vermelho-Escuro Eutrófico, o Podzólico Vermelho Escuro Eutrófico e o Podzólico Vermelho-Amarelo Eutrófico; com relação às formas de relevo

da região se destacam os planaltos e as depressões com altitudes entre 200 e 300 metros. No que diz respeito ao clima, Vieira (2019, p. 38 apud TARIFA, 2011) descreve que São José dos Quatro Marcos possui clima tropical, quente e subúmido, com duas estações bem definidas, uma chuvosa que se estende entre os meses de outubro e março, com precipitação elevada principalmente nos meses de dezembro a fevereiro; e o período de seca, entre os meses de abril a setembro, e especialmente entre os meses de junho e setembro.

Durante a aplicação do questionário foi mencionada a área de lazer do município como uma área que pode contribuir para o desenvolvimento do município. O Parque Wilson Rézio, nome dado ao local em homenagem ao vereador (em memória), foi construído para realização de atletismo. Segundo Bordin (2018), nos anos de 1970 e 1980 era muito comum ver adolescentes correndo nas ruas da cidade; posteriormente, esses passaram a treinar no fundo da escola estadual Marechal Rondon e mais adiante no parque. Sob a orientação do técnico e professor de Educação Física, falecido aos 75 anos em 2018, Aristides de Andrade Junqueira Neto começaram a surgir as primeiras vitórias e os primeiros títulos em competições de renome.

Os feitos pelo estaduais de atletismo não rendiam somente títulos. Passou a render também, a partir de 1982, convocações de atletas para representar o estado de Mato Grosso nas competições nacionais. E essas convocações se deram por anos seguidos. E aqueles meninos e meninas atletas foram se tornando vencedores. No esporte e na vida. Já nos anos da década de 1990, Aristides Junqueira teve uma de suas atletas classificadas para disputar uma competição olímpica. Maria Aparecida Barbosa de Souza, atleta dos saltos em distância e triplo, era a jovem quatromarquense a competir nas Olimpíadas de Atlanta, nos Estados Unidos, em 1996, e no Mundial de Atenas, na Grécia, em 1997 (BORDIN, 2018,p.20).

A respeito da mudança da pista de atletismo para parque se deu com o passar dos anos, a saída do então treinador Aristides, o atletismo no município perdeu sua força e o local de treinamento passou a ser uma pista para caminhada, com infraestrutura para promover saúde e lazer. Hoje no parque onde está a pista há aparelhos para exercícios, campo para futebol, quadra de areia para vôlei, playground para crianças e uma área verde que os moradores podem aproveitar.

Figura 52 – Parque Wilson de Souza Rézio - 2022



Fonte: A autora.

Na concepção dos que participaram da pesquisa se no município existissem outros locais como o parque Wilson de Souza Rézio, ou outros investimentos em áreas de lazer, o local poderia ter um desenvolvimento territorial, porque atrairia não somente a população local, mas também de outros municípios vizinhos, o que geraria empregos, renda e uma melhor qualidade de vida.

No que tange à qualidade de vida, Mazieiro *et al.* (2019, p. 512) escrevem que a expressão é normalmente ligada aos estudos sobre lazer, indicadores econômicos, educacionais, transporte e saúde, o que ressalta uma abordagem universal a todos os sujeitos. Deste modo, lazer e qualidade de vida estão intimamente interligados.

Dessa forma, o lazer se afirma como um valor social, sinônimo de qualidade de vida e bem-estar de um indivíduo, ainda sendo diretamente associado à felicidade e melhores condições de saúde, já que, nesses períodos, é que liberamos o stress do trabalho e as preocupações do dia a dia, bem como é a partir do lazer e da participação social/cultural que exercemos a cidadania, base para a construção e renovação da sociedade (MAZIERO *et al.*, 2019, p. 513).

Ainda a respeito ao lazer, Mazieiro *et al.* (2019, p. 512) colocam que este seria o momento direcionado à religião, à leitura, ao descanso, ao revigoramento para o trabalho e que a partir da crescente urbanização e industrialização foi-se definindo as

formas de lazer que na atualidade se encontram mais vinculadas aos espaços urbanos, no qual surgem parques e praças que se inspiram na proximidade com a natureza e que acabam por contribuir para um desenvolvimento territorial.

Consoante Kloster e Cunha (2014, p. 74), a concepção de desenvolvimento territorial procura reconhecer em âmbito local e regional suas as potencialidades, bem como observar os elementos endógenos que podem explicar as dinâmicas de desenvolvimento múltiplas, materializadas em trajetórias particulares destes locais e regiões. Posto isto, adentramos em um outro apontamento dos entrevistados sobre características positivas do município para um desenvolvimento territorial que seria a quantidade de chácaras e sítios presentes em seu território.

Em São José dos Quatro Marcos, de acordo com o IBGE (2017), existem cerca de 1.568 propriedades agropecuárias. Destas, a maioria são sítios e chácaras, ou seja, as chamadas pequenas propriedades rurais. Consoante Hora (2020), as pequenas e médias propriedades são responsáveis por assegurar a alimentação e a nutrição da população brasileira, uma vez que são produtoras de cerca de 70% dos alimentos consumidos no país. Por conseguinte, estas pequenas propriedades contribuem não somente para a segurança alimentar, bem como para o desenvolvimento territorial de um município, no sentido que proporciona que os pequenos produtores permaneçam em suas terras produzindo e comercializando seus produtos no município que se situam e nos que estão aos seus arredores.

Para Dantas (2017, p. 23), a sociedade ainda tem um olhar e uma compreensão de que o espaço rural e o espaço urbano estão dissociados, isso se dá devido à concepção de que o rural é menos desenvolvido que o urbano e que o espaço rural e sua população estão ligados somente às atividades agrícolas, o que a pesquisadora aponta como uma concepção ultrapassada já que estas áreas rurais têm apresentado mudanças em suas características, impactando nas suas funções e conteúdo sociais.

Fundamentado na fala de Dantas e considerando a quantidade das médias e pequenas propriedades rurais no município em foco, pode-se dizer que uma outra forma de propiciar um desenvolvimento territorial para ele seria buscar desenvolver atividades diversificadas, que têm se revelado muitas vezes mais lucrativas do que a produção agrícola tradicional. Tais atividades podem ser a criação de pesque-pague, aves exóticas, cultivo de flores e plantas ornamentais, pousadas, criação de peixes ornamentais, alugar o local para festas, dentre outras. Entretanto, para que essas

atividades deem certo e resultem em um desenvolvimento territorial, é primordial o papel dos gestores públicos e considerar o potencial de cada comunidade local, assim como suas características geográficas, culturais e ambientais das áreas rurais (IZIQUE, 2000, p. 48-55).

Para finalizar as entrevistas com os representantes da comunidade local foi aplicada a pergunta descrita no Quadro 16.

Quadro 16 – Perspectivas de construção de futuro

De que modo você diria a um cidadão (local ou mesmo de fora) que ele poderia constituir uma perspectiva de vida e futuro em São José dos Quatro Marcos?

Representante da comunidade	Perspectiva de futuro
R/C 01	<p>Eu diria que Quatro Marcos é uma cidade hospitaleira que passa por algumas dificuldades na questão econômica, mas que ele seria bem acolhido e poderia criar sua família com tranquilidade, porque é uma cidade tranquila, não é uma cidade ainda violenta, e se a pessoa tiver um preparo, ela consegue vir para a cidade e se colocar, montar um pequeno negócio e ir pra frente. Eu acredito muito no potencial, eu diria venha porque vai dar tudo certo, que você vai conseguir, que apesar das dificuldades, se você trabalhar firme você consegue prosperar na cidade. Eu acho que falta isso também, fazer uma propaganda positiva do lugar que a gente mora, porque a gente tem mania de falar mal do lugar que a gente mora, a gente tem sempre que fazer propaganda positiva mesmo. A gente passa por dificuldades? Nós passamos, nós estamos com dificuldade na questão econômica, por não ter uma indústria ou uma agricultura fortalecida. Mas a gente tem também um povo muito trabalhador, que batalha muito, que luta muito, e um povo muito acolhedor, um povo que te ajuda, que vai te impulsionar. Então, eu acho que essa é uma grande vantagem de Quatro Marcos.</p>
R/C 02	<p>Eu falaria assim: Vocês que me ouvem agora, eu peço para vocês arregalarem os olhos mesmo para Quatro Marcos, porque Quatro Marcos é um lugar hospitaleiro, é um povo humilde, um povo simples, um povo guerreiro mesmo, batalhador, um povo que eles com coisas mínimas já se contentam, já se alegram. Então, é você vindo para cá, as pessoas estão dispostas a crescer contigo, você tem uma empresa, ou você quer construir uma empresa, seja de madeira, uma marcenaria, uma produção de pequenos móveis, seja de laticínios, de granja de frutas, se você vai produzir aqui é o lugar, tem água, e o clima é normal escaldante (risos) é tropical não vai mudar. Então, assim, mão de obra qualificada, sim</p>

	<p>dependendo a área sim, mercado consumidor temos, sim, porque sua empresa não vai ser uma multinacional, se for melhor ainda, a nossa mão de obra consegue a atender a demanda. A cidade está disposta a te ouvir, a te dar alguns incentivos fiscais, nossa energia é boa, nossa água é boa, enfim, vem! Faz experiência, a gente vai te receber de braços abertos, porque se tem alguma coisa que Quatro Marcos tem é o calor, o calor humano e que é maravilhoso. Eu costumo dizer que aqui não é o primeiro, nem o segundo, mas é aqui é o terceiro paraíso do mundo. (risos)</p>
R/C 03	<p>Não seria muito fácil pra quem estivesse começando. Essa pessoa teria que ter pra encorajar ou ela já teria que ser aposentada por que já teria uma renda, ou uma pessoa, com uma ideia empreendedora muito boa que pudesse é causar, crescer aqui no município. Porque do contrário, para chegar no município à procura de um emprego não vejo a possibilidade de estar encorajando.</p>
R/C 04	<p>Puxada essa hein! Eu não vejo nenhum ponto positivo não. Só a questão que as pessoas de Quatro Marcos são solidárias, Quatro Marcos é de solidariedade até questão de segurança, ser uma cidade pacata, tranquila pra viver, criar os filhos, por enquanto seria apelando por esse motivo, porque se você pegar por questão de emprego? Não tem emprego né. A não ser se vir alguma pessoa pra investir que as pessoas são batalhadoras e poderia fazer a empresa crescer.</p>
R/C 05	<p>Não tenho agora no momento nenhuma ideia que pudesse convencer alguém de ficar, até porque vou vender uma propaganda pra um cara, depois ele chega aqui e fala perai no que eu vou investir nisso aqui? Alguns anos atrás seria a agricultura, mas hoje eu acho até difícil estimular por exemplo a agricultura familiar. Hoje a agricultura familiar está focada nos assentamentos, alguns poucos sitiantes e a maioria dos sítios muitos viraram fazendas e essas pessoas que compraram estão criando gado. Aí eu vou falar vamos pra Quatro Marcos que lá a agricultura familiar é forte. Aí o cara chega aqui, olha, vê e não é forte, a maioria é criador de gado. Então, eu não vejo assim uma forma de fazer uma propaganda de algo.</p>
R/C 06	<p>. A minha propaganda é falar que eu nasci em Quatro Marcos, fui criado desde de pequeno, sei do potencial que nossa cidade tem. Voltei a trabalhar e já faz treze anos que estou aqui novamente. Uma das coisas que eu posso falar é que nossa cidade é acolhedora, um povo acolhedor, de um povo que está aqui para lutar, que gosta de ajudar os outros. Então, assim, esse é um diferencial da nossa cidade, nós acompanhamos tudo que é feito na cidade e nós vemos que o povo gosta de ajudar. E aquele que vier aqui e passar uns dias ele não volta embora, Quatro Marcos tem muito pra dar, só que falta ser desenvolvido, ser melhorado e eu espero ...que o dinheiro gerido com responsabilidade nós vamos ter uma das melhores cidade para se morar aqui na região.</p>
R/C 07	<p>Se o cara for agricultor a terra é boa, é só ter coragem para trabalhar, o problema é que tem muita gente que não tem coragem de trabalhar, aí fala mal de Quatro Marcos. Eu não posso falar mal de Quatro Marcos eu moro</p>

	a 20 anos aqui. Sou de Rondônia terra que também produz, pra quem trabalha não é ruim, se for vir pra trabalhar vai funcionar
--	---

Fonte: Elaborado pela autora.

Do exposto no quadro se nota que a maior parte dos entrevistados apresentou uma certa dificuldade em responder à questão, porque alegaram a falta de emprego como um fator que não possibilita uma perspectiva de crescimento e futuro no município. O que foi colocado como pontos positivos, que podem atrair pessoas para São José dos Quatro Marcos em busca de uma melhor perspectiva de vida, foram os recursos naturais disponíveis para quem pensa em produzir, a questão de o povo ser hospitaleiro, simples, trabalhador e solidário e a visão de que o município é pacato e, portanto, um lugar bom para se viver e criar filhos.

Em consonância a estas respostas dadas pelos pesquisados, Gomes (2019, p. 78) aponta que nos últimos 30 anos o país tem experimentado movimentos de redistribuição populacional para áreas que representavam menor atratividade, atados ao avanço da transição demográfica e redução da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Além do mais, as questões demográficas, referentes principalmente aos padrões de migrações internas, podem atestar a existência de novos comportamentos socioeconômicos e culturais entre os lugares envolvidos, como no caso dos municípios pequenos (GOMES, 2019, p. 38).

Nesta perspectiva é interessante constatar que o território em si é o local dos acontecimentos, no qual há valores simbólicos que muitas das vezes são vistos como mais importantes do que o valor monetário, colocado pela sociedade capitalista. O território, além de ser um território-solo, econômico, religioso e social, é um lugar de saber pulsante, de conflitos, interesses, planos e devaneios. Assim, para muitos a busca por lugares que inspiram uma perspectiva de futuro e desenvolvimento deve apresentar as características relatadas pelos entrevistados (SILVA; MENEZES; CARMO, 2021, p. 54-55).

Todavia, embora as características apontadas pelos pesquisados como atrativos populacionais para o município sejam consideráveis, é preciso entender que o processo migratório ocorre desde os primórdios da humanidade, onde estes se deslocavam para outros lugares conforme suas necessidades básicas de sobrevivência. De maneira geral, as pessoas se deslocam de seus lugares de origem para outros em busca de melhores condições de vida, ou por vários outros motivos,

perseguições, violência, xenofobia, guerras, desastres naturais dentre outros, mas é indiscutível que um dos principais motivos da mobilidade humana estão envoltas na procura de empregos, melhores condições de trabalhos e melhor remuneração, motivo este que é citado pelos representantes da comunidade local como sendo razão tanto para a saída da população quatromarquense do município, bem como um motivo que dificulta a vinda de pessoas de outros lugares para este (OLIVEIRA; BRUMES, 2015, p. 53-54).

Em uma vertente sociológica, Gomes (2019, p. 26 apud GERMANI, 1974, p. 143) discorre que os fatores de expulsão e atração entre os lugares de residência e destino das pessoas vão além das condições sociais, culturais e subjetivas contidas nas respostas dos entrevistados. Neste tocante, as pessoas que se deslocam de um lugar para outro são racionais e decidem este deslocamento a partir de suas preferências e cálculos de custos e benefícios que o local escolhido oferece (GOMES, 2019, p. 25 apud TODARO, 1969).

Em vista disto, a mobilidade humana que se caracteriza como premissa para a existência dos indivíduos ou grupos, se relaciona intimamente com diversos aspectos socioeconômicos, que por sua vez são determinantes para o desenvolvimento territorial de um local, seja a nível nacional, regional ou local (GOMES, 2019, p. 22).

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, por fim, as reflexões e as análises da situação encontrada no estudo sobre o município de São José dos Quatros Marcos. O objetivo que norteou esta pesquisa foi o de promover uma sistematização do processo de desenvolvimento

do município e identificar possíveis problemas (entraves), bem como apresentar as perspectivas de seu desenvolvimento territorial, a partir da percepção da comunidade e de sua representação política.

A realização deste trabalho revelou aspectos importantes sobre o desenvolvimento territorial do município em questão: em primeiro lugar o fato de o município, em seu processo de constituição e desenvolvimento, seguir a lógica do capital, que se baseia na exploração do que ele próprio denomina de recursos naturais. Assim a natureza é tida como base para exploração (terra, florestas, recursos minerais, água e etc.). No caso deste município, a exploração se deu com a exploração florestal da madeira e posteriormente com a supressão da vegetação para limpeza do solo, destinando-o ao cultivo de produtos agrícolas destinados à comercialização como, foi o caso do café e algodão.

Em segundo lugar observamos que o contexto do surgimento de São José dos Quatro Marcos é similar a outros locais do país que se deu não somente por meio de exploração dos recursos naturais, como também pela subjugação e dizimação de povos tradicionais, como os povos Bororos que existiam no município estudado (BORDIN, 2018) anteriormente ao processo de ocupação recente. Deste modo, pode-se comprovar que no processo de alargamento e expansão do capital, que move também a força do trabalho através de um processo de modernização autoritária ao interior do Brasil. (VELHO 2020)

O território é visto pelo Estado-capital apenas como uma base física para se construir e se explorar. Isto demonstra que antes de ter real sentido de desenvolvimento, este se relaciona com a ideia de poder defendida por Andrade (2004), tanto do setor público, estatal e pelo setor privado representado principalmente por grandes empresas que perpassam fronteiras políticas, produzindo forças econômicas de apropriação do território-ambiente.

Verifica-se que São José dos Quatro Marcos, durante seu processo de formação e constituição, vivenciou várias fases econômicas e políticas e que tal concepção se encontra imbricada na conjuntura da chamada Marcha para o Oeste, projeto governamental que buscou ocupar a região Oeste do país por meio do incentivo do avanço da produção agropecuária. Empresas imobiliárias, grandes proprietários, camponeses e trabalhadores foram movidos nesta empreitada, em detrimento das populações preexistentes e suas territorialidades.

Neste sentido, foi possível constatar por meio de levantamento histórico-geográfico que o surgimento e desenvolvimento territorial do município em tela se encontra vinculado a este projeto governamental e a colonizadoras de terras, obtendo durante este processo um período de rápido crescimento (populacional e econômico) com certo dinamismo, que no contexto do senso comum pode ser confundido com desenvolvimento.

Posteriormente à fase de crescimento, segue-se a estagnação e muitas vezes a diminuição populacional, uma vez que a mão de obra ocupada na fase inicial de abertura já não encontra postos de trabalho e os recursos de exploração florestal entram em ocaso, assim como os espaços de trabalho de abertura de áreas.

Isto posto, verifica-se que assim como nos demais espaços do território brasileiro denominados municípios, no qual o desenvolvimento se deu a partir de processos exploratórios sobre recursos naturais, o caso de município de São José do Quatro Marcos se repetiu. Trabalhadores migraram de modo intenso no período inicial, proporcionando um forte movimento de produção madeireira, seguido pela produção agrícola de arroz, feijão, milho, café e algodão voltados para a comercialização, o que gerou lucro para os produtores transformando o município numa área atrativa.

Nesta perspectiva percebe-se que o crescimento econômico de São José dos Quatro Marcos ocorreu principalmente pela produção agrícola em pequenas propriedades, o que denota uma presença forte do campesinato alicerçado na força de migrantes, oriundos especialmente da região Sudeste do país que se dedicaram intensamente à produção cafeeira. Tal situação impulsionou um dinamismo econômico, tanto na área rural quanto urbana do município. Todavia, na década de 1970, outras áreas começaram a ser abertas em Mato Grosso, situação que ocasionou uma competição tanto na venda de terras quanto na produção agrícola, que, sendo principalmente realizada em larga escala, começa a rivalizar ou competir com a produção realizada pela agricultura familiar local.

Em razão disto, a produção de café, algodão, milho, feijão e arroz que era a principal fonte de renda começou a diminuir. Neste contexto, como alternativa emerge a pecuária, antes realizada apenas para subsistência, que passa a ganhar lugar de destaque na atividade econômica do município. Mediante ao exposto, o que se percebe é que as atividades econômicas do município se encontram intimamente ligadas às atividades primárias.

Outra constatação é que com o declínio das atividades agrícolas começou a ocorrer o êxodo rural. Muitas pessoas foram para a cidade devido a oferta de empregos na indústria frigorífica e na indústria de laticínios que se estabeleceram no município, por conta do gado de corte e gado leiteiro nos anos de 1987 e 2000.

Todavia, em decorrência deste fenômeno, a ocupação do território da área urbana quatromarquense se deu de maneira desordenada, de modo que a disputa por espaço territorial conduziu parte dos imigrantes para áreas de baixa valorização imobiliária, marcadas por invasões de áreas baixas, mais próximas da região central, constituindo precária urbanização que ainda persiste.

Neste mesmo período o setor terciário se encontrava em plena efervescência com estabelecimentos distribuídos em diversas modalidades, gerando empregos e movimentação socioeconômica.

No entanto, em que pese a influência do processo de urbanização, no município de São José dos Quatro Marcos os espaços urbanos e o rural se encontram interconectados, ocorrendo deste modo uma integração entre o campo e a cidade, agricultura e indústria. Desta maneira, se entende as ideias das inter-relações dos espaços contínuos, da multifuncionalidade dos espaços rurais e das ruralidades no urbano propostas pela geografia crítica.

Outro ponto analisado na pesquisa e que vai ao encontro com a questão do desenvolvimento territorial, é o fato de São José dos Quatro Marcos ser considerada uma cidade pequena. Geralmente, percebe-se que estas cidades sede dos municípios são pouco consideradas pelos planejadores do Estado, não recebendo a mesma atenção dada às cidades consideradas médias e grandes, como afirma Bacelar (2008).

Embora este termo possa abarcar várias concepções dentro da ciência geográfica, a cidade estudada se caracteriza como pequena tanto na questão demográfica, territorial, espacial e cultural, bem como na questão da junção do rural e urbano, onde o setor primário possui grande importância entre as atividades econômicas desenvolvidas e a estrutura do município se encontra ligada às atividades agropecuárias.

A partir das entrevistas realizadas tanto com representantes políticos quanto com os representantes da comunidade local no tocante a suas visões sobre o desenvolvimento territorial do município em tela, é possível observar que a maior parte

deles define que o crescimento econômico está parado ou em decadência. Eles discorrem que São José dos Quatro Marcos já obteve um período de grande movimento econômico-produtivo associado à produção agrícola, número populacional e a indústria frigorífica que acabou fechando sua unidade na cidade.

Com relação a um trabalho voltado para a questão do desenvolvimento territorial no município, chega-se à conclusão que alguns entrevistados relataram uma ação ou conhecimento de tal realidade voltado para o desenvolvimento territorial, todavia, nota-se que são poucas as ações realmente planejadas, sistematizadas e colocadas em prática com este propósito. Até mesmo porque o que se verifica por meio deste estudo é que existe uma concepção equivocada sobre o que seja desenvolvimento e crescimento econômico, que chega a ser confundido na fala dos interlocutores, algo que deve ser bem claro para elaboração e execução de medidas voltadas para a efetivação de um desenvolvimento territorial.

É preciso ter em mente que o desenvolvimento territorial passa por um entendimento sobre o que é território, desenvolvimento e principalmente das relações sociais formadoras do território. O processo de desenvolvimento territorial de um local envolve uma série de mudanças estruturais compreendidas pela sociedade organizada territorialmente e baseada na potencialização de seus fatores positivos em contraposição aos negativos, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população (DRUCIAKI, 2017).

Neste sentido, a concepção de desenvolvimento territorial ultrapassa a visão de crescimento econômico como único elemento a ser considerado, levando-se em consideração que um local pode obter um crescimento econômico e, entretanto, não obter um desenvolvimento territorial se sua população não desfrutar do território de forma equitativa, o que se subentende que esta deve usufruir de boa educação, segurança, moradia, alimentação e saúde de qualidade, bem como ter perspectivas de continuar a viver no território. Assim, qualquer conceito de desenvolvimento territorial deve pautar-se num alargamento de possibilidades e no envolvimento de vários atores sociais e ações pensadas para curto, médio e longo prazos (DRUCIAKI, 2017).

Destarte, o desenvolvimento territorial, de acordo com o Fórum das Cidades (2016), é abrangente e não visa somente o crescimento econômico de um

determinado território, mas também a sua sustentabilidade do ponto de vista social, ambiental e cultural.

Assim, o desenvolvimento territorial possui uma dimensão fortemente qualitativa que requer uma coerência ao nível da concepção e concretização de políticas públicas. É plausível dizer neste ponto que quem habita determinado local sabe melhor do que ninguém quais são suas necessidades. Assim sendo, no que tange aos possíveis problemas relacionados ao desenvolvimento territorial do município, de acordo com as respostas dos entrevistados se destacam a falta de emprego (baixa taxa de empregabilidade), falta de indústria (ausência de agroindustrialização) que não pode ser entendida sempre no contexto de grandes corporações, e investimento na agricultura (em especial a agricultura familiar que opera com alto número de postos de trabalho), e a gestão pública.

Como perspectiva de solução de tais entraves, foram sugeridas que as políticas públicas tenham continuidade e sejam construídas, operadas e avaliadas com intensa participação popular; que as políticas públicas sejam seguidas pelos gestores públicos municipais em perspectiva de continuidade; que haja investimento no microempreendedorismo; que tenha incentivo para o estabelecimento de novas indústrias (agroindustrialização de pequenas empresas e negócios aproveitando o potencial local, bem como investimento numa agricultura pautada em um desenvolvimento sustentável e baseada na agroecologia, além de outras propostas.

Tendo em vista os pontos destacados no decorrer desta pesquisa, em que foram realizadas discussões e reflexões sobre o desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos, é possível constatar que a população quatromarquense de maneira geral pouco sabe sobre o que é realmente desenvolvimento territorial e há poucos espaços de debate e participação. As políticas públicas continuam verticais, chegando de cima (União ou governo do estado), apresentam volatilidade e muitas vezes não são conhecidas e nem possuem capilaridade suficiente para chegar até os que necessitam. É necessário que haja profundas mudanças.

Ainda pode-se afirmar, mediante o estudo realizado, que o município em foco segue o curso da maioria dos municípios do estado de Mato Grosso e outros demais estados brasileiros que têm mantido suas bases produtivas no extrativismo e na produção de matéria-prima, em sua maioria voltada para o mercado externo ou demandas de grandes centros comerciais e populacionais. Portanto, eles apresentam

períodos de grande crescimento econômico com atração populacional, mas ao longo do tempo entram em processo de decadência. Este processo segue a lógica do capital, que não deixa de ter sua importância, mas que não é suficiente para compor as estratégias voltadas ao desenvolvimento territorial com base social e humana.

Embora que os munícipes tecem opiniões caracterizando o desenvolvimento de São José dos Quatro Marcos como estagnado, o estudo demonstra que, mesmo que o município tenha diminuído sua população, que aparente estar estático economicamente e ter perdido uma indústria considerada importante para geração de emprego, renda e dividendos para o mesmo, seus indicadores principais têm apresentado substancial melhora.

De acordo com dados do IBGE (2019), o PIB per capita cresceu de 11.400,45 em 2010 para 19.96,11 em 2019; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino fundamental anos iniciais saiu de uma estimativa de 4.2 no ano de 2005 para 5.8 em 2019, nos anos finais de 3.4 em 2005 para 4.8 em 2019 e no ensino médio o índice se manteve estável de 2017 a 2019 com 3.5. O município possui ensino superior com faculdade presencial com oferecimento de cursos de farmácia, psicologia, engenharia, direito, educação física, fisioterapia, agronomia, assim como também cursos à distância e cursos técnicos.

Ainda de acordo com o IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município que era de 0,400 em 1991 foi para 0,719 em 2010. Com relação a domicílio a maior parte de sua população possui moradia própria, e do total de domicílios existentes no município 99% possuem energia elétrica. A inexistência de domicílios e empresas construídas de modo horizontal refletem sua estrutura física típica de pequenas cidades. Já a rede de abastecimento de água no município atende a maior parte da população, e o município conta com coleta seletiva e tratamento adequado de resíduos sólidos pelo consórcio das Nascentes do Pantanal.

No que se refere ao sistema de esgotamento sanitário, de acordo com o PMSB (2014), São José dos Quatro Marcos possui projeto constituído por rede coletora, estação elevatória, estação de tratamento e emissário. Esta rede coletora foi estabelecida para atender, a princípio, três áreas. Porém, até o momento apenas duas foram implantadas. Na questão da saúde, o município em questão dispõe de 4 posto de saúde da família (PSFs), hospital público e particular, clínicas especializadas, consultórios médicos e dentários particulares, farmácias e laboratórios.

As ações municipais de promoção de melhorias nas condições de saúde da população em relação ao ambiente colaboram de forma geral com o aumento da qualidade de vida, e com isso há diminuição por morte de causas evitáveis como as por doenças infecto parasitárias, em todos os grupos etários. São José dos Quatro Marcos ainda se configura como um município em que as organizações sociais urbanas e rurais são interconectadas, em maior ou menor proporção ligadas pela atividade econômica do setor primário da economia e o seu processamento, como é o caso da indústria de laticínios e empresas de madeira Teca (PMSB, 2014).

Existem no território do município pequenas organizações como associações de moradores de diferentes bairros, de pequenos produtores rurais, um Sindicato Rural e Sindicato dos trabalhadores rurais. Sendo o primeiro tido como o patronal no qual são realizadas feiras, leilões, exposições, rodeios e outras festividades.

Como exposto, a agricultura familiar e a pecuária leiteira e de corte são de grande importância para o município. No que se refere à agricultura familiar, destaca-se como elemento positivo para o desenvolvimento territorial ao longo dos anos, porque gera emprego, produz alimentos saudáveis e seu fortalecimento é fundamental para desenvolvimento rural sustentável.

Entretanto, a estrutura de estabelecimentos agropecuários do município passou por transformação, pois, as propriedades familiares que predominavam foram sendo incorporadas por latifúndios (grandes propriedades de pecuária bovina). Posteriormente, como forma de revitalização surgiram assentamentos provenientes da reforma agrária, que recriam unidades de agricultura familiar e asseguram um dinamismo populacional e de atividades produtivas no campo.

Como especificado, as principais atividades produtivas da agricultura familiar quatromarquense são a bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, fruticultura e horticultura. Apesar de o município apresentar boas condições para a agropecuária, ainda se faz necessário políticas públicas voltadas para agricultura familiar. É imprescindível assistência técnica, capacitação, comercialização e escoamento de produção. Os agricultores também precisam ser proativos e se organizarem coletivamente para melhorarem sua renda e qualidade de vida. Entretanto, cabe aos gestores federais, estaduais e municipais promoverem políticas públicas que possibilitem acesso a benefícios que atendam aos agricultores familiares de São José

dos Quatros Marcos, no intuito de um desenvolvimento rural sustentável e que permitam também uma equidade social.

No município o setor comercial é dinâmico e se destaca pela regularidade de vendas durante todo o ano. Ele acumula mais admissões que demissões, com um saldo de 102 funcionários. O transporte de carga e o comércio atacadista de madeira e material de construção são destaques positivos. Outro ponto a se destacar é que a geração de emprego na cidade no decorrer do ano é bem equilibrada e até o mês de julho de 2022 houve registro de 37 novas empresas em São José dos Quatro Marcos, 6 atuam pela internet e no mês de agosto deste mesmo ano, 08 novas empresas se instalaram localmente (CARAVELA DADOS ESTATÍSTICOS, 2022).

O fato de o município ser tranquilo e seguro para se viver e possuir uma população acolhedora é outro fator positivo para o município. Além destes dados citados, São José dos Quatro Marcos possui uma localização geográfica privilegiada dentro da microrregião Jauru. Fazendo divisa com Mirassol D'Oeste, Araputanga, Glória d'Oeste, Indiavaí, Figueirópolis D'Oeste, Lambari D'Oeste e Rio Branco, o município possui um potencial para ser polo desta região por meio de diversas atividades que já são desenvolvidas e outras que podem vir a serem realizadas devido a um fluxo de escoamento de mercado.

Em suma, perante ao que foi exposto no estudo, é notório visualizar que as respostas dos entrevistados em sua grande maioria seguem a vertente de um conceito de desenvolvimento territorial ligado somente à questão econômica, tendo nostalgia de um período inicial de intenso movimento exploratório. Percebe-se que este conceito se tornou detentor de decisões técnicas e políticas no país e influencia a percepção local e suas políticas públicas (ou ausência delas), refletindo no território do município estudado, o que reforça a necessidade de novos olhares para este, a fim de compreender que o desenvolvimento abrange vários sentidos, a depender de interesses plurais.

Vale ainda ressaltar que os dados apresentados apontam para a ocorrência de um desenvolvimento territorial ao longo dos anos com melhoria na educação, saneamento básico, moradia, saúde, segurança dentre outros fatores. O fato é que mediante a esses dados coletados e as falas dos entrevistados se percebe uma lacuna presente não somente no município em questão, mas em todo o Brasil. Tal lacuna é a concentração de renda que concomitantemente provoca a desigualdade

social existente em todo o território nacional. No caso de São José dos Quatro Marcos os dados estatísticos indicam uma progressão no PIB do município nesse ponto considera-se que se a população não percebe uma melhoria decorrente desse aumento é sinal de que a riqueza está ficando concentrada nas mãos de alguns.

Assim, é importante se dar atenção às políticas públicas executadas e buscadas pelos representantes políticos com maior afinco. Neste sentido, contribui para uma nova concepção do que realmente seja um desenvolvimento territorial e indica possíveis entraves existentes para este processo no município, bem como possibilidades da resolução ou minimização destes. Também revela e promove reflexões sobre novas perspectivas para este desenvolvimento, sem ser somente no aspecto econômico, promovendo uma oportunidade de nova visão para os munícipes quatromarquenses, no sentido de que o desenvolvimento territorial envolve o bem-estar da população em todos os aspectos (economia, saúde, educação, habitação, saneamento, acesso a processos de comunicação e interação, acesso a bens e serviços essenciais), e que para tal ocorrência se faz necessário o estabelecimento de relações de cooperação em prol dos mesmos interesses.

Para tanto, é primordial a concepção de que a promoção de um desenvolvimento territorial pode se dar a partir do próprio município por meio da aproximação e troca de ideias entre comunidade e gestores públicos e, conseqüentemente, uma coordenação entre estes atores de ações voltadas para este propósito. O que torna evidente que uma organização coletiva juntamente com criatividade resulta em um desenvolvimento territorial pautado no envolvimento e empoderamento desses atores territoriais.

Espera-se que os resultados do estudo possam contribuir para a avaliação e o acompanhamento de estratégias e a tomada de decisões para o desenvolvimento territorial de São José dos Quatro Marcos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001123294>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, n. 1476, 14 mar. 2002. Disponível em: <http://ricardoabramovay.com/obstaculos-ao-desenvolvimento-territorial-brasileiro>. Acesso em: 19 ago. 2019.
- ABREU, Bruno Soares; NETO, Geraldo Moura Baracuh; ARAÚJO, Patrícia Soares; BEZERRA, Péricles Tadeu da Costa; NETO, Silvana Fernandes. Cooperativismo como alternativa para o desenvolvimento regional – o exemplo da COAPECAL. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 3, p.72-84, set/dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228736/23149>. Acesso em: 17 maio. 2021.
- ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense, contextos propósitos e contradições**. 2001. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/publico/tde.pdf. Acesso em: 5 maio. 2020.
- ABUTAKKA, Antonio. **A formação e ocupação do território mato-grossense**. Cuiabá: SEPLAN, 2020. Disponível em: www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/3935270/A+forma%C3%A7%C3%A3o+e+ocupa%C3%A7%C3%A3o+do+territ%C3%B3rio+mato-grossense.pdf/dd149e42-ce2e-4eb0-8ad7-ffa31ce3d43. Acesso em: 05 maio. 2020.
- ACKEL FILHO, Diomar. Município e prática municipal: à luz da Constituição Federal de 1988. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, p. 169-189, 1992. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:1992;000131819>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista de políticas públicas**, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3749/1806. Acesso em: 2 jul. 2020.
- ALMEIDA, Herlon Goelzer de. Desenvolvimento industrial do Paraná na pós-pandemia. **Informe paraná cooperativo**. Paraná Cooperativo, 2011. Disponível em: www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/129680-artigo-desenvolvimento-industrial-do-parana-na-pos-pandemia. Acesso em: 24 out. 2021.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Economia Brasileira: desenvolvimento histórico e perspectivas. **Instituto Millenium**, 19 fev. 2019. Disponível em:

www.institutomillennium.org.br/economia-brasileira-desenvolvimento-historico-e-perspectivas. Acesso em: 4 maio 2020.

ALMEIDA, Thays Fregolent de. O estado em marcha para o oeste: a expedição Roncador-Xingu e o projeto de integração do Brasil Central (1938-1948). *In: XIX Encontro de história da Anpuh-Rio, História do futuro: ensino, pesquisa, e divulgação científica. Anais...* Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600274615_ARQUIVO_5b09e469a61ad00199b8ced5f544fe3d.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

ALVES, Dutra Flamarion; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras de espaço. **Acta Geográfica**, p. 33-41, 2013. Disponível em: <https://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/viewFile/1938/1226>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 3, set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7570>. Acesso em: 17 jun. 2020.

AMARAL, Adriana Queiroz do; ARAÚJO, Elvira Aparecida Simões de. Agricultura Familiar de Sustentabilidade: uma Análise da Produção Científica da Embrapa. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 19, n. 29, p. 47-50, 2015. Disponível em: <https://cienciasgerenciais.pgsskroton.com.br/article/view/2986>. Acesso em: 11 nov. 2021.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; JUNIOR, José Raimundo Sousa Ribeiro; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, jul./ago. 2020. Disponível em: www.scielo.br/j/rap/a/3M5gJhkvYCFvmJKZqZyCYQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 mar. 2021.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. Disponível em: www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/ANDRADE-Manuel-Correia-de_A-Quest%C3%A3o-do-territ%C3%B3rio-no-Brasil.pdf. Acesso em: 1 maio. 2019.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CRIADO, Encarnación Aguilar; CALDAS, Nádia Velleda. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial: Um Diálogo entre a Realidade Europeia e Brasileira. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 207-236. 2013. Disponível em: www.scielo.br/j/dados/a/7PGMFZmvmw6t8dtMcvPSM5q/?lang=pt. Acesso em: 05 maio. 2021.

ARAGÃO, João Paulo Gomes de Vasconcelos. A “questão ambiental” nas cidades pequenas: Uma proposição metodológica à luz da geografia. **Geofronter**, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 102-130, 2018. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/2918>. Acesso em: 7 jun. 2021.

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de; OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de; SOUZA, Marcus Vinícius Mariano de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Entre o campo e a cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 3, n. 5, p. 113-133, fev. 2008. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11857/6940. Acesso em: 1 jul. 2020.

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 7, p. 201-229, fev. 2009. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11894. Acesso em: 6 jun. 2020.

ARNS, Paulo Cesar. **Ambiente-oficina de capacitação organizacional guia metodológico**. Recife: Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998. (Série Cadernos Metodológicos do Programa Nacional de Capacitação Técnica BN/PNUD) Disponível em: <http://www.iadh.org.br/wp-content/uploads/2012/06/Ambiente-Oficina-de-Capacita%C3%A7%C3%A3o-Organizacional.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

ARRUDA, Chrístian Dárlío Brito; LOPES, Érica Araújo. Gestão pública e desenvolvimento territorial desafios e proposições: o caso do maciço de Baturité. *In*: CONVIBRA, VIII Congresso Virtual de Agronomia. **Anais...**, 2020. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/17583>. Acesso em: 1 nov. 2021.

ASTA, Kássia Dall; SILVA, Carine Lima; BONAFE, Larissa; KREUTZ, Rafael Rudolfo; AMORIM, Pedro Henrique Muller. O impacto causado pela instalação de uma grande indústria em um município de pequeno porte: um estudo de caso do município de Miraguaí-RS. *In*: XXXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção “A Engenharia de Produção e suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil”. Maceió, Alagoas, 16 a 19 de outubro de 2018. **Anais...** ABEPRO, 2018. Disponível em: www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_258_482_36459.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

BACCI, Denise de La Corte; PATACA, Ermelinda Moutinho. Educação para água. **Estudos Avançados**, p 211-226, 2008. Disponível em: www.scielo.br/j/ea/a/4Cz7B6yQGGfV73Ngy6g848w/?lang=pt. Acesso em: 17 jun. 2021.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sociopolíticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara, MG. 2008. 377 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15908/1/Winston.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e**

Política, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/8zCdyj9qYKBWcQVWJ3M8Swq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2021.

BARCELLOS, Nathália Leal Carvalho; BARCELLOS, Afonso Lopes. Educação ambiental: importância na preservação dos solos e da água. **REMOA**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 40-51, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/30067/pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BASSOS, David; MUENCHEN, José Valdemir. Contribuição de Diferentes Tipos de Empresas Industriais para o Desenvolvimento Local: o caso do município de Ijuí/RS. **Desenvolvimento em questão**, a. 4, n. 7, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/123>. Acesso em: 24. out. 2021.

BATISTA, Natália Lambert (Org). **Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico**. Ponta Grossa: Atena, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Ebook-Geografia-Desenvolvimento-Cientifico-e-Tecnologico.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BECHARA, Evanildo. Referência. *In*: BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BERTOLINI, Maria Madalena Bertolini; FILHO, Pedro Luiz Paula; MENDONÇA, Saraspathy Naidoo Terroso Gama de. A importância da agricultura familiar na atualidade. Recife: CIAGRO, 2020. Disponível em: <https://ciagro.institutoidv.org/ciagro/uploads/2053.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BERLINCK, Manoel Tosta; COHEN, Youssef. Desenvolvimento Econômico, Crescimento Econômico e Modernização na Cidade de São Paulo. **R. Adm. Emp.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 45-64, jan./mar. 1970. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/c6GTgRCGBnPqcVVY5pkyJLf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BITTENCOURT, Daniela. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Embrapa, 2108. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 10. nov 2021.

BLOG PIONEIROS DE QUATRO MARCOS, 2020. Disponível em: www.pioneirosdequatromarcos.blospot.com.

BORBA, Robinson Antonio Vieira. **A cidade cognitiva: proposição para o desenvolvimento local na era do conhecimento**. 2000. 344f. Tese (Doutorado) - Faculdade de arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-26102010-135452/pt-br.php>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BORDIN, Luiz Carlos. **História e Memórias de São José dos Quatro Marcos**. São Paulo: All Print, 2018a.

BORDIN, Luís Carlos. Luto Oficial: morre o técnico que colocou uma atleta de Quatro Marcos nas Olimpíadas. **Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos**, 2018b. Disponível em: <http://www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br/artigo/luto-oficial-morre-o-tecnico-que-colocou-uma-atleta-de-quatro-marcos-nas-olimpiadas>

BORDIN, Luíz Carlos. **A cultura dos Quatro-Marquenses**. São José dos Quatro Marcos: Gráfica Potencial, 2020.

BORDO, Adilson Aparecido; SILVA, Cleide Helena Prudêncio da; NUNES, Marcelo et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. Fóruns EJA Brasil, 2020. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/diferentesabordterr.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2019.

BOSCARIOL, Renan Amabile. Região e Regionalização no Brasil: Uma análise segundo os resultados do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM). *In*: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva (Org.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8911>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; PERES, Janaína Lopes Pereira. **Gestão do desenvolvimento territorial**: análise, elaboração e gestão de programas e projetos. Universidade Federal da Bahia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31903>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. Setor moveleiro: aspectos gerais e tendências no Brasil e na área de atuação do BND. **Caderno Setorial ETENE**, a. 3, n. 34, p. 1-22, jun. 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/352>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BRASIL. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Território da grande Cáceres. Cuiabá: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio157.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL, Cintia Fernanda. **Políticas públicas e desenvolvimento local**: estudo de caso do município de jurada/PR. 2011. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1142>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul/set. 2012. Disponível em: www.scielo.br/j/sssoc/a/LmQkRDhwSfSwpqnJZY7dhFb/?lang=pt. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo modelo brasileiro de desenvolvimento. **Revista Dados**, v. 14, n. 55, 1974. Disponível em: http://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser___o_novo_modelo_brasileiro_de_desenvolvimento. Acesso em: 18 ago. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**, n. 157, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2009. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20366.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2022.

BURKHARD, Daniela; VIDAL, Roger Pierre; MORAES, Jorge. Desenvolvimento econômico territorial e as macrodecisões: caso da lei geral do micro e pequena empresa nos municípios de Tapes e Coronel Barros (RS). **Revista Brasileira Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 56-70, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/issue/view/238>. Acesso em: 19 ago. 2021.

CALHEIROS, Cristiana dos Santos. **A cultura como comum para o Desenvolvimento Local: estudo de caso na aldeia de Moledo**. 2018. 195f. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/18303/1/master_cristiana_santos_calheiros.pdf. Acesso em: 05 maio. 2021.

CALIXTO, Andreia Pereira; SOARES José Carlos de Oliveira. Contra-espço: caminho teórico-metodológico para a leitura da trama de (re)organização do espaço do Sudoeste Mato-grossense. *In*: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. **Anais...** 2016, p.10. Disponível em: www.eng2016.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=11. Acesso em: 09 jan. 2022.

CALVETE, Cássio da Silva. O desenvolvimento local e a geração de emprego na teoria e na política econômica. **Revista do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 45, p. 04-17, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/index>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CAMARGO, L. (Org.). **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômica-ecológica**. Secretaria de estado de Planejamento de Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso (SEPLAN). Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

CARAVELA DADOS E ESTATÍSTICAS. **São José dos Quatro Marcos - MT**. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/s%C3%A3o-jos%C3%A9-dos-quatro-marcos---mt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandra. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade, o homem e a cidade, a cidade, o cidadão**. De quem é o solo urbano? 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=5012739285198358025&hl=pt-BR&as_sdt=2005&scioldt=0,5. Acesso em: 03 maio. 2022.

CASTRO, Janio Roque Barros de. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de caso. *In*: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 93-108. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=38619>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CATÃO, Marconi do Ó. Civilizações urbanas e teorias da cidade. **Revista Direito das cidades**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-140, fev. 2015. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article. Acesso em: 3 jun. 2019.

CIMA, Elizabeth Giron; AMORIM, Luci Suzana Bedin. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Revista da FAE**; Curitiba, v. 10, n. 2, p. 73-87, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/340/236>. Acesso em: 23 mar 2021

CONAB. Preços Mínimos. Brasília:CONAB, 2018

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: www.academia.edu/6494354/Roberto_Lobato_Corr%C3%AAa_Regi%C3%A3o_e_Organiza%C3%A7%C3%A3o_Espacial. Acesso em: 25 abr. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. **Anpege**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 59-65, out. 2011. Disponível em: ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/download. Acesso em: 7 jun. 2019.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. **Regional, urbano e ambiental**, p. 23-37, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5486/1/BRU_n3_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

COSTA, Carmem Lúcia. As festas e o processo de modernização do território goiano. **Revista Raega**, Curitiba, n. 16, p. 65-71, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega>. Acesso em: 23 dez. 2021.

COUTINHO, Severino Alves. Perfil relações e necessidades: uma breve análise sobre cidades pequenas. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, p. 83-104, jul. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5270>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CRESPO, Matheus Pepe. **Des-ordenamento territorial na região produtora de petróleo da Bacia de Campos**. 2010. 80 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14642756-Curso-de-licenciatura-em-geografia-matheus-pepe-crespo-des-ordenamento-territorial-na-regiao-produtora-de-petroleo-da-bacia-de-campos-pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CRUZ, Mércia Socorro Ribeiro; MENEZES, Juliana Santos; PINTO, Odilon. Festas culturais: Tradição, comidas e celebrações. *In*: I Encontro Baiano de Cultura, EBECULT, FACOM/UFBA. Salvador, 11 de dezembro de 2008. **Anais...** Salvador: UFBA, 2008.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005. Disponível em: www.scielo.br/j/spp/a/9C3XWBrhvPKxgcJBNRWG6vS/?lang=pt. Acesso em: 18 maio. 2021.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Território, desenvolvimento territorial e o novo mundo rural. **Emancipação**, v. 7, n. 1, p. 165-176, 2007. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/91>. Acesso em: 19 ago. 2021.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Planejamento e gestão territorial: aportes teóricos-metodológicos como referências no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios**. Santa Catarina: UnC, 2020. Disponível em: https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Planejamento_e_Gestao_Territorial.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará. **RESR**, São Paulo, v. 49, n. 01, p. 129-156, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TJ4Bv78vmHmrTdTB7tQtgXb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.

DANTAS, Aldo; MEDEIROS, Tásia Hortência de Lima. **Introdução à Ciência Geográfica**. 2. ed. Natal: EdUFRN, 2011. Disponível em: http://bibliotecadigital.sedis.ufrn.br/pdf/geografia/Int_Cie_Geo_LIVRO_WEB.pdf. Acesso em: 24 abr. 2019.

DELGADO, Luiz Gustavo Martinelli; GOMES, Josébio Esteves; ARAUJO, Handrey Borges. Análise do sistema de produção de Teca (*tectona grandis* L.f.) no Brasil. **Revista científica eletrônica de engenharia florestal**, 2008. Disponível em:

http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Mgi9tN0lep4ZXR_2013-4-26-17-26-50.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. **DADOS – Revista de Ciência Social**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 431-473, 2011. Disponível em: www.scielo.br/j/dados/a/ZRLcJxmfwphjRWH9xB49ndM/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

DELGADO, Nelson Giorgiano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira; Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais. Rio de Janeiro: OPPA, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf. Acesso em: 08 jan. 2022.

DIAS, Leticia de Matos; FERREIRA, Evaldo. O reisado no município de São José dos Quatro Marcos/MT: uma contribuição à geografia cultural. **Revista Equador (UFPI)**, v. 9, n. 1, p. 282-300, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/9405/5998>. Acesso em: 27 dez 2021.

DRUCIAKI, Felipe Polzin. Desenvolvimento territorial: Conceito e elementos. *In*: BIDARRA, Bernardo Soares; VOLL, Francisco André Pedersen; LIMA, Jandir Ferrera de (Org.). **Economia e Desenvolvimento Territorial**. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2017. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/PGDRA/EconomiaDesenvolvimentoTerritorial.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **Campo território: revista de geografia agrária**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11790/8295. Acesso em: 10 mar. 2021.

EMPRESAAQUI. Listas de empresas em São Jose Dos Quatro Marcos, MT: maiores empresas, por segmento (CNAE), com dívidas e mais, 2022 Disponível em: https://www.empresaaqui.com.br/listas-de-empresas/MT/SAO_JOSE_DOS_QUATRO_MARCOS. Acesso em: 14 mar. 2022.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; MELLO, Leonardo José Amaral de. Políticas Públicas e Governo Local: desenvolvimento local e sustentabilidade. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3841>. Acesso em: 05 jan. 2022.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Desenvolvimento territorial, recentes espaços sub-regionais dinâmicos do Piauí**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6175/1/arquivo6450_1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

FAVARETO, Arilson da Silva. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021. Acesso em: 6 nov. 2019.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigma do desenvolvimento rural em questão do agrário territorial**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/publico/Arilson.pdf. Acesso em: 21. abr. 2021.

FÁVERO, Edison. **Desmembramento territorial: o processo de criação de municípios – avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais**. 2004. 278 f. Tese (Doutorado Engenharia Urbana) - Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: www.fec.unicamp.br/~labinur/Tese%20Doutorado_%20Final%20-%20Edison%20Favero_16_07_04_R.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019.

FELDENS, Leopoldo. **O homem, a agricultura a história**. Lajeado: Univates, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias no Brasil**. UNESP, 2008.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, v. 8, n. 1, p. 13-31, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6981>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FERREIRA, Antônia M. M.; SALATI, Enéas. Forças de transformação do ecossistema amazônico. **Revista Estudos avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 25-44, abr. 2005. Disponível em: www.revistas.usp.br/eav/article/view/10069. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERREIRA, Éricka Sales; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Capital Social e Desenvolvimento Territorial: uma abordagem teórico-conceitual. **Campo Território: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-33, ago. 2012. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article. Acesso em: 21 jan. 2020.

FERREIRA, Evaldo. Cáceres: Histórico, desmembramentos e a questão regional do Sudoeste mato-grossense. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 21, p. 1-10, jan./dez. 2017. Disponível em: www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_1/agb_xxi_1_versao_internet/Revista_AGB_JanDez2017-17.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERREIRA, Evaldo. Polo regional? A visão dos representantes municipais sobre a polarização de Cáceres na região sudoeste de Mato Grosso. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 21, n. 1, jan./dez. 2017.

FERREIRA, João Carlos Vicente. História de São José dos Quatro Marcos. **Portal Mato Grosso**, 15 jan. 2017. Disponível em: www.portalmatogrosso.com.br/municipios/sao-jose-dos-quatro-marcos/dados-gerais/historia-de-sao-jose-dos-quatro-marcos/565. Acesso em: 13 abr. 2020.

FERREIRA, Liliana Soares. O trabalho dos professores na escola: quando o tempo se trai. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. esp., p. 206-222, ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639759>. Acesso em: 13 set. 2021.

FIA BUSINESS SCHOOL. **Infraestrutura: O que é, Tipos, Importância e Problemas**. FIA, 2019. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/infraestrutura/#:~:text=de%20um%20pa%C3%ADs-,O%20que%20%C3%A9%20infraestrutura%3F,que%20resulta%20no%20crescimento%20eco>. Acesso em: 19 mar 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Centro de pesquisa e documentação histórica contemporânea do Brasil 2022 Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

FLORES, Shana Sabbado. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho: o caso dos “Vinhos da Campanha”**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29537/000774272.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FÓRUM DAS CIDADES. **Desenvolvimento territorial**. Lisboa: República Portuguesa, 2020. Disponível em: <https://www.forumdascidades.pt/content/desenvolvimento-territorial>. 20 jul.2020

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, v. 9, n. 20, p. 75-81, set./dez. 2010. Disponível em: www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/398. Acesso em: 20 jul. 2020.

FURTADO, Celso. Reflexões sobre a Crise Brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 20, n. 4, p. 3-7, out./dez. 2000. Disponível em: www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311223320.reflexoes_sobre_a_crise_brasileira.pdf. Acesso em: 1 fev. 2020.

GALLO, Fabrício. A Fronteira agrícola na região Centro-Oeste brasileira e a integração territorial do país: o papel decisivo da aviação. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 11-24, maio. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37425/24171>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GALVÃO, Josiani Aparecida da Cunha. Colonização E Cidades Em Mato Grosso. *In: XXVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento Histórico e Diálogo Social*, Natal, 22 a 26 de julho de 2013. **Anais...** ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364785231_ARQUIVO_COLONI_ZACAOECIDADESEMSTATOGROSSO.pdf. Acesso em: 22 fev. 2022.

GHUZI, Juliana. **Migração interna**: o estudo do fenômeno no município de Jacuizinho (RS). 2012. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160468/Monografia%20Juliana%20Ghuzi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 jan. 2022.

GIL, Izabel Castanha; FERNANDES, Bernardo Mançano. Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista. **Revista Nera**, a. 8, n. 6, jan./jun. 2005. Disponível em: www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Gil_e_Fernandes.pdf. Acesso em: 08 jan. 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma leitura da questão agrária em Mato Grosso. **Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia**, nov. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/10898>. Acesso em: 6 abr. 2020.

GOMES, Nayhara Freitas Martins. **Municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro**: Dinâmica migratória e aspectos econômicos. 2019. 157f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30766>. Acesso em: 24 jan 2022.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região a sua discussão. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 50-76. Disponível em: www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do agreste de Potiguar. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18894/1/FranciscoEG.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

GOTTMAN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>. Acesso em: 5 maio. 2019.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 03-12, 2021. Disponível em: www.scielo.br/pdf/tes/v19/0102-6909-tes-19-e00305137.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007. Disponível em: <http://www.resr.periodikos.com.br/journal/resr/article/doi/10.1590/S0103-20032007000200004>. Acesso em: 23 nov. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HEINST, Andréia de Cássia. Mato Grosso entre relatos de memória sobre ocupação recente e a instituição da memória vencedora. **Revista histórica on-line**, Arquivo público do Estado de São Paulo, ed. 25, set. 2007. Disponível em: www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia03/. Acesso em: 11 abr. 2020.

HERRERA, José Antônio; MOREIRA, Rodolfo Pragana; BEZERRA, Tássia Stéfany Lima. A Amazônia: Expansão do capital e apropriação dos recursos naturais. **Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 209-227, maio 2016. Disponível em: www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2319/522. Acesso em: 5 jul. 2019.

HORA, Amélia Maria Motta da. Agricultura familiar, as mãos que alimentam a nação. **CONTRAF Brasil**, 09 jan. 2020. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/noticias/a-importancia-da-agricultura-familiar-enquanto-produtora-de-alimentos-e-o-reconha302/#:~:text=alimentam%20a%20na%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D-,A%20agricultura%20familiar%20%C3%A9%20de%20suma%20import%C3%A2ncia%20para%20assegurar%20a,dos%20alimentos%20consumidos%20no%20pa%C3%ADs.&text=Sem%20sombra%20de%20d%C3%BAvida%2C%20,%C3%A1guas%20na%20agricultura%20familiar%20brasileira>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: população total, população urbana, população rural e taxa de urbanização. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 abr 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidade e estados**. Brasília: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Panorama São José dos Quatro Marcos. **Cidades**. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sao-jose-dos-quatro-marcos/panorama>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IED. **A importância da indústria para o desenvolvimento, segundo economistas do Banco Mundial**. Cidade: São Paulo, 2018

IZIQUÉ, Cláudia. O novo rural brasileiro. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 54, abr. 2000. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-novo-rural-brasileiro>. Acesso em: 25 jan. 2022.

JACINTO, Janério Manuel; MENDES, Miranda César; PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percursos - NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 173-191, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percursos/article/view/49549>. Acesso em: 17 jun. 2020.

JESUS, José Novais; SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Do prodecer ao matopiba: consequências da modernização agrícola e as alternativas para o campesinato**. Goiânia: Vieira, 2018.

JORNAL QUATRO MARCOS NOTÍCIAS. São José dos Quatro Marcos terá Polo de Atletismo com parceria do medalhista olímpico Vicente Lenilson e prefeitura, 2022. Disponível em: <https://quatromarcosnoticias.com.br/artigo/sao-jose-dos-quatro-marcos-tera-polo-de-atletismo-com-parceria-do-medalhista-olimpico-vicente-lenilson-e-prefeitura>. Acesso em: 20 fev. 2022.

JÚNIOR, Amilton Quintela Soares; SANTOS, Mauro Augusto. A Territorialidade e o Território na obra de Robert David Sack. **Geografia**, v. 27, n. 1, p. 7-25, 2018. Disponível em: www.researchgate.net/publication/324468233_A_territorialidade_e_o_territorio_na_obra_de_Robert_David_Sack/link/5aced4930f7e9b18965a6dc7/download. Acesso em: 12 nov. 2020.

JÚNIOR, Ferreira. Mais de 15 mil pessoas prestigiaram festa de fim de ano em São José dos Quatro Marcos. **Popular Online**, 2019. Disponível em: <https://popularonline.com.br/artigo/mais-de-15-mil-pessoas-prestigiaram-festa-de-fim-de-ano-em-sao-jose-dos-quatro-marcos>.

JÚNIOR, Orlando Moreira. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço**. 2014. 324 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho”, Rio Claro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123288/000829211.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 ago. 2020.

KLEVER, Lucas de Oliveira. **A Marcha Para Oeste: políticas de povoamento e incentivo econômico para o Norte e o Centro-Oeste na Revista Cultura Política (1941-1945)**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. Disponível em: www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_add2f7ff408a47348094730e927496ce.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

KLOSTER, Silvana; CUNHA Luiz Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento Territorial e Turismo Rural: As relações possíveis. **Desenvolvimento em questão**, a. 12, n. 27, p. 66-94, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/857>. Acesso em 22 jan. 2022.

LANZA, Líria Maria Belliol; BACKSCHAT, Tânia Mara da Silva. Território usado e políticas públicas em pequenas cidades. *In: Jornada de política públicas*, 7., 2015. **Anais...** Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo11/territorio-usado-e-politicas-publicas-em-pequenas-cidades.pdf. Acesso em: 7 set. 2020.

LEÓN, Ana Celylyn; ARAÚJO, Itamar; REZENDE, Giulliano; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. Planejamento regional no Brasil: A experiência da Sudam. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 7, n. 18, p. 02-21, set. 2015. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n18/1.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LIMA, João Policarpo R.; SICSÚ, Abraham B. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 10 n. 1, p 109-138, jul. 2000. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2145/1123>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LIMA, Letícia; SILVA, Leonardo Xavier da; FORNO, Maralise A. R. Dal. A evolução histórica dos conceitos de Território/Territorialidade no contexto do desenvolvimento rural. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, v. 1, n. 1, p 1-11, mar. 2015. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:nRK07WzLvJYJ:https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/view/268/pdf+&cd=1&hl=pt-BR&c>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LISBOA, Acssuel de Sousa; ALCANTARA, Fernanda Viana de. O associativismo rural como estratégia de desenvolvimento para a agricultura familiar. **Pra onde?** Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 17-28, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/90807/52659>. Acesso em: 10 mai. 2021.

LISBOA, Severina Sarah. A importância dos conceitos da geografia para a aprendizagem de conteúdos geográficos escolares. **Revista Ponto de Vista**, v. 4, n. 1, p. 23-35. 2007. Disponível em: <http://ead.Bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/43/A20import%C3%A2ncia%20dos%20conceitos%20de%20Geografia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDS, 2001. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2062>. Acesso em: 17 maio. 2021.

LOBATO, Alessandra da Silva; CARVALHO, Danilo Raiol de; SILVA, Marcela Alves da et al. A formação histórico-territorial do Mato Grosso, as transformações e impactos decorrentes da expansão da soja. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFRGS**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/22105/12865>. Acesso em: 07 mar. 2020.

LOPES, Érica Araújo, ARRUDA, Chrístian Dárlío Brito. Gestão pública e desenvolvimento territorial desafios e preposições: o caso do maciço de Baturité. *In: Convibra*, VIII Congresso Virtual de Agronomia. **Anais...** Convibra, 2020. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/17583>. Acesso em: 09 set. 2021.

LOURENÇO, Andréia Vigolo; REIS, Cleoson Moura dos; VOLKMER, Gabriele; WITT, Julia Rovena; CARVALHO, Natan Ferreira de. Desenvolvimento sustentável e agroecologia. *In: DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi Regina. Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad105.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2021.*

LUNAS, Divina Aparecida Leonel; JÚNIOR, Hamilton Matos Cardoso; LIMA, Camila Vito Silva de. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial rural: experiências e desafios da política pública no sudoeste goiano. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, p. 113-144, set./dez. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8549/pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MACKE, Janaina; SARATE, João Alberto Rubim. Desenvolvimento territorial e capital social: elementos, conexões e proposta de avaliação de territórios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 11, n. 3, p. 56-79, set./dez. 2015.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. *In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel. (Org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p.15-41. Disponível em: www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magalDI/REDES_URBANAS/conteudos%20novos/cidades%20m%20E9dias%20e%20pequenas%20teorias%20e%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.*

MAKE, Janaina; SARATE, João Alberto Rubim. Desenvolvimento territorial e capital social: elementos, conexões e proposta de avaliação de territórios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 56-79, set./dez. 2015. Disponível em: www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1965/464. Acesso em: 20 mar. 2021.

MARTINS, Almeida Harrisson. **Territorialização e resistência camponesa em Cáceres-MT**: potencialidades e dilemas nos assentamentos rurais da fronteira agrícola Brasil-Bolívia. 2018. 114f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018. Disponível em:

<http://portal.unemat.br/media/files/PPGGEO/harrisson-almeida.pdf>. Acesso em: 4 maio. 2020.

MARTINS, Osvaldo. **Gestão territorial: os vetores do desenvolvimento sustentável**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/1074>. Acesso em: 16 maio. 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado e planejamento. **Regiões de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2017. Disponível em: www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/10397701/Perfil+-+Regi%C3%B5es+de+Planejamento+de+Mato+Grosso+2017+-+1%C2%AA+Edi%C3%A7%C3%A3o+--+22.09.2017.pdf/d8b6d6. Acesso em: 20 nov. 2020.

MATTEI, Lauro. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociais e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/320>. Acesso em: 18 nov. 2021.

MAZIERO, Celí; GODOY, Cristiane Maria Tonetto; CAMPOS, José Ricardo da Rocha; MELLO, Nilvania Aparecida de. O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguazu, PR. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 2, p. 509-522, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1763/pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Território, espaço de identidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz. Pequenas cidades: reflexões sobre questões socioambientais. **Caminhos de Geografia**, v. 12, n. 37, p. 124-141, mar. 2011. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16086. Acesso em: 22 jul. 2020.

MELO, Sued Wilma Caldas; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de. A dinâmica da inovação na agricultura familiar do semiárido potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, ed. esp., p. 517-537, dez. 2020. DOI: 10.5380/dma.v55i0.73325.

MELLO, Carolina Iuva de. **Território feito à mão: artesanato e identidade territorial no Rio Grande do Sul**. 2016. 233f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3827>. Acesso em: 23 dez. 2021.

MENDES, Marcos. Por que é importante investir em infraestrutura. **Brasil, Economia e Governo**, Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2011. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/02/09/por-que-e-importante-investir-em-infraestrutura>. Acesso em: 22 dez. 2021.

MENDES, Marcos Amaral. **História e geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

MEOTTE, Daniel Ramos. Evolução do emprego no Rio de Janeiro através da comparação dos métodos Shift-Share e regressão no período de 2008-2017. 2019. 72f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2019. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/engenharia-de-producao/wp-content/uploads/sites/13/2020/01/disserta%C3%A7ao-mestrado-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

MESQUITA, Benjamim Alvino de. A expansão da fronteira agrícola num cenário de globalização da agricultura. **Revista de políticas públicas**, Maranhão, v. 22, p. 1086-1097, maio. 2018. Disponível em: www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9835/5789. Acesso em: 20 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Relatório de Gestão. Brasília: **Ministério da Economia**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/copy5_of_RelatriodeGestoExercicio2020.pdf/view. Acesso em: 20 jun. 2019

MONERAT, Julio Cesar Pereira. Trabalho, capitalismo e espaço: entendendo a dinâmica espacial capitalista. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=Trabalho%20capitalismo+e+espa%C3%A7o%3A+entendendo+a+dinamica+espaacial+capitalista&btnG=&lr=>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MONTORO, Eugênio Augusto Franco. O município no desenvolvimento brasileiro. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 16, n. 5, set./out. 1976. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003475901976000500003. Acesso em: 15 ago. 2019.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**: a crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Coautor (Cooperativa do autor), 1993.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **etc... espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 13, p. 55-70, 2007. Disponível em: www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_ensinoGeografia2016/racioc%EDnio%20geogr%E1fico%20-%20ruy%20moreira.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

MORENO, Gislaine. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 60-90, jan./jun. 1999. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/20364/A/1999>. Acesso em: 22 fev. 2022.

NASCIMENTO, Francisleide Lima; BEZERRA, Josivaldo Barbosa; GUTERRES, Luís Fernando dos Reis. Ocupação na Amazônia e a ingovernabilidade na região de fronteira. **Olhares Amazônicos**, Boa Vista, v. 3, n. 1, p. 472-484, 2015. Disponível

em:

www.academia.edu/41173731/Ocupa%C3%A7%C3%A3o_na_Amaz%C3%B4nia_e_a_ingovernabilidade_na_regi%C3%A3o_de_frenteira. Acesso em: 16 nov. 2020.

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 183-191, ago. 2008. Disponível em: www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/4699. Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; CALVENTE, Maria Del Carmen Matilde Huertas. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 81-92, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/p9JsgCShXZqwZPNMSFsDRfc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCA, 2007.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 18 ago. 2021.

OLIVEIRA, Rinaldo Thomaz; SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. O início da formação territorial brasileira: uma reflexão sobre o território em Suape. **Revista de Geografia-Programa de Pós-Graduação-UFPE**, v. 31, n. 3, p. 82-95, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/229147/23546>. Acesso em: 12 jun. 2019.

OLIVEIRA, Tiago Soares de; BRUMES, Karla Rosário. Migrações e movimentos pendulares em cidades pequenas: Uma análise da atração populacional para o município de Jandaia do Sul. **Revista produção acadêmica**, n. 2, p. 52-65, dez. 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/1997/8640>.

PACÍFICO, Andrea Pacheco, MARCELINO, Pedro José. A sociedade multicultural brasileira e a integração dos refugiados. **Ciência e Trópico**, Recife, v. 33, n. 22, p. 243-272, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/852>. Acesso em: 18 jun. 2021.

PADIS, Pedro Calíl. Fronteira agrícola e população ativa. **Revista de administração de empresas**, Rio de Janeiro, p. 85-93, 1973. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/N4B7FQRB4MLJQKTRhDJw3qj/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida; WAJNMANN, Simone. Das causas às consequências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista brasileira de estudo populacional**, São Paulo, v. 22, n. 02, p. 3030-322, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/whVyXGVtrRYrRqr8LszcnDj/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PALEN, Jhon J. **O mundo urbano**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1975.

PAMPLONA, João Batista; FENERICH, João Lúcio de Azevedo. Desenvolvimento e centralidade da Indústria: uma atualização do debate no Brasil. **Desenvolvimento em questão**, a. 14, v. 14, n. 36, p. 62-98, out./dez. 2016. Disponível em: www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/issue/view/184. Acesso em: 05 abr. 2021.

PASSOS, Messias Modesto dos. **Amazônia teledetecção e colonização**. São Paulo: Unesp, 1998.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 6–7, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/255/237>. Acesso em: 03 maio. 2022.

PENA, Rodolfo F. Alves. Friedrich Ratzel. **Brasil Escola**, 2020a. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/friedrich-ratzel.htm>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. Fronteira Agrícola do Brasil. **Brasil Escola**, 2020b. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/fronteira-agricola-brasil.htm>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PEREIRA, Anete Marília; FRANÇA, Iara Soares de; SILVA, Isabella Cristina Cordeiro da. Centralidade regional e novos arranjos territoriais na cidade de Montes Claros/MG. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: <http://congressods.com.br/quarto/index.php/trabalhos-aceites/gt-08-a-cidade-politicas/173-anais/gt-08/507-centralidade-regional-e-novos-arranjos-territoriais-na-cidade-de-montes-claros-mg>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PEREIRA, Lauro Charles; GOMES, Marco Antônio Ferreira. Capacidade de uso das terras e desenvolvimento sustentável. **Jornal dia de campo**, 2016. Disponível em: www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Newsletter.asp?data=14/12/2016&id=33944&secao=Artigos%20Especiais. Acesso em: 15 jun. 2021.

PEREZ, Valnei. Pioneiros de Quatro Marcos, 2002. Disponível em: www.pioneirosdequatromarcos.blogspot.com.

PIAIA, Ivane Inêz. **Geografia de Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: Edunic, 1999.

PIENIZ, Luisa Cristina Carpvovski. Elementos básicos constituintes do desenvolvimento endógeno/local/regional/territorial: redes, atores e território. **Revista Gestão e Desenvolvimento em contexto-GEDECON**, v. 1, n. 1, p. 22-35, 2013. Disponível em: <https://revistaeletronicaocs.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/download/270/221>. Acesso em: 1 fev. 2020.

PIERANTI, Octávio Penna; SILVA, Luiz Henrique Rodrigues da Silva. A questão Amazônica e a política de defesa nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YXr8rjtP5sHnDkSs49LCCGC/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PIONEIROS DE QUATRO MARCOS-MT, 2020. Disponível em: www.facebook.com/Pioneiros-De-Quatro-Marcos-Mt.

PIRES, Elson Luciano Silva. Território, governança e desenvolvimento: Questões fundamentais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 38, p. 24-49, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/download/5500/4099>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PIRES, Elson Luciano Silva. A espacialidade do desenvolvimento brasileiro em questão. **Geografia**, v. 44, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14967>. Acesso em: 06 abr. 2021.

POPULAR ONLINE. São José dos Quatro Marcos encerra ano com Festival de Música, Banda e Show Nacional, 2018. Disponível em: <https://popularonline.com.br/artigo/sao-jose-dos-quatro-marcos-encerra-ano-com-festival-de-musica-banda-e-show-nacional>. PRADO, Lauro Lodo; LORENZO, Helena Carvalho de. A questão socioambiental nas empresas moveleiras do Polo de Votuporanga-SP. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 27-51, set./dez. 2011. Disponível em: www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/509. Acesso em: 05 jun. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%. Acesso em: 05 jun. 2019.

RAMBO, Anelise Graciele; RUCKERT, Aldomar Arnaldo. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão - o caso da Cooperacana, Porto Xavier-RS. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 95-114, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/about>. Acesso em: 08 jan. 2022.

RESENDE, Fernanda Shono da Silva Lopes. **Educação ambiental: concepções e práticas na educação básica do município de São José dos Quatros Marcos-Mato Grosso**. 2018. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018.

RIBEIRO, José Renato. Território e políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: Conceitos, desafios e possibilidades a partir da governança. **ParaOnde!?** Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 75-82, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/91719>. Acesso em: 09 set. 2021.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de lugar: a aproximação da geografia com o indivíduo. *In: Encontro Nacional da ANPEGE*, 11. O Conceito de lugar: A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e a ação, 2015. **Anais...** ANPEGE, 2015. Disponível em: www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/17/473.pdf. Acesso em: 1 maio 2019.

RODRIGUES, Waldecy; SANTOS, Nayara Silva. Desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise a partir da concepção teórica de Karl Polanyi. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 1, p. 119-135, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/bsx6TPCvTthJW7fjY3PtMSj/abstract/?lang=pt>.

ROSA, Lilian da; FERNANDES, Vitor Bukvar; SIMIQUELI, Roberto Resende et al. Aspectos históricos da ocupação de Mato Grosso. *In: Seminário Governanças de Terra e Desenvolvimento Econômico*, 2., 2016, Campinas. **Coletânea...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016. p. 2-24. Disponível em: <https://governancadeteras.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Coleta%CC%82nea-II-Semina%CC%81rio.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

ROTTA, Edeimar. A trajetória brasileira de reflexão sobre o desenvolvimento regional e a visão das políticas públicas sociais. *In: ROTTA, Edeimar; LOPES, Herton Castiglioni; ROSSINI, Neusa. O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI aportes para o debate*. Chapecó: UFFS, 2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/o-modelo-de-desenvolvimento-brasileiro-das-primeiras-decadas-do-seculo-xxi-aportes-para-o-debate>. Acesso em: 16 jun. 2019.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista ANPEGE**, Fortaleza, a. 2, n. 2, p. 66, 2005. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611/3610>. Acesso em: 2 jul. 2020.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11781. Acesso em: 2 jul. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Programa Nacional de formação em administração pública. 2014. Trabalho de Conclusão (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:13-mddT7cVgJ:https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145407/1/PNAP%2520-%2520>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SÁ, Djalma de; SILVA, Marcus Vinicius Gonçalves da. O papel do estado no processo de formação industrial no processo de formação industrial: no processo de formação industrial: o caso da região metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 189-202, jan./abr. 2019. Disponível em: www.scielo.br/j/rbeur/a/G8tMyBmdLDYnf8mBxFLZQ9c/?lang=pt. Acesso em: 24 out. 2021.

SAFE. Indústria e meio ambiente: conheça os principais impactos! **Blog Safe:** Tudo sobre saúde, segurança do trabalho e meio ambiente, 2020. Disponível em: <https://blog.safesst.com.br/industria-e-meio-ambiente-quais-os-impactos>.

SANO, Edson Eyji. Bioma cerrado: agricultura no Cerrado brasileiro, histórico e desafios da agricultura ambientalmente sustentável. *In:* VILELA, Evaldo Ferreira; CALLEGARO, Geraldo Magela; FERNANDES, Geraldo Wilson. **Biomass e agricultura:** oportunidades e desafios. Rio de Janeiro: Vertente edições, 2019. Disponível em: www.abc.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Livro-Biomass-e-Agricultura-Site.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

SANT'ANA, Jairo. São José dos Quatro Marcos comemora 54 anos de fundação com parcerias do Governo do Estado. Notícias, **Governo de Mato Grosso**, 2021. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/17293583-sao-jose-dos-quatro-marcos-comemora-54-anos-de-fundacao-com-parcerias-do-governo-do-estado>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SANTANA, Wesley Gusmão Piau; SANTANA, Emilson Gusmão Piau; GOMES, Almiralva Ferraz. Desenvolvimento Territorial: uma Nova Perspectiva para Formulação de Políticas Públicas na Bahia. **Encontro de administração pública e governança**, EnAPG, Salvador, n.16, p.1-16, 12/14 dez, 2008. Disponível em: www.anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG468. Acesso em: 05 mar. 2021.

SANTOS, Alessio Moreira dos Santos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, jan./jun. 2012. Disponível em: www.scielo.br/j/inter/a/ZR3nDZyGHJRyztng3NVdX4m/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 11 nov. 2021.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** Do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlc3R1ZGFudGVkb3JhdXNqdHxneDozMTI4YTM2ZTIjOGI1OTQ5>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 11. ed. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002.

SANTOS, Thiago de Souza. **Desenvolvimento local e artesanato:** uma análise de dois municípios de Minas Gerais. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/306/1/DISSERTACAO%20Desenvolvimento>

%20local%20e%20artesanato%20%20uma%20an%C3%A1lise%20de%20dois%20munic%C3%ADpios%20de%20Minas%20Gerais.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS. Público prestigia apresentação do espetáculo "As Doze Princesas Bailarinas" em Quatro Marcos, 2014. Disponível em: <https://saojosedosquatromarcos.mt.gov.br/artigo/publico-prestigia-apresentacao-do-espetaculo-as-doze-princesas-bailarinas-em-quatro-marcos>.

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS. **Plano territorial sustentável 2010**. São José dos Quatro Marcos: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, 2010.

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS. **Plano Municipal de Saneamento Básico de São José dos Quatro Marcos-MT**. v. 1, Produto A, Formação dos Grupos de Trabalho B. Plano de Mobilização Social. São José dos Quatro Marcos, 2014. Disponível em: http://www.nascentesdopantanal.org.br/images/adm_files/0127865c4b9ea633.pdf. Acesso em: 11 maio. 2020.

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS. **Relatório anual de gestão**. São José dos Quatro Marcos: SEPLAN, 2017.

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS. **PDI- Plano de desenvolvimento integrado**. São José dos Quatro Marcos: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, 2018

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS. **Plano Estratégico 2018-2028**. São José dos Quatro Marcos: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, 2018

SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS. **Plano Plurianual 2011**. São José dos Quatro Marcos: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, 2011

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate: revista interdisciplinar de cultura**, Paraná, v. 19, n. 21, p. 5-15, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645701>. Acesso em: 21 jan. 2020.

SAWAYA, Rubens R. Poder, emprego e política econômica. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 105–119, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/XbGR38nrZppCBP8x3mZKhXj/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

SAWYER, Donald R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 1, n. 14, jan./dez. 1984. Disponível em: www.rebep.org.br/revista/article/view/3/pdf_1. Acesso em: 05 mar. 2022.

SCHALLENBERGER, Ernelo Elisa; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**,

Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 202-222, set./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/17741/10403>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SCHEUER, Junior Miranda; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; GALVANIN, Edinéia Aparecida dos Santos. Migração e sustentabilidade dos agricultores familiares vinculados a uma associação em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso. **Revista Geográfica Acadêmica**, v. 11, n. 1, p. 87-103, 2017. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rga/article/view/4157/2323>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SCHNEIDER, Raquel; HENRIQUE, Jonas da Silva. Determinantes da migração na fronteira agrícola do MATOPIBA. *In*: XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016. Disponível em: www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2831. Acesso em: 05 mar 2022.

SCHWENK, Lunalva Moura. Transformações no processo de expansão da soja em Mato Grosso: algumas reflexões no contexto ambiental, econômico e social. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, v. 16, n. 1, p. 61-88, 2013. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geografia/article/view/752>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. Faculdade de Economia do Porto, 2000. Disponível em: https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

SEMINÁRIO DE PESQUISA E TURISMO DO MERCOSUL SABERES E FAZERES NO TURISMO, 4, 2010, Rio Grande do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010. Disponível em: www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/05/A%20atividade%20turistica%20como%20potencial%20de%20desenvolvimento%20territorial.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

SEVERINO, Alves Coutinho. Perfil relações e necessidades: uma breve análise sobre cidades pequenas. **GeoTextos**, v. 7, n. 1, p. 83-104, jul. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5270>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio. O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, p. 375-391, jul./dez. 2008. Disponível em: www.scielo.br/j/tla/a/fLgvBfQNVGqQ8hd7W55b9Bd/?lang=pt. Acesso em: 06 jun. 2021.

SICSÚ, Abraham B; LIMA, João Policarpo R. FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NO BRASIL: A LÓGICA DE SUA OCUPAÇÃO RECENTE. *Nova Economia* Belo Horizonte v. 10 | n. 1 jul. 2000. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2145/1123>. Acesso em 04 mar 2022.

SILVA, Antenor Roberto Pedroso da. Pólo Regional ou cluster: o caso do município de Rio Verde, Goiás - BRASIL. **Caminhos da Geografia**, v. 5, n. 13, 2004. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15352>. Acesso em: 23 mar. 2021.

SILVA, Antônio Hélio da. **Quatro Marcos**. Araripe, Ceará, 13 junho de 2021.

SILVA, Daniel Neves. União Ibérica. **História do Mundo**, 2021. Disponível em: www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/uniao-iberica.htm. Acesso em: 20 maio. 2021.

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Território, governança e desenvolvimento territorial**: um estudo comparado entre Brasil e união europeia. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21393/1/TerritorioGovernancaDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 26. mar. 2021.

SILVA, Flávio José Rocha da. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **Revista Pegada**, n. 2, v. 17, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4671#:~:text=Rocha%20da%20Silva-,Resumo,impactos%20negativos%20nas%20comunidades%20loc>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SILVA, João Márcio Palheta da. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. **Série Estudos e Ensaios Ciências Sociais – FLACSO**, 2009. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2014/12/Joao_Palheta.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

SILVA, João Maria Gonçalves da. A importância da participação popular no desenvolvimento municipal. **Jus**, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28196/a-importancia-da-participacao-popular-no-desenvolvimento-municipal>. Acesso em: 03 jul. 2021.

SILVA, Luiz Everson da; MENEZES, Elaine Cristina Oliveira de; CARMO, Márcio Rosário do. Análise do uso dos recursos naturais e territoriais na Comunidade de Amparo no Município de Paranaguá - PR. In: OLIVEIRA, Robson José de. **Águas e Florestas Desafios para Conservação e Utilização**. Guarujá: Editora Científica, 2021. Disponível em: <https://www.editoracientifica.org/articles/code/210504472>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para análise dinâmica econômica na região de Presidente Prudente - SP. 285 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2011. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96711/silva_pjf_me_prud.pdf?sequence=1. Acesso em: 3 ago. 2020.

SILVA, Sandro Pereira. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha-MG. *In*: ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha - MG**. IPEA, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, Sandro Pereira. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. **IPEA**, 2013. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Silva-S.-P.-Avan%C3%A7os-e-limites-na-implementa%C3%A7%C3%A3o-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-nacionalis-sob-a-abordagem-territorial-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. Cidades pequenas e médias: reflexões teóricas e aplicadas. *In*: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel e (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 93-108. Disponível em: www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/REDES_URBANAS/conteudos%20novos/cidades%20m%E9dias%20e%20pequenas%20teorias%2C%20conceitos%20e%20estudos%20de%20caso.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; SILVEIRA, Daniel Claudy da; BRANDT, Grazielle Betina; ZANCHI, Verenice; OLIVEIRA, Vinícios Gonchoroski de. Observando a Dinâmica Territorial do Emprego e do deslocamento para trabalho na região do Vale do Rio Pardo-RS. **Desenvolvimento em questão**, v. 18, n. 51, p. 186-209, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/issue/view/239>. Acesso em: 09 set 2021.

SIMONSEN, Robertson; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_simonsen_gudin_vol03.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

SOARES, Ivanilza Formiga Soares; MELO, Alana Candeia de; CHAVES, Alan Dél Carlos Gomes. A agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB. **Informativo técnico do semiárido grupo verde de agricultura alternativa (GVAA)**, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/456>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SOARES, José Carlos de Oliveira; MOREIRA, Ruy. A regionalização em Mato Grosso: Controvérsias, intenções e consequências na região de planejamentos de Cáceres. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 21, n. 1, p. 5-17, jan./dez. 2017. Disponível em: https://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_1/agb_xxi_1_versao_internet/Re vista_AGB_JanDez2017-01.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUZA, Diegho Christopher de. **O avanço da agropecuária na Região de Planejamento Sudoeste do estado de Mato Grosso**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2020.

SOUZA, Fátima Grazielle de; ZATTAR, Neuza Benedita da Silva. Os nomes da praça central da cidade de São José dos Quatro Marcos-MT. **Revista de Estudos Acadêmicos de Letras**, Cáceres, v. 7, n. 21, p. 29-38, ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reactl/issue/view/28/showToc>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SOUZA, Francinilda Rufino de. **Por trás das cortinas: desenvolvimento territorial e as políticas culturais para o artesanato**. 2016. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2840>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Planejamento integrado e desenvolvimento: natureza, validade e limites. **Revista Terra Livre**, n. 10, 1994. Disponível em: https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/TL_N10.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1996.

STÜRMER, Arthur Breno. Geografia interdisciplinar e desenvolvimento territorial. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 69-80, set./dez. 2017. Disponível em: www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/586/577. Acesso em: 21 jan. 2020.

SZUBRIS, Elizandra Benedita. **Cáceres e região: nomes que fazem história**. 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2014. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/oldfiles/linguistica/docs/dissertacoes2014/elisandra_benedita_szubris.pdf. Acesso em: 6 abr. 2020.

TASCA, Luciane; JUNIOR, Pedro Novais Lima; MATTOS, Marcela Caixeiro; ROCHA, Nicole Andrade da; and Thiago da Silva Andrade. Projetos urbanos em cidades médias: a implantação de um shopping em Juiz de Fora, MG. *In: XIV Encontro Nacional da ANPUR*, Rio de Janeiro, maio de 2011. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/574/561>. Acesso em: 30 out. 2021.

TAVARES, Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho. O município brasileiro: Sua evolução histórico-constitucional. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 209, p.169-187, jul./set. 1997. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47050>. Acesso em: 5 nov. 2019.

TEXEIRA, Jodenir Calixto; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A região Centro-Oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no período pós-1860. **Revista Eletrônica da Associação dos geógrafos brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 3, p. 52-66, maio 2006. Disponível em: www2.fct.unesp.br/docentes/geo/nivaldo/Publica%E7%F5esnivaldo/Anteriores%20a%202006/MODERNIZACAO%20AGRICOLA%20-%20CENTRO%20OES. Acesso em: 5 jul. 2019.

VALE, Ana Lia Farias; SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. O território: Diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 1-25, 2005. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7380/5429>. Acesso em: 7 jun. 2019.

VARELLA, Graziela Alves da Silva; SPAK, Edilaine. Conhecer para incluir: a disposição do acolher. **Caderno Intersaberes**, v. 9, n. 23, 2020. Disponível em: www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1404. Acesso em: 17 jun. 2021.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. Emprego e desenvolvimento regional: contornos de uma questão social. **Revista da ABET**, v. 11, n. 2, p. 93-111, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/16602/9480>. Acesso em: 07 out 2021.

VEIGA, José Eli da. Geração de empregos. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HcXvLfd5RvmhVW9gP6VBzzq/?lang=pt#>. Acesso em: 12 out. 2021.

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/p8pr7/pdf/velho-9788599662922.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

VERÍSSIMO, Michele Polline; SAIANI, Carlos César Santejo. Evidências da importância da indústria e dos serviços para o crescimento econômico dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 905-935, set./dez. 2019. Disponível em: www.scielo.br/j/ecos/a/zZm63xg7VY8FQpHF35rwwgZj/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 mar. 2021.

VIEIRA, Cléia Dias. **Distribuição e Usos da Água na Cidade de São José dos Quatro Marcos-MT**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2019.

VILLELA, Pollyana de Macedo. **Impactos ambientais da modernização agropecuária em Goiás**. 2016. Dissertação (Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2016. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/104/o/Pollyana_M._Villela_-_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

VOCÊ sabe o que é Heveicultura? **Cenagri Júnior**, 2021. Disponível em: www.cenagrijr.com.br/post/voc%C3%AA-sabe-o-que-%C3%A9-heveicultura. Acesso em: 07 jun. 2021.

VOLL, Francisco André Pedersen. Economia & desenvolvimento territorial. *In*: BIDARRA, Bernardo Soares; VALL, Francisco André Pedersen; LIMA, Jandir Ferreira de (Org.). **Economia & desenvolvimento territorial**, Foz do Iguaçu, p. 7-61, 2017. Disponível em: https://ndrunioeste.com.br/_files/200000114-4cf0d4de74/livro%20economia%20%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: Encontro anual da ANPOCS, 20. 1996, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. p. 2-18. Disponível em: www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20N. Acesso em: 3 abr. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**. Piracicaba, v. 52, p. 5025-5044, 2014. Disponível em: www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 03 mar. 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Entrevista semiestruturada

- 1- Como você avalia a situação atual do desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos?
- 2- De que modo é trabalhada a questão do desenvolvimento de São José dos Quatro Marcos aqui no seu departamento e na sua função?
- 3- A seu ver quais são os principais problemas no tocante ao desenvolvimento municipal?
- 4- Quais são as perspectivas de superação desses problemas ou quais são os caminhos que você aponta?
- 5- O que você acha que tem feito a gestão municipal para melhoria da qualidade de vida das pessoas do município?
- 6- Como avalia a atual situação econômica da geração de emprego e renda e município?
- 7- De que forma a economia do município poderia ser melhorada?
- 8- E a questão da agricultura familiar, que importância tem ao desenvolvimento do município ou o que ela representa no contexto municipal?
- 9- A agricultura familiar poderia ser melhorada ou fortalecida em que sentido?
- 10- Que outros investimentos socioeconômicos poderiam ser feitos no município a fim de ampliar as oportunidades de emprego e renda?
- 11- Como você analisa a saída da população local que busca trabalho em outros municípios ou que se muda a outros municípios?
- 12- Poderia citar alguns planos, programas ou atividades que envolvem a questão do desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos?
- 13- Em sua percepção quais são os agentes que deveriam incentivar o desenvolvimento do município de São José dos Quatro Marcos?
- 14- Do ponto de vista geográfico que importância tem o desenvolvimento do município no contexto da região oeste?
- 15- Existe alguma característica relevante no município que dificulte o seu desenvolvimento?

16- Existe algum fator positivo que poderia impulsionar o desenvolvimento do município?

17- De que modo você diria a um cidadão (local ou mesmo de fora) que ele poderia constituir uma perspectiva de vida e futuro em São José dos Quatro Marcos?